

Um novo Tempo da História

Parte 2 **História A** 10.º ano



10

Célia Pinto do Couto

*Maria Antónia
Monterroso Rosas*

Revisão científica
Elvira Cunha de Azevedo Mea

Professora catedrática
da Faculdade de Letras da
Universidade do Porto (ap.º)

Membro da Academia
Portuguesa de História

Membro do Conselho
Científico de várias revistas
científicas

Este livro respeita a nova ortografia,
considerando a calendarização definida
pela Direção-Geral da Inovação
e do Desenvolvimento Curricular (DGIDC)
para a aplicação do Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa, tendo-se mantido
a ortografia anterior quando os critérios
pedagógicos assim o exigiram.



A cópia ilegal viola os direitos dos autores.
Os prejudicados somos todos nós.

 **Porto
Editora**



Tendo em vista a reutilização deste manual, sugere-se que as atividades e exercícios sejam realizados no caderno diário.

APRESENTAÇÃO

Renovado e enriquecido, *Um Novo Tempo da História* pretende, mais uma vez, marcar a diferença no ensino da nossa disciplina. Conscientes dos desafios que se colocam a professores e alunos, procedemos a uma revisão meticulosa do manual, que orientamos segundo dois vetores principais:

- preservar o espírito e características que sempre marcaram *O Tempo da História* e lhe granjearam a preferência dos professores;
- adaptar o seu conteúdo às exigências do ensino obrigatório e do exame final que, agora, incidirá sobre os três anos do ciclo.

Com estes fins em vista, redesenhámos o grafismo, investimos, uma vez mais, na riqueza e adequação do dossiê documental, simplificámos o texto informativo. Introduzimos, também, rubricas novas que esperamos constituam uma mais-valia, tanto no espaço-aula, como é o caso dos Dossiês temáticos, como na consolidação dos conhecimentos dos alunos, que disporão, agora, de uma síntese ordenadora das Ideias Fundamentais de cada unidade.

Agradecendo, desde já, as sugestões que entendam endereçar-nos, fazemos votos de que este novo manual corresponda à ambição, por todos partilhada, de fazer da História uma disciplina de sucesso.

As Autoras

Estrutura organizativa de “Um Novo Tempo da História”

A Europa na primeira metade do século XIII

Abertura do Módulo



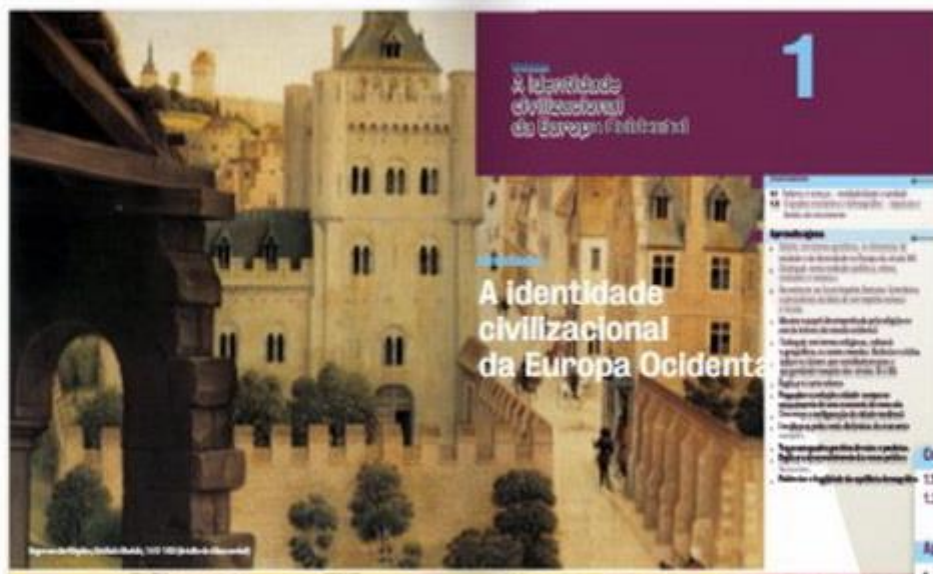
Sumário

1. A Identidade civilizacional da Europa Ocidental
2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico
3. Valores, vivências e quotidiano

Saque de Constantinopla pelos Cruzados (1204)	Estatutos da Universidade de Paris (1215)	Apogeu das feiras de Champagne (1253)	O Divórcio – Lei de Desamortização (1286)
Cóia chega em Colúmbia. Início das lutas por sucessão (1211)	Constituição da Rainha Teutónica (1248) e Lei de Enech (1286)	Constituição do Romancero da Poesia Popular (1299) e Início da literatura portuguesa (1294)	Tratado de Alcañices (1297)
Primeira epopeia grega – Saco de Troia (1144)	Abadia de Alcobaca (1132)	Estabelecimento da primeira imprensa em Portugal (1473)	Guerra dos Castelos (1280-1285)
Tratado de Zamora (1143)	Constituição de Senzambal e Caldas (1147)	Cóia chega em Colúmbia. Início das lutas por sucessão (1211)	Guerra dos Castelos (1280-1285)



Abertura da Unidade Didática



Friso cronológico



Subunidades	Aprendizagens
Conteúdos 1.1 Poder e unidade – multiplicidade e unidade 1.2 O quadro económico e demográfico – expansão e limites do crescimento Aprendizagens • Analisar, em termos genéricos, os elementos de unidade e de diversidade na Europa do século XIII. • Distinguir, entre unidades políticas, reinos, senhorios e comarcas. • Reconhecer, no Sacro Império Romano-Germânico, a persistência da ideia de um império romano e cristão. • Mostrar o papel desempenhado pela religião na coesão interna do mundo ocidental. • Distinguir, entre centros urbanos, rurais e agrícolas, os seus papéis, funções e a sua importância na organização do espaço europeu dos séculos XI a XIII.	Subunidades Aprendizagens

O planejamento da cidade

A economia local

Documentos e texto informativo



A cidade planejada, obra de Francisco de Paula, século XVIII. A pintura retrata a cidade planejada de São Paulo, com ruas largas e edifícios altos, refletindo o poder da elite local.



A cidade planejada, obra de Francisco de Paula, século XVIII. A pintura retrata a cidade planejada de São Paulo, com ruas largas e edifícios altos, refletindo o poder da elite local.



A cidade planejada, obra de Francisco de Paula, século XVIII. A pintura retrata a cidade planejada de São Paulo, com ruas largas e edifícios altos, refletindo o poder da elite local.

Entre os documentos e textos informativos, destacamos o plano de São Paulo, elaborado por Francisco de Paula, que retrata a cidade planejada de São Paulo, com ruas largas e edifícios altos, refletindo o poder da elite local.

Remissão para as questões dos documentos

Legenda explicativa

A dinâmica das trocas locais e regionais

Entre os documentos e textos informativos, destacamos o plano de São Paulo, elaborado por Francisco de Paula, que retrata a cidade planejada de São Paulo, com ruas largas e edifícios altos, refletindo o poder da elite local.



Entre os documentos e textos informativos, destacamos o plano de São Paulo, elaborado por Francisco de Paula, que retrata a cidade planejada de São Paulo, com ruas largas e edifícios altos, refletindo o poder da elite local.

Dossiê

Ideias Fundamentais

1. A cidade planejada

A cidade planejada de São Paulo, com ruas largas e edifícios altos, refletindo o poder da elite local.

2. A cidade planejada

A cidade planejada de São Paulo, com ruas largas e edifícios altos, refletindo o poder da elite local.

Análise de documentos

1. A identidade civilizacional da Europa Ocidental

A identidade civilizacional da Europa Ocidental, com suas características culturais e políticas.

Síntese por tópicos

Síntese esquemática

Síntese

ÍNDICE

2

Módulo

O dinamismo civilizacional da Europa Ocidental nos séculos XIII a XIV – espaços, poderes e vivências 8

1. A identidade civilizacional da Europa Ocidental	10
1.1 Poderes e crenças – multiplicidade e unidade	12
1.1.1 A multiplicidade de poderes	12
1.1.2 A unidade da crença	18
Dossiê	24
1.2 O quadro económico e demográfico – expansão e limites do crescimento	26
1.2.1 A expansão agrária e o crescimento demográfico	26
1.2.2 O renascimento das cidades e a dinamização das trocas	29
Dossiê	32
1.2.3 As grandes rotas do comércio externo	34
1.2.4 A fragilidade do equilíbrio demográfico	40
Dossiê	44
Ideias Fundamentais	46
2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico	48
2.1 A fixação do território	50
2.1.1 A Reconquista	50
2.1.2 Do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras	52



2.2 O país rural e senhorial	56	3. Valores, vivências e quotidiano	100
2.2.1 Os senhorios – sua origem, detentores e localização	56	3.1 A experiência urbana	102
2.2.2 O exercício do poder senhorial: privilégios e imunidades	58	3.1.1 Uma nova sensibilidade artística: o Gótico	102
2.2.3 A exploração económica do senhorio	60	Dossiê	110
2.2.4 A situação social e económica das comunidades rurais independentes	62	3.1.2 As mutações na expressão da religiosidade: ordens mendicantes e confrarias	114
Dossiê	64	3.1.3 A expansão do ensino elementar; a fundação de universidades	119
2.3 O país urbano e concelhio	70	3.2 A cultura leiga e profana nas cortes régias e senhoriais	123
2.3.1 A multiplicação de vilas e cidades concelhias	70	3.2.1 O ideal de cavalaria	123
2.3.2 A organização do espaço citadino	73	3.2.2 O amor cortês	126
2.3.3 O exercício comunitário de poderes concelhios; a afirmação política das elites urbanas	78	Dossiê	128
Dossiê	80	3.2.3 O culto da memória dos antepassados	130
2.4 O poder régio, fator estruturante da coesão interna do reino	84	3.3 A difusão do gosto e da prática das viagens	132
2.4.1 Da monarquia feudal à centralização do poder	84	3.3.1 Viagens de negócios e missões político-diplomáticas	132
2.4.2 A reestruturação da administração central	87	3.3.2 Romarias e peregrinações	134
2.4.3 A intervenção na administração local	91	Dossiê	138
2.4.4 O combate à expansão senhorial e a promoção política das elites urbanas	91	Ideias Fundamentais	141
2.4.5 A afirmação de Portugal no quadro político ibérico	94		
Dossiê	96		
Ideias Fundamentais	98		

2

A Europa na primeira metade do século XIII



Sumário

1. A identidade civilizacional da Europa Ocidental
2. O espaço português — a consolidação de um reino cristão ibérico
3. Valores, vivências e quotidiano

Módulo

O dinamismo civilizacional da Europa Ocidental nos séculos XIII a XIV – espaços, poderes e vivências





Roger van der Weyden, *Retábulo Bladelin*, 1445-1450 (detalhe da tábua central)

O Papa e o Patriarca
de Constantinopla
excomungam-se
mutuamente
(1054)

Gregório VII,
Dictatus Papae
(1075)

Primeira Cruzada
(1095)

Criação de uma
comuna em Marselha
(1128)

Fundação da cidade
de Lubeque
(1143)

Saladino
conquista Jerusalém
(1187)

Prosperidade Económica

1000

1100

1200

Unidade

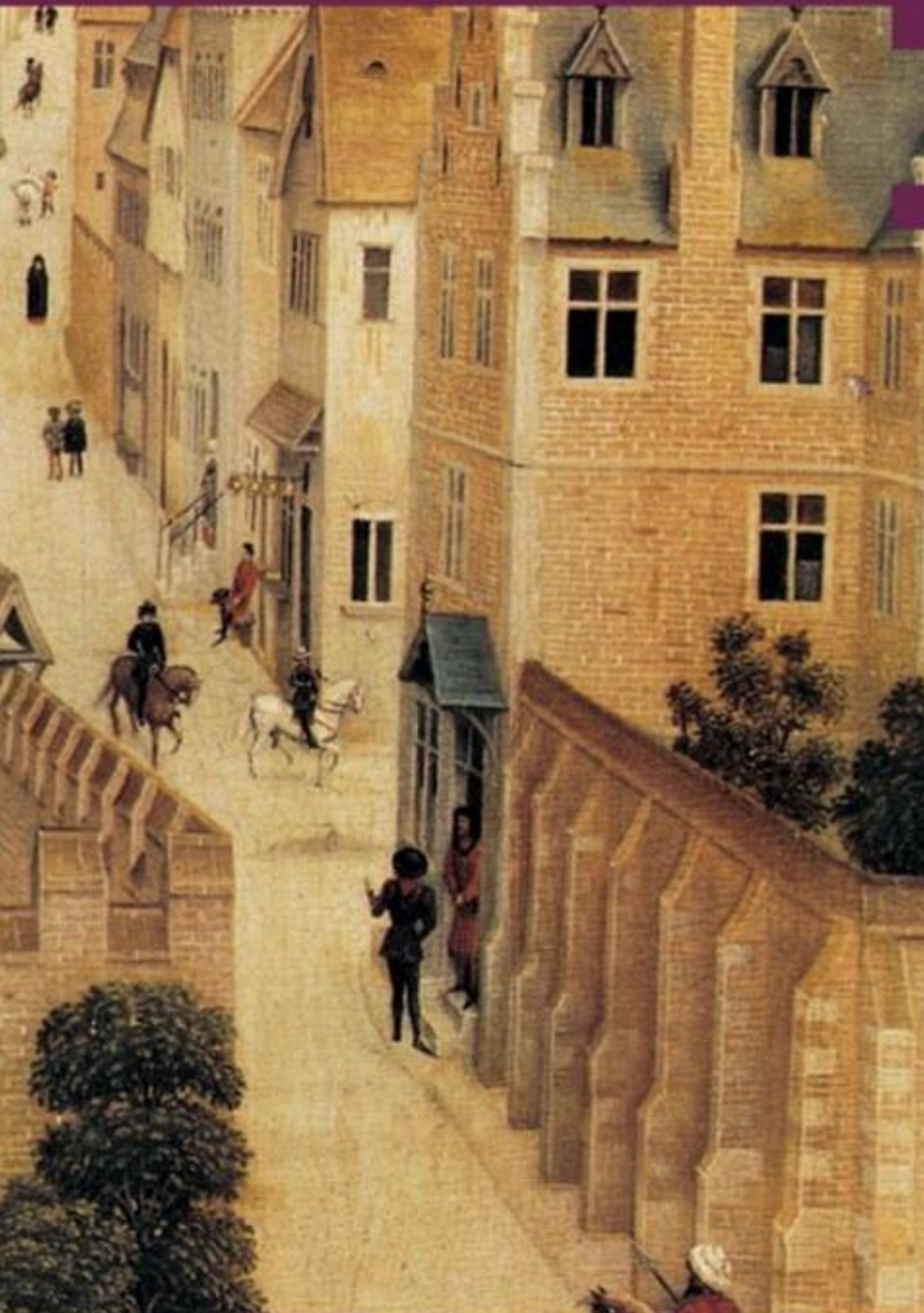
A identidade civilizacional da Europa Ocidental

Conteúdos

- 1.1 Poderes e crenças — multiplicidade e unidade
- 1.2 O quadro económico e demográfico — expansão e limites do crescimento

Aprendizagens

- Referir, em termos genéricos, os elementos de unidade e de diversidade na Europa do século XIII.
- Distinguir, como unidades políticas, reinos, senhorios e comunas.
- Reconhecer, no Sacro Império Romano-Germânico, a persistência da ideia de um império romano e cristão.
- Mostrar o papel desempenhado pela religião na coesão interna do mundo ocidental.
- Distinguir, em termos religiosos, culturais e geográficos, os outros mundos: Bizâncio e o Islão.
- Indicar os fatores que contribuíram para a prosperidade europeia dos séculos XI a XIII.
- Explicar o surto urbano.
- Enquadrar as relações cidade-campo no renascimento de uma economia de mercado.
- Descrever a configuração da cidade medieval.
- Localizar os polos mais dinâmicos da economia europeia.
- Traçar um quadro genérico de rotas e produtos.
- Explicar o desenvolvimento das novas práticas financeiras.
- Evidenciar a fragilidade do equilíbrio demográfico.





Filipe, pela graça de Deus, rei de França [...]

Nós, em consideração e recompensa dos bons serviços que Béren-
gier d'Auriac, escudeiro, filho do dito Bernart, prestou a nós e aos
nossos predecessores nas guerras de Flandres e da Gasconha,
concedemos-lhe, para ele e para os seus herdeiros [...], a terra
mencionada (Saint-Brancat, em Carcassonne) com a justiça alta
e baixa¹ e com o *ban* e as rendas [...] e ordenamos ao nosso Senescal
e Tesoureiro ou Recebedor de Carcassonne, presente e futuro, e a
todos e a cada um dos nossos oficiais de justiça, que, de agora em
diante, deixem o dito Béren-
gier e seus herdeiros gozar em paz das
ditas coisas [...] e lhas entreguem ou façam entregar sem demora
e que assim fiquem para sempre [...].

Dada em Narbonne, no ano de graça de mil CCC trinta e cinco, no
mês de fevereiro. Pelo Rei

Arquivos Nacionais Franceses, J. L. 69, fólio 101, em *The Internet Medieval Source Book*

¹ A *alta justiça* contempla a repressão de crimes graves que podem implicar pena de morte; a *baixa justiça*
abrange delitos leves, muitas vezes ligados aos direitos senhoriais, puníveis com multas.

Questões pág. 13

Trabalhos do mês de julho num senhorio medieval.

Miniatura da *Livre de Heures do Duque de Berry (Les Très Riches Heures)*, início do século XV.

1.1 Poderes e crenças – multiplicidade e unidade

1.1.1 A multiplicidade de poderes

À unidade política do mundo romano sucedeu uma Europa dividida e instá-
vel. Durante a Idade Média, senhorios, principados, cidades independentes
coexistiam com unidades mais vastas – os reinos – e até com um império,
que teimava em manter vivo o legado político do mundo romano.

Os senhorios

Conforme o nome indica, o **senhorio** era a **terra de um senhor**, isto é, de
um nobre ou de um membro do alto clero.

Territorialmente, o senhorio era uma **propriedade fundiária**, de dimen-
são muito variável. As terras de um mesmo senhorio podiam formar um
todo contínuo, mas, salvo em certas zonas de Inglaterra e do Norte de
França, essa circunstância era rara. Normalmente, estas grandes proprieda-
des eram formadas por um **núcleo mais significativo, dominado pelo cas-
telo** do senhor (Doc. 1), que agrupava terras aráveis, bosques e um ou mais
aglomerados populacionais; este núcleo completava-se com terras disper-
sas, frequentemente entremeadas por outros senhorios.

Para além dos **rendimentos económicos** que retirava da posse da terra, o
senhor detinha também a **autoridade sobre os homens** que a habitavam,
tendo o direito de julgar e aplicar penas, lançar impostos e outras taxas, recrutar
homens para o exército. Exercia, assim, um conjunto de poderes políticos
que, nos nossos dias, pertencem apenas ao Estado. Nesta época, o rei acei-
tava que fossem os senhores a exercê-los. Este conjunto de poderes públicos,
açambarcados pelos senhores, recebeu o nome de *ban* ou *bannus* (Doc. 1).

Conceitos

Senhorio* – Território onde um senhor exercia:

- a) poder sobre a terra, de que era proprietá-
rio e de cuja exploração cobrava rendas e
serviços;
- b) poder sobre os homens, a quem exigia
impostos de natureza económica, jurisdi-
cional e militar.

Reino* – Estado ou nação cujo chefe político
é um rei. Foi no decurso da Idade Média que
se constituíram os reinos que estão na base
dos atuais Estados europeus. O processo de
formação de reinos foi mais precoce na
Europa Ocidental. Na Europa Central e Orien-
tal este processo foi entravado por razões
várias, tendo a autoridade real sentido difi-
culdade em se afirmar face ao poder dos
grandes senhores.

* Conceitos estruturantes



Os domínios de Carlos, o Temerário.



Carlos, o Temerário (1433-1477). Filho do Duque da Borgonha, Filipe, o Bom, e da princesa Isabel de Portugal (filha do nosso rei D. João I), Carlos herdou domínios muito extensos que incluem vários ducados, condados e outros senhorios, tanto no Reino de França como no Sacro Império. Ambicioso e decidido, o duque alarga ainda os seus territórios e sonha constituir um Estado independente. A sua vida, passada em sucessivos confrontos militares e em permanente desavença com o rei de França, Luís XI, termina abruptamente em Janeiro de 1477, durante o cerco que colocou à cidade de Nancy.

20123931 DD

Questões

- 1 O que motivou o rei à doação do senhorio (DOC. 1)?
- 2 Que direitos foram concedidos ao senhor (DOC. 1)?
- 3 Descreva a imagem (DOC. 1).
- 4 Distinga as duas categorias sociais que, explícita ou implicitamente, se encontram representadas na imagem (DOC. 1).
- 5 Faça uma pequena pesquisa na Internet com vista a esclarecer:
 - o que é um *Livro de Horas*;
 - quem foi o duque de Berry e qual a importância da obra a que pertence a iluminura reproduzida.
- 6 Identifique, no mapa do DOC. 2, três unidades políticas diferenciadas.

Este **duplo poder do senhor** – o domínio económico e a autoridade sobre os homens – é uma das características mais marcantes dos tempos medievais. Estima-se que, cerca do ano 1200, quatro quintos das terras e dos homens da Europa estivessem sob a autoridade de um senhor privado.

Ducados e condados

Os duques e condes constituíam os escalões superiores da nobreza medieval. Geralmente aparentados com a casa real, possuíam **senhorios imensos**, cuja extensão muitas vezes se foi alargando; generosas doações régias e uma hábil política de casamentos contribuíram para juntar, numa só mão, parcelas senhoriais anteriormente separadas. Estes senhorios englobavam, para além das terras agrícolas e aldeias, numerosas vilas e, até, cidades importantes (Doc. 2).

Senhorios deste tipo encontram-se um pouco por toda a Europa. Extremamente ricos e poderosos, estes grandes senhores chegam a afrontar o poder do rei ou do imperador, a quem, teoricamente, devem obediência.

Os reinos

Os **reinos** são unidades políticas extensas, que têm à cabeça um rei. Para que se constitua um reino estável devem conjugar-se duas condições fundamentais:

- Em primeiro lugar, o reconhecimento da **superioridade de uma família**, à qual compete **exercer a realeza**, em regime hereditário. O rei detém sobre todos, independentemente da sua condição social, uma autoridade suprema, que deve utilizar para garantir o **bem comum** (Dec. 3).

E os santos disseram que o rei é senhor colocado na Terra no lugar de Deus para cumprir a justiça e dar a cada um o seu direito, e além disso o chamaram coração e alma do povo [...]. E, outrossim, como o coração é um, e por ele recebem todos os outros membros a unidade para serem um corpo, assim todos os do reino, embora sejam muitos [...] devem também ser todos um com ele para servi-lo e ajudá-lo nas coisas que ele deve fazer. E na ordem natural disseram os sábios que o rei é a cabeça do reino, porque assim como da cabeça nascem os sentidos que comandam todos os membros do corpo, assim pelo mandado do rei, que é o senhor e a cabeça de todos os do reino, devem-se dirigir e guiar e estar de acordo com ele para o obedecer e auxiliar e proteger e manter o reino no qual ele é alma e cabeça, e eles são os membros.

Alonso X, *O Sábio*, rei de Castela (1252-1284)
— *As Setes Partidas*



A cerimónia da coroação, numa iluminura do início do século XIV, provavelmente francesa.

A ideia de que o poder do rei provém de Deus foi-se reforçando no decurso da Idade Média. A participação da Igreja nas cerimónias da coroação ajudou a consolidar esta ideia e contribuiu para fortalecer o poder real.

- Em segundo lugar, a **delimitação de um território**, sobre o qual o monarca exerce a sua autoridade. O facto de ter nascido no reino coloca, independentemente da sua vontade, todo o homem na dependência do rei.

Deste modo, a constituição de um reino corresponde sempre a um processo de **identificação entre um rei, um território e os seus habitantes**. Este processo gera a convicção de que existem laços de tipo étnico, histórico, cultural e político que unem toda a comunidade.

No século XIII, na zona ocidental da Europa, os reinos constituem já unidades políticas estáveis. Portugal, Castela, Aragão, França e Inglaterra são, por esta altura, reinos consolidados (Doc. 3). Em contrapartida, mais a oriente, o processo de formação de reinos (como os da Polónia, Hungria ou Bulgária) dava ainda os primeiros passos.

O Império

A queda do Império Romano do Ocidente não apagou o ideal de uma autoridade máxima comum. O sonho de reconstituição de um império universal e cristão pareceu concretizar-se no Natal do ano 800, quando o Papa coroou, em Roma, Carlos Magno, rei dos Francos, imperador do Ocidente.

O império de Carlos Magno foi efémero e, após a sua morte, não tardou a dividir-se. Todavia, no século X, o **sonho imperial renasceu na pessoa de Otão I** (936-973), rei da Alemanha (Germânia), que era, na época, o mais



Os reinos da Europa Ocidental, cerca de 1225.

Questões pág. 15



O imperador Otão II (973-983), miniatura de uma folha solta, c. 985 (Chantilly, Museu Condé). Tendo assumido, tal como o seu pai e antecessor, a dignidade de "imperador augusto", Otão é representado com as insígnias imperiais. Ladeiam-no quatro mulheres, que representam, simbolicamente, a Alemanha, a França, a Itália e os países eslavos. Todas estas regiões deveriam reconhecer a supremacia do imperador. De facto, tal nunca aconteceu. Ao contrário do que se verificou nas monarquias ocidentais, o Sacro Império nunca constituiu um poder político forte e centralizado.



Principais regiões do Sacro Império Romano-Germânico.

Questões pág. 15

Questões

- 1 Na iluminura reproduzida são os bispos que rodeiam e coroam o rei. Explique este facto com os elementos fornecidos pelo texto de Afonso X (DOC. 3).
- 2 Esclareça o sentido da afirmação "o rei é a cabeça do reino" (DOC. 3).
- 3 Que elementos conferem majestade à representação de Otão II (DOC. 4)?
- 4 Identifique as insígnias imperiais que Otão II ostenta (DOC. 4).
- 5 Recorrendo ao mapa, explique a designação "romano-germânico" dada ao Sacro Império (DOC. 4).

poderoso monarca do Ocidente. Tal como Carlos Magno, Otão aliou-se ao Papa, do qual recebeu, também, a coroa imperial.

Englobando territórios germânicos e italianos e resultando de uma aliança entre o imperador e o papado, este império recebeu o nome de **Sacro Império Romano-Germânico** (Doc. 4).

O Sacro Império jamais concretizou o sonho de domínio universal que impulsionou a sua criação. Na Europa Ocidental, com vimos, afirmavam-se os reinos, cada vez mais organizados e fortalecidos. Internamente, o poder imperial foi enfraquecido pelas constantes disputas entre o Papa e o imperador (que aspiravam ambos à direção da Cristandade), bem como pela afirmação dos grandes senhores, que constituíram principados praticamente autónomos.

No século XIII, politicamente, o Sacro Império não era mais do que um conjunto de territórios governados por príncipes locais que escolhiam entre si um imperador, cujo cargo, embora honroso, não conferia um poder efetivo.

As comunas

A partir do século XI, beneficiando de um clima de paz e prosperidade, a cidade renasce e anima-se. Centros de comércio e de artesanato, habitadas por homens ativos e cheios de iniciativa, as cidades aceitam mal o domínio que sobre elas exercem os grandes senhores. Por isso, desde cedo reivindicaram a sua autonomia.

[...] A notícia de que a cidade se debatia numa atrocíssima sedição¹ chegara até ao arcebispo, que imediatamente enviou homens para dominar o tumulto do povo e, ficando cheio de ira, ameaçou os jovens com o castigo merecido na próxima sessão [do tribunal].

O tumulto na cidade havia-se finalmente aquietado um pouco. Mas o jovem², que estava de ânimo exaltado e ensoberbecido pelo seu primeiro sucesso, não deixava de provocar todo o distúrbio que podia. Percorrendo a cidade, fazia discursos ao povo acerca da insolência e austeridade do arcebispo, que lançava injustas sobrecargas, despojava os inocentes da sua propriedade e insultava os honestos cidadãos com as suas imprudentíssimas palavras.

[...] Além disso, a todos vinha à mente um feito insigne e glorioso do povo de Worms, que havia expulsado o seu bispo por os estar governando com demasiada rigidez³. E visto que [em Colónia] eram mais numerosos e ricos que em Worms e possuíam armas, desagradava-lhes pensar que eram inferiores ao povo de Worms em audácia, submetendo-se como mulheres ao mando do arcebispo, que os dirigia de uma maneira tirânica.

Os principais eram convencidos por conselhos ineptos e a multidão desregrada com a ambição de coisas novas revoltava-se e chamava às armas através de toda a cidade arrastada por espírito diabólico.

Lambertus Herfeldensis, "Annales", c. 1514, em Fernanda Espinosa
- *Antologia de Textos Medievais*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1981

- 1 Iniciara-se um tumulto na cidade por o arcebispo ter requisitado o navio de um mercador para transportar o bispo de Münster, que viera a Colónia passar a Páscoa.
- 2 O filho do mercador proprietário do navio. Havia sido por sua iniciativa que se organizara a resistência às ordens do arcebispo.
- 3 A revolta de Worms dera-se um ano antes, em 1073.



O Palácio Comunal de Siena (séc. XIII) e a Torre della Mangia, adjacente ao palácio (séc. XIV). Orgulhosos das suas liberdades, por vezes duramente conseguidas, os burgueses ergueram palácios de governo imponentes e torres altíssimas, que podiam ser vistas de muito longe. A de Siena é uma das mais altas torres medievais de toda a Itália. Mede 88 m, exactamente o mesmo que a torre da catedral, numa afirmação de igualdade entre o poder público e o poder religioso. Símbolos da nova ordem citadina são também o relógio e os sinos da torre: o relógio marca o ritmo da vida urbana, que já não se guia pelas horas canónicas; os sinos permitem reunir rapidamente os habitantes, em caso de necessidade.

Questões pág. 17

O movimento de **luta pela liberdade cidadina** começou logo no século XI, no Norte de Itália, onde nunca se perderam as tradições urbanas. Encabeçado pelos mercadores, o grupo mais ativo, mais rico e mais influente, obrigou à **união de todos os habitantes da cidade**, selada por um **juramento** solene de entreajuda e lealdade: a **comuna**.

É a **comuna**, **associação de gentes da cidade**, que apresenta ao senhor as reivindicações e, se o senhor resiste, luta por elas (Doc. 5).

As lutas comunais estenderam-se a toda a Europa, dando origem a **episódios violentos**, como aconteceu nas cidades de Milão, Cambrai ou Colónia (Doc. 5). Muitas vezes, porém, os privilégios urbanos foram adquiridos de forma pacífica, a troco de uma boa soma de dinheiro, que o senhor aceitou receber como compensação pela perda dos seus direitos.

De forma violenta ou negociada, no século XII, boa parte dos burgos europeus recebeu a sua **carta comunal**, onde estavam exaradas as garantias e liberdades concedidas pelo senhor (ou pelo rei) à cidade (Doc. 6).

As cartas comunais, que os burgueses guardavam ciosamente fechadas em cofres de ferro, estipulavam estatutos e privilégios muito diferentes, conforme a cidade e os usos da região.

Foi sobretudo nas regiões da Alemanha e da Itália que as comunas

Conceitos

Comuna – O termo designou, inicialmente, a associação dos habitantes de uma cidade que tinha por objetivo libertá-la da sujeição aos grandes senhores. Passou, depois, a designar a cidade que, na Idade Média, possuía uma total ou muito ampla autonomia administrativa. Iniciado no século XI, em Itália, o movimento comunal expande-se no decurso dos séculos XII, XIII e XIV.

1 – Se for necessário fazer um juiz em Rouen, os cem que estão nomeados pares elegerão três homens-bons da cidade e apresentá-los-ão ao rei, que fará juiz aquele que lhe agradar.

2 – De entre os cem pares serão eleitos vinte e quatro por consentimento dos cem pares, os quais serão mudados todos os anos; de entre estes serão nomeados doze escabinos¹ e doze conselheiros. [...]

3 – O juiz e os doze escabinos reunir-se-ão todas as semanas duas vezes, para os negócios da cidade; [...] E os doze conselheiros reunir-se-ão com o juiz e os escabinos todos os sábados; e outrossim os cem pares se reunirão cada quinzena, ao sábado. [...]

30 – Ninguém deverá estar mais de um ano e um dia na vila se não for jurado da comuna. Durante essa estada e antes de ter jurado não poderá gozar de qualquer das liberdades da vila. Não poderá ser recebido na comuna e jurá-la senão diante do juiz e dos escabinos em exercício das suas funções. Prestado o juramento, terá todas as franquezas da vila. [...]

53 – O juiz, no princípio do seu ano, jurará não pedir ao senhor da terra nem aos barões para ficar juiz além desse ano, salvo com o comum consentimento da vila. [...]

Disposições da Comuna de Rouen (1169-1180), em Fernanda Espinosa, ob. cit.

¹ Echevins, na língua francesa. A sua função era a de jurados ou conselheiros judiciais no Conselho das Comunas.



Selos das cidades de Meulan (séc. XII) e Saint-Omer (séc. XIII).

Tal como os reis e os grandes senhores, as cidades possuíam selos próprios com os quais autenticavam os documentos. Os aqui reproduzidos representam os escabinos que compunham o conselho municipal.

Questões pág. 17

Questões

- 1 Explique os motivos da revolta dos habitantes da cidade contra o seu bispo e senhor (DOC. 5).
- 2 Mostre que este acto de rebelião não foi caso único (DOC. 5).
- 3 Interprete as palavras do cronista: "... a multidão desregrada com a ambição de coisas novas" (DOC. 5).
- 4 Quem se ocupa do governo da cidade (DOC. 6)?
- 5 Como mantém o rei o seu controlo sobre as instituições urbanas? (DOC. 6)
- 6 Como se obtém o estatuto de membro da comuna (DOC. 6)?
- 7 Mostre que, na Idade Média, coexistiam diversos centros de poder (DOCS. 1 a 6).

conseguiram maiores **privilégios administrativos**. Aí, algumas cidades reorganizaram-se em moldes completamente novos. Governava-as um conselho de burgueses e um corpo de magistrados próprio, aos quais competia a definição de normas, o lançamento e a cobrança de taxas, a aplicação da justiça, enfim, a regulação de todos os aspetos da vida urbana, com exceção dos religiosos (DOC. 6). Estes **altos cargos** eram, regra geral, **assumidos pelos mercadores mais ricos**, que assim controlavam, em seu proveito, a vida económica e política da comuna.

Algumas destas cidades independentes, sobretudo as da Itália, prosperaram extraordinariamente, assumindo um lugar destacado nos circuitos económicos europeus.

A imprecisão de fronteiras

Da turbulência política dos tempos medievais resultavam fronteiras imprecisas e pouco estáveis. Anexações, guerras ou acordos políticos alteravam com frequência a configuração dos territórios independentes.

O mesmo acontecia a nível interno: o desmembramento ou a junção de senhorios, as liberdades conquistadas pelas cidades, as usurpações senhoriais ou, ao invés, os progressos da autoridade real traçavam delimitações efémeras, de contornos mal definidos.

BOX 7 A afirmação da supremacia do Papa

1. Que só a Igreja Romana foi fundada por Deus.
2. Que, portanto, só o pontífice romano tem direito a chamar-se universal.
3. Que só ele pode depor ou estabelecer bispos.
- [...]
6. Que não devemos ter comunhão nem permanecer na mesma casa com aqueles que tenham sido excomungados pelo pontífice.
- [...]
9. Que todos os príncipes devem beijar os pés somente ao Papa.
10. Que o seu nome deve ser recitado na Igreja.
11. Que o seu título é único no mundo.
12. Que lhe é lícito depor o imperador.
- [...]
26. Que não deve ser considerado católico quem não está de acordo com a Igreja Romana.
27. Que o pontífice pode libertar os súbditos da fidelidade a um monarca iníquo.

Gregório VII (1075-1085), *O Dictatus Papae*, 1075



A *doação de Constantino*, num fresco do século XII, Roma.

O fresco ilustra a doação que o imperador Constantino teria feito ao Papa Silvestre I, outorgando-lhe honras equivalentes às do imperador, autoridade sobre todo o Ocidente e o primado sobre os patriarcas do Oriente. O documento, sem dúvida uma falsificação, foi sempre muito contestado, mas o Papa invocou-o repetidamente, como forma de legitimar o seu imenso poder.

Questões pág. 19

1.1.2 A unidade da crença

Apesar do seu fracionamento político, a Europa Ocidental assumia-se como um **conjunto unido pela mesma Fé**. A Igreja era a única instituição que ultrapassava fronteiras e se estendia, solidamente, por todos os países e regiões, contribuindo assim para a construção de uma identidade comum. Desta forma, a noção geográfica de **Ocidente** converteu-se numa realidade cultural, a **Cristandade latina**, conjunto de terras e povos cuja língua litúrgica era o latim e que, em matéria religiosa, **obedecia ao bispo de Roma, o Papa**.

O poder do bispo de Roma

Embora, desde os primórdios do cristianismo, se tenha reconhecido ao bispo de Roma uma dignidade especial, a aceitação da sua supremacia sobre os outros bispos suscitou graves e prolongadas desavenças, que culminaram, no século XI, com o corte de relações entre o clero do Ocidente e o do Oriente.

Foi, em grande parte, ao **Papa Gregório VII (1075-1085)** que ficou a dever-se a **consolidação do poder da Igreja de Roma**. A reforma empreendida por este Papa (reforma gregoriana) não só moralizou os costumes e a atuação dos clérigos como proclamou a supremacia absoluta do **papado**. Como máximo representante de Deus, o Papa considerou-se detentor do

Conceitos

Papado* — O cargo, a dignidade do Papa.

O estabelecimento da supremacia do bispo de Roma — o Papa — sobre o restante clero e a Cristandade ocidental foi um processo demorado e complexo que conduziu, em 1054, à divisão dos cristãos em católicos e ortodoxos.

No século XI foram dados dois passos sobremaneira importantes para o reforço da dignidade do Papa no Ocidente: o estabelecimento da sua eleição por um colégio independente de cardeais (1059) e a publicação, por Gregório VII, do *Dictatus Papae* (1075), que proclamava a independência da Igreja relativamente aos laicos, a centralização dos poderes da instituição nas mãos do Papa, bem como a supremacia deste último sobre toda a Cristandade.

* Conceito estruturante

8 A Igreja regula a vida dos crentes

- Renovam-se os antigos decretos relativos à realização anual de concílios provinciais, a fim de reformar os costumes, principalmente os do clero. [...]
- Os bispos cuidarão da reforma dos costumes dos seus diocesanos e corrigirão os abusos que encontrarem, em especial os dos clérigos.
- Todos os fiéis chegados à idade da razão confessarão os seus pecados, pelo menos uma vez por ano, ao seu pároco. Cumprirão a penitência que lhes for imposta e receberão respeitosamente o sacramento da eucaristia [comunhão], pelo menos na altura da Páscoa. [...] Os que não cumprirem este dever serão impedidos, enquanto viverem, de entrar numa igreja, e de receber sepultura cristã aquando da sua morte. Este decreto será frequentemente tornado público nas igrejas, para que ninguém possa alegar ignorância.

Disposição do IV Concílio de Latrão, 1215



A celebração do casamento, numa miniatura do século XIII. A Igreja controlou todas as etapas importantes da vida, às quais impôs rituais próprios. O casamento, porque ligado à conduta moral dos crentes, foi objeto de uma atenção particular. Tornou-se indissolúvel, passando a fazer parte da lista dos sete sacramentos definidos no século XIII.

Questões pág. 19

Questões

- 1 A partir do documento 7, mostre a autoridade do Papa face ao clero e face aos poderes temporais (reis, imperador...).
- 2 Na imagem, quem está representado em condição de superioridade, o Papa Silvestre ou o imperador Constantino? Que elementos lhe permitem tirar essa conclusão (DOC. 7)?
- 3 Que funções cabem aos bispos?
- 4 Que deveres impõe a Igreja aos fiéis (DOC. 8)?
- 5 A quem é dado o lugar central na cerimónia do casamento? O que simbolizará este protagonismo (DOC. 8)?

poder máximo sobre toda a Cristandade, o que o colocava num plano superior ao de qualquer monarca, incluindo o imperador (do Sacro Império) (Doc. 7).

Tal conceção originou, como era de esperar, numerosos conflitos entre o Papa, o imperador e os monarcas europeus, pouco dispostos a reconhecerem, em matéria política, a sua sujeição à Santa Sé.

Estes diferendos não resultaram numa vitória total das pretensões do papado – que acabou por se ver obrigado a reconhecer as prerrogativas dos monarcas, no seu território. Eles contribuíram, no entanto, para o reforço da autoridade e do prestígio da Igreja que, no **século XIII**, é, sem dúvida, **a instituição mais poderosa e organizada do Ocidente**:

- Tem um **centro reconhecido**, Roma, e um **chefe supremo**, o Papa.
- Exerce o seu poder sobre todo o Ocidente e todos os seus habitantes¹.
- Possui **meios humanos e materiais**. Um numeroso corpo de clérigos, bem organizado, representa-a junto dos fiéis; a cobrança de variadas taxas, das quais se destaca a *dizima* (um décimo de todas as colheitas), assegura-lhe riqueza, que se completa com extensas propriedades e generosas dádivas.
- Rege-se por um **código de leis próprias** – o Direito Canónico –, que individualiza os seus membros face à restante população.

¹ Nesta época, é impensável não ter religião. No Ocidente, salvo os pequenos grupos de judeus e muçulmanos, todos são cristãos.

A – O afastamento cultural

Em 968, Liutprand, bispo de Cremona, foi enviado pelo imperador Otão I a Constantinopla, em missão diplomática. Relatou, mais tarde, a forma humilhante como foi tratado pelo imperador bizantino, Nicéforo II, e por toda a sua corte. Eis um extrato desse relato.

“Se o teu Senhor o tentar [fazer guerra contra os bizantinos], deverá fugir não somente da Itália, mas também deste país miserável onde nasceu e onde os habitantes se vestem de peles de animais. Com a riqueza de que dispomos, e que nos torna poderosos, levantaremos todas as nações contra ele; e fá-lo-emos em pedaços, como um pote de barro que, uma vez quebrado, nunca mais retoma a sua forma. E como supomos que compraste, para lhe ofertar, alguns mantos preciosos, ordenamos que no-los mostres: os que forem próprios para vocês, podeis levá-los; aqueles que só são dignos de nós, devolveremos o dinheiro e ficaremos com eles.”

Dito isto, confiscaram cinco valiosos mantos de púrpura, pois julgaram-nos, a nós e a todos os Italianos, Saxões, Francos, Bávaros, Suábios, a todas as nações, indignos de usar tais vestes. Que infâmia e que ultraje! Estes homens moles, efeminados, com a cabeça coberta de tiaras e turbantes, mentirosos, vestem-se de púrpura. E autênticos heróis, homens enérgicos, conhecedores da guerra, fiéis, caridosos, submetidos a Deus, virtuosos, não o podem fazer.

Liutprand de Cremona [c. 922 – c. 972] – “Relatório da Missão a Constantinopla”, em *The Internet Medieval Source Book*

B – O afastamento religioso

Quanto a Miguel, a quem dão, por abuso, o título de patriarca, e aos seguidores da sua loucura, se-meiam todos os dias, na cidade de Constantinopla, uma enorme quantidade de heresias. [...] Visto isso [...], nós lançamos, contra Miguel e os seus seguidores, o anátema que o nosso reverendíssimo Papa pronunciou contra eles, caso não se arrependessem. Que Miguel que usa abusivamente o título de patriarca e todos os que o seguem nos seus erros caiam sob o anátema [...] com o diabo e os seus anjos, a menos que se arrependam. Amén, Amén, Amén.

Bula de excomunhão de Miguel Cerulário, patriarca de Constantinopla, apresentada pelos legados do Papa Leão IX, em Santa Sofia, no dia 16 de julho de 1054



O patriarca de Constantinopla, Miguel Cerulário e o Papa Leão IX, retratados num manuscrito grego do século XIV. Poucos dias depois de ter sido excomungado pelo Papa, Miguel Cerulário excomunga, por sua vez, o pontífice romano e os seus legados.

Questões pág. 21

A Cristandade ocidental face a Bizâncio

O Império Romano do Oriente teve uma vida longa. Só em 1453, sensivelmente mil anos após a queda de Roma, Constantinopla sucumbe ao poder do Império Turco.

Este Império do Oriente, que normalmente designamos por Império Bizantino, considerava-se o herdeiro direto do mundo romano. Assumia-se como um espaço civilizado, possuidor de uma cultura requintada, que considerava muito superior à dos «bárbaros» ocidentais (Doc. 9A).

Constantinopla (ou Bizâncio), a «nova Roma» erguida pelo imperador Constantino, era o símbolo do esplendor deste império e o seu centro religioso. A cidade deslumbrava, com as suas 500 igrejas, entre as quais se destacava Santa Sofia, templo notável tanto pelas suas dimensões como pela sua riqueza decorativa. Aí oficiava, em língua grega¹, o patriarca de Constantinopla², a figura mais reverenciada de todo o clero cristão do Oriente.

A rivalidade entre os bispos de Roma e de Constantinopla sempre se fez

¹ Como sabe, na metade oriental do Império Romano, o grego sempre foi língua corrente.

² A palavra patriarca, que significa, na origem, «chefe da família» (neste caso, da família cristã), transformou-se num título honorífico que foi concedido, inicialmente, aos bispos de Roma, Alexandria e Antioquia e, mais tarde, aos de Constantinopla e Jerusalém. Quando a conquista muçulmana arrebatou, ao Império do Oriente, Alexandria, Antioquia e Jerusalém, restaram apenas os dois patriarcados de Roma e Constantinopla, que entraram em competição um com o outro.

Conceitos

Igreja Ortodoxa Grega – Conjunto de Igrejas do Oriente que, no século XI, se separaram da Igreja de Roma, por considerarem que esta se desviava dos genuínos dogmas do cristianismo. Daí a designação, que a si mesmo atribuíram, de ortodoxas («doutrina certa»). Os ortodoxos não reconheciam, como os católicos, a autoridade superior de qualquer bispo, embora o primado de honra pertencesse ao patriarca de Constantinopla. Para além deste ponto, separavam as duas igrejas alguns aspetos doutrinários e litúrgicos, nomeadamente a língua religiosa que, no Oriente, era o grego e, no Ocidente, o latim.

DOC. 10 O saque de Constantinopla pelos cruzados (1204)

A – Visto por um ocidental

Os mais poderosos (de entre os cruzados) reuniram-se e decidiram saquear as melhores casas da cidade [...].

Depois, ordenou-se que todo o saque fosse levado para uma abadia da cidade [...]. Havia tantos objetos de ouro e de prata, tecidos de ouro, joias sumptuosas, que era uma rara maravilha. Desde que o mundo existe que nunca se viu nem se tomou uma tal riqueza, nem tão nobre nem tão rica, nem no tempo de Alexandre, nem no de Carlos Magno, nem antes nem depois. Não acredito que houvesse, nas quarenta cidades mais ricas do mundo inteiro, tanta riqueza como a que foi encontrada em Constantinopla. E os Gregos diziam que dois terços da riqueza do mundo estava em Constantinopla e o terceiro terço disperso pelo mundo inteiro.

Robert de Clari (c. 1170 - d. 1216), cronista francês participante na IV Cruzada - *La Conquête de Constantinople*, c. 1208

B – Visto por um bizantino

Os inimigos, não encontrando mais resistência, passaram todos pelo fio da espada, sem distinção de idade nem de sexo [...] enchendo a cidade de terror e de desespero. [...] Puseram-se a pilhar as casas e as igrejas. [...] Partiram as imagens santas, veneradas pelos fiéis. Lançaram as relíquias sagradas dos mártires em locais que me envergonho de nomear. [...] Estes precursores do Anticristo, estes profanadores [...] pegaram nos cálices e cibórios e, depois de lhes terem arrancado as pedras preciosas e outros ornamentos, fizeram deles copos de beber. [...] Foi inimaginável a profanação que fizeram na grande igreja de Santa Sofia. Destruíram o altar, que era feito de várias matérias preciosíssimas [...] e partilharam entre si as peças.

Nicetas Choniates (c. 1155 - c. 1215), historiador bizantino - *O Saque de Constantinopla*



A conquista de Constantinopla pelos cruzados numa miniatura das *Crônicas dos Imperadores*, de David Aubert, 1462.

Questões pág. 21

Questões

- 1 Identifique o "país miserável" referido no DOC. 9A.
- 2 Que juízo fazem uns dos outros, ocidentais e bizantinos (DOC. 9A)?
- 3 Que acusações são feitas a Miguel Cerulário pelos legados do Papa (DOC. 9B)?
- 4 Em que aspetos coincidem os dois relatos do saque de Constantinopla (DOC. 10)?

sentir. Discordavam em alguns pormenores doutrinários (como os relativos ao dogma da Santíssima Trindade e à forma de comunhão), mas o que sobretudo os opunha era a recusa do patriarca bizantino em aceitar a supremacia romana. Em 1054, este litígio tornou-se numa rutura efetiva: os legados do Papa e o Patriarca de Constantinopla excomungaram-se mutuamente (DOC. 9B).

A partir de então, o cisma da Cristandade está consumado: a oriente, apoiada no Império Bizantino, existe uma Igreja de língua grega, que se proclama fiel aos primitivos dogmas e, por isso, se intitula **ortodoxa**, isto é, aquela que segue a «doutrina certa». A ocidente, apoiada no Sacro Império e nas monarquias em geral, existe uma Igreja latina, sob a égide de Roma.

Esta grave cisão religiosa reflete e agrava o fosso político e cultural entre as duas partes da Cristandade que, de aí em diante, se afrontam declaradamente.

Em 1204, os cavaleiros da quarta cruzada¹, que haviam partido para o Oriente com a missão de combater o infiel muçulmano, tomam de assalto e saqueiam Constantinopla (DOC. 10). Foram, decerto, motivados pela cobiça das imensas riquezas da cidade. Este episódio mostra, porém, como Bizâncio representava um outro mundo, que os ocidentais acreditavam ser «pérfido» e hostil, ao ponto de se esquecerem que partilhava a mesma Fé em Cristo.

¹ Sobre as cruzadas consulte o Dossiê das pp. 24-25.

A – Um Deus único

- Tudo o que existe nos céus e na Terra glorifica Allah; e Ele é o Onnipotente, o Omnisciente.
- A Ele pertence o senhorio dos céus e da terra: Ele é o que dá a vida e o que ordena a morte, Ele tem o poder sobre todas as coisas.
- Ele é o Primeiro e o Último, o Visível e o Invisível, Ele é o Conhecedor de todas as coisas.
- Ele é O que criou os céus e a terra em seis dias; depois subiu ao Trono. Ele conhece tudo o que entra na terra e tudo o que dela sai e tudo o que desce do céu e tudo o que a ele ascende. Ele está convosco onde quer que vós estejais. E Allah vê tudo o que vós fazeis.
- É seu o Reino dos Céus e da Terra, e a Allah todas as coisas voltam.
- Ele faz com que a noite penetre no dia e que o dia penetre na noite, Ele conhece os pensamentos dentro dos corações.

Corão, 57



Um imã ensina o Corão, miniatura do *Manuscrito de Al Hariri*, 1237.

B – Obrigações dos crentes

Profissão de Fé	Fórmula recitada que afirma a crença em Allah e em Maomet como o seu último mensageiro.
Oração	Oração obrigatória cinco vezes por dia, em horas predefinidas. Realiza-se depois de abluções e com o crente virado para Meca.
Esmola legal	Distribuição, aos pobres, de cerca de um quadragésimo do capital arrecadado cada ano. São aconselhadas outras esmolas voluntárias, dadas discretamente.
Jejum do Ramadão	Abstinência de alimento, bebida e relações sexuais desde o nascer ao pôr do sol, durante o nono mês do calendário muçulmano. Estão isentos os doentes, os idosos, as grávidas e os viajantes.
Peregrinação a Meca	Devem efetuar a peregrinação durante o décimo segundo mês do calendário muçulmano, pelo menos uma vez na vida, todos os que tiverem condições para tal (saúde, dinheiro).

Questões pag. 23

A Cristandade ocidental face ao Islão

Cerca do ano 610, Maomet, mercador e caravaneiro do deserto da Arábia, iniciou uma intensa atividade religiosa. Acreditava ter sido mandatado por Deus para tirar os Árabes da idolatria e conduzi-los à salvação. Uma noite, enquanto meditava na solidão do deserto, viu aparecer-lhe o anjo S. Gabriel, que lhe disse: «Maomet, tu és o profeta de Allah. Prega».

Desde então até à sua morte, em 632, Maomet dedicou-se por completo à glória de Allah (Deus, em árabe) e à difusão da sua palavra. Fundou, assim, uma nova religião – o **Islão** –, cujos princípios fez registar num livro sagrado, o **Alcorão** (ou **Corão**). Segundo Maomet, estes princípios constituíam a verdadeira revelação de Deus (Doc. 11).

O legado de Maomet ultrapassou, em muito, o aspeto religioso. Os Árabes, que até aí tinham vivido em tribos dispersas, tornaram-se num povo unido sob a bandeira de uma mesma fé. Para a espalharem, pregaram a **Guerra Santa** – *Jihad* – e dispuseram-se a conquistar o mundo. Um século após a morte do profeta, o Islão estendia-se por uma área imensa, que abarcava três continentes e uma grande multiplicidade de povos.

Durante cerca de quatro séculos (do século VIII ao início do século XII), a **Cristandade apequenou-se face ao Islão**. Este impôs o seu poder militar e apropriou-se do comércio mediterrânico. Desenvolveu uma civilização próspera e requintada, onde brilhavam cidades magníficas (Bagdad, Córdova...) e onde as ciências, a poesia e a filosofia floresceram intensamente.

Conceitos

Islão – O mesmo que islamismo, religião monoteísta fundada por Maomet, na segunda década do século VII. O vocábulo *islão* significa, em árabe, «submissão total a Deus». Inicialmente, o termo foi pouco usado no sentido que tem hoje, já que os Árabes designam a sua religião por *Muslem* e por *Mussulman* os crentes da mesma.

O termo *islão* tanto pode ser utilizado com um sentido estritamente religioso como para designar a comunidade islâmica, isto é, o mundo muçulmano em geral.

A – A Jihad

Ó crentes! Ponde-vos em guarda! Lançai-vos contra os nossos inimigos em grupos ou em bloco. [...]

Àqueles que combatem na senda de Allah, quer estejam mortos, quer estejam vitoriosos, conceder-se-á uma enorme recompensa.

Como não combatereis na senda de Allah, em favor dos homens débeis, das mulheres e das crianças que dizem: “Senhor nosso! Tirai-nos deste povo cujas sendas são injustas! Dai-nos um chefe designado por Vós! Dai-nos um defensor designado por Vós!”

Corão, 4,73



Bandeira muçulmana usada em Navas de Tolosa, uma das mais importantes batalhas da Reconquista da Península Ibérica (1212). Pode ler-se nas inscrições: «Sê um daqueles que tem fé em Allah e no seu Profeta, daqueles que lutam na senda de Allah. Allah perdoará os vossos pecados e deixará-vos entrar nos Jardins».

B – A Cruzada

Para os Cavaleiros de Cristo [...] quer deem a morte quer a sofram, é sempre uma morte por Cristo, não tem nada de criminoso e é muito gloriosa: com efeito, se matam, fazem-no pelo Senhor, se morrem, o Senhor está com eles [...]. Rechaçai pois, sem temor, essas nações que só acarinham a guerra, matai [...] todos os que cometem iniquidades e ardem de desejo de se apossar dos inestimáveis tesouros do povo cristão que se encontram dentro dos muros de Jerusalém.

São Bernardo de Claraval (fundador da ordem de Cister e pregador da II Cruzada, 1091-1153) - *Elogio da Nova Milícia*¹

¹ Tratava-se da recém-criada Ordem do Templo.



Questões pág. 23

Selo da Ordem do Templo, com a inscrição “Selo dos Soldados de Cristo”. Conhecidos como Templários, os cavaleiros da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão receberam como missão defender a Terra Santa e os seus peregrinos. A ordem, sem dúvida a mais famosa de todas as ordens religioso-militares, adotou como símbolo dois cavaleiros sobre o mesmo cavalo, numa possível alusão ao voto de pobreza dos seus membros.

Questões

- 1 Aponte as semelhanças entre os preceitos da religião muçulmana contemplados no Doc. 11 e a religião cristã.
- 2 Compare a mensagem dos dois textos do Doc. 12. Explique como podem contribuir para a expansão territorial das duas religiões.
- 3 Mostre, apresentando três evidências, que a Igreja desempenhou um papel relevante na união do Ocidente (DOCS. 10 e 12).

Comparado com o mundo islâmico, o mundo cristão parecia pequeno, pobre e rude.

Em 1095, a Cristandade deu um sinal claro de que as coisas estavam prestes a mudar. Atendendo ao apelo do Papa Urbano II, o Ocidente desencadeou a primeira de uma série de grandes ofensivas militares, conhecidas por **cruzadas**. O seu objetivo era a libertação dos lugares santos da Palestina, que se encontravam sob o poder dos muçulmanos (Dossier).

Embora, a nível militar, o êxito das expedições tenha sido reduzido, o movimento das cruzadas fortaleceu a ideia de uma **sociedade encabeçada por um ideal religioso**, suficientemente forte para lutar, unida, contra os inimigos da Fé (Doc. 12B).

Este ímpeto guerreiro fez-se sentir em todas as zonas de confluência do mundo cristão com o mundo muçulmano: na Península Ibérica, a Reconquista avançou rapidamente; no Sul da Europa, diminuíram as razias muçulmanas às zonas costeiras; no Mediterrâneo, as embarcações cristãs fizeram valer os seus direitos, retomando rotas há muito abandonadas.

No século XIII, a Europa Ocidental tinha, claramente, recuperado do seu abatimento face ao Islão. Seguir-se-iam tempos de uma rivalidade mais equilibrada, com avanços e recuos para ambas as partes. Mas, grosso modo, estavam já delimitadas as áreas de influência das duas religiões: o Ocidente era cristão; o Oriente muçulmano.

Lutar pela Terra Santa

Longa gesta guerreira alicerçada num ideal religioso, as cruzadas marcaram, de forma profunda, a identidade civilizacional do Ocidente.

Mapa A As religiões do Mediterrâneo, nos séculos XII-XIII



Mapa B O apelo de Urbano II

Em 1095, perante grande número de clérigos e de notáveis reunidos em Clermont, o Papa Urbano II dirigiu um apelo emocionado a toda a Cristandade ocidental.

Dos confins de Jerusalém e da cidade de Constantinopla¹, chegam-nos tristes notícias: [...] O povo do reino dos Persas, nação maldita, completamente estranha a Deus [...] invadiu terras cristãs, devastou-as pela espada, a pilhagem e o incêndio, levou cativos uma parte dos cristãos, a outros deu-lhes uma morte miserável, destruiu de alto a baixo as igrejas de Deus ou transformou-as em locais para o seu próprio culto [...].

[...] Que os vossos corações se comovam e que o vosso espírito se encha de coragem [...] sobretudo pelo Santo Sepulcro de Jesus Cristo, nosso Salvador, tomado por povos imundos, e pelos lugares santos que eles desonram e aviltam [...]. Oh! corajosos cavaleiros, [...] que nem os cuidados com as vossas propriedades, nem os assuntos da vossa família vos retenham [...] porque esta terra que habitais [...] não abunda de riquezas e a custo fornece alimento à sua população. [...] Tomai o caminho do Santo Sepulcro, submetei a terra ao vosso poder. Deus concedeu a Israel essa terra da qual as Escrituras dizem "que corre o leite e o mel". Jerusalém é o seu centro, o seu território é mais fértil que todos os outros e oferece as delícias do paraíso. Essa cidade real, situada no coração do mundo e agora cativa dos inimigos de Deus [...] pede-vos que a liberteis, que a socorrais [...]. Tomai esse caminho em remissão dos vossos pecados, e parti, seguros de glória que vos espera no reino dos céus.

Discurso de Urbano II em Clermont, 1095, segundo a versão de Robert de Moine

¹ Perante as investidas muçulmanas, o imperador bizantino Aleixo I Comneno enviara ao Papa um pedido de ajuda.



Urbano II apela à cruzada, no Concílio de Clermont, detalhe de uma pintura de Jean Fouquet, século XV.

DOC. C As primeiras cruzadas¹



¹ Distinguem-se, geralmente, oito cruzadas, escalonadas entre 1095 e 1272. Os territórios conquistados no Oriente, conhecidos como Estados Latinos, tiveram o seu apogeu no século XIII e perderam-se progressivamente durante o século seguinte.

DOC. D A tomada de Jerusalém pelos cruzados (1099)

Finalmente, depois de termos derrotado os pagãos, os nossos apresaram grande número de homens e mulheres, e mataram ou deixaram vivos quem quisessem [...]. Pouco depois, os cruzados percorreram toda a cidade, saqueando as casas e roubando o ouro, a prata, os cavalos e as mulas. Depois, felizes e chorando de alegria, os nossos foram adorar o Sepulcro de nosso Salvador Jesus, libertando-se da sua dívida para com ele.

História Anônima da Primeira Cruzada (século XII)

DOC. F Uma tentativa de acordo

Em 1191, pouco depois da conquista de Jerusalém por Saladino, Ricardo, Coração de Leão, envia-lhe a seguinte carta: Os nossos e os vossos estão a morrer, o país enche-se de ruínas [...]. Não achas que já basta? Para nós, só há três motivos de discórdia: Jerusalém, a Vera Cruz e o território.

No que se refere a Jerusalém, é o nosso lugar de culto e jamais aceitaremos renunciar a ele, ainda que devamos bater-nos até à última gota de sangue. Quanto ao território, queremos que nos devolvam o que fica a oeste do Jordão. A cruz¹, essa, não representa para vós senão um pedaço de madeira, ao passo que para nós o seu valor é inestimável.

DOC. E Protagonistas da 3.ª Cruzada



O rei de Inglaterra, Ricardo, Coração de Leão, luta com Saladino, sultão do Egito. Iluminação inglesa, c. 1340.

Eis a resposta de Saladino:

A cidade santa é tanto nossa quanto vossa; ela é mesmo mais importante para nós, pois foi na sua direção que o nosso profeta realizou a sua miraculosa viagem noturna, e é lá que a nossa comunidade será reunida no dia do Juízo Final. Está portanto posto de parte que a abandonemos. Jamais os muçulmanos o admitiriam. No que respeita ao território, ele sempre foi nosso, e a vossa ocupação é simplesmente passageira. Quanto à cruz, ela representa um grande trunfo nas nossas mãos¹.

Citado em Amrîm Malouf - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, Linda-a-Velha, Difel, 1995

¹ Saladino apossara-se da relíquia de Vera Cruz na Batalha de Hattin, em 1187.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

- De forma sucinta, aponte a diferença entre as três religiões do Mediterrâneo medieval [Doc. A].
- Relativamente ao Doc. B, esclareça:
 - a quem se refere Urbano II quando fala dos "inimigos de Deus";
 - qual o local que, mais do que qualquer outro, é sagrado para os cristãos;
 - que "apelo" foi lançado pelo Papa no seu discurso;
 - quais as recompensas prometidas aos que a ele aderissem.
- Que sentimentos desperta aos cristãos a conquista de Jerusalém [Doc. D]?

- Como se explica a indiferença do narrador face ao massacre da população de Jerusalém [Doc. D]?
- Observe a imagem do Doc. E. Parece-lhe isenta? Porquê?
- Explique por que motivo as pretensões das duas partes eram inconciliáveis [Doc. F].

SÍNTESE

- Exponha, num texto cuidado, os conhecimentos que adquiriu sobre as cruzadas do Oriente. Não deixe de referir:
 - alguns locais e marcos cronológicos;
 - os objetivos e ideais que lhes estiveram subjacentes;
 - o seu contributo para a unidade do Ocidente.

Thiou, monge beneditino relata os primeiros tempos da sua congregação, fundada em 1095.

Não era uma aldeia, era um deserto. Essa terra pertencia às freiras de Santo Elói, mas tinha sido abandonada na sequência de invasões contínuas e de repetidas incursões de ladrões. Oferecemos às freiras e à abadessa um preço conveniente e [...] depois de termos obtido o consentimento daquele a quem era necessário pedi-lo, ocupamo-nos da terra há tanto tempo inculta, querendo desbravá-la.

Procurávamos e não encontrávamos em toda a nossa congregação um homem capaz de arcar com tal trabalho. Então, um (monge) chamado Balduino, que tinha mostrado grande zelo na construção do mosteiro e do dormitório, sem se assustar com o muito que havia a fazer, ofereceu-se voluntariamente e, para o bem dos irmãos, encarregou-se desse fardo insuportável. Como descrever os trabalhos deste homem, como descrever os seus esforços para fazer renascer a aldeia? Creio que ele próprio, que os experimentou, teria dificuldade em contá-los. Desbravou um terreno há muito maninho: ervas, raízes, silvas, matagais e tudo o que pode impedir o amanho da terra foi arrancado, quer com a charrua, quer com a enxada, quer com outros utensílios. Quase oitenta famílias entraram para o serviço da abadia, estabelecendo-se nesse local.

Thiou de Morigny - *Chronique de Morigny*, Liv. I (c. 1106-1108)



Monges a trabalhar nos campos, pormenor de uma pintura de Joerg Breu alusiva à vida de São Bernardo de Claraval (1090-1153), grande impulsionador da Ordem de Cister. Tal como os monges de São Bento e Cluny, os cistercienses tomaram o trabalho como um valor fundamental, tendo um papel relevante no arroteamento de novas terras.

Questões pág. 27

1.2 O quadro económico e demográfico – expansão e limites do crescimento

1.2.1 A expansão agrária e o crescimento demográfico

No ano 1000, as florestas cobriam a Europa, ocupando uma enorme parte do solo, em detrimento da terra cultivada. No decurso dos três séculos seguintes, os homens desbravaram bosques, amanharam baldios e secaram pântanos, transformando-os em terras de lavoura junto às quais nasceram novas vilas e aldeias (Doc. 13).

Estes **grandes arroteamentos** ficaram a dever-se à ação individual de muitos camponeses, mas, sobretudo, à iniciativa conjunta de reis, senhores laicos, ordens monásticas (São Bento, Cluny, Cister) e até cidades. Eram, afinal, os que mais capacidade tinham para atrair os camponeses, fornecer as primeiras sementes, os instrumentos de trabalho, os materiais de construção.

Para além da expansão da superfície cultivada, a agricultura beneficiou, também, de **consideráveis avanços técnicos** (Doc. 15):

- O **emprego crescente do ferro**¹ nos utensílios agrícolas, nomeadamente na charrua, auxiliou o esforço dos cultivadores, permitindo abrir mais profundamente o solo e fixar melhor as sementes.

¹ Até aí, o ferro era escasso e quase não se utilizava nos instrumentos agrícolas. Estes, totalmente fabricados em madeira, não permitiam lavras profundas, pelo que a terra, mal revolvida e mal arejada, produzia muito pouco.

Doc. 14 O crescimento demográfico

População da Europa em milhões (estimativa)		
Países/regiões	1000	1340
Grécia e Balcãs	5	5
Itália	5	10
Península Ibérica	7	9
França e Países Baixos	6	19
Ilhas Britânicas	2	5
Alemanha e Escandinávia	4	11,5
Rússia	6	8
Polónia e Lituânia	2	3
Hungria	1,5	2
Total	38,5	73,5

Em *The Fontana Economic History of Europe*, vol. 1



1. Charrua, miniatura de *Les Très Riches Heures du Duc de Berry*, século XV.

A agricultura dos séculos XI-XIII beneficiou de instrumentos mais eficazes. Tal é o caso da charrua (Fig. 1), mais pesada que o tradicional arado e munida de uma peça lateral (a aiveca) que lançava a terra para os lados, permitindo abrir sulcos profundos e regulares. Outras técnicas conhecidas desde a Antiguidade, como o moinho hidráulico (Fig. 2), só então se generalizaram, constituindo, por isso, uma verdadeira novidade nos campos. Ao permitir um melhor aproveitamento dos cereais, os progressos da moagem aumentaram também as disponibilidades alimentares do Ocidente.



2. Moinho hidráulico, miniatura de *Le Mortifiement de Vaine Palaisance*, de René d'Anjou, século XV.



3. Esquema de afolhamento com rotação trienal de culturas. Este tipo de afolhamento veio aumentar substancialmente a área cultivada em cada ano. Ao contrário do afolhamento bienal, que deixava metade da terra em pousio, o afolhamento trienal deixava apenas um terço, sendo a mesma parcela cultivada dois anos seguidos. No primeiro ano (depois do pousio) semeava-se um cereal exigente, como o trigo ou o centeio. No segundo ano, quando a terra já estava mais cansada, produzia-se aveia, cevada ou leguminosas. No terceiro ano, a parcela era deixada em pousio, servindo na criação de gado, que ajudava a fertilizar o solo.

Questões pág. 27

Questões

- Baseando-se na *Crónica de Morigny* (DOC. 13), mostre:
 - o papel dos monges no fomento agrícola e no povoamento de terras desabitadas;
 - a relativa paz e estabilidade do século XI, comparativamente com os tempos anteriores.
- Indique as três áreas da Europa em que percentualmente se registou um maior crescimento populacional (DOC. 14).
- Relacione o crescimento demográfico com a informação fornecida pelos DOCs. 13 e 15.

- Novas formas de atrelagem – a canga frontal para os bois e a coelheira rígida para os cavalos – possibilitaram um **melhor aproveitamento da força animal**.
- O afolhamento com **rotação trienal de culturas**, que substituiu a tradicional divisão da terra em apenas duas folhas (uma lavrada e outra em pousio), permitiu granjear, cada ano, uma maior parcela de terreno.
- A **fertilização dos campos** com marga (argila calcária) e cinzas e a maior utilização de estrume animal melhorou a qualidade dos solos.

Todos estes aspetos se traduziram por um aumento da produtividade agrícola que, acompanhado pelo incremento da pecuária, fez crescer significativamente as disponibilidades alimentares da Europa.

O crescimento demográfico

Nos tempos medievais, a abundância de alimentos reflete-se, de imediato, no número de homens. Quando as grandes fomes recuaram, diminuíram também as epidemias, porque, melhor alimentada, a população tornou-se mais resistente à doença.

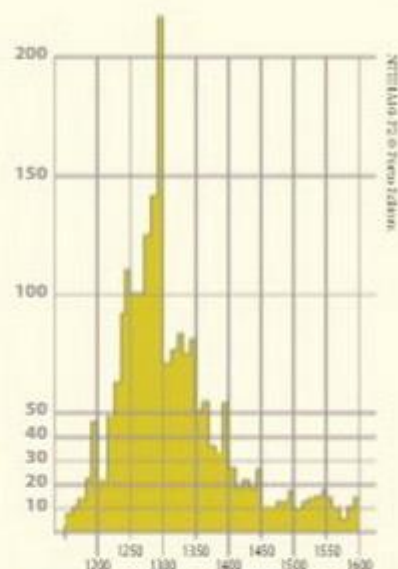
Dispondo de bens essenciais e de um clima geral de paz, a Europa viu, entre os séculos XI e XIII, a sua população prestes a duplicar (Doc. 13). Na zona ocidental, onde este surto demográfico foi mais acentuado, a Europa tornou-se, no dizer dos historiadores, «um mundo cheio». De notar, no entanto, que a densidade populacional era, tal como hoje, muito variável. Embora seja difícil apresentar números exatos, sabemos que a França era o país mais povoado, albergando cerca de um quarto da população europeia.

A – A fundação de novas cidades

Que seja conhecido de todos, tanto futuros como presentes, de que maneira eu, Conrado¹, criei um mercado no meu próprio domínio, em Friburgo, no ano da encarnação do Senhor de 1120. Decidi juntar a esse mercado uma comuna formada por mercadores e pessoas recrutados por toda a parte. Foi por isso que atribuí a cada mercador um lugar no mercado assim criado para aí edificar suas casas em plena propriedade; e por cada lugar decidi cobrar, cada ano, pela festa do bem-aventurado Martinho, um soldo de boa moeda de censo para mim e para os meus sucessores.

"Carta de Friburgo" (Alemanha), 1120, em Gustavo de Freitas – 900 Textos e Documentos de História, Lisboa, Plátano, vol. I, 1975

¹ Trata-se do duque Conrad de Zähringen. A cidade de Friburgo, dotada de amplos privilégios, tornar-se-á um dos grandes centros comerciais do Sul da Alemanha, exportando prata e lã.



Fundação de cidades na Europa Central, em Fernand Braudel, *O Tempo do Mundo*, Lisboa Ed.

B – A revitalização dos antigos burgos

A partir da segunda metade do século X, os mercadores itinerantes, homens desenraizados e sem terra, começaram a afluír em maior quantidade, pousando com frequência ao abrigo das fortalezas. Tendendo aos poucos a estabilizar-se, estes aventureiros procuraram fixar-se, nas regiões do Centro e Norte da Europa, junto das muralhas dos burgos mais bem situados para efeito de transações comerciais. Aí criaram o "burgo de fora", [...] que muitas vezes se rodeou também de novas muralhas. Em breve os dois burgos, o velho e o novo, se uniram, tornando-se um centro de atração para as populações rurais e artesanais, que nele encontravam o trabalho e a regulamentação dos impostos e obrigações exigida pelos "burgueses".

Fernanda Espinosa, historiadora portuguesa (1931-1971) – *Antologia de Textos Históricos Medievais*, cit.



Crescimento da cidade de Hildesheim. Situada no Norte da Alemanha, Hildesheim foi um ativo centro comercial.

C – A muralha, emblema da cidade



Vista da cidade medieval de Carcassonne (Cité), no Sul de França. Ao contrário das cidades de hoje, que se espalham pelo espaço, a cidade medieval era rigorosamente delimitada pela muralha, que fazia dela uma zona distinta, com habitantes e privilégios próprios. Na muralha rasgavam-se portas que se abriam sobre eixos viários, ligando o burgo às localidades vizinhas. Transpostas de dia por pessoas e mercadorias, as portas fechavam-se, à noite, para que os moradores pudessem dormir em segurança. Tal como aconteceu com a maioria das cidades, o renascimento urbano dos séculos XI-XIII tornou exíguo o espaço intramuros de Carcassonne. No sopé da colina, nasceu então um novo aglomerado, ao qual o rei São Luís (1214-1270) conferiu também o estatuto de cidade. Com o passar do tempo, esta «cidade baixa» tornou-se um centro económico pujante, orientado, sobretudo, para a indústria de lã. Carcassonne foi objecto de grandes obras de restauro no século XIX, sendo hoje considerada a cidade medieval mais bem preservada da Europa. É Património Cultural da Humanidade desde 1997.

17 Os burgueses, um novo grupo social

Pois como o dito rei¹ ordenasse e estabelecesse que lá se fizesse uma vila, juntaram-se de todas as partes do universo burgueses de muitos e diversos ofícios; a saber: ferreiros, carpinteiros, alfaiates, peleiros, sapateiros e homens de diversas províncias e reinos, a saber: gascões, bretões, alemães, ingleses, borgonheses, normandos, tolosanos, provençais, lombardos e muitos outros negociantes de diversas nações e estranhas línguas; e assim povoou e fez a vila não pequena.

Crônicas Anônimas de Salsburgo, século XIV

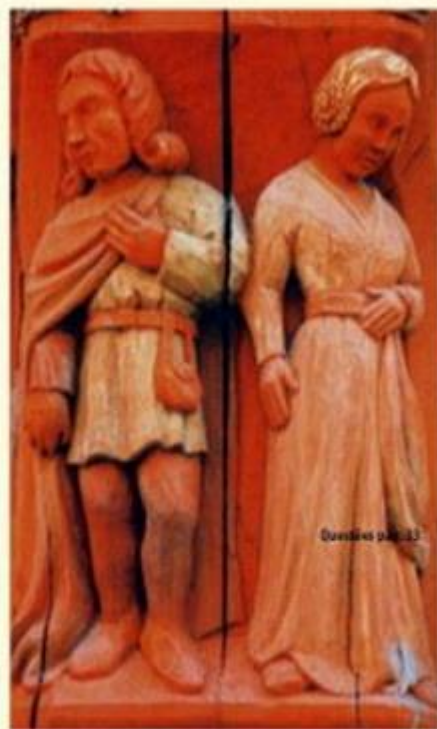
1 Afonso VI, rei de Leão e Castela (1065-1109).

Em 1184, o rei de França repreende os burgueses de Châteauneuf de Tours.

Filipe, pela graça de Deus rei de França,

Aos burgueses de Châteauneuf de Tours, saúde. Saiba a vossa comunidade que nosso senhor, o Papa, nos escreveu a dizer que, pela autoridade que detém, dava como finda a comuna e o juramento comunal que vós fizesteis, sobretudo porque ele prejudica a nossa querida igreja de São Martinho. Por isso, [...] nós ordenamo-vos que façam cessar essa comuna e que atendam, sem demora, as exigências dos cônegos de São Martinho, em todos os aspetos em que se sentem prejudicados. Caso decidais persistir no erro recusando-vos a emendá-lo, ficai a saber que vos poremos na ordem, na primeira oportunidade. Passai bem.

Em G. Brunel, E. Lalou (dir.) - *Sources d'Histoire Médiévale, IX^e - milieu du XIV^e siècle*, Paris, Larousse, 1992



Um casal de burgueses, numa escultura da cidade de Troyes, França.

Questões pág. 31

Conceitos

Burguesia — Grupo social oriundo dos estratos populares que se individualiza na Idade Média, cerca do século XII. O termo burgueses designava, inicialmente, os habitantes dos burgos, em geral comerciantes e artesãos cuja riqueza assenta em bens móveis e não na posse de terras, como o clero e a nobreza. Com o tempo, a burguesia incorpora outros elementos sociais (homens de leis, funcionários...) e adquire um estatuto mais elevado do que o povo em geral.

1.2.2 O renascimento das cidades e a dinamização das trocas

Para além do setor agrícola, o clima de prosperidade fez-se sentir no comércio e no artesanato, que registaram, também, grande desenvolvimento. O seu dinamismo contribuiu, em muito, para o renascimento das cidades, que, finalmente, recuperaram do marasmo em que tinham mergulhado desde a queda do Império Romano.

O surto urbano

Diz-nos o historiador Carlo Cipolla que «o desenvolvimento das cidades entre o século X e o século XIII representa um elemento novo que mudou o curso da História».

Em torno dos velhos castelos senhoriais, junto aos portos ou às vias de circulação, **as cidades aumentam em número e em tamanho** (Doc. 16).

Para além de crescerem, as cidades transformam-se. Anteriormente, eram, sobretudo, centros políticos, militares ou religiosos, derivando a sua importância da dignidade do nobre ou do bispo que as habitava. A partir do século XII, as cidades medievais assumem uma **feição essencialmente económica**. Nelas se estabelecem mercadores, banqueiros, artesãos, lojistas, que as animam e enriquecem (Dossier). São eles os mais característicos habitantes do burgo e, por isso, tomam o nome de burgueses (Doc. 17). Assim se individualiza um novo grupo social, a **burguesia**, que para sempre permanecerá ligado à cidade e às suas atividades.



Ambrogio Lorenzetti, detalhe do fresco *Efeitos do Bom Governo*, Siena, 1337-1339.

O dinamismo económico da cidade estende-se aos campos vizinhos, onde os agricultores se afadigam, na certeza de encontrarem um mercado certo para os seus produtos. Carregadas, as mulas dirigem-se para a cidade, neste fresco do Palácio Comunal de Siena.

Questões pág. 31

Mas nem só de comerciantes e artesãos se anima a cidade medieval. A ela afluem nobres à procura de divertimentos e artigos de luxo, peregrinos em busca de hospitalidade, desenraizados na esperança de uma vida melhor. A cidade assume-se, pois, como um **polo de atração** em permanente crescimento, atingindo o seu auge no início do século XIV, antes que a mortífera Peste Negra venha dizimar boa parte dos seus habitantes.

A dinamização das trocas locais e regionais

Embora muitas cidades se animassem, em determinadas épocas do ano, com a realização de grandes feiras internacionais, eram os **pequenos mercados de dominante agrícola** que alimentavam a vida económica corrente, estabelecendo uma **ligação contínua entre a cidade e os campos mais próximos** (Doc. 18).

As necessidades de **abastecimento da população urbana** representavam para o **camponês** um mercado certo, onde podia vender com proveito os seus excedentes: cereais, frangos, ovos, queijo, legumes, lã. Embora pesadas, as rendas senhoriais eram, normalmente, fixas, o que estimulava o agricultor a produzir mais, visto que o excedente revertia em seu benefício.

Evidentemente que só eram assíduos ao mercado os camponeses das aldeias mais próximas e esses não chegavam para satisfazer a procura. Estima-se que a área de abastecimento de uma cidade de 10 a 20 mil habitantes pudesse abranger um raio de 50 km e essa distância não era, salvo raras ocasiões, percorrida pelo camponês. As **ligações cidade-campo** estabeleciam-se, neste caso, através de profissionais, os **almocreves**, que atuavam como intermediários, abastecendo a cidade de géneros alimentícios e as zonas agrícolas de produtos manufaturados.

Conceitos

Economia monetária – Sistema económico baseado nas trocas e na circulação de moeda. Esta torna-se não só um indispensável meio de pagamento como um valor em si, suscetível de ser entesourado. A economia monetária tem subjacentes o espírito de lucro e o jogo da oferta e da procura, orientando-se para a satisfação das necessidades de um mercado consumidor. Este sistema económico afirmou-se definitivamente com o renascimento das cidades, no século XIII, substituindo a economia de auto-consumo que predominava na Europa desde o fim do Império Romano.



Moedas das cidades de Tours, Provins e Paris.



A loja do boticário, detalhe de um fresco no Castelo de Issogne (Valle de Aosta, Itália), século XV. Na cidade, o dinheiro é indispensável à vida quotidiana. Enquanto o camponês praticamente se autoabastece, o cidadão precisa de comprar a comida, a roupa, a lenha para o fogão. O mundo urbano assenta na circulação intensa da moeda, quer para as pequenas compras quer para os grandes negócios.

Questões pág. 31

Em nome da Santa e Indivisa Trindade, ámen. Nós, Luís, rei de França e duque dos Aquitânicos, queremos dar a conhecer a todos os nossos súbditos, presentes e futuros, que concedemos a todos os homens de Étampes, tanto cavaleiros como burgueses, por sua humilde petição [...], as coisas que se seguem:

Durante toda a nossa vida, não mudaremos nem alteraremos, nem deixaremos alguém alterar, quer a liga quer o peso da moeda de Étampes, que aí circula desde o falecimento do nosso pai, desde que os cavaleiros e burgueses de Étampes, nos deem, todos os três anos a partir do Dia de Todos os Santos, cem libras da mesma moeda [...]. E se eles próprios se aperceberem que essa moeda foi falsificada ou alterada de qualquer forma, nós mandaremos verificá-la e analisá-la. E se tiver sido falsificada ou alterada, nós justiciaremos quem a falsificou ou alterou, de acordo com o conselho dos cavaleiros e burgueses de Étampes. [...]

"Carta" de Luís VIII, 1137, em *Le Corpus Étampois* (Internet)

Questões

- 1 Mostre a feição comercial da nova cidade de Friburgo (DOC. 16A).
- 2 Atente no gráfico: em que século se intensificou o fenómeno da fundação de novas cidades (DOC. 16A)?
- 3 O processo de crescimento urbano descrito por F. Espinosa corresponde ao que se verificou na cidade de Hildesheim? Justifique (DOC. 16B).
- 4 Quem são "os burgueses"? A que se dedicam (DOC. 17)?
- 5 Explique em que consiste a "comuna" instituída pelos burgueses de Châteauneuf (DOC. 17).
- 6 Em termos económicos, que efeitos tem a cidade sobre o território circundante (DOC. 18)?
- 7 Com base no texto do DOC. 19, avalie a importância da moeda para os habitantes das cidades.
- 8 Identifique, nas imagens dos DOCS. 17 e 19, indícios da presença da moeda no quotidiano cidadão.

Também de realçar é o papel dos **senhores**, leigos e eclesiásticos, que na cidade tinham os seus palácios. Proprietários de grandes domínios, recebiam parte das rendas em géneros, que mandavam comercializar no mercado local. O mesmo se passava com **mosteiros** e **abadias**, cujos excedentes chegavam regularmente à cidade.

Regulamentar o mercado e abastecer eficazmente a cidade tornou-se uma preocupação e um dever das autoridades urbanas. Era necessário garantir que os produtos chegassem ao seu destino, pelo que se proibia a venda pelo caminho ou fora das horas predefinidas. Havia também que evitar os açambarcamentos, regular os preços e garantir a qualidade dos produtos. As medidas tomadas nesse sentido eram rígidas: limitavam-se as quantidades que cada um podia adquirir e puniam-se severamente todos os comerciantes que tentassem enganar o comprador (Dossier).

Este **mercado local**, pela sua incansável repetição, representava o maior volume de trocas desta época, contribuindo decisivamente para a afirmação da **economia monetária** (Doc. 19). Toda a vida económica beneficiou do seu impulso e, pouco a pouco, a **rede de trocas foi-se alargando** a circuitos mercantis mais vastos e organizados. Um intenso **comércio regional** reanimou as estradas e os rios europeus, estabelecendo, de novo, as ligações entre os centros de produção e de consumo.

Em resumo, o **renascimento urbano** dinamizou toda a vida económica que, a partir de então, se orientou para o mercado e o lucro. O desenvolvimento das trocas e da economia de mercado desembocou numa autêntica revolução comercial que, promovendo o crescimento da burguesia, contribuiu decisivamente, tal como afirma Carlo Cipolla, para "mudar o rumo da História".

A cidade, centro de consumo

O renascimento das cidades traz consigo novos hábitos de consumo. Local de produção de toda a espécie de mercadorias, a cidade é também um ativo centro de trocas onde os produtos correntes se encontram lado a lado com objetos preciosos e mercadorias raras. É então que, tal como hoje, «ir às compras», mais do que uma necessidade, se torna um prazer.

Boc. A O mercado



O mercado da cidade, iluminura de *Le Chevalier Errant*, início do século XV.

Boc. C A regulamentação do mercado

Capt. 27 – Nenhum retalhista do mercado de peixe pode comprar a outro retalhista, de forma a encarecer o preço do peixe. O castigo para tal será o confisco do peixe, a prisão, o pelourinho e a proibição de vender por um ano e um dia. [...]

Capt. 28 – Nenhum retalhista do mercado do peixe pode comprar peixe para vender antes das horas de abertura do mercado [...] sob pena do confisco do peixe [...]. Se alguém de fora trazer peixe deve descarregá-lo no mercado e não dentro de uma casa ou noutro lugar, sob pena de confisco da mercadoria. [...]

Capt. 58 – Todos os carnicheiros, tanto os da cidade como os que vêm de fora, estão proibidos de vender a carne de animais doentes, carne que esteja estragada ou que cheire mal. Se o fizerem uma primeira vez, a carne será confiscada; da segunda vez, a carne será confiscada e o vendedor mandado para o pelourinho. Se o prevaricador o fizer uma terceira vez, a carne ser-lhe-á confiscada e deixará de exercer a sua profissão por um ano e um dia. [...]

Do *Calendário de Usos e Costumes de Ipswich*, séculos XIII-XIV

Boc. B Espaços e ofícios da grande praça do mercado de Lubeque



① Paços do Concelho; ② Hallie dos panos; ③ Sala do Conselho; ④ Pelourinho; ⑤ Balança; ⑥ Sapateiros; ⑦ Lojas antigas; ⑧ Forjas; ⑨ Armeiros, correiros; ⑩ Ourives; ⑪ Lojas novas (alfaiates, peiros, padeiros, hortaliçeiros, etc.); ⑫ Cambistas; ⑬ Carniceiros.



A loja do carnicheiro, iluminura do *Tocuinum Sanitatis*, pequeno manual de saúde e bem-estar, século XV.

DOC. D Produtos de luxo



Postos de venda num mercado coberto, iluminura francesa do século XV. À esquerda, uma "pontilha" de couro (Museu de Londres).

DOC. E Tentações...



Uma elegante demora-se numa loja de cintos, pormenor de uma miniatura do *Livre des Faits et Choses du Monde*, século XV.

DOC. F As riquezas da cidade

[Gauvin¹] contempla toda a cidade, povoada de muitas e belas gentes, as bancas dos cambistas de ouro e de prata repletas de moedas. Olha as praças e as ruas que estão cheias de artesãos trabalhando em todos os ofícios possíveis [...] uns tecem os tecidos e outros pisam-nos; estes penteiam-nos e aqueles felpam-nos; outros fundem o ouro e prata, outros fazem peças belas e bem acabadas. Taças, cálices, joias ornadas de esmaltes, anéis, cintos e brincos. Poder-se-ia dizer e acreditar que esta cidade era uma feira permanente, de tal forma transbordava de riquezas, de cera, de pimenta e especiarias, de peles variadas.

Chrétien de Troyes (1137-1183) - *Parceval ou le Conte du Graal*, cap. IX (romance de cavalaria iniciado em 1181)

1 Um dos lendários cavaleiros da Távola Redonda.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

1. Como se evidencia, na imagem do Doc. A, o espaço circunscrito do mercado?
2. Que tipo de mercadorias se encontram à venda [Doc. A]?
3. A que grupos sociais pertencerão as pessoas representadas [Doc. A]?
4. Relativamente ao âmbito geográfico das trocas efetuadas, o que indica a presença de cambistas na cidade de Lubeque [Doc. B]?
5. Interprete o destaque dado à balança, no conjunto da praça [Doc. B].
6. Depois de ler o documento C, explique também o destaque dado ao pelourinho [Doc. B].

7. Que elementos concorrem para a «elegância» dos trajes citadinos [Docs. A, D e E]?
8. Identifique, nos mesmos documentos (A, D e E), aspetos que confirmem a descrição da cidade feita por Chrétien de Troyes [Doc. F].

SÍNTESE

9. Redija um pequeno ensaio subordinado ao título deste dossiê. Tenha em conta:
 - as atividades económicas predominantes na cidade;
 - a atuação das autoridades urbanas;
 - as razões que propiciam o «apelo ao consumo» exercido sobre os citadinos.



Áreas e rotas comerciais, no século XIII.

Questões pág. 37

1.2.3 As grandes rotas do comércio externo

Nos séculos XII e XIII, os mercadores aventuraram-se a percorrer grandes distâncias, reativando as rotas do comércio internacional (Doss. 20 e 21). As cidades da Flandres, as do mar Báltico e do mar do Norte, bem como as do Norte de Itália e as cidades-feira de Champagne, tornaram-se os polos mais ativos desse novo comércio europeu, onde se cruzava toda a sorte de gentes e de mercadorias.

A Flandres

Desde cedo que, na Flandres, uma ativa **indústria de lanifícios** fez prosperar as cidades. Gand, Ypres, Bruges, Donai, entre outras, eram cidades manufatureiras cujos tecidos chegavam a toda a Europa e até, por intermédio dos Italianos, ao Oriente.

À prosperidade trazida pela indústria juntava-se a riqueza conseguida no comércio. **A Flandres atraía, por força da sua posição geográfica, mercadores dos quatro cantos da Europa.** Do Norte, vinham os Alemães das cidades hanseáticas. Traziam os produtos do Báltico e das longínquas regiões da Rússia. Do Sul, chegavam os Italianos, primeiro por terra, atravessando os Alpes e a França, depois por via marítima, através do estreito de Gibraltar. Transportavam produtos mediterrânicos e especiarias orientais. Com eles misturavam-se também Castelhanos, Portugueses, Ingleses, Franceses, entre muitas outras nacionalidades que aqui acorriam para comprar e vender.

21 As viagens de um mercador

"Onde adquiriste tantas riquezas? Em que país, em que feudo vives?" E Guilherme responde: Vou dizer-vos exatamente: adquiri-as, em parte, na doce França; vou à Lombardia, Calábria, Alemanha, até à Roménia e Toscana e daí à Hungria; depois volto daí para a Galiza, através da Espanha, terra bastante rica, depois vou ao Poitou e até à Normandia. Em seguida passo para Inglaterra, Escócia e daí não me contentarei se não for ao País de Gales; imediatamente levarei as minhas riquezas para Cambridge, a uma feira muito antiga. Fiz as minhas trocas no reino de Veneza.

Le Charroi de Nîmes,
canção de gesta, século XIII

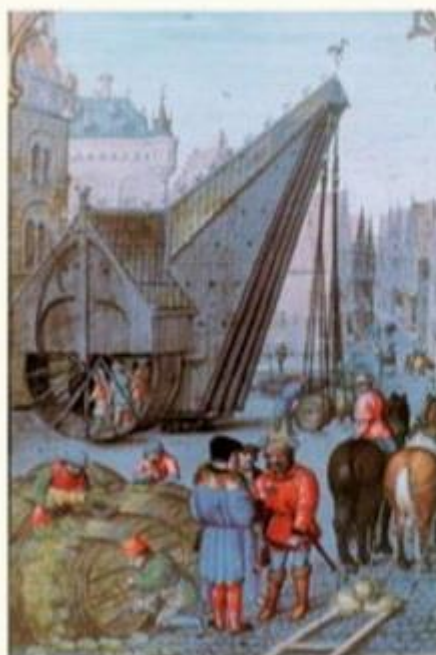
Questões pág. 37 ■

A – A admiração de um estrangeiro

Um italiano descreve Bruges (século XIII)

Bruges tem numerosos canais sulcados por embarcações que transportam provisões abundantes e outras mercadorias [...]. Veem-se ruas pavimentadas e largas, magníficas, muitos jardins e parques [...] tudo tão graciosamente arranjado que dir-se-ia estarmos no paraíso. [...] Fabricam-se em Bruges os melhores tecidos de lã que existem [...] tapetes e muitas outras mercadorias. Há grandes edifícios para a venda de mercadorias. Num deles vendem-se grandes quantidades de tecidos de lã. [...] Noutro, ficam as lojas dos comerciantes [...]. Todos estes edifícios estão primorosamente cuidados e ricamente decorados. Não há palavras para os descrever.

Em Michel Salamin - *Documents d'Histoire Générale*, 1972



O porto de Bruges, no século XV, ilustração do Brevisário de Simon Bening. Em primeiro plano, um mercador estende uma taça de vinho ao cliente para que o prove antes de comprar os tonéis. Ao fundo, uma enorme grua para cargas e descargas.

B – O centro do comércio internacional

Estes são os reinos e as terras cujas mercadorias vêm a Bruges e à terra da Flandres [...].

Do reino de Inglaterra vêm lãs, couro, chumbo, estanho, carvão mineral, queijo [...].

Do reino da Rússia vêm cera e peles de esquilo brancas e cinzentas.

Do reino da Hungria vêm cera, ouro e prata. [...]

Do reino da Alemanha vêm vinhos renanos, pez, cinza [...], ferro e aço. [...]

Do reino de Castela vêm grã, cera, cordovões¹ [...], lã, peles, mercúrio, sebo, unto, cominhos, anís, amêndoas e ferro. [...]

Do reino de Portugal vêm mel, peles, cera, couro, grã, unto, azeite, figos, uvas e balai².

Do reino de Fez, na África, vêm cera, couros e peles. [...]

Do reino de Tunes vêm peles de cordeiro, couros, cera e alúmen. [...]

Do reino de Constantinopla vem alúmen de vidro.

Do reino de Jerusalém e do reino do Egito [...] vêm pimenta, todas as especiarias e pau-brasil. [...]

Do reino da Tartária³ vêm pano de ouro e de seda de muitas maneiras, pérolas e peles de esquilo cinzentas e brancas.

E de todos os reinos e terras acima ditas vêm mercadores e mercadorias à terra da Flandres, sem contar com os que vêm do reino de França e de Poitou e da Gasconha e das três ilhas, e há muitos reinos que não sabemos

nomear donde todos os anos vêm mercadores à Flandres, e de muitas outras terras. Porque nenhuma terra se compara em comércio com a terra da Flandres.

Hansisches Urkundenbuch, cit. em *Materiais de Apoio aos Novos Programas*, DGEBS, Lisboa, 1991

1 Couro de cabra curtido e preparado especialmente para calçado.

2 Giesta para fazer vassouras (segundo Gama Barros).

3 Designação genérica dada aos Mongóis e outros povos das estepes asiáticas.

Nota: São ainda enumerados, nesta relação, 20 outros reinos e terras que, nesta altura, comercializavam, em Bruges, as suas mercadorias.



Porta da casa da "nação" portuguesa, em Bruges (estado atual). Desde meados do século XIV que os portugueses tinham em Bruges uma feitoria, espécie de entreposto comercial que organizava as nossas compras e vendas na cidade.

Questões pág. 37



O comércio hanseático, cerca de 1400.

As cidades flamengas, com destaque para Bruges, acolhem os mercadores estrangeiros com privilégios, concedendo-lhes residência e autorização para construírem as suas casas de comércio, com oficinas, armazéns, locais de carga e descarga. **Bruges torna-se o local mais cosmopolita da Europa**, onde se transacionam as peles, a madeira e a cera do Norte, os vinhos, o sal e o azeite da Península Ibérica, as lãs de Inglaterra, o alúmen da Síria e as especiarias do Oriente (Doc. 22).

O comércio da Hansa

Quando, no século XI, as trocas se reativaram, o comércio à distância era uma aventura arriscada, em que se perdiam muitas vezes homens e mercadorias. Cedo se desenvolveram, por isso, **associações mercantis** destinadas a assegurar a proteção dos comerciantes de uma cidade ou região e a defender os seus interesses: as **hansas** ou **guildas**.

De todas estas associações, a que uniu as **cidades do mar do Norte e do mar Báltico**, conhecida como **Hansa Teutónica**, foi, sem dúvida, a mais poderosa, de tal modo que, muitas vezes, a ela nos referimos simplesmente como «a Hansa». Constituída formalmente em meados do século XIII, a Hansa Teutónica atingiu o seu apogeu no século seguinte.

A Hansa era uma vasta associação de cidades (cerca de 90, nos seus tempos áureos) destinada a assegurar o **monopólio do comércio do mar Báltico** e, quanto possível, do **mar do Norte** (Doc. 23). Hamburgo, Dantzig, Riga, Colónia e, em especial, Lubeque eram as principais cidades hanseáticas.

Muito ativos, os comerciantes hanseáticos carregavam rumo ao Sul os cereais da Prússia e da Polónia; as peles, as gorduras, a cera e as madeiras da

Dirigimos a vós as nossas ações de graças [...]. Vós, muito fiéis mantenedores, [...] agindo como cabeça e princípio de todos nós, não hesitastes, como no-lo indicam as vossas cartas, em assumir o pesado encargo de proibir por completo aos Frisões¹ e aos Flamengos navegar no mar Báltico para Gotland, como o faziam até hoje contrariamente aos antigos direitos. E inversamente impedis os Escandinavos de frequentar doravante o mar do Norte, como o fizeram por muito tempo, com menosprezo do direito [...]. Além disto suplicamo-vos com insistência que penseis em proibir por completo a todos os ingleses o caminho do mar Báltico.

Mensagem enviada pelos mercadores da cidade hanseática de Zwolle (Países Baixos) ao Conselho de Lubeque, 1294, em Fernanda Espinosa, *ob. cit.*

¹ Naturais da Frísia, região hoje situada entre a Holanda e a Alemanha.



O porto de Hamburgo, numa iluminação da Carta de Hamburgo, século XV.

Questões pág. 37



Negociante veneziano com turbante oriental, escultura do Campo dei Mori, em Veneza.



O comércio mediterrânico nos séculos XIII e XIV – áreas de influência.

Questões

- 1 Recorrendo aos Docs. 20 e 21, mostre a revitalização do comércio internacional no século XIII.
- 2 Localize no mapa (DOC. 20) a cidade de Bruges. Indique outras cidades importantes da Flandres.
- 3 Partindo do Doc. 22, refira três aspetos da cidade de Bruges. Utilize a imagem 1 e os textos A e B.
- 4 Que área geográfica é dominada pelos mercadores de Hansa (DOC. 23)?
- 5 Que exceção abre o Papa para os comerciantes venezianos? Por que motivos o faz (DOC. 24)?

[...] Seguindo o exemplo do Papa Gregório¹, nosso ilustre predecessor, de piedosa memória, colocamos sob pena de excomunhão todos aqueles que, no futuro, negociem com os Sarracenos, direta ou indiretamente [...].

Mas os nossos amados filhos Andrea Donatus e Benedito Grilioni, vossos mensageiros (de Veneza), vieram recentemente a esta Sé apostólica e esforçaram-se por nos explicar que, por via desse decreto, a vossa cidade estava a sofrer grandes perdas, visto que não se dedica à agricultura mas à navegação e comércio. Por esta razão, Nós, movidos pela afeição paternal que vos dedicamos, e ordenando, sob pena de anátema, que não ajudem os Sarracenos vendendo ou trocando com eles ferro [...] armas, elmos, barcos, tábuas ou madeira, permitimos, no presente e até nova deliberação, o transporte de mercadorias, que não as mencionadas, para o Egito e a Babilónia, sempre que necessário. Esperamos que, em retribuição da Nossa bondade, tomeis em consideração a ajuda a Jerusalém², e tomeis cuidado para não abusar deste decreto apostólico, pois é certo que quem o desrespeitar incorrerá na ira de Deus.

Papa Inocêncio III (1198-1216), Carta apostólica que concede a Veneza licença para negociar com os Sarracenos, 1198

¹ Refere-se a Gregório VIII, cujo curto pontificado coincidiu com a conquista de Jerusalém pelo sultão Saladino.

² O próprio Inocêncio III promoverá, alguns anos mais tarde (1204), a IV Cruzada, com o fim de libertar Jerusalém das mãos dos infiéis. A cruzada, que deveria dirigir-se ao Egito, acabou por se desviar do seu objetivo, tomando e saqueando, por instigação dos Venezianos, a cidade de Constantinopla. (Relembre o Doc. 10.)

Questões pág. 37

Rússia e da Noruega. De volta, enchiam os seus navios, grandes e pesados, os *Kogge*, com vinho e sal da França, lã da Inglaterra, azeite do Mediterrâneo, tecidos da Flandres. Desempenhavam igualmente um papel importante no comércio entre a Flandres e a Inglaterra, chegando a transportar, no século XV, mais de 70% das mercadorias inglesas para a Flandres.

As cidades italianas e o domínio do comércio mediterrânico

De todas as regiões europeias, as cidades italianas foram as que melhor preservaram a memória e o saber das ligações mercantis. Amalfi, Génova, Pisa e Veneza dedicaram-se, bem antes do século XI, ao comércio marítimo, mantendo ligações com o Império Bizantino e, até, com Alexandria.

O desencadear da 1.ª Cruzada, em 1095, marcou o recuo do domínio muçulmano no Mediterrâneo e a sua abertura ao comércio europeu. Inimigos e rivais, apesar de falarem a mesma língua, Genoveses, Venezianos e Pisanos concorriam entre si nas rotas comerciais que levavam à Ásia Menor, à Síria, ao Egito (Doc. 24). Por elas faziam chegar aos mercados europeus as especiarias, os tecidos finos¹, as pérolas, as pedras preciosas, o alúmen². Nas especiarias, sobretudo, assentava a sua riqueza: leves, de fácil transporte, tinham a venda sempre garantida e nunca frustravam, se a carga não se perdia, as expectativas de bons lucros.

¹ Apesar do alto nível do têxtil europeu, os panos orientais eram muito apreciados, por serem mais finos e incorporarem seda. Muitos tecidos são, ainda hoje, conhecidos pelo nome do local de onde provinham: damascos de Damasco, baldaquinos de Bagdad, musselins de Mossoul, gazes de Gaza.

² O alúmen é um corrosivo indispensável à indústria da tinturaria, como fixador de cores.



Área de atração das feiras (segundo Fernand Braudel).

Mesmo de regiões distantes, como a Península Ibérica, a Itália ou a Alemanha, afluíam mercadores às feiras de Champagne. Os bons negócios justificavam o longo caminho que era necessário percorrer, em condições difíceis, sobretudo quando havia que transpor cadeias montanhosas como os Pirenéus ou os Alpes.

Da prosperidade das cidades italianas, industriais e mercantis falam as suas moedas de ouro, procuradas em toda a Europa, e a ousadia dos seus mercadores, os primeiros a demandarem o longínquo Oriente. Durante mais de dois séculos, até os Portugueses desvendarem as Índias e os seus caminhos, foi o relato das viagens de Marco Polo, mercador veneziano, que alimentou a imagem do Oriente, das suas riquezas e do seu poderio.

As feiras de Champagne

Na época que estudamos, os **mercadores eram sobretudo viajantes**, «pés poeirentos» que calcorreavam as estradas europeias, ou homens capazes de afrontar os riscos do mar. Deslocavam-se incessantemente, comprando num lado, vendendo no outro, acorrendo aos locais onde o negócio era mais certo ou prometia maiores ganhos.

Em algumas regiões, favorecidas pelas condições geográficas e pelos privilégios dos senhores, desenvolveram-se **feiras periódicas** que, rapidamente, atingiram dimensão internacional.

Para atrair os feirantes, reis e senhores ofereciam **condições vantajosas** de alojamento e armazenamento, bem como isenção ou redução dos impostos costumeiros. Garantiam, também, a **segurança** dos mercadores, quer na própria feira, quer na viagem de ida e volta, através de um conduto que os punha a salvo de agressões e processos judiciais (salvo-conduto).

Entre todas as feiras medievais destacam-se as que, na **Champagne**, se realizavam nas cidades de Lagny, Bar-sur-Aube, Provins e Troyes (Doc. 25).

Situadas em pleno eixo de ligação entre o Norte flamengo e o Sul italiano, as feiras champanhesas eram o ponto de encontro dos mercadores da Europa e de tudo o que eles tinham para oferecer. O calendário das feiras,

Troyes, 29 de novembro de 1265.

A messer Tolomeo¹ e aos outros sócios:

Andrea envia-vos saudações.

A pimenta [...] não se vende bem. O gengibre vale de 22 a 28 dinheiros, dependendo da qualidade. O açafrão tem sido muito procurado, vendendo-se a 25 soldos a libra e já não há nenhum (no mercado). A cera de Veneza, a 23 dinheiros a libra. A cera de Túnis a 21 dinheiros e meio.

O câmbio do esterlino faz-se a 59 soldos o marco. A boa moeda de Friburgo a 57 soldos e 6 dinheiros o marco. O ouro tari² a 19 libras e 10 soldos o marco. O ouro em pó, segundo a qualidade. O augustal³ a 11 soldos cada um. Os florins em Saint-Ayoul valiam 8 soldos cada um e mais um dinheiro por causa da cruzada; mas agora não acredito que os vendam por mais de 8 soldos menos três dinheiros. A moeda de Le Mans vale um quinze avos, ou seja: 15 (soldos) de Le Mans são equivalentes a 2 soldos torneses⁴.

Em Fernanda Espinosa, *ob. cit.*

1 Os Tolomei eram uma das mais importantes famílias de comerciantes de Siena.

2 O tari era uma moeda muçulmana.

3 Moeda de ouro cunhada por Frederico II na Sicília e considerada a mais bela moeda de ouro da Idade Média.

4 Moeda proveniente da Abadia de São Martinho de Tours.

Questões pág. 39



Florim de ouro do início do século XIV. Cunhado pela República de Florença desde 1252, o florim desempenhou um papel relevante nas trocas comerciais dos últimos séculos da Idade Média.



As primeiras sociedades comerciais

(Génova), 29 de setembro de 1163

Testemunhas: Simone Bucuccio, Ogerio Peloso, Ribaldo di Sauro e Genoardo Tasca. Stabile e Ansaldo Garraton formaram uma sociedade na qual, segundo as suas declarações, Stabile contribuiu com 88 £ (genovesas) e Ansaldo com 44 £. Ansaldo transportará este capital, a fim de o pôr a render, para Tunis ou para onde quer que for o barco que tomar a saber, (o barco) de Baldizzone Grasso e Girardo. No seu regresso entregará os lucros a Stabile ou ao seu representante para a partilha. Feita a dedução do capital, dividirão os lucros ao meio. Feita na casa do capítulo a 29 de setembro de 1163, décima primeira indicação.

Acrescenta-se que Stabile dá autorização a Ansaldo para enviar aquele dinheiro para Génova, pelo barco que quiser.

Em Jacques Le Goff - *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*, Lisboa, Gradiva, 1982



O cambista, pormenor de um quadro de Quentin de Metsys, 1514. Nasceu do alargamento das trocas comerciais, o cambista ou banqueiro tornou-se, desde então, imprescindível ao funcionamento da economia.

Os primeiros cheques

Giovanni Piccamiglio, queria pagar a Luigi Dória 48 libras e 6 dinheiros, e que essa quantia me seja debitada.
Tommaso Piccamiglio

Em J. Heers - *L'Occident aux XIV et XV Siècles - Aspects Économiques et Sociaux*, Paris, 1996

Questões pág. 39

Questões

- 1 De que regiões afluíam mercadores às feiras de Champagne (DOC. 25)?
- 2 Que mercadores levariam, para essas feiras, as especiarias do Oriente (DOC. 25)?
- 3 O que indica a presença de tantas moedas diferentes (DOC. 25)?
- 4 Relacione a diversidade de moedas com a profissão documentada na imagem do DOC. 26.
- 5 Relativamente ao contrato entre Stabile e Ansaldo, especifique: o objetivo da sociedade; o papel desempenhado por cada um dos sócios; a forma de divisão dos lucros (DOC. 26).
- 6 Que vantagens tem o cheque como meio de pagamento (DOC. 26)?

muito preciso e encadeado, estendia-se ao longo de todo o ano, o que tornava Champagne num autêntico mercado contínuo.

As novas práticas comerciais e financeiras

O desenvolvimento comercial dos últimos séculos da Idade Média estimulou a criação de novas técnicas de negócio. Grandes negócios implicam grandes investimentos, grandes riscos e abundantes meios de pagamento. É, pois, natural que os mercadores medievais tenham inventado **práticas novas** que lhes proporcionassem **facilidade e segurança** nas suas transações. Foi assim que surgiram as primeiras **sociedades comerciais**, os primeiros **seguros** e os primeiros **pagamentos em papel**, como o cheque e a letra de câmbio (DOC. 26).

Em apoio de todo este pioneirismo financeiro e comercial desenvolveu-se a atividade dos **cambistas** ou **banqueiros**¹ (DOC. 26). Estes, sempre presentes nas feiras e nas principais praças comerciais, onde era constante a troca de moedas, depressa alargaram a sua atividade, aceitando depósitos e realizando transferências de dinheiro, bem como operações de crédito. Deste modo se esboçaram as primeiras atividades bancárias tal como as concebemos hoje.

Inicialmente encarados com maus olhos pela Igreja, que condenava o lucro e o comércio de dinheiro, mercadores e banqueiros viram, a partir do século XII, a sua posição social reconhecida e o seu ganho legitimado pelos benefícios que a vida económica deles retirava. Profissões novas, pioneiras, tinham conquistado, na expressão do historiador Lucien Febvre, "o direito à História".

¹ O termo provém de banco ou banca, espécie de mesa usada por estes profissionais na sua atividade.

Número de sobreviventes até à idade X, por cada mil homens nascidos em Inglaterra, entre 1276-1300	
Idade	N.º de sobreviventes
0	1000
1 – 4	850
5 – 9	756
10 – 14	723
20 – 24	650
30 – 34	490
40 – 44	381
50 – 54	259
60 – 64	144
70 – 74	49
80 – 84	8
85 – 89	2

Em *The Fontana Economic History of Europe*, vol. I

População europeia (em milhões de habitantes)			
Área	1340	1430-70	1500
Grécia e Balcãs	6	4,5	4,5
Itália	10	7,5	9
Península Ibérica	9	7	7,3
Total da Europa Meridional	25	19	20,8
França e Países Baixos	19	12	16
Ilhas Britânicas	5	3	3,5
Alemanha – Escandinávia	11,5	7	8
Total da Europa Ocidental e Central	35,5	22	27,5
Rússia	8	5,5	6
Polónia – Lituânia	3	2,5	3,5
Hungria, Boémia, etc.	14	10	12
Total da Europa Oriental	14	10	12
Total da Europa	74,5	51,0	60,3

Em *História Universal*, Barcelona, Pub, Alfa, vol. IV

Questões pág. 43

1.2.4 A fragilidade do equilíbrio demográfico

Durante a Idade Média, a morte era uma presença permanente. Ceifava sobretudo as crianças, que, frequentemente, morriam à nascença ou de tenra idade (100. 27). Chegar à idade adulta era já um privilégio e os que atingiam a velhice eram olhados com reverência e admiração, por terem alcançado uma idade tão excecional.

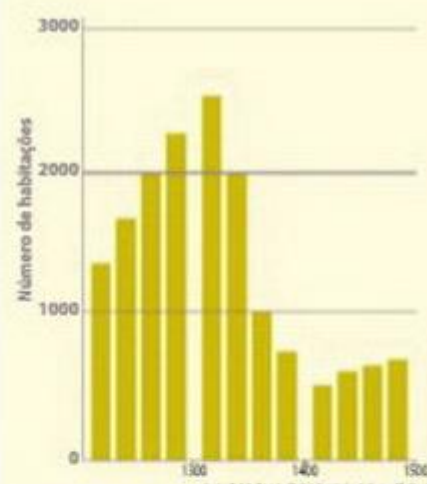
O desconhecimento dos princípios básicos da puericultura, a falta da mais elementar higiene, o atraso da medicina, que não conseguia curar doenças hoje benignas, contribuíam para a **elevada mortalidade**. Eram, porém, as **fomes** e as **pestes** as **principais responsáveis pelo frágil equilíbrio demográfico dos tempos medievais**.

Nesta altura, um mau ano agrícola provocava, de imediato, a subida do preço do pão, condenando à fome os mais pobres e desprotegidos. Quando os anos de más colheitas se sucediam e as reservas se esgotavam, a fome assumia proporções catastróficas. Normalmente, seguiam-se as epidemias (genericamente designadas por pestes), que rapidamente se propagavam numa população subnutrida.

A esta elevada mortalidade correspondia uma natalidade igualmente alta. No entanto, nas épocas mais difíceis, sobretudo quando à fome e à peste se juntavam os **efeitos devastadores da guerra**¹, as mortes ultrapassavam os nascimentos e a população diminuía. Inversamente, em épocas de paz e de boas colheitas, a população aumentava.

Os séculos que acabámos de estudar (séculos XI a XIII) correspondem a um destes períodos mais felizes. Foram tempos de paz e de prosperidade, em que a população não cessou de crescer. Embora a fome e as epidemias

¹ Dada a sua frequente associação, estas três calamidades (fome, peste e guerra) são conhecidas como «trilogia negra».



Número de fogos em São Gimignano, Itália.

Um ano de fome na Inglaterra (1315)

No ano do Senhor de 1315, para além de outras desgraças que afligiram a Inglaterra, a fome grassou no país [...].

O quarto de trigo, feijões ou ervilhas era vendido por vinte xelins¹, a cevada por um marco, a aveia por dez xelins [...]. A terra estava tão oprimida pela penúria que quando o rei foi a St. Albans para a festa de São Lourenço [10 de agosto] quase não foi possível encontrar pão à venda para fornecer as necessidades da sua casa.

A mortandade começou no mês de maio e durou até à festa da natividade da Virgem (8 de setembro). As chuvas de verão foram tão pesadas que o grão não pôde amadurecer. Dificilmente podia ser colhido e usado para fazer o pão destinado ao dia da referida festa a não ser que fosse, primeiro, posto a secar. Para o fim do outono,

a mortandade diminuiu um pouco, mas por altura do Natal voltou a piorar. O pão não tinha a sua força nutritiva habitual porque o grão não se alimentara do calor do sol do estio. Por isso, os que o comiam, mesmo em grandes quantidades, ficavam com fome logo a seguir. [...]

Quatro dinheiros de pão grosseiro não chegavam para alimentar um homem por um dia. As carnes habituais, próprias para comer, eram muito raras; a carne de cavalo tornou-se preciosa; os cães gordos eram roubados. E, segundo numerosos relatos, em muitos lugares, homens e mulheres comeram secretamente os próprios filhos.

Johannes de Trokelowe (?-depois de 1330) - *Annales*

¹ Em 1313, o quarto de trigo custava 5 xelins.

Um ano de fome em Portugal

Na era de mil trezentos e setenta e hum anno [1333 da era cristã] fuy tão mau anno por todo Portugal que andou o alqueire de trigo a XXI seitis e o alqueire do milho a XXII seitis e o centeio a desasseis per la medida coimbrãa. Item em esse año andou el almude do vinho vermelho a XXIII seitis e lo blanco a XXX seitis por la medida coimbrã e bien

assy foi menguado o año de todos los outros frutos, por que se a gente havia de manter; en este año morrerom muytas gentes de fame, quanta nunca os homens viron morrer por esta razon, nen viron [ni] nem ouviron os homees antigos dante sy que tal cosa vissen, ni ouvissen [...]

Do Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra, ANTT

Questões pág. 43



Uma cheia, segundo iluminura da época (Biblioteca Nacional de França).

No século XIV, as chuvas excessivas foram uma causa frequente de escassez alimentar.

Questões pág. 43

continuassem presentes, elas manifestaram-se de forma mais branda e espaçada, permitindo que a natalidade ultrapassasse significativamente a mortalidade. O Ocidente tornou-se, como sabemos, «um mundo cheio».

Mas esta multidão humana colocava sérios problemas. Será, em parte, no crescimento populacional anterior que devemos procurar as razões da quebra demográfica do século XIV.

A quebra demográfica do século XIV

A fome

No fim do século XIII, a quantidade de alimentos que era possível produzir já não bastava para alimentar tantos homens. Mais, as lavras intensas tinham esgotado os solos, tornando ainda mais precárias as colheitas de cada ano.

Ao **esgotamento dos solos** somaram-se as **mudanças climáticas**. O século XIV corresponde a um período de pluviosidade intensa e arrefecimento generalizado¹. As chuvas e o frio faziam apodrecer as sementes e as colheitas perdiam-se. A **fome regressou ao Ocidente** (Duc. 28) como uma maldição sempre repetida: na **Provença**, um ano em cada três era de más colheitas. Em **Navarra**, quase todo o século XIV é de escassez e subalimentação. Em **Portugal**, de meados do século XIV aos finais do século XV, são conhecidas, pelo menos, 21 crises de subsistência, que se fizeram sentir, especialmente, nos grandes centros urbanos, mas que também afetaram a província.

As fomes e o cortejo de doenças que se lhes seguia deixavam um rasto de miséria e de morte, que os medievais interpretavam como um castigo divino para os pecados da Humanidade.

¹ Desde o início do século XIV, a temperatura média baixou e as chuvas aumentaram. Os glaciares da Gronelândia avançaram, desaparecendo a população aí fixada. O Báltico inteiro gelou e o mesmo sucedeu ao Gironde, em 1363. Os glaciares dos Alpes alastraram e começaram a descer pelas encostas.



Bernt Notke, *Dança Macabra*, Igreja de São Nicolau, Talin, século XV (pormenor).

A "trilogia negra" que atormentou o século XIV fez da morte uma presença constante e a sua representação multiplicou-se em inúmeras «danças macabras»: esqueletos, corpos semiputrefactos, vindos de diferentes estratos sociais, a serem arrastados pela figura da morte, tornaram-se imagens correntes.

Em Talin, capital da Estónia, conservam-se pouco mais de 7 m de uma gigantesca *Dança Macabra* da autoria do célebre pintor alemão Bernt Notke. As figuras são acompanhadas por versos em forma de diálogo, em que as personagens apresentam razões para não serem arrastadas pela Morte, que a todos nega tal privilégio. Ao pedido do imperador, responde a Morte: "Imperador, a tua espada não te ajudará / O cetro e a coroa não têm aqui qualquer valor / Já te conduzo pela mão / Pois tens que entrar na minha dança."

Nunca, como no ocaso da Idade Média, a morte e a sua inevitabilidade povoaram tanto o pensamento dos vivos.

Questões pág. 43

A grande peste

Repentinamente, em 1348, uma terrível epidemia – a **Peste Negra** – abateu-se sobre o Ocidente (Dossiê).

Trazida do Oriente por marinheiros genoveses que haviam entrado em luta com os Tártaros, nas feitorias de Crimeia, a Peste Negra foi a mais grave epidemia de que há memória. Num ápice atingiu a Sicília e a Toscana, propagando-se por toda a Europa, até à França, Península Ibérica, Inglaterra, Alemanha, Escandinávia, numa marcha quase circular (Dossiê).

A Peste Negra tinha um carácter bubónico, fazendo nascer tumefações (bubões negros e azulados) nas virilhas, nas axilas e no pescoço. Além disso, podia revestir um carácter pulmonar, propagando-se pelo ar respirável, o que a tornava ainda mais contagiosa e fatal, levando à morte em dois ou três dias. Por isso se evitava a aproximação dos doentes, muitas vezes cruelmente abandonados à sua sorte. Como os historiadores reconhecem, nenhuma outra doença implicou semelhantes loucuras e dramas coletivos (Dossiê).

Espantamo-nos, hoje, com a ingenuidade dos físicos (médicos), fruto da **primitiva medicina**. Protegiam-se usando luvas, uma túnica e uma máscara em forma de bico de pássaro, onde acumulavam ervas aromáticas, de odor intenso, com o objetivo de filtrar o ar. E, no entanto, o mal estava ali: na **ausência de higiene** individual e coletiva que rodeava tudo e todos; nos homens, infestados de pulgas, que coabitavam com os animais; nos dejetos acumulados nas ruas; no vestuário predominantemente de lã, que raramente era mudado...



Traje do médico, na altura da Peste Negra.

O homem pobre não terá pão para comer; a não ser por acaso um pouco de pão de centeio ou de cevada. Sua pobre mulher dará à luz e terão quatro ou seis pequenas crianças à lareira [...]; pedirão pão e gritarão com raiva de fome. A pobre mãe não terá que levar à boca a não ser um pouco de pão com sal. Ora, deverão suportar esta miséria: pois virão os saqueadores que levarão tudo. Tudo será tomado e apanhado.

Mas a preocupação constante, a dúvida angustiante e contínua de serem roubados por príncipes ou gentes de armas deixa-os muito tristes, impacientes e dolorosamente atormentados: tanto que em nosso tempo, muitos são os que caíram em desespero, e se mataram. Deus, que horror! Eles suicidaram-se. Um enforcado, o outro afogado, um outro enfiando-se uma faca no coração.

Jean Gerson – *Ad Deum studit*, 1403



Principais conflitos na Europa dos séculos XIV e XV.

Questões pág. 43

Questões

- Entre 1276 e 1300, que percentagem aproximada de população alcança os 30 anos (DOC. 27)?
- Como evoluiu a população europeia entre 1340 e 1430-70 (DOC. 27)?
- E o número de habitações de São Gimignano, que evolução regista (DOC. 27)?
- Verifique se há coincidência ou desfazimento entre os dados fornecidos para esta cidade italiana e os que se observaram no resto da Europa (DOC. 27).
- Tomando em consideração as respostas anteriores, justifique o título do documento (DOC. 27).
- Que causa esteve na origem do ano de fome, em Inglaterra, relatado no DOC. 28?
- Retire, de cada um dos textos do DOC. 28, o elemento que melhor comprova a grande amplitude das fomes descritas.
- Que desgraças trazia o clima de guerra às populações (DOC. 30)?

A peste grassou durante meses a fio, causando uma elevada mortandade. As cidades e os mosteiros, onde a concentração populacional era maior, foram particularmente atingidos. **No total, entre 1348 e 1350, um terço da população foi ceifada pela Peste Negra** que, até ao século XVIII, não deu tréguas à Europa. Permanecendo endémica nas populações, periodicamente irrompia, fazendo as suas vítimas sem distinção de classe social, sexo ou idade.

A guerra

Um terceiro flagelo contribuiu decisivamente para a quebra demográfica: a guerra. Guerra civil, conflitos entre Estados, revoltas populares ensombraram o quotidiano dos Europeus (DOC. 30).

Nesta época, os efeitos devastadores da guerra resultavam mais das **violências** exercidas pelos exércitos **sobre as populações** do que das batalhas propriamente ditas. A aproximação de tropas, amigas ou inimigas, punha os camponeses em pânico: searas espezinhadas, celeiros roubados, gado confiscado, violações e assassinios eram atitudes comuns, que deixavam atrás de si a fome e a destruição (DOC. 30). Nas cidades, as malfetorias não eram menores, temendo os povos pelos seus haveres e pelas suas vidas.

Em suma, nos séculos XIV e XV¹ a vida assumia, de novo, um conteúdo violento e sombrio (DOC. 29). Não admira que, nas suas orações, os homens não deixassem de implorar: «*a bello, peste et fame, libera nos, Domine*» («da guerra, da peste e da fome, livra-nos, Senhor»).

1 A chamada crise do século XIV abarca um período que se estende entre 1330 e 1450, aproximadamente.

Os anos da Peste Negra

Em meados do século XIV, a Peste Negra devastou a Europa, deixando, na memória dos que lhe sobreviveram, um quadro aterrador de morte, violência e desorientação.

DOC A A grande peste

No ano do Senhor, 1348, aconteceu sobre quase toda a superfície do Globo uma tal mortandade que raramente se tinha conhecido semelhante. Os vivos, de facto, quase não conseguiam enterrar os mortos ou os evitavam com horror. Um terror tão grande tinha-se apoderado de quase todo o mundo, de tal maneira que no momento que aparecia em alguém uma úlcera ou um inchaço, geralmente embaixo da virilha ou da axila, a vítima ficava privada de toda a assistência, e mesmo abandonada por seus parentes. O pai deixava o filho em seu leito, e o filho fazia o mesmo com o pai. [...] Aqueles que estavam sãos fugiam apavorados de medo. E, assim, muitos morreram por descuido, os quais talvez tivessem escapado de outro modo. Muitos ainda, que contraíram esta doença e dos quais se acreditava que morreriam com certeza imediatamente sobre o chão, foram transportados, sem a mínima discriminação, até à fossa de inumação. E, assim, um grande número foi enterrado vivo. E a este mal acrescentou-se outro: corria o boato de que certos criminosos, particularmente os judeus, jogavam venenos nos rios e nas fontes, o que fazia aumentar tanto a peste acima mencionada. É a razão pela qual tanto cristãos como judeus inocentes e pessoas irrepreensíveis foram queimadas e assassinadas e outras maltratadas em suas pessoas, mesmo que tudo procedesse da constelação¹ ou da vingança divina.

Stephanus Baluzius (1630-1718) - *Vitae Paparum Avinionensium Clementis VI. Primavita*

¹ Refere-se a uma especial conjugação dos astros.



Casal infetado pela Peste Negra, tendo ao lado um astrólogo, miniatura da Bíblia de Torgemburgo, 1411.

DOC B A propagação da Peste Negra



Em 1347, os Tártaros cercaram a colônia genovesa de Caffa, na Crimeia. Como a peste grassasse no seu exército, os sitiadores resolveram catapultar, para dentro da fortaleza, cadáveres de empestados. Contaminados, os Genoveses regressaram ao Mediterrâneo, onde propagaram a epidemia.

DOC C O massacre dos judeus de Estrasburgo

Acusados de envenenar as fontes e de atrair o castigo divino por não seguirem a verdadeira religião, cerca de 900 judeus são queimados em Estrasburgo, no dia 14 de fevereiro de 1349.

No sábado, Dia de S. Valentim, queimaram os judeus numa plataforma de madeira, colocada no seu próprio cemitério. Eram cerca de 2000. Os que aceitaram o batismo foram poupados. Muitas crianças escaparam ao fogo porque foram batizadas contra a vontade dos pais. E todos os bens dos judeus foram confiscados e os judeus tiveram de devolver todas as notas de dívida que possuíam. O Conselho [da cidade] dividiu o dinheiro dos judeus pelos trabalhadores da cidade. Na verdade, foi o dinheiro que matou os judeus. Se fossem pobres e se os senhores feudais não tivessem contraído dívidas com eles, não teriam sido queimados. [...] Deste modo, os judeus foram queimados em Estrasburgo e, no mesmo ano, em todas as cidades da România. [...] Em algumas cidades, queimaram-nos depois de os fazerem julgar, noutras sem julgamento. Cidades houve em que foram os próprios judeus a lançar fogo às suas casas, queimando-se lá dentro.

Jacob von Königshofen, cronista alemão (1346-1420) - *Crónica*

DOC. D Os flagelantes



Os Flagelantes de Doornik (ou Tournai), na Flandres. Miniatura da *Crônica* de Gilles Le Muisit, 1349.

Tomando a epidemia como castigo de Deus e o sofrimento como um meio de purificação, a seita dos flagelantes recrutou-se no tempo da Peste Negra. O cronista inglês Robert de Avesbury relata uma cena de flagelação pública, que presenciou.

No mesmo ano de 1349, pelo São Miguel [29 de setembro], mais de seiscentos homens chegaram a Londres, vindos da Flandres. [...] Faziam duas aparições públicas por dia, vestidos das ancas aos tornozelos, o resto nu. Cada um trazia um capuz, marcado com uma cruz vermelha, pela frente e por trás.

Cada um trazia na mão direita um chicote de três pontas. Cada ponta tinha um nó e no meio do nó havia, por vezes, pregos afiados. Marchavam em fila, uns atrás dos outros e fustigavam com este flagelo os seus corpos nus e sangrentos. Quatro deles entoavam um canto na língua nativa e outros quatro respondiam, numa espécie de litania.

Robert de Avesbury, *De Gestis Mirabilibus...*, meados do século XIV

DOC. E Os efeitos da Peste Negra

1. Em Inglaterra

Depois da acima dita pestilência, muitos edifícios, grandes e pequenos, caíram em ruínas nas cidades, vilas e aldeias, por falta de habitantes, de maneira que muitas aldeias e lugarejos se tornaram desertos, sem uma casa ter sido abandonada neles, mas tendo morrido todos os que aí viviam; e é provável que muitas dessas aldeias nunca mais fossem habitadas. [...]

Henry Knighton, cônego de Leicester (? - c. 1366) - *Crônica*

2. Em Portugal

Circular de D. Afonso IV aos concelhos do país (1349)

A vós, juizes e vereadores e homens-bons [...], saúde.

Sabei que a mim é dito que em essa vila e em seu termo há homens e mulheres que, antes que Deus desse a pestilência que aí houve, ganhavam dinheiros por trabalho de seus corpos [...]. E que agora, que cobraram alguns bens por morte de algumas pessoas, que se têm em tão grandes que não querem obrar de seus mesteres e serviços como antes faziam. [...].

E que outrossim há aí outros muitos que [...] agora não querem servir, salvo se lhes derem quanto eles quiserem, de forma que os senhores das vinhas e herdades e gados e de outras possessões, vendo em como os sobreditos querem deles levar tão grandes salários que não teriam tão grande proveito das colheitas e rendas das ditas coisas como as custas e despesas que aí fariam, deixam porém de adubar e de lavrar as ditas vinhas e herdades e casas e outras coisas e desaparecem os gados. [...]

Em *Livro das Leis e Posturas*, liv. IV (adaptado)

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

1. Indique dois elementos que comprovem o pânico que, segundo o autor do Doc. A, invadiu as populações afetadas pela peste.
2. De acordo com o mesmo autor, o que provocou a epidemia?
3. Sobre as causas da catástrofe, que ideia ressalta da miniatura reproduzida [Doc. A]?
4. Enumere as razões que conduziram aos massacres de judeus, na altura da Peste Negra [Docs. A e C].
5. Por que razão, caso se deixassem batizar, os judeus eram poupados ao fogo [Doc. C]?
6. Reportando-se aos dados do mapa [Doc. B], indique o ano em que a Peste Negra progrediu com maior intensidade.

7. Como tentavam as populações evitar a peste [Docs. A, C e D]?
8. Em termos demográficos, como avalia os efeitos da epidemia? Fundamente a sua resposta com dados concretos do Doc. E.
9. Tomando como exemplo o caso português, refira os efeitos da peste sobre a atividade agrícola [Doc. E2].

SÍNTESE

10. De forma organizada, resuma os conhecimentos que adquiriu neste dossiê documental. Tenha em conta: a intensidade e a extensão geográfica da epidemia; o seu impacto psicológico; os efeitos demográficos e económicos.

1

A identidade civilizacional da Europa Ocidental

Diversidade política mas unidade religiosa

- Ao contrário do tempo em que vivemos, caracterizado pela existência de Estados duráveis, com um poder central forte e bem estruturado, nos **tempos medievais as fronteiras alteravam-se com frequência e o poder político revestia formas variadas**: um império, reinos, senhorios, cidades independentes (comunas) eram as principais formas de organização política da Europa medieval.
- Contrariando esta fragmentação política, a **Europa Ocidental possuía uma forte unidade religiosa**. A fé era vivida intensamente e todos se consideravam sob a autoridade espiritual do Papa.
- A **Igreja Católica** funcionava como um fator de coesão, fazendo com que os ocidentais se vissem a si próprios como um **conjunto distinto das outras religiões do Mediterrâneo**: o Cristianismo Ortodoxo, que tinha Constantinopla, capital do Império Bizantino, como centro, e o Islão, cujos seguidores eram considerados "infiéis" e inimigos. Contra eles, desencadearam-se grandes ofensivas militares – as cruzadas – que a Igreja incentivou, olhando-as como uma guerra santa.

Crescimento económico e demográfico nos séculos XI a XIII

- Os **séculos XI a XIII** foram, para os Europeus, um **tempo de prosperidade**. Beneficiando de um clima geral de paz, o número de homens aumentou, povoando regiões quase desertas.
- O setor agrícola contou com **novas técnicas de cultivo**: a maior utilização do ferro nos instrumentos agrícolas e um aproveitamento mais eficaz do solo, por exemplo, proporcionaram colheitas mais abundantes.
- O aumento dos excedentes agrícolas permitiu intensificar as **trocas**, impulsionando os setores do comércio e artesanato. Este **dinamismo económico fez renascer as cidades**.
- As **cidades tornaram-se importantes centros económicos**. Habitadas sobretudo por artesãos e comerciantes – os "burgueses", não só reanimaram a produção e o comércio europeus, como dinamizaram o campo, que as abastecia de produtos alimentares. Imprescindível como meio de pagamento, a moeda voltou a circular em abundância.
- No século XIII, tinham-se já desenvolvido na Europa importantes **polos económicos**: a **Flandres**, centro do comércio europeu e importante produtor de lanifícios; o Norte da Alemanha e as margens do mar Báltico e do mar do Norte, onde dominavam os mercadores da **Hansa Teutónica**; a região de **Champagne**, centro das mais importantes feiras internacionais; o **Norte de Itália**, em especial as cidades de Veneza e Génova, que estabeleciam as ligações com os comerciantes muçulmanos, trazendo para a Europa os produtos do Oriente.
- Para apoiar todo o comércio, surgiram as primeiras sociedades comerciais, novos meios de pagamento, como a letra de câmbio, e uma nova profissão, a dos cambistas ou banqueiros.

Quebra demográfica no século XIV

- **Cerca de 1330**, o tempo da prosperidade dava sinais de ter chegado ao fim. As más colheitas sucederam-se e **as grandes fomes regressaram à Europa**.
- Mal alimentados, os corpos não resistiam às doenças e as **epidemias** proliferaram, devastadoras. A mais terrível de todas, a **Peste Negra**, terá ceifado, entre 1347 e 1350, cerca de um terço dos Europeus.
- **Revoltas populares e guerras entre Estados** completaram este quadro recessivo. A Europa entrou, novamente, num período de dificuldades económicas e de acentuado recuo demográfico.

Síntese esquemática





Casamento de D. João I com D. Filipa de Lancastre, iluminura de *Chroniques d'Angleterre*, de Jean de Wavrin, 1445

D. Afonso Henriques (1143-1185)				D. Sancho I (1185-1211)		D. Afonso II (1211-1225)		D. Sancho II (1225-1245)		D. Afonso III (1240-1279)	
Conferência de Zamora (1143)	Conquistas de Santarém e Lisboa (1147)	Criação do condado de Alentejo (1153)	Conquista de Évora (1165) Foral de Évora (1166)	Bula Manifestis Probatum Forais de Santarém, Coimbra e Lisboa (1179)	Foral de Penafiel (1192)	Foral da Guarda (1199)	Primeiras Leis Gerais (Desamortização, Inquirições) (1211)	Foral de Castelo Branco, dado pelos Templários (1213) Confirmações (1217)	Foral de Sortelha (1228)	Deposição de D. Sancho II pelo Papa Guerra Civil (1245)	Conquista do Algarve (1249) Cortes de Leiria Foral de Mértola (1254)
1150				1200				1250			

Unidade

O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico

Conteúdos

- 2.1 A fixação do território*
- 2.2 O país rural e senhorial*
- 2.3 O país urbano e concelhio*
- 2.4 O poder régio, fator estruturante da coesão interna do reino*

* Conteúdos de aprofundamento

Aprendizagens

- Situar a definição do espaço português no contexto da Reconquista
- Explicar as condições do estabelecimento definitivo das fronteiras de Portugal
- Explicar o processo de formação do país senhorial
- Caracterizar o poder senhorial de nobres e eclesiásticos
- Reconhecer o senhorio como quadro organizador da vida económica e social no mundo rural tradicional*
- Caracterizar as formas de dominação exercidas sobre as comunidades campesinas*
- Compreender a especificidade da sociedade portuguesa concelhia, distinguindo a diversidade de estatutos dos seus membros*
- Mostrar como se concretizou a autonomia político-administrativa das cidades e vilas concelhias
- Identificar exemplos da passagem da monarquia feudal à monarquia centralizada
- Interpretar a afirmação do poder régio em Portugal como elemento de coesão do país concelhio e do país senhorial e promotor de missões de prestígio e de autonomia do reino no contexto da Cristandade ibérica*

* Aprendizagens estruturantes



Doc. 1 A Reconquista

A – O avanço da Reconquista



Questões pág. 55

B – A evolução das fronteiras portuguesas durante a Reconquista



NOTA: O mapa 1128 é de autoria de Afonso Henriques

2.1 A fixação do território

2.1.1 A Reconquista

Nos séculos XII e XIII, em plena Reconquista cristã da Península Ibérica aos muçulmanos, Portugal constituiu-se como entidade política independente (*Estado*) e fixou o seu território nas fronteiras que ainda hoje mantém (*país*) (Doc. 1A, B).

Coube a Afonso Henriques transformar o pequeno condado portugalense no reino autónomo de Portugal. Para o efeito, **rebelou-se contra** o seu primo Afonso VII, rei de Leão e Castela e imperador das Espanhas, a quem devia obediência e lealdade na qualidade de vassalo (Doc. 2).

Embora, em 1143, Afonso VII tivesse reconhecido Afonso Henriques como *rex* (rei) na Conferência de Zamora, este último só ficou completamente desvinculado da sujeição a Leão e Castela em 1179. Nesta data e através da Bula *Manifestis Probatum*, o Papa Alexandre III dignou-se a acolher sob a **proteção da Santa Sé**, pelos séculos fora, o Reino de Portugal, em troca do pagamento de um tributo anual em ouro (Doc. 3). Ora, na condição de vassalos do Papa – o chefe máximo da Cristandade –, os reis de Portugal viram-se, assim, desobrigados de obedecer a qualquer outro soberano.

Entretanto, Afonso Henriques prosseguia a **conquista de territórios aos muçulmanos**. Em 1147, consolidou o domínio da linha do Tejo, com as

- 1128 – Limites do **condado portugalense** quando Afonso Henriques assume o seu governo
- 1148 – O **Reino de Portugal** atinge a linha do Tejo
- 1168 – Máxima extensão do **Reino de Portugal** no tempo de Afonso Henriques
- 1191 – Recuo dos limites do **Reino de Portugal**
- 1239 – O **Reino de Portugal** atinge o Algarve oriental
- 1249 – O **Reino de Portugal** conclui a conquista do Algarve

Questões pág. 55

Conceitos

Reconquista* – Termo utilizado para designar as campanhas militares que os reinos cristãos da Península Ibérica dirigiram contra os muçulmanos, que a invadiram em 711. A Reconquista ter-se-á iniciado em 718-22, a partir do pequeno reino das Astúrias, e terminou em 1492, com a conquista do reino mouro de Granada.

* Estruturante



O brasão de D. Afonso Henriques, segundo uma pintura anónima do século XVIII. Os sinais nele representados assemelham-se aos escudetes preenchidos com besantes que figuram no escudo de Portugal.

Alexandre, Bispo, servo dos servos de Deus, ao caríssimo filho em Cristo, Afonso, ilustre Rei dos Portugueses, e a seus herdeiros para sempre.

Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe católico, prestaste inumeráveis serviços a tua mãe, a Santa Igreja, exterminando intrepidamente em proezas militares os inimigos do nome cristão e propagando diligentemente a fé cristã. [...] Por isso, Nós, atendendo às qualidades de prudência, justiça e idoneidade de governo que ilustram a tua pessoa, tomamo-la sob proteção de São Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste arrancaste às mãos dos sarracenos. [...] Decidimos fazer a mesma concessão a teus herdeiros. [...] Para significar que o referido reino pertence a São Pedro¹, determinaste pagar anualmente dois marcos de ouro. Cuidarás, por isso, de entregar tu e os teus sucessores, ao Arcebispo de Braga, o censo que a Nós e a nossos sucessores pertence. [...].

Eu, Alexandre, Bispo da Igreja Católica [23 de maio de 1179]

Bula *Manifestis Probatum*, em Luiz da Câmara Pina – *A Batalha de São Mamede*, Lisboa, Ed. da Academia Portuguesa de História, 1979

¹ É por o Reino de Portugal estar sob a proteção de São Pedro que muitas paróquias e igrejas têm o seu nome.

Questões pág. 55

conquistas de Santarém e Lisboa (Doc. 46.1 e 2.). Obteve, a seguir, a posse de Sintra, Almada, Palmela, para assegurar a defesa de Lisboa (Doc. 40). Em 1158, firmou a presença portuguesa na *linha do Sado* com a conquista de Alcácer do Sal.

Em 1162 e 1165, Beja e Évora, respetivamente, caíram nas mãos dos Portugueses (Doc. 4E). Em 1185, morre Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, a quem a História chamaria o *Conquistador*.

Entre avanços e recuos, a reconquista do Reino de Portugal continuou durante aproximadamente mais um século. D. Sancho I, rei de 1185 a 1211, mostrou-se, tal como o seu pai, um grande chefe guerreiro. Depois de duas expedições vitoriosas ao Algarve, as forças portuguesas não resistiram aos ataques dos Almóadas (povos berberes provenientes de Marrocos) e perderam todas as posições a sul do Tejo, à exceção de Évora (Doc. 1A, B).

Já D. Afonso II, rei de 1211 a 1223, revelou-se um monarca de ação militar inferior, tão absorvido que esteve no fortalecimento do poder real. Não obstante, as tropas portuguesas avançaram no Alentejo e até intervieram, ao lado dos Castelhanos, Aragoneses e Franceses, na defesa da península contra os Mouros¹, derrotando-os na Batalha de *Navas de Tolosa* (1212).

¹ O termo mouros refere-se, em sentido estrito, aos habitantes da Mauritânia. Em sentido lato, designa todos os povos berberes que provinham do Norte de África e estavam convertidos ao islamismo. Também é costume designar de sarracenos os povos islâmicos que se instalaram na Península Ibérica no século VIII. Todos eles integram o grande grupo religioso dos muçulmanos.

Questões pág. 55



Duelo entre um cruzado e um mouro, mosaico da Igreja de Santa Maria Maior, Vercelli, século XII.

A Reconquista significou a sobrevivência do pequeno Reino das Astúrias e dos restantes reinos cristãos peninsulares. Revestiu-se, por isso, de **carácter político**, permitindo aos monarcas afirmação e engrandecimento.

Desde os fins do século XII, a Reconquista adquiriu um pendor de **guerra santa**, marcado pela crescente intolerância religiosa entre as populações cristã e islâmica. Nesse tempo, não o devemos esquecer, o **espírito de cruzada** estava bem vincado no imaginário cristão, em virtude das expedições militares e religiosas à Palestina, as denominadas **cruzadas**.

Com **D. Sancho II**, rei de 1223 a 1245, o território português expandiu-se no Alentejo, com as conquistas de Elvas, Juromenha, Serpa, Moura, Beja, Aljustrel e Mértola. Entre 1234 e 1239, a soberania portuguesa chegou ao Algarve oriental.

No reinado de **D. Afonso III** (1248-1279) concluiu-se a **conquista do Algarve**, quando o monarca se apoderou do território ainda em posse dos muçulmanos e no qual se incluíam Faro, Albufeira e Silves (Doc. 4F e 5). O Norte cristão anexou para sempre o Sul islâmico e a Reconquista portuguesa chegou ao fim.

2.1.2 Do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento das fronteiras

Entre o termo da Reconquista (1249) e o estabelecimento definitivo das fronteiras portuguesas (1297) decorreu quase meio século. Nesse intervalo de tempo, o Reino de Portugal resolveu vários litígios com o Reino de Leão e Castela.

Em 1252, Afonso X de Leão e Castela, acabado de chegar ao trono, reivindicou o ex-reino algarvio de Niebla (onde se incluía Silves), alegando que a sua soberania lhe havia sido cedida pelo respetivo rei mouro. Face a uma presumível guerra entre os dois reinos cristãos, o Papa Inocência IV interveio na



Cavaleiros da ordem religioso-militar de Santiago, iluminura de meados do século XIII.

Para o fortalecimento do espírito de cruzada na Península Ibérica, muito contribuíram as ordens religioso-militares desde o século XII: os **Templários** e os **Hospitalários**, com provas dadas na Palestina; os **monges de Calatrava** e de **Santiago**, genuinamente peninsulares. Todos eles se revelaram auxiliares preciosos na conquista de terras alentejanas e algarvias, que tão bem defenderam e povoaram.

C – A tomada de Lisboa



1. **Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147**, aguarela de Roque Gameiro no Museu da Cidade de Lisboa.

Na imagem da reconstituição do cerco de Lisboa, pode ver-se uma das torres de madeira (1) que os exércitos cristãos usavam para franquear as cidades por cima das muralhas. Ao lado, a catapulta (2) permitia arremessar pedras contra as muralhas ou o interior das cidades. Os sitiados defendiam-se lançando estopa, azeite e fogo sobre os sitiantes.

Registe-se a curiosidade das embarcações acostadas no Tejo, a evocar os barcos dos cruzados do Norte da Europa, que, a caminho da Palestina, estacionaram na nossa costa atlântica e intervieram em várias conquistas, entre elas a de Lisboa.

2. A conquista de Lisboa relatada por um cruzado (1147)

Em cerca de 164 navios reuniram-se, no porto de Dartmouth, homens de diversas nacionalidades, costumes e línguas. [...] Ora, como tivéssemos chegado ao Porto, o bispo com seus clérigos veio ao nosso encontro. O rei achava-se então ausente com o seu exército, lutando contra os mouros. [...] Disse o bispo que já sabia que nós havíamos de chegar e, na véspera, recebera do rei uma carta, em que se dizia isto:

“Afonso, rei de Portugal, a Pedro, bispo do Porto, saúde. Se porventura arribarem aí os navios dos Francos, recebei-os diligentemente com toda a benignidade e doçura e, conforme o pacto que com eles fizerdes de ficarem comigo, vós e quantos o quiserem fazer como garantia da combinação feita, vinde em sua companhia a ter comigo junto de Lisboa. Adeus.” [...]

Em Alfredo Pimenta – *Fontes medievais da História de Portugal*, Lisboa, vol. I, 1948

D



O castelo de Palmela. Conquistada, perdida e novamente conquistada aos Mouros, na segunda metade do século XII, esta fortificação apoiou a defesa da cidade de Lisboa. Nela se viria a instalar a sede da ordem religioso-militar de Santiago.

E – A tomada de Évora



Geraldo Gualdês, o Sem Pavor, alto-relevo do claustro da Catedral de Évora. O cavaleiro leonês Geraldo Gualdês serviu Afonso Henriques nas conquistas alentejanas, tendo-se destacado na tomada de Évora (1165). Dirigia um bando de aventureiros que, pela calada da noite, atacava os castelos mouros, colhendo as guarnições militares de surpresa.

F – A tomada de Silves



Muralhas de Silves. Envolvem uma área de 7 hectares, na qual viveriam perto de 2000 habitantes. Quando o califado de Córdoba se desintegrou (1031), Silves foi o centro de um reino independente (*taifa*) que ficou célebre no *Gharb* do *al-Andalus* (o Ocidente da Espanha muçulmana) pela prosperidade económica e pelo brilho cultural. Os seus poetas não se cansaram de elogiar a solidez das muralhas, os estaleiros navais, a abundância dos frutos, a beleza dos seus palácios.

Em 1189, D. Sancho I tomou Silves aos Almóadas. Perdida pouco depois, a cidade seria definitivamente conquistada em 1249, numa campanha militar dirigida por D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago.

Questões pág. 55

celebração do **tratado de paz em 1253**. Afonso III de Portugal casaria com Beatriz, filha ilegítima de Afonso X de Leão e Castela; e renunciaria, temporariamente, aos seus direitos como suserano do Algarve, a favor do sogro.

Após várias negociações diplomáticas, um novo tratado celebrado em **1267** – o **Tratado de Badajoz** – decidiu, de vez, a soberania sobre o Algarve, tendo o rei Afonso X transferido o seu poder sobre aquele território para o neto D. Dinis, nascido, entretanto, do casamento de Afonso III de Portugal com Beatriz de Castela.

Posteriormente, em 1295-1297, Portugal reacendeu as hostilidades com Castela ao participar na guerra civil que assolou aquele reino. Pelo **Tratado de Alcanises** (Doc. 6A, B), celebrado em 1297, entre D. Dinis e Fernando IV de Castela, ao mesmo tempo que se acordaram casamentos reais e uma paz de 40 anos baseada na «amizade e defesa mútuas», fixaram-se os limites territoriais dos dois reinos hispânicos. Portugal desistiu da soberania sobre as terras de Aroche e Aracena e dos direitos que possuía em Valença, Ferreira, Espargal e Aiamonte. Em troca, recebeu Olivença, Campo Maior, São Félix dos Galegos e Ouguela; bem como, na zona da Beira, o senhorio das terras de Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vila Maior, Castelo Bom, Almeida, Castelo Melhor e Monforte.

Com pequenas exceções¹, o **território português** adquiriu a sua **configuração definitiva**, o que faz de Portugal o país europeu com as fronteiras mais antigas e estáveis.

¹ Cita-se o caso de Olivença, incorporada na Espanha no século XIX.

DOC. 5 D. Afonso III (1210?-1279)



Afonso III ficou conhecido como o *Bolonhês* em virtude do seu primeiro casamento com a condessa de Bolonha, D. Matilde.

Sucedeu a seu irmão, D. Sancho II, deposto pelo Papa em 1245. Só depois da morte do rei Sancho, ocorrida em 1248, Afonso III assumiu a dignidade real.

Questões pág. 55



A

Em Nome de Deus, Ámen

Saibam quantos esta Carta virem, e ouvirem ler que, como fosse contenda sobre Vilas, Castelos e Termos [...] entre nós, D. Fernando, pela graça de Deus Rei de Castela, de Leão, de Toledo, de Galiza, de Sevilha, de Córdoba, de Murça [...] e D. Dinis, pela graça de Deus Rei de Portugal, do Algarve [...], e por causa destas contendas tivessem nascido entre nós muitas guerras e prejuízos [...] com terras de ambos muito roubadas, queimadas e estragadas [...], eu Rei D. Fernando, sabendo que os castelos e as Vilas da Terra de Arocha e de Aracena, com todos os seus direitos, eram de Portugal dou, por eles e pelos frutos deles, Olivença e Campo Maior e São Félix dos Galegos [...] e o lugar de Ougela. E também eu, El Rei D. Fernando, entendendo que vós [D. Dinis] tendes direitos nos Castelos e Vilas de Sabugal e de Alfaiates, de Castelo Rodrigo, de Vila Maior, de Castelo Bom, e de Almeida, de Castelo Melhor, de Monforte e de outros lugares de Ribá Coa [peço] que deixeis o que tendes em Valença [do Minho], em Ferreira, em Esparregal, em Aiamonte e em outros lugares dos Reinos de Leão e da Galiza [...].

Feita em Alcanises, sexta-feira, doze dias do mês de Setembro. Era de mil trezentos trinta e cinco anos.¹

Retirado de http://pt.wikisource.org/wiki/Tratado_de_Alcanises (adaptado)

¹ Trata-se da era de César, que antecede em 38 anos a era cristã. Em Portugal, a era cristã foi adotada a partir de 1422.

B



A definição da fronteira portuguesa segundo o Tratado de Alcanises.

Questões

- Explique o conceito de Reconquista (DOC. 1A, B).
- Indique os objetivos de Afonso Henriques na sua ação com:
 - os muçulmanos (DOC. 1);
 - Afonso VII de Leão e Castela (DOC. 2);
 - o papado (DOC. 3).
- Identifique três motivos invocados pelo Papa Alexandre III para reconhecer o Reino de Portugal (DOC. 3).
- Identifique, nos vários elementos do DOC. 4, três exemplos da presença do *espírito de cruzada*.
- Que papel teve D. Afonso III na definição do território português (DOC. 5)?
- Sobre o Tratado de Alcanises (DOC. 6), indique:
 - as partes envolvidas e o motivo da celebração do tratado;
 - locais concedidos por Portugal a Leão e Castela;
 - locais concedidos por Leão e Castela a Portugal.

C



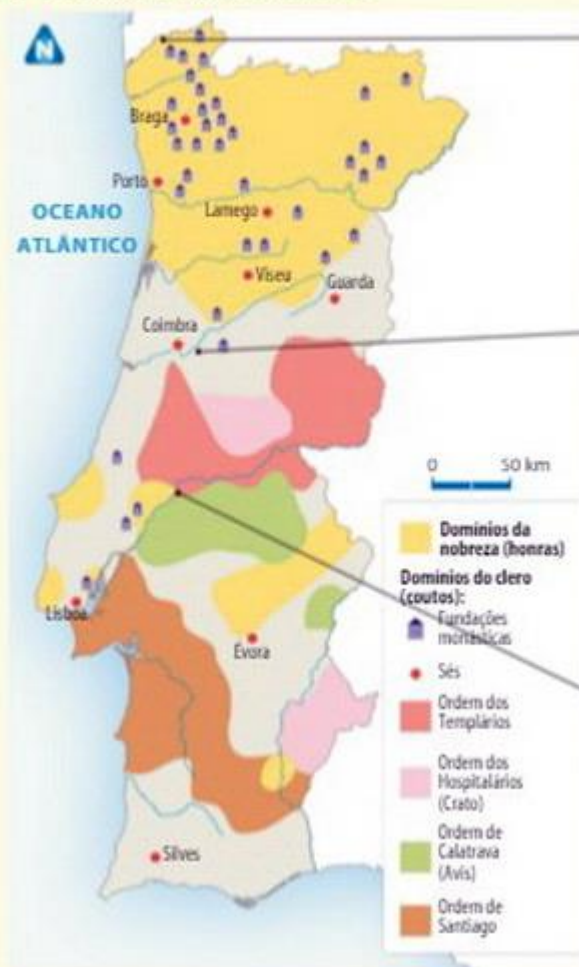
Vista do interior do Castelo do Sabugal, um castelo gótico que beneficiou de obras por ordem de D. Dinis, empenhado na defesa das principais terras raianas.

(1) Caminho de ronda ou adarve da muralha; (2) Cubelo da muralha; (3) Torre de menagem (residência do alcaide); (4) Merlão; (5) Ameia.

Questões pág. 55

Doc. 7 Um país dividido em senhorios e concelhos

A – Os senhorios laicos e eclesiásticos



Torre de S. Julião da Silva, Valença, século XIII.



Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1031 pelos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho.



Castelo de Almourol, Vila Nova da Barquinha, concluído em 1171, por iniciativa da Ordem dos Templários.

B – Os concelhos



2.2 O país rural e senhorial

Vimos, no ponto 2.1, como Portugal fixou o seu território através de conquistas aos muçulmanos e de lutas e negociações com Leão e Castela.

Nesses séculos, XII e XIII, Portugal apresentava-se organizado, do ponto de vista económico e social, em senhorios e em concelhos. Os **senhorios** estruturavam o país rural, enquanto os **concelhos** dinamizavam o país urbano (Doc. 7A, B).

2.2.1 Os senhorios – sua origem, detentores e localização

Com já estudámos em 1.1.1, o **senhorio** é uma área territorial, mais ou menos extensa e nem sempre contínua, que pertence a um senhor, o qual detém variados poderes sobre a terra e os homens que nela habitam. No caso português, os senhorios pertenceram ao rei – os **reguengos**, à **nobreza** – as **honras** e ao **clero** – os **coutos**. A sua origem remonta às conquistas feitas aos muçulmanos e às frequentes doações territoriais que as acompanharam.

Com efeito, os monarcas peninsulares, como os reis além-Pirenéus, recompensaram com terras os nobres e os clérigos que os ajudaram na guerra e na administração do território. Em troca, esperavam contar com uma rede de **vassallos** fiéis, pronta a segui-los nas lides militares ou a orar pelos sucessos reais, a contribuir nos apertos financeiros ou, simplesmente,

C – Regiões do território português





Um cavaleiro medieval, Domingos Joanes, que viveu no século XIII (estátua do século XIV, Capela dos Ferreiros, Oliveira do Hospital).

O cavalo e as armas atestam a categoria social elevada da figura representada. Desde jovens, os nobres eram treinados para servirem na guerra o seu senhor, o seu rei e a fé cristã.

Questões pág. 61

B – Doação a um nobre (1188)

Em nome de Deus. Saibam todos os homens que eu Sancho¹, rei de Portugal pela graça de Deus, juntamente com minha mulher a rainha Dona Dulce e os filhos e filhas [...] faço carta de doação e com garantia perpétua, a ti João de Caldas e vossa mulher Maiora Pedro, do nosso reguengo² que está sob São Miguel das Caldas e se chama Cardos. Damos e concedemos o referido reguengo com os seus termos³ novos e velhos para que o possuais por direito hereditário em perpétuo e façais dele o que quiserdes. E quem infringir esta minha carta e este herdamento violar seja amaldiçoado por Deus, ámen. Feita esta carta no mês de janeiro [1188].

Citado por Armando Castro – *História de Portugal*, dir. J. H. Saraiva, vol. 2, Lisboa, Publ. Alfa, 1983

1 Sancho I. 2 Senhorio do rei. 3 Área de jurisdição.

C – Um vassalo fiel



D. Martim de Freitas, alcaide de Coimbra, reconhece, em Toledo, o cadáver do rei Sancho II e deposita-lhe as chaves do castelo (1248). Embora Sancho II tivesse sido deposto pelo Papa três anos antes, e substituído por seu irmão Afonso [III], conta a lenda que o alcaide de Coimbra se recusou a entregar a cidade ao novo senhor do Reino. Fê-lo só depois de comprovar pessoalmente o falecimento do monarca, de quem recebeu o castelo para administrar.

Conceitos

Vassalidade* – Relação hierárquica estabelecida na época medieval entre dois indivíduos de categoria social elevada. Criava, entre eles, uma dependência pessoal, baseada em direitos e deveres (fidelidade, ajuda, conselho) recíprocos.

Essa dependência pessoal derivava do facto de um dos senhores (o *suserano*) atribuir um bem (terra, castelo, rendas, cargo) – também chamado de *benefício* ou *feudo* – a outro senhor (o *vassalo*).

* Estruturante

aconselhando e apoiando as decisões régias (Doc. 80). De modo semelhante se estruturou a **vassalidade** na Europa senhorial da Idade Média.

Os **senhorios da nobreza**, denominados **honras**, situavam-se, predominantemente, na região do Norte atlântico, onde tiveram lugar as mais antigas conquistas e doações territoriais¹ (Doc. 7A, C e Doc. 8A, B). De uma forma geral, os senhorios nobres identificavam-se pela presença de um **castelo**, de uma **torre** ou de um **solar**, que atestavam o poder do respetivo senhor.

Os **senhorios do clero** também pontuavam o Norte atlântico, muito embora os de maior dimensão se situassem no Centro e no Sul do país (Doc. 7A, C). Identificavam-se pela presença de um **mosteiro** (da Ordem de S. Bento, de Cister ou dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho), de uma **Sé Catedral** e até de um **castelo** (no caso das ordens religioso-militares).

Resultado de doações régias (Doc. 9B, D) e de ofertas, à hora da morte, da parte de senhores e até de populares, as terras da Igreja ultrapassavam, nos começos do século XIII, as de qualquer outro proprietário do país.

No Centro e no Sul, onde o esforço da reconquista foi maior, o auxílio dos monges cavaleiros das **ordens religioso-militares** dos **Templários**, dos **Hospitalários**, de **Calatrava/Avis** e de **Santiago de Espada** revelou-se decisivo na dilatação do território. Daí as vastas doações e a sua grande implantação naquelas partes do país (Doc. 7A).

1 Não esqueçamos que, na Península Ibérica, a Reconquista avançou de norte para sul e de ocidente para oriente, num traçado diagonal (Doc. 1).

A



Fachada principal da Sé de Braga, cuja reconstrução data de finais do século XI e se fez com o apoio dos condes portugalenses D. Henrique e D. Teresa, nela sepultados. A arquidiocese de Braga é a mais antiga de Portugal e rivalizava em poder com a de Santiago de Compostela.

B – Doação à Sé de Braga (1128)

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, Ámen. Eu, Afonso¹, filho do egrégio conde Henrique e da egrégia rainha Tereza e neto do ótimo rei Afonso, doo e concedo a Santa Maria de Braga² e a ti, arcebispo D. Paio, e aos que perpetuamente venham a ser teus sucessores, e também aos clérigos aí residentes, [...] o couto limitado pela vila chamada Lapela. [...] Mais doo e concedo a Santa Maria de Braga, e a ti e teus sucessores, o castelo que se chama de Penafiel [...].

E que todas as herdades de Santa Maria de Braga, onde quer que fiquem, sejam coutadas [...]. Doo e concedo a Santa Maria de Braga direito de cunhar moeda para se construir a igreja. [...] E que eu não tenha na tua cidade de Braga nenhum poder contra a vontade dos teus sucessores. [...] E que dos bens de Santa Maria de Braga, quer teus, quer dos teus sucessores, nunca eu reclame nada, quer por mim próprio, quer pelos meus representantes, sem vontade tua ou dos teus sucessores [...].

Feita a 27 de maio de 1128. Eu, infante Afonso, confirmo por minha mão este testamento.

Documento do Arquivo Distrital de Braga

1 Futuro rei Afonso Henriques. 2 Sé de Braga.

2.2.2 O exercício do poder senhorial: privilégios e imunidades

O exercício do **poder senhorial** pelos nobres e pelos clérigos implicava não apenas a detenção de poderes económicos ou dominiais, mas, essencialmente, o desempenho de **poderes políticos** ou **públicos**, de comando militar, de punição judicial e de coação fiscal sobre os habitantes do senhorio. Estes poderes públicos, que correspondiam ao **poder banal** (*bannus*) da Europa além-Pirenéus, traduziram-se nos seguintes **privilégios**:

- No que respeita ao **comando militar**, o senhor detinha o poder de recrutar homens para a guerra, de controlar castelos e outras fortificações e de organizar expedições ofensivas.
- No que respeita à **punição judicial**, o senhor exercia a justiça sobre os homens do seu território, determinava as penas [exceto as de morte e de corte de membros, que eram exclusivas dos reis] e cobrava as multas.
- No que respeita à **coação fiscal**, o senhor podia exigir uma variedade de pagamentos obrigatórios, similares a impostos, às populações. Entre eles, as **banalidades** pelo uso do forno, moinho e lagar, e pela entrada, na área do senhorio, de mercadorias (as *portagens*) e pessoas (as *peagens*).

C



Figura de um prelado, com a mitra e o báculo, símbolos da sua dignidade eclesiástica.

Arcebispos e **bispos**, à frente de arquidioceses e dioceses, constituíam os graus cimeiros entre o **dero secular**. Entre o **dero regular**, a categoria superior abrangia **abades**, **abadessas** e **mestres**, respeitando estes às ordens religioso-militares. Os detentores dos graus mais elevados da hierarquia eclesiástica provinham, frequentemente, de poderosas famílias da nobreza e mesmo da própria família real.

D – Doação ao Mosteiro de Alcobaça (1191)

Em nome da Santa e Indivisa Trindade, [...]. Eu, Sancho¹, por graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve, e minha esposa, a rainha D. Dulce, juntamente com os nossos filhos e filhas, fazemos esta carta de doação e de perpétua segurança à casa de Alcobaça e a vós, D. Martinho, abade do mesmo lugar, e a todos os irmãos que aí vivem sob regra, daquele castelo chamado Abenabeci, que para honra de Deus vos damos e concedemos, para que o possuais perpetuamente, livre de toda a ação real e pacificamente, com todos os seus termos novos e antigos, até aos limites que possam ser tidos como verdadeiros por uma investigação feita por homens dignos do maior crédito e fé [...].

Feita esta carta de doação no mês de fevereiro de 1229 [1191 da era cristã].

Frei António Brandão - *Crónica de D. Sancho I e de D. Afonso II*, Porto, Liv. Civilização Editora, 1945

¹Sancho I.

E



Fachada da Igreja do Mosteiro de Alcobaça.

Os monges de Cister estabeleceram-se em Alcobaça, em 1148, decididos a levar uma vida pura e austera, de intenso labor agrícola, como preconizava Bernardo de Claraval, o fundador da ordem. Em 1153, D. Afonso Henriques doou ao mosteiro, por carta de couto, um extenso território que se estendia da serra dos Candeeiros até ao mar, numa largura de 20 km. Belissimamente arroteadas, as granjas do couto de Alcobaça estiveram na origem de muitas aldeias e vilas. Para além do papel económico que desempenhou, o Mosteiro de Alcobaça sobressaiu, como outros mosteiros, pela sua ação no ensino e na produção de manuscritos.

Questões pág. 61

Conceitos

Imunidade* – Privilégio que consiste em interditar aos delegados do rei a entrada nas terras de um nobre, de um bispado ou de uma abadia para aí exercer o seu poder público.

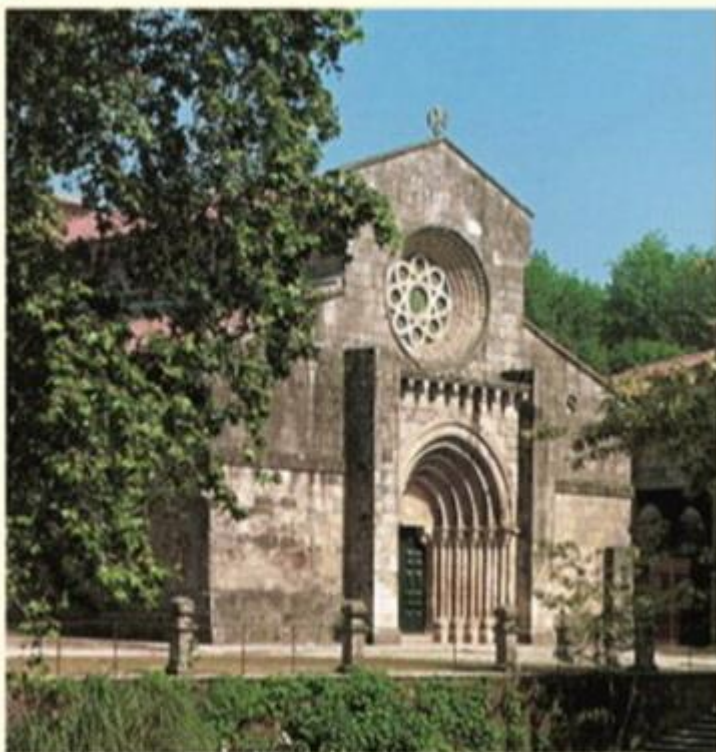
* Estruturante

Uma vez que, nos senhorios (*honras* da nobreza e *coutos* do clero), os respetivos senhores detinham o poder público, os funcionários régios ficavam impedidos de neles exercer as funções militares, judiciais e fiscais que competiam ao monarca, na sua qualidade de senhor supremo do Reino. Este privilégio chamava-se **imunidade** do senhorio e conduziu a uma considerável perda de poderes por parte da realaleza.

A concessão da imunidade aos senhores fez-se através:

- de uma **carta de couto**, pelo que a expressão *território coutado* equivalia a *território imune*. Tendo a maioria das cartas de couto sido atribuída à Igreja, a palavra *couto* vulgarizou-se para designar os senhorios eclesiásticos;
- da **atribuição do poder público a um nobre**, que se considerava honrado por o monarca nele delegar a administração de territórios ou castelos. Por esse facto, o património da nobreza foi geralmente chamado de **honras**. Com o tempo, muitos nobres passaram a exercer o poder público a título pessoal e não em nome do rei, tendo, inclusive, estendido abusivamente os privilégios de comando, punição e coação aos seus simples domínios fundiários.

A



Fachada da Igreja do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (fundado no século X e reconstruído no século XIII).

Na área territorial dos mosteiros, os abades comportavam-se como verdadeiros senhores. Cobravam rendas sobre a exploração da terra e exerciam o **poder senhorial** que lhes permitia receber muitos outros tributos. Delegavam em funcionários leigos a justiça e a defesa militar. Apesar de não manejarem as armas, os abades, e o clero de uma forma geral, gozavam perante a população comum de um notável ascendente, que lhes advinha da sua aproximação ao divino e do domínio da escrita. Muitos mosteiros estavam providos de magníficas **bibliotecas** e de **scriptoria**, onde os monges copistas se dedicavam pacientemente à produção de manuscritos iluminados. Em muitos deles, funcionavam igualmente afamadas **escolas monacais**.

B



Arca tumular de Egas Moniz (?-1146), aio de D. Afonso Henriques. Pertencia à família de Riba Douro, patrona do mosteiro no qual ficou sepultado.

Questões pág. 61

Doc. 11 Monges agricultores, manuscrito do século XII, Dijon



A regra beneditina lembrava aos monges que "a ociosidade é inimiga da alma", pelo que o tempo se passava entre **orações** e o **trabalho**, fosse nos campos, na produção de artefactos ou no **scriptorium**.

Questões pág. 61

2.2.3 A exploração económica do senhorio



A exploração económica da terra constituía outro sustentáculo dos senhores nobres e eclesiásticos. Os **domínios senhoriais** incluíam campos de cereais, vinha, pomares, pastos, bosques. No Centro e Sul do país ocupavam superfícies extensas e contínuas; no Norte atlântico resumiam-se, com frequência, a parcelas territoriais dispersas e de menor dimensão.

Tal como no Ocidente medieval, os **domínios da nobreza** compreendiam uma **reserva**, conhecida por **quintã**, e as **unidades de exploração arrendadas**, que eram os **casais** (Doc. 12). Ambas eram a fonte de **direitos dominiais**, provenientes da exploração do solo pela massa de camponeses.

A quintã, também chamada de paço por nela se encontrar a morada do senhor, para além dos estábulos, celeiros, moinhos e lagar, incluía uma porção diminuta de terras, o que nos prova o desinteresse da nossa nobreza pela administração direta dos seus domínios. Na verdade, os senhores preferiam o arrendamento das suas propriedades, divididas em **casais** ou **vilares**, que correspondiam aos mansos europeus.



1 Igreja; 2 Bosque do senhor; 3 Castelo; 4 Quintã; 5 Moinho do senhor; 6 Casais.

Os domínios senhoriais constituíam o património fundiário de nobres e edesiásticos. Eram terras possuídas em regime de propriedade plena e, nelas, os senhores recolhiam os direitos dominiais provenientes da exploração do solo pelos camponeses. Se aí também fosse exercido o poder senhorial, então o domínio tornava-se senhorio.

Questões pág. 63

Questões

- 1 Onde se localizava a maior parte do património fundiário da nobreza? E do clero? Explique (DOC. 7A, C).
- 2 Cite as expressões do texto (DOC. 8B) reveladoras de que a doação ao nobre João das Caldas iria originar um senhorio. De que direitos terá usufruído este nobre?
- 3 Em que consistiam os laços de vassalagem entre o alcaide Martim de Freitas e o rei Sancho II? Porque foi o alcaide um "vassalo fiel" (DOC. 8C)?
- 4 Explique o significado de "herdades ... coutadas" na carta de doação à Sé de Braga (DOC. 9B).
- 5 Identifique funções reservadas à nobreza e ao clero (DOCS. 8, 9, 10 e 11).
- 6 Analise o Dossiê: "A nobreza medieval portuguesa" (pp. 64-69).

A exploração da quintã cabia aos escravos, servos e colonos livres dos casais que aí prestavam serviços gratuitos e obrigatórios durante um certo número de dias por ano: eram as **jeiras**. Em Portugal, esta forma de exigência jamais foi tão pesada como as corveias de outras regiões da Europa e nem sequer forneceu o essencial da mão de obra.

Para a **exploração dos casais**, celebravam-se contratos de arrendamento entre senhores e colonos, também chamados de "caseiros". Estes contratos podiam ser perpétuos ou abranger duas ou três vidas [gerações]. As rendas, em géneros ou dinheiro, podiam ser fixas ou contemplar uma fração das colheitas (Doc. 13A).

Nos domínios eclesiásticos, o controlo era mais apertado. Ao contrário dos nobres, os clérigos optavam pela exploração direta das suas reservas, denominadas **granjas**. Para além das rendas cobradas aos caseiros, a Igreja dispunha, desde começos do século XIII, do pagamento da **dízima**, equivalente a 10% de toda a produção bruta (agrícola e pecuária) de todos os proprietários. Fossem homens do povo, nobres ou o próprio rei, todos deviam a **dízima** à Igreja.

Doc. 13 A exploração económica do senhorio

A – Rendas e serviços devidos pela exploração da terra

1. A um senhor nobre (1163)

Eu Francisco, querendo poborar[povoar] a minha herdade de Rio de Vide [...]. Deem a mim a oitava parte e das vinhas que chantarem [plantarem] até daqui a cinco anos não darão nada e [...] depois [...] deem a mim a oitava parte [...].

2. Ao Mosteiro de Cete (1225)

Façais aí vinha e souto [plantação de castanheiros] e dareis a nós a quarta parte do vinho e das castanhas e ponhais três vezes os pés nas uvas.

3. À Sé de Braga (1245)

[...] que o [um casal em Gandarela, Santa Maria de Panoias] possuais durante toda a vossa vida e façais uma vinha e casas e currais no alto do casal e o façais frutificar e dareis nos próximos cinco anos 6 morabitanos anualmente, sendo 3 na festa da Páscoa e 3 na festa de São João de junho e depois dareis 8 morabitanos por ano. E à vossa morte deixareis o casal a um dos vossos filhos que pagará por ano 10 morabitanos à Sé de Braga, voltando à nossa posse por óbito deste.

Citações de Armando Castro - *História de Portugal*, cit., 1983

B – Cenas do quotidiano camponês, em iluminuras do *Missal Antigo do Lorvão* (século XIV)



A ceifa.



O transporte de uvas para o lagar.



A apanha de fruta e a guarda de porcos.

Questões pág. 61

2.2.4 A situação social e económica das comunidades rurais dependentes

Nos seus territórios, a nobreza e o clero controlavam uma multiplicidade de homens – os **dependentes**, a quem exigiam tributos e prestações. Uns provinham da exploração económica do solo, como as rendas e as jeiras, e chamavam-se **direitos dominiais**. Outros resultavam do exercício do poder político, como a obrigatoriedade de servir na guerra, as multas judiciais ou os pagamentos fiscais, e denominavam-se **direitos senhoriais**.

No século XIII, de uma forma geral, as comunidades rurais dependentes assistiram ao agravamento da sua situação social e económica.

Os **herdadeiros**, proprietários de terras e, como tal, isentos de pagamento de direitos dominiais, ficaram sujeitos à cobrança de direitos senhoriais pelos senhores ou pelo rei, em virtude de uma lei de D. Afonso II determinar que todo o homem livre devia depender de um senhor (Doc. 15A).

Quanto aos **colonos** (chamados de *foreiros*, *malados*, *vilãos*), homens livres que trabalhavam em terra alheia, viram, desde o século XIII, os contratos a prazo prevalecerem sobre os arrendamentos perpétuos, misturando-se

Doc. 14



Morabitino do tempo de D. Sancho II (anverso).

Questões pág. 62

A – A degradação do estatuto dos herdeiros

Em outra parte estabelecemos firmemente que qualquer homem [qual]quer que for livre por todo nosso reino filhem¹ qual senhor quiser, tirados aqueles que moram nas herdades alheias e nos testamentos² em os quais não devem haver outros senhores senão os senhores das herdades ou dos testamentos, em tal [modo] que o homem livre possa fazer de si o que quiser. E se contra isto algum homem nobre quiser ir seja peado³ em quinhentos soldos. E se até à terceira pena não se quiser corrigir perderá quanto houver e será deitado da terra.

A – A degradação do estatuto dos herdeiros – Documento Histórico, citada na *História de Portugal*, dir. J. H. Saraiva, vol. 2

1 Escolham.

2 Propriedades da Igreja.

3 Multado.

B – A libertação dos servos

Júnior¹ ou servo que habitar em Proença [-a-Velha] um ano, ninguém tenha poder sobre eles nem sobre os seus descendentes [...].

Carta de foral outorgada aos moradores de Proença-a-Velha, em 1210, pela ordem militar dos Templários

1 Espécie de servo.



Pastores – pormenor de uma iluminura do século XV, retirada de um *Livro de Horas* (livro de orações).

Questões

- 1 Distinga as partes componentes do domínio senhorial (DOC. 12).
- 2 Identifique no Doc. 13A:
 - rendas em géneros e rendas em dinheiro;
 - rendas fixas ou em fração das colheitas;
 - prestação de um serviço obrigatório;
 - um contrato de emprazamento.
- 3 O que significa dizer que todo o homem livre deve ter um senhor (DOC. 15A)?
- 4 Em que consiste a libertação dos servos de Proença-a-Velha (DOC. 15B)?

neles as prestações dominiais com novas imposições de cariz senhorial. A confusão entre domínio e senhorio tornou-se cada vez maior.

A sociedade senhorial comportava a existência de **servos**: eram os descendentes de escravos libertos, a quem foram entregues casais para exploração e que viviam especialmente sobrecarregados com as jeiras, não podendo abandonar as terras onde viviam. Progressivamente libertados da servidão, deixaram de se distinguir dos colonos no século XII, tanto mais quanto as jeiras também incidiram sobre estes.

Se a servidão regredia, a **escravatura** aumentava. Tal aconteceu desde a segunda metade do século XI, através do crescente afluxo de cativos mouros, empregues em trabalhos domésticos, no artesanato e até na agricultura.

Restavam os **assalariados** (cabaneiros, moços de lavoura...), que viviam do aluguer do seu trabalho, demasiado na época das colheitas, escasso no inverno. À semelhança dos caçadores, colmeieiros e pastores (sobreviventes de antigas formas de organização económica), achavam-se mal integrados na lógica do sistema senhorial.

A nobreza medieval portuguesa

"A casa de Deus está dividida em três: uns oram, outros combatem e outros, enfim, trabalham [...]. Os nobres são os guerreiros, protetores das igrejas, defensores do povo, tanto dos grandes como dos pequenos [...]."

Bispo Adalbéron de Laon, c. 1020 – *Poema ao rei Roberto* (adaptado)

1. Como se estruturava a nobreza?

1.



O berço da nobreza senhorial (séculos XI-XII). Os senhores de Sousa, da Maia, de Baião e de Riba Douro contam-se entre as mais antigas famílias (linhagens) nobres do território português.

2. Graus de nobreza

Segundo o historiador Oliveira Marques, a nobreza medieval portuguesa contava, antes de 1348, com umas cinco mil, seis mil pessoas, constituindo umas mil famílias, que nem sequer ascendiam a um por cento da população portuguesa.

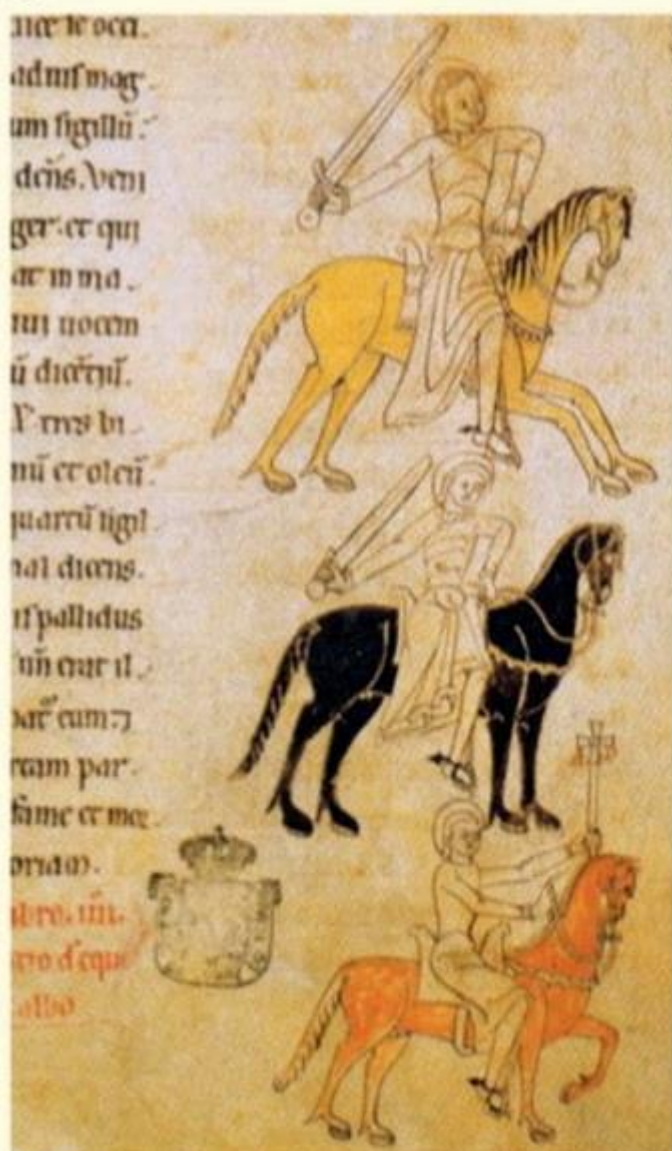
No topo da hierarquia nobiliárquica situavam-se os **ricos-homens**, também conhecidos por "senhores de pendão e caldeira", em alusão aos séquitos militares que comandavam e sustentavam. Nos seus extensos domínios, exerciam a justiça e cobravam rendas e impostos. Muitos deles viviam no paço régio, constituindo a nobreza de corte.

Na ordem hierárquica, seguiam-se os **infanções**, particularmente poderosos no tempo do conde D. Henrique e de seu filho Afonso Henriques, que neles delegaram o poder público de administração de castelos e territórios, assim como de

organizar expedições militares. O estatuto dos infanções degrada-se, todavia, a partir do século XIII.

Na base da pirâmide da nobreza, encontramos os **cavaleiros** e seus **escudeiros**. Os dois grupos integraram os séquitos armados de ricos-homens e infanções.

3.



Cavaleiros do tempo de Afonso Henriques e Sancho I, segundo iluminura da *Apocalipse do Lorvão* (1189).

B Apetrechos de um quotidiano nobre

Par de esporas do século XIII (Museu Regional de Évora).



Espada do século XIII (Museu Militar de Lisboa).

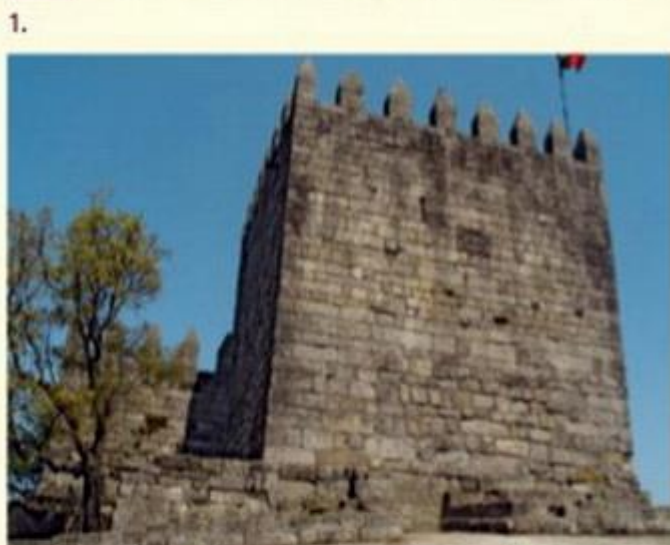
As esporas e a espada, tal como as lanças, simbolizam a cavalaria e eram apanágio dos nobres. Os vilãos combatiam maioritariamente a pé, servindo-se de arcos, bestas e flechas.



Cofre relicário do século XIII (Tesouro da Sé de Viseu). Os relicários contêm parte do corpo ou objetos pertencentes a um santo. Guardados nas igrejas ou na posse de famílias abastadas, as relíquias dos santos garantiam proteção divina. Acreditava-se que, no momento da ressurreição, os santos, especialmente os mártires, seriam os primeiros a erguer-se.

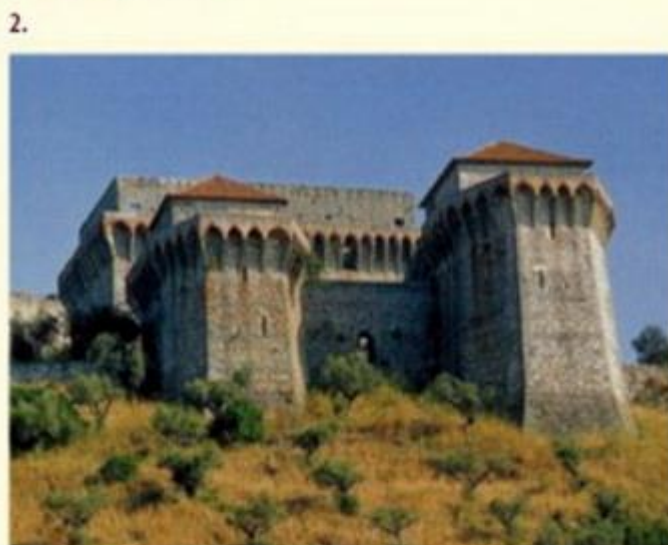


Cofre de madeira pintada do século XIII (Museu Grão-Vasco, Viseu). No interior da tampa, pode-se ver a representação de uma cena de galanteria amorosa. A partir do século XIII, os castelos e paços convertem-se em centros de um requintada sociabilidade cortesã alimentada em banquetes, saraus poéticos e musicais, a cargo de trovadores e jograis.

C Onde vivia a nobreza? Que direitos detinham os nobres nos senhorios?

Torre de menagem do Castelo da Póvoa de Lanhoso, século XI.

Este castelo situava-se numa região de forte implantação senhorial, a Terra de Lanhoso. Apesar de os alcaides dos castelos serem representantes da autoridade régia, zelando pelo cumprimento dos direitos do soberano e impedindo os abusos dos senhores, a verdade é que muitos deles se apropriaram dos poderes públicos em benefício próprio. As crónicas medievais dão-nos conta de episódios dramáticos ou violentos ocorridos no Castelo de Lanhoso. D. Teresa ter-se-á aí refugiado a caminho do exílio na Galiza, depois de derrotada pelo filho, Afonso Henriques, na Batalha de S. Mamede, em 1128. Diz a lenda, inclusive, que o futuro rei de Portugal mandou acorrentar a mãe nos calabouços do castelo. No século XIII, o alcaide D. Rodrigo Gonçalo Pereira, após tomar conhecimento da traição da esposa quando se encontrava ausente numa "montaria" (caça ao javali e ao veado), decidiu incendiar o castelo, tendo perecido a mulher, o amante e todas as pessoas e animais domésticos que lá se encontravam.



Castelo de Ourém — perspectiva do paço dos condes de Ourém com as duas imponentes torres baluartes construídas c. 1450.

No século XII, o Castelo de Ourém mais não era que uma simples torre ou atalaia para defesa do Castelo de Leiria. Nos séculos XIV-XV, o castelo foi transformado num belíssimo paço gótico, que serviu de morada aos condes de Ourém, título e senhorio instituídos pelo rei D. Pedro I.

O primeiro conde de Ourém foi João Afonso Telo de Menezes (c. 1310-1381), tio de Leonor Teles, que casou com o rei D. Fernando.

A transformação dos castelos-fortaleza em paços residenciais, mais confortáveis e requintados, ficou a dever-se em muito à instalação de lareiras, chaminés, cozinhas e acabamentos interiores em madeira.

3.



Torre de Quintela, Vila Real, séculos XIII-XIV.

Esta torre gótica possui oito elegantes balcões, com parapeito ameado e matacões (aberturas no pavimento), destinadas ao arremesso de pedras e líquidos escaldantes sobre o inimigo. No topo dispõe de um caminho de ronda, também ameado, com balcões nas esquinas. Apesar do aspeto exterior de fortaleza, a Torre de Quintela serviu fundamentalmente de residência, temporária ou permanente, aos senhores da Terra de Panoias, que nela arrecadavam os bens provenientes da cobrança de rendas e demais direitos que lhes eram devidos (ver Doc. C4). Verdadeiro símbolo do poder senhorial da nobreza, a Torre de Quintela apresenta uma configuração interior semelhante à das torres de menagem dos castelos: possui três andares onde a luminosidade escasseia, fazendo-se a entrada pelo primeiro, através de uma escada, hoje de pedra mas, outrora, de madeira ou, talvez, amovível. Na Torre de Quintela ter-se-á inspirado Camilo Castelo Branco, que nela situou a trama do romance *Andorra*.

4. Direitos senhoriais

PEAGENS E PORTAGENS	Pagamento pela circulação de forasteiros e de mercadorias no senhorio.
POSSE EXCLUSIVA DE FORNO, MOINHO E LAGAR	Pagamento pela respetiva utilização.
JANTAR E POUSADA	Alimentação e alojamento devidos ao senhor e seu séquito, quando se deslocavam no senhorio.
RELEGO	Venda de vinho do senhor primeiro que o dos outros produtores do senhorio.
RAMADA E ENTROVISCADA	Exigência aos habitantes do senhorio de pescarem para o senhor.
ANÓDUVA	Exigência aos habitantes do senhorio de repararem muralhas e caminhos.
LUTUOSA E MANARIA	Cobrança de impostos por heranças na área do senhorio.
OSAS E GAISAS	Pagamento dos servos que casassem fora do senhorio e dele saíssem.
FOSSADO*	Recrutamento de homens para expedições militares.
FOSSADEIRA*	Pagamento pela isenção de acompanhar o senhor no fossado.
VOZ E COIMA*	Pagamento pela utilização do tribunal do senhor.

* Estes direitos eram, originariamente, devidos ao rei, mas acabaram na posse dos senhores, na área do respetivo senhorio (couto ou honra).

Doc. D Um rico-homem da região de Guimarães queixa-se do rei (inícios do século XIII)

Esta é a notícia da mafeitoria que o rei D. Sancho I fez a D. Lourenço Fernandes. Apanhou-lhe setenta moios de pão e de vinho; e entre arcas e cubas, vinte e cinco. E quarenta escudos, dois enxergões, duas almofadas de penas, onze leitos e escanos [bancos], caldeiras, mesas, escudelas, vasos [copos], capacetes de ferro; e dez porcos, além de ovelhas e cabras. Tiraram aos homens que estavam a assistir quinze morabítinos, além de muitas armas. Destruíram setenta casais, onde se perderam todos os frutos e as sementeiras, e cem homens de maladia [homens livres que trabalhavam terra alheia]. Depois incendiaram a sua quintana de Cunha e tudo o que lá havia. Destruíram a própria torre até onde puderam e queimaram o que não conseguiram destruir, acabando com ela de tal modo que não pode ser reparada. Isso custaria mais de mil e quinhentos morabítinos. Todos os casais que estavam diante da dita torre foram queimados. Roubaram-lhe também um bom mouro.

E saibam todos os homens que virem esta escritura que eu, Lourenço Fernandes, não fiz nem disse nada que justificasse esta destruição e mafeitoria que me fizeram.

Em J. Hernando Saraiva - *História de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1983

Doc. E D. Pedro, conde de Barcelos – uma figura notável da nobreza medieval portuguesa

D. Pedro Afonso (1285?-1354), 3.º conde de Barcelos, foi o primogénito dos filhos bastardos de D. Dinis. Viveu na corte, tal como à época outros bastardos faziam, onde recebeu uma educação esmerada e exerceu o cargo de mordomo da infanta D. Beatriz, futura esposa do príncipe herdeiro, infante D. Alfonso. Senhor de um avultado património fundiário – para além do condado de Barcelos, que o pai lhe ofertou em 1312, recebeu imensas propriedades pelos dois casamentos com damas abastadas –, D. Pedro desempenhou um papel de relevo no Portugal do século XIV. A sua gigantesca complexão física, atestada pelas proporções do seu túmulo, parecia predestiná-lo para os feitos da guerra. Sabe-se que combateu com o seu irmão, o rei D. Alfonso IV, na Batalha do Salado, em 1340. Foram, porém, os dotes do espírito que granjearam a fama a D. Pedro, conde de Barcelos. No seu paço de Lalim (Lamego), para onde se retirou, reuniu um círculo cultural de trovadores e jograis. D. Pedro herdou a vela poética do pai: compôs cantigas de amor e de escárnio e compilou um *Livro de Cantigas* galaico-portuguesas. O seu contributo para a literatura medieval não se ficou por aí. D. Pedro é, também, o autor de narrativas famosas: o *Livro Velho de Linhagens* (ou *Nobiliário do Conde D. Pedro*), onde relata a genealogia das principais famílias nobres do reino; a *Crónica Geral de Espanha*, onde regista o papel dos reinos cristãos ibéricos, e do português em especial, na luta contra os muçulmanos.



Túmulo de D. Pedro, 3.^o conde de Barcelos, na Igreja do Mosteiro de São João de Tarouca (século XIV). A estátua jacente apresenta D. Pedro de cabeça descoberta, apoiada em duas almofadas, com os cabelos até aos ombros e uma barba anelada e longa. Os relevos esculpidos na área tumular retratam uma caçada ao javali, atividade muito do agrado da nobreza que, na ausência de combate, nela sublimava a violência.

DOC. F Um banquete entre os grandes



Banquete oferecido por D. João I, rei de Portugal, a João de Gant, duque de Lencastre, iluminura de Chroniques d'Angleterre, de Jean de Wavrin, 1445.

O banquete representado teve lugar em Novembro de 1386, por ocasião do encontro entre o monarca português ① e o duque de Lencastre ②, nas margens do rio Minho, perto de Melgaço. Celebrava-se a assinatura do **Tratado de Windsor, aliança de amizade e ajuda perpétuas entre os reinos de Portugal e Inglaterra**, celebrado em Maio. E, a consolidar o tratado, aprazou-se o casamento do monarca com D. Filipa de Lencastre, filha do duque, que se veio a realizar em 2 de Fevereiro de 1387, na Sé Catedral do Porto. Apesar da fantasia da imagem — o verdadeiro banquete teve lugar, segundo Fernão Lopes, numa tenda de campanha —, a ambiência que envolve a confraternização entre o rei e o duque, acompanhados de altos dignitários da Igreja ③ e da nobreza ④, elucida-nos acerca dos **costumes dos nobres abastados** nos últimos séculos da Idade Média. Assim, o espaço onde decorre o repasto é o do **salão de um paço ou castelo**, que funcionaria, também, como tribunal, onde o nobre decidia as disputas locais. A mesa do anfitrião era mais alta que as dos outros convivas, sendo frequentemente colocada sobre um estrado. Da copa, que liga a cozinha ao salão, os criados fazem chegar a sopa ⑤, servida em tigelas de madeira. Peças de caça (pombos, lebres, coelhos, leitões e gansos assados) ⑥ são levadas às mesas por pajens e escudeiros ⑦ devidamente trajados. Provam-se as carnes em pedaços de pão branco ⑧, embebido em molho e que, depois, se comia ou atirava aos cães, que costumavam circular junto às mesas. Cada conviva dispõe já de uma faca e de um prato retangular, em latão, para cortar a carne e as restantes iguarias. Embora não seja visível na cena retratada, bebia-se vinho e cerveja, servidos em copos de vidro e canecas de barro. Enquanto a refeição decorre, os jograis ⑨ animam, com as suas músicas e cantares, os convidados. Era ainda costume atuarem bobos e saltimbancos e haver dança entre os convivas. Deste modo, o banquete transformava-se num espectáculo. Registe-se a graça de um pormenor representado à direita: um escudeiro entretém-se a puxar pela biqueira das pontifícias.

REC. G A mulher entre a nobreza

1. O papel reservado à mulher

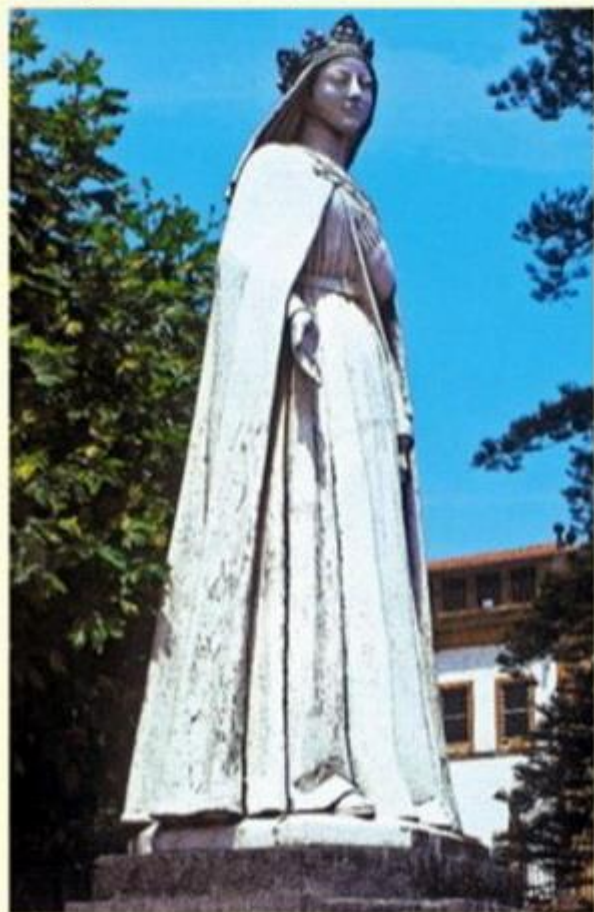
Os principais papéis atribuídos à mulher, independentemente do seu estatuto ou fortuna, são o de procriar, o de velar pela sua família e respetivos bens, e o de cuidar, educar e tratar dos filhos, tarefas que a conduzem a uma multiplicidade de labores indefinidamente repetidos. [...] Esta permanente ocupação é mesmo aconselhada pelos moralistas medievais, pois, sendo a mulher um ser frágil, estar ocupada é uma forma de resistir às tentações a que está sujeita e que podem corromper a estabilidade do seu pensamento e a integridade do seu corpo. Também os cronistas, sempre atentos às normas de conduta feminina, consideram os momentos de ócio como possíveis momentos de perdição, enaltecendo, por exemplo, a rainha D. Isabel que *por nom estar ociosa costumava por suas mãos lavar, e fazer cousas douro, seda e prata*.

O relevo destas funções [maternidade e educação dos filhos] acentua-se no meio nobiliárquico, onde a continuidade da família constituía a base de sustentação do poder senhorial por ela alcançado. Deste modo, o casamento, como forma de criação ou de conservação das estruturas de poder e de propriedade teria, aqui, uma importância primordial e a principal obrigação da mulher seria a procriação, sendo mesmo a suposta infertilidade feminina causa suficiente para o repúdio da esposa.

Ter um elevado número de filhos era necessário para assegurar a continuidade da linhagem, numa época em que é grande a mortalidade infantil. Os baixos índices de fecundidade da mulher nobre poderiam, no entanto, ser compensados pela tendência para se casar muito jovem, o que prolongaria o período de fertilidade. Tal aconteceu, nomeadamente, com Beatriz de Gusmão, [segunda] mulher de Afonso III, recebida na corte portuguesa em 1253, com pouco mais de 8 anos. Da consumação do casamento, verificada em 1258, nasceriam na década seguinte, sete filhos, quatro rapazes e três raparigas. [...]. Mas mesmo beneficiando de uma integração no grupo social que seria menos atingido pela mortalidade infantil, veria três desses filhos desaparecerem pouco depois do seu nascimento, o que diz bem das ameaças que pairavam então sobre os recém-nascidos.

Ana Rodrigues de Oliveira – “A mulher”, em *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, vol. “A Idade Média”, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011

2. Isabel de Aragão (1271-1336), rainha de Portugal – um modelo para as mulheres nobres



Estátua junto ao Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, em Coimbra, para onde foi trasladado o corpo da rainha no século XVII, por o anterior edifício (Santa Clara-a-Velha) ter sido invadido pelas cheias do Mondego.

A Rainha Santa Isabel, como ficou conhecida, emerge da História como uma figura recatada, mãe e esposa virtuosa, que se cala perante as infidelidades do rei D. Dinis, seu marido, promove a reconciliação dos familiares desavindos e se ocupa de obras de caridade com o mesmo zelo e carinho com que trata os bastardos régios. Quando viúva, acolheu-se aos paços que mandou construir em Coimbra, junto do Mosteiro de Santa Clara, onde professou e viveu dedicada a Deus e aos pobres.

A vida discreta e confinada ao espaço doméstico e religioso da Rainha Santa deveria servir de exemplo e de inspiração às damas nobres que, no século XIII, perderam protagonismo social. Tal facto esteve relacionado com o triunfo da linhagem, a família nobre alargada, que incluía os parentes e os amigos mais chegados (“amigos carnis”), uma família em que a autoridade, o título e o património se concentravam na linha masculina, representada pelo irmão mais velho. Enquanto os demais varões seguiam a carreira das armas e ficavam à mercê das doações mais ou menos generosas do chefe da linhagem, às mulheres restava um casamento condigno que, não sendo possível, as empurrava para a obscuridade da vida conventual.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

1. Em que região do território português se localizou o berço da nobreza senhorial [Doc. A1]? Que explicação encontra para o facto?
2. Segundo o bispo Adalbéron de Laon, que função cabia aos nobres [excerto no início do Dossiê]? Desempenharam os vários graus da nobreza portuguesa esta função [Doc. A2, 3]?
3. A que grau ou graus da nobreza foi confiado o poder senhorial propriamente dito [Doc. A2]?
4. Faça corresponder, na folha do seu caderno, os apetrechos apresentados no Doc. B às motivações que animavam o carácter de um nobre.

Doc. B

- 1
- 2
- 3
- 4

- ☐ AMOR
☐ NEGÓCIO
☐ GUERRA
☐ ERUDIÇÃO
☐ FÉ

5. Indique, com base na análise do Doc. C1, 2, duas semelhanças e duas diferenças entre a torre de menagem do Castelo de Lanhoso e o Castelo de Ourém.
6. A torre de menagem do Castelo de Lanhoso, o Castelo de Ourém e a Torre de Quintela são símbolos do poder senhorial da nobreza medieval. Explique esta afirmação com três argumentos extraídos das imagens e dos respetivos textos da legenda [Doc. C1, 2 e 3].
7. Indique três direitos senhoriais que, em seu entender, tenham sido especialmente gravosos para os camponeses [Doc. C4]. Fundamente as suas escolhas.
8. Analise a queixa do rico-homem [Doc. D].
 - 8.1. Indique o motivo da queixa.
 - 8.2. Em que consistia o património fundiário de D. Lourenço? Avalie a sua dimensão.

- 8.3. Enumere os bens provenientes da exploração desse património fundiário.
- 8.4. Identifique tipos de dependentes que residiam no domínio de D. Lourenço.
- 8.5. Que expressões do texto indiciam a presença de uma economia monetária?
- 8.6. Que significado atribui ao facto de, no domínio de D. Lourenço, existirem escudos, capacetes de ferro e muitas armas?
- 8.7. Que significado se pode atribuir à completa destruição da torre?
- 8.8. Em seu entender, o que poderia ter levado o rei D. Sancho I a exercer tamanha violência sobre o nobre?
9. Identifique quatro atividades praticadas pelo conde D. Pedro [Doc. E]. Porque foi ele uma figura notável da nobreza medieval portuguesa?
10. Selecione, na iluminura [Doc. F], quatro elementos comprovativos de "um banquete entre os grandes".
11. Identifique as funções que a mulher nobre devia desempenhar nos tempos medievais [Doc. G1].
12. Indique três aspetos reveladores da situação subalterna da mulher no contexto da família nobre [Doc. G1, 2].

SÍNTESE

13. Desenvolva o tema "A nobreza medieval portuguesa".

Tenha presente:

- a hierarquização entre os nobres;
- as funções desempenhadas;
- os lares;
- a mentalidade dominante;
- a situação da mulher.

A – Porque instalou Afonso Henriques a corte em Coimbra?

Foi a importância atribuída por Afonso Henriques às tarefas guerreiras na luta contra os mouros que o levou a escolher Coimbra como lugar habitual de permanência da corte [1031].

Antes de mais, Afonso Henriques escapava à influência que os nobres nortenhos procurariam exercer sobre ele, depois de lhe terem dado o poder. Os seus domínios no Norte eram reduzidos. A partir de Coimbra aumentou-os enormemente, dando ao seu poder material e militar base suficiente para exercer a autoridade sem contestação. Não menos importante é o facto de Coimbra, como os restantes centros urbanos do Centro e do Sul, ter uma organização concelhia, o que o obrigava a respeitar a sua autonomia e a ter como interlocutores não só os nobres de sangue, mas também os cavaleiros-vilãos. [...]

Além disso, Coimbra preservava alguma coisa das tradições moçárabes e, portanto, das instituições resultantes da conjugação da civilização cristã com a muçulmana. [...]. A presença do rei em Coimbra contribuiu para estimular esta tradição e para garantir a coesão entre as várias regiões do país de cultura diferente.

Finalmente, Coimbra era um centro urbano, com uma vida económica ativa, ao contrário das cidades do Norte, inseridas em meio rural. A sua capacidade de desenvolvimento era, portanto, maior.

José Mattoso – “Coimbra, novo centro do Condado Portucalense (1131)”, em *Memória de Portugal, o milénio português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001

B – O legado moçárabe



Porta de Almedina. Era a principal porta da muralha medieval de Coimbra e remonta ao século IX. Por ela se entrava na **almedina** (a cidade propriamente dita), cuja parte superior se chamava **alcáçova** (residência fortificada das autoridades).

A topografia da Coimbra medieval segue de perto o traçado da Coimbra islâmica, que a população moçárabe soube preservar.

C – Uma Sé imponente



Sé Velha de Coimbra. A sua construção decorreu na segunda metade do século XII, por iniciativa de Afonso Henriques que, desse modo, realçava a dignidade de Coimbra como sede de bispado (diocese). Na Sé Velha encontra-se o túmulo do conde Sernando, que reconquistou Coimbra em 1064 e dela foi governador.

Questões pág. 72

2.3 O país urbano e concelhio



2.3.1 A multiplicação de vilas e cidades concelhias

O mundo rural e senhorial deteve, durante a Idade Média, a primazia em todos os setores da vida histórica do país. Nele se concentravam os maiores contingentes demográficos, as grandes fontes de riqueza e as elites sociais nobres e eclesiásticas, donas de avultados domínios, privilégios, imunidades e saberes.

Cedo, porém, esse país rural se complementou com um **país urbano, de vilas e cidades concelhias**, que impulsionou o desenvolvimento do reino.

Quando e como se afirmaram as cidades e vilas no Reino de Portugal?

Em primeiro lugar, devemos registar a ação da própria **Reconquista** que, no seu avanço de norte para sul, ocasionou a **integração de territórios muçulmanos com marcadas características urbanas**. Neste âmbito se incluem as urbes moçárabes de **Coimbra**, reconquistada ainda no século XI, e de **Santarém, Lisboa e Évora**. Estas urbes sobressaíam pela sua densidade populacional, tanto mais que, apesar do domínio islâmico, a população cristã teve autorização de nelas permanecer, preservando as suas crenças. A estes cristãos, conhecidos como **moçárabes**, se deveu a transmissão do legado muçulmano assimilado, merecendo particular destaque as instituições e o

17 Santarém, uma vila concelhia

A – O foral de Santarém (1179)

Eu, Afonso, pela graça de Deus, rei de Portugal, por trabalho do corpo e por vigília minha e dos meus homens o castelo de Santarém aos Mouros conquistei e o entreguei ao culto divino e a vós, meus homens e vassallos e criados, para morar por direito. E tenho vontade de dar-vos bom foral, aos presentes como aos que hão-de vir e aí ficarem para sempre [...].

1. Quem, publicamente perante homens-bons [moradores abastados do concelho], entrar em casa alheia violentamente e armado, pague quinhentos soldos [...].
4. Roubo provado, pelo testemunho de homens-bons, por nove vezes seja restituído [...].
7. E os moradores de Santarém hajam livremente tendas, fornos de pão e de barro [...].
9. Os homens de Santarém tenham as suas herdades povoadas [...].
10. E a almotaçaria [órgão de gestão económica] seja do concelho e seja escolhido o almotacé pelo alcaide e

pelo concelho da vila.

11. Pescadores deem dízima. [...].
20. Moradores de Santarém que pão seu ou vinho ou figos ou azeite em Lisboa houverem, a Santarém essas coisas trouxerem para si e não para venderem, não deem portagem. [...].
26. E o meu nobre homem que de mim receberá a alcaidaria de Santarém não meta aí outro alcaide [o chamado alcaide menor] que não seja de Santarém. [...].
29. Ferreiro, sapateiro ou pilriteiro que em Santarém casa houver e aí trabalhar não deem nenhum foro. [...].
30. Moradores de Santarém não deem lutuosa. [...].
32. Padeiras deem foro de trinta pães um. [...].
32. Cavaleiros [vilãos com posses para servirem na guerra a cavalo] de Santarém testemunhem como infanções de Portugal. [...].

Lina Soares – *Foral Antigo de Santarém*,
Edição Crítica e Estudo, Lisboa, Edições Colibri, 2005

B – Santarém em gravura de inícios da época moderna



Questões pp. 72-73

18 Área amuralhada e população de cidades* e vilas** concelhias em fins do século XIV

	Área amuralhada em ha	Número de habitantes
* Lisboa	103,6	±35 000
* Évora	50	±12 685 ²
* Porto	44,5	±4 400
* Coimbra	22	±5 850 ²
* Braga	15,6	±1 570 ³
* Guarda	10	±1 705 ²
* Lamego	— ¹	—1 000
* Viseu	— ¹	—1 000
* Silves	8	±2 453
** Santarém	45	±9 000 ²
** Guimarães	20,25	±4 500

1 Inexistência de muralhas, à época.

2 Em 1527. No caso de Coimbra, inclui os moradores extramuros.

3 Em 1477.

A partir de diversa bibliografia

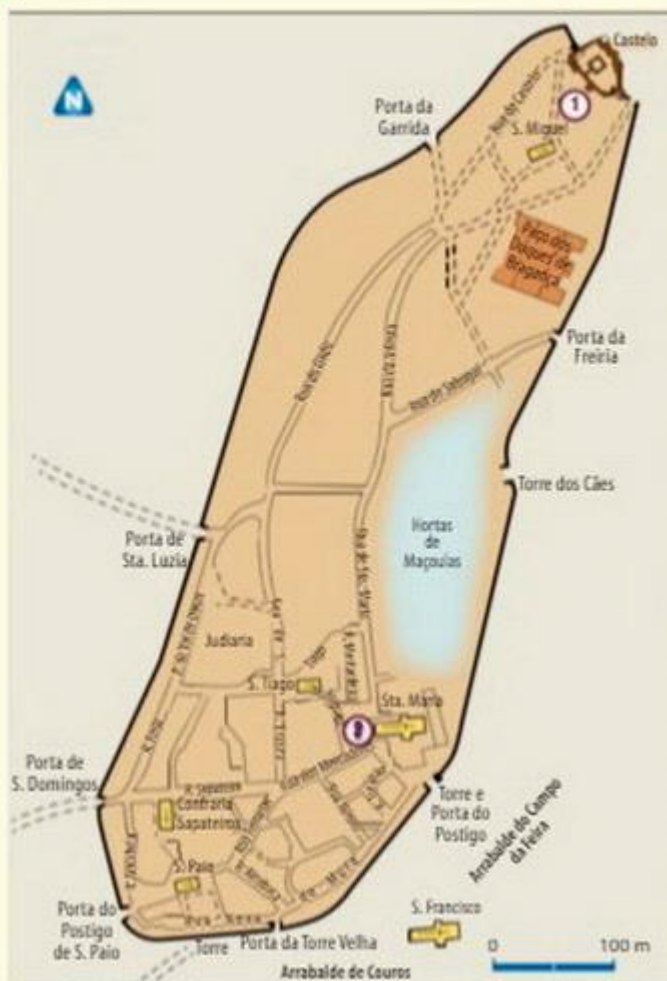
urbanismo, as técnicas agrícolas, artesanais e comerciais e a própria expressão artística (Docs. 16B, 17B, 21A, Doc. A2 do Dossier).

Em segundo lugar, a **movimentação da corte régia** impulsionou a transformação de alguns agregados populacionais em urbes de maior importância e dimensão. Ainda no tempo de D. Afonso Henriques, a corte transferiu-se de Guimarães – a sede do condado portugalense – para Coimbra (Doc. 16A). Durante a época medieval, também Leiria, Santarém, Lisboa e Évora acolheram frequentemente a **corte régia**, com o seu séquito de funcionários e letrados, os seus serviços burocráticos e as forças militares. Tal facto incrementou o **prestígio** daqueles centros populacionais, que se sentiam mais poderosos e esclarecidos diante do mundo rural.

Se a presença régia, mesmo que temporária, ajudou a consolidar as estruturas urbanas do reino, acolher permanentemente um bispo, ou seja, ser **sede de bispado** e possuir a sua **Sé Catedral** tornou-se condição indispensável para receber o **nome de cidade**, mesmo se de dimensões demográfica e territorial reduzidas (Doc. 16C). Cidades propriamente ditas, o Reino de Portugal apenas conheceu nove: Beja, Coimbra, Évora, Guarda, Lamego, Lisboa, Porto, Silves e Viseu, cujos bispados, criados nos primeiros séculos do cristianismo, se extinguíram com o domínio muçulmano e, depois, se recuperaram com a Reconquista Cristã.

O fortalecimento do carácter urbano de uma povoação ficou em muito associado à instituição dos chamados **concelhos perfeitos ou urbanos**.

A



Planta medieval.

B



A Igreja de Santa Maria de Oliveira e o Padrão do Salado, na Praça da Senhora da Oliveira, que se tornou o principal centro da vila.

Guimarães, que foi sede do condado portugalense e onde terá nascido D. Afonso Henriques, recebeu o seu primeiro foral do conde D. Henrique, em finais do século XI. Os privilégios outorgados à vila e a afluência de peregrinos a Santiago de Compostela – Guimarães era escala num dos “caminhos portugueses” – contribuíram para a produção de riqueza, a reanimação económica e a fixação de mercadores e artífices. A vila medieval articulava-se entre dois pólos: o núcleo do **Castelo** 1, na colina, e o núcleo da **Real Colegiada de Santa Maria da Oliveira** 2, na parte baixa, erguida no local do antigo mosteiro. A Colegiada recebeu avultado património de reis e figuras proeminentes, tornando-se o verdadeiro centro do crescimento e ordenamento urbanos. A imagem de Santa Maria atraía a devoção dos peregrinos. Afonso IV agradeceu-lhe o triunfo cristão na Batalha do Salado e mandou erigir um Padrão. D. João I também agradeceu à Virgem a proteção concedida em Aljubarrota, oferecendo-lhe, entre outros, o loudel (veste militar) que envergou na batalha.

Questões pág. 73

Distinguiam-se, no conjunto dos concelhos do reino (recorde o Doc. 7B), por os seus habitantes disporem de uma significativa **capacidade para administrar os assuntos comunitários** e de isenções fiscais e judiciais. A instituição dos concelhos fazia-se através de uma **carta de foral**, outorgada pelo rei – quando a povoação era um bem reguengo (Doc. 17A) – ou por um nobre ou eclesiástico – quando se inseria num senhorio¹.

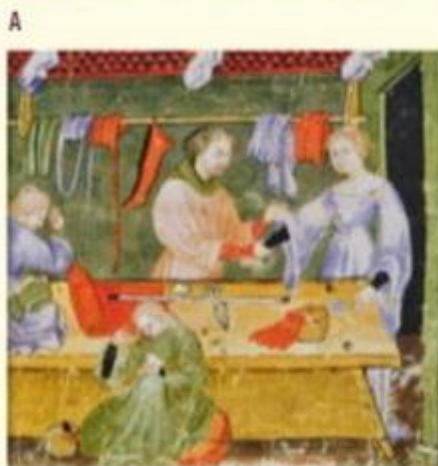
Os concelhos perfeitos, ou urbanos, situavam-se maioritariamente na Beira Interior, na Estremadura e no Alentejo, regiões onde a necessidade de atrair defensores (na guerra contra os muçulmanos e os Castelhanos) e povoadores levou o monarca e os senhores a abrirem mão dos seus privilégios.

Como complemento, podemos dizer que o **desenvolvimento urbano** do território português se relacionou com o **ressurgimento comercial** que o Ocidente medieval viveu a partir do século XII. Os **mercadores europeus** que demandavam a nossa costa atlântica acabaram por contribuir para o dinamismo de centros urbanos como Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora. Nestas urbes, dispostas num eixo norte-sul paralelo à costa

¹ Os concelhos de concelho e carta de foral, bem como a organização política dos concelhos, encontram-se desenvolvidos em 2.3.3.

Questões

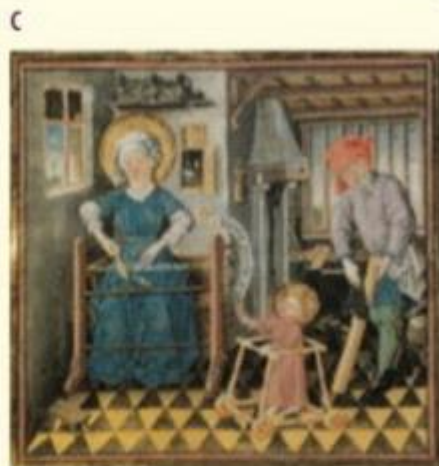
- 1 Responda, com três argumentos retirados do texto do Doc. 16A, à pergunta do título.
- 2 Identifique o legado urbano deixado pelos moçárabes em Coimbra (DOC. 16B).
- 3 Porque foi importante a construção da Sé de Coimbra no século XII (DOC. 16C)?
- 4 Identifique no foral de Santarém (DOC. 17A):
 - o monarca que concedeu o foral;
 - um privilégio relativo à segurança de bens;
 - duas isenções fiscais concedidas aos moradores;
 - dois privilégios relativos à auto-administração do concelho;
 - um privilégio judicial.



A confecção de vestuário (iluminura do *Codex Tacuinum Sanitatis*, século XIV).



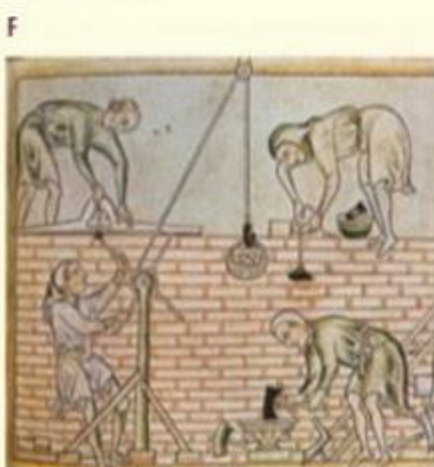
B O fabrico do pão na padaria (iluminura de um calendário do século XV).



C A tecelagem e a carpintaria servem de enquadramento a esta enternecedora cena da Sagrada Família, em que o Menino Jesus caminha num artefato confeccionado por S. José (iluminura do *Livro de Horas de Catarina de Cleves*, século XV).



D O trabalho do ferro nas forjas e ferrarias: elmo de combate entre cavaleiros, século XIV.



F A construção de edifícios (iluminura do *Livro de Saint-Albans*, século XV).



E O fabrico de sapatos (retábulo catalão do século XIV).

Questões pág. 73

- 5 Identifique, na imagem de Santarém (DOC. 17B) e na planta de Guimarães (DOC. 19A), testemunhos de dinamismo económico.
- 6 Eram a área amuralhada e o número de habitantes fatores imprescindíveis para um centro populacional ser considerado cidade (DOC. 18)? Justifique.
- 7 Por que eram os ofícios ou mesteres artesanais um profissão urbana (DOC. 20)?

Conceitos

Mesteiral – Trabalhador especializado num ofício mecânico do artesanato. Os mesteirais estavam organizados em agrupamentos designados por bandeira, corporação ou grémio.

marítima, afirmou-se um grupo de mercadores empreendedores com capacidade para dinamizar o artesanato local e para promover a expansão da produção agrícola nos territórios adjacentes (Doc. 17-A).

Ao contrário dos meios rurais, onde as tarefas do artesanato competiam aos camponeses, nos centros urbanos existia um grupo socioprofissional encarregue dos *ofícios* ou *mesteres* artesanais (Doc. 20). Denominados **mesteirais**, os praticantes dessas atividades eram tecelões, tintureiros, curtidores, ferreiros, ourives, pedreiros, carniceros, padeiros. Com o seu bulício animavam as ruas, onde se agrupavam por ofícios, e a sua memória ficou perpetuada na toponímia das nossas cidades: ruas dos Sapateiros, Correeiros, Pelames, Fanqueiros, Caldeireiros, Ferreiros, do Ouro, da Bainharia.

2.3.2 A organização do espaço citadino

Os centros urbanos da época medieval portuguesa já nada revelavam da influência geométrica do urbanismo romano. Pelo contrário, a cidade medieval caracterizava-se pela sua topografia desordenada e labiríntica e pela sua atmosfera sombria, fosse o seu **urbanismo cristão** – a norte – ou **muçulmano** – no Centro e no Sul.

A



A imagem, retirada do foral de Évora de 1501, retrata a segunda maior cidade do reino na Idade Média, rodeada pela imponente **cintura de muralhas** (1). Construída nos séculos XIV-XV, possuía três quilómetros de extensão, quarenta torres e uma dezena de portas. No topo de uma colina, erguem-se a Sé gótica (2) e a alcáçova a dominarem o denso casario. À direita está o convento de São Francisco e, junto dele, o novo paço real (3) com a bandeira hasteada. Extramuros, veem-se os campos do **arrabalde**.

B

Durante a Idade Média, a muralha foi a peça fundamental para a definição da cidade, aquela que de longe a anunciava identificando-a, patenteando desde logo a sua extensão e os seus confins. Mas, ao mesmo tempo que a projetava e delimitava, demarcava-a também de todo o espaço circundante aberto, o domínio da ruralidade. Nem importava, sequer, que essa ruralidade lhe penetrasse até ao âmago, porque ali estava a potente cortina de pedra a proclamar bem forte a separação, a diferenciação. [...] O ideário urbano medieval repousava, em primeiro lugar, nos muros de proteção que o envolviam. Uma cidade forte e por isso respeitável estava fechada dentro das suas muralhas. Daí podia resistir e desafiar o inimigo. Era inexpugnável.

Iria Gonçalves – *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Ed. Patrimónia, 1996

C



Chaves da cidade.

À noite, as portas da muralha fechavam-se, o que garantia à cidade um maior controlo da criminalidade.

O espaço amuralhado

A cidade medieval portuguesa, como as demais da península e em geral da Europa, destacava-se na paisagem por estar envolta numa **cintura de muralhas** (Docs. 19A, 21A e A1 e 2 do Dossiê). A muralha delimitava o espaço urbano, dava-lhe segurança, rendimentos (pelas portagens pagas nas suas entradas) e embelezava-a. Com as suas torres (cubelos) e ameias, a muralha abria-se para o exterior através de portas e postigos, que à noite se fechavam (Doc. 21B, C).

Nos séculos XIII, XIV e XV, o crescimento demográfico do reino e as movimentações populacionais ditaram a construção de novas muralhas, que passaram a incluir no seu interior antigos bairros extramuros (**arrabaldes**) (Doc. 21A).

Penetrando na cidade, o transeunte deparava-se com um **núcleo central** – às vezes mais que um – habitado pelos dirigentes e pelas elites locais. Nas cidades de fundação muçulmana, esse núcleo identificava-se com a **alcáçova**, zona alta e acastelada (Doc. 21A e A2 do Dossiê). Nas restantes urbes, o centro coincidia com a zona do castelo ou/e mais frequentemente com a **praça principal** (Doc. 19A, B), em cujas imediações se encontravam a **sé** ou a **igreja**, o **paço episcopal**, os **paços do concelho**, as **moradias dos mercadores abastados** (Doc. 22B) e se realizava o maior **mercado** da cidade.

Fora do(s) centro(s), as urbes medievais espalhavam-se num dedalo de **ruas** tortuosas, autênticas vielas segundo os nossos padrões, raramente calcetadas,

D



A mendicância, Jean Froissart, *Chroniques*, século XIV. Um franciscano presta socorro aos pobres e inválidos que se aglomeravam junto às portas das cidades.

Questões pág. 77

A – As Ruas Novas

1.



Rua Nova d'El-Rei, em Lisboa, iluminura do *Livro de Horas de D. Manuel*, 1517-1538. Esta rua foi aberta na segunda metade do século XV e situava-se perpendicularmente ao rio, ao contrário da Rua Nova dos Mercadores, paralela ao rio e rasgada no reinado de D. Dinis.

2.



Rua Nova no Centro Histórico de Guimarães (atual Rua Egas Moniz).

3.

A partir do século XIV, mas em alguns casos já desde a centúria anterior, foi acontecendo, nas principais cidades, a abertura de uma rua mais cuidada, com evidentes preocupações urbanísticas presidindo ao seu traçado e destinada, sobretudo, à atividade comercial e aos serviços mais qualificados. Era a chamada “rua nova”. Esta apresentava-se, na generalidade dos casos, como uma artéria mais larga que o comum das suas vizinhas, de traçado mais retilíneo, ladeada por edifícios de melhor aparência e cuja degradação se procurava, a todo o custo, evitar. Antes se tentava que o seu aspeto fosse cada vez mais rico e até majestoso, digno de ser a habitação e o local de trabalho de opulentos burgueses. Nas cidades de vocação marítima e vivendo em grande parte do comércio internacional, localizava-se, de preferência, na zona ribeirinha, com boas ligações portuárias.

Entre nós, os exemplos mais significativos encontram-se nas ruas novas de Lisboa e Porto.

Iria Gonçalves – *Um olhar sobre a cidade medieval*, c.1.

B



Casa do Beco dos Redemoinhos, Centro Histórico do Porto, junto à Sé Catedral.

Esta casa data do século XIV e pertenceu a um rico burguês que negociava com a Flandres. O beco não tem mais de três metros de largura e dificilmente o sol bate na casa. No entanto, o seu proprietário encheu-se de brio e fez construir, em sólida pedra granítica, uma habitação composta de rés do chão e sobrado, com uma bela fachada gótico-flamenga.

Nas casas dos mercadores, era usual instalar-se, no rés do chão, o armazém e a loja.

Questões pág. 77

fétidas, escuras e poeirentas, onde os despejos se faziam a céu aberto (Doc. E do Douro), cães e porcos focinhavam e as ameaças de epidemias mortíferas e fogos devastadores estavam sempre presentes. Nessas ruas se distribuíam as habitações populares, as oficinas dos mestres (Doc. 20), as tendas para a venda dos produtos e, até, albergarias e hospitais, que acolhiam peregrinos, pobres e doentes.

Nos séculos XIII e XIV, para orgulho dos moradores, abriram-se as Ruas Novas (Doc. 22A) e as Ruas Direitas¹, mais largas que o habitual, onde se implantaram as melhores oficinas e lojas. Dentro e fora dos muros, abriram-se, igualmente, algumas praças ou terreiros, conhecidos pelo nome de rossios.

As minorias étnico-religiosas

Não faltavam, na cidade medieval portuguesa, as **minorias étnico-religiosas**: os judeus e, claro, por razões históricas, os mouros submetidos (Doc. 23C).

Muitos dos **judeus** eram mestres (ourives, alfaiates, sapateiros), mas houve-os também médicos, astrónomos, cobradores de rendas. Mais letrados que o comum dos cristãos (as discussões teológicas na sinagoga, que também era escola, a tal os predispunham), mais abastados, dados à usura e ao negócio, embora os humildes não faltassem, os judeus viviam em bairros próprios, as **judiarias**, com os seus funcionários, juizes e hierarquia religiosa (Doc. 23A).

¹ O nome de Ruas Direitas deve-se ao facto de estabelecerem uma ligação direta entre duas portas da muralha.

A



1. Interior da Sinagoga de Tomar.



2. Rua da Judiaria de Tomar.



3. Judeus assinalados com o distintivo amarelo, iluminação de uma Crónica francesa do século XIV.

Em 1215, o IV Concílio de Latrão determinou que os judeus usassem um sinal distintivo e vivessem em bairros próprios, devidamente apartados dos cristãos. Mais de um século depois, estas medidas seriam implementadas pelos monarcas portugueses.

B



Bairro da Mouraria, em Lisboa, aquarela de Júlio Silva.

Depois da Reconquista cristã da cidade, os muçulmanos vencidos viram-se expulsos para uma reduzida área fora da muralha. Assim nasceu o arrabalde mouro de Lisboa.

Durante séculos, e apesar do antagonismo religioso e de pontuais invejas motivadas pela sua superioridade económica e cultural, a sociedade portuguesa tolerou os judeus e, frequentemente, os recebeu dentro de muros (Doc. 19A). Um grupo numeroso de judeus era, aliás, entendido como símbolo de dinamismo económico do burgo.

Em finais do século XV, a convivência entre os dois credos rompeu-se. Referimo-nos ao momento em que um edito de D. Manuel, de dezembro de 1496, obrigou os judeus à conversão, sob pena de expulsão.

Quanto à **comunidade mourisca**, não foi senhora de uma abastança comparável à dos judeus. A opinião pública fixou a máxima do «trabalhar que nem um mouro», sinal da condição inferior dos islâmicos. Mas nem por isso os cristãos deixaram de os recluir: afastaram-nos, também, para bairros próprios – as **mourarias** –, situadas no arrabalde (Doc. 23B) – e condenaram-nos, igualmente, à expulsão.

O arrabalde

O **arrabalde** localizava-se fora de muros e acabou por se transformar num prolongamento da cidade ou vila. Nele convergiam os **excedentes demográficos**, alguns **mesteres** considerados **poluentes** – como os dos carniceiros, curtidores de peles ou o dos ferreiros –, as **hortas e pomares** e os **almocreves** que animavam o mercado semanal.

C – Judiarias e mourarias (adaptado de Maria José P. Ferro Tavares)



Pelos foros e costumes, concedidos pelos primeiros monarcas, as duas minorias tinham o direito de se reger pela sua própria lei: o *Talmud* para os judeus, o *Alcorão* para os mouros; de eleger magistrados, que administrativa, judicial e fiscalmente superintendessem nas respetivas comunidades: o rabi judeu e o alcaide mouro [...]

Habitando o espaço municipal, viviam, contudo, apartados em arruamentos próprios, que mais tarde se fecharam por exigência da maioria cristã [...]. Se a criação de bairros fechados com a proibição de os seus habitantes poderem frequentar a zona cristã, após o sol-posto, era uma imposição legal estabelecida durante o governo de D. Pedro I, nem sempre conseguida na convivência quotidiana, a obrigatoriedade de trajos próprios e distintivos era-lhe anterior. Aos judeus pertencia trazer uma estrela bem visível nas vestes exteriores, por determinação de D. Afonso IV. [...] Aos mouros permitia-se-lhes o uso do seu vestuário tradicional, ou seja, albornozes, escapulários e balandraus, tendo à frente o crescente bem visível. [...]

Trinta e um títulos [do *Livro das Leis e Posturas*] diziam respeito a judeus, sendo medidas exigidas ao rei pelos povos. Normalmente, estes queixavam-se contra a usura praticada por aqueles sobre os cristãos. [...] Queixas deste

teor não surgiam nas cortes contra a minoria moura [...], cuja economia tinha por base a agricultura e um ou outro mester de que sobressaía o fabrico de calçado, o trabalho do ferro, a tapeçaria e a olaria. Os judeus, apesar de também trabalharem a terra, inclinavam-se mais para o comércio fixo ou ambulante, de grande e pequeno trato, e para o artesanato. Alguns membros da minoria judaica destacavam-se pela sua riqueza. Mercadores-banqueiros, rendeiros dos direitos reais, lançavam-se [...] no mundo dos negócios e da alta finança. [...]

A prática da “física”¹ e da cirurgia tornou reputados os judeus portugueses junto da maioria cristã, alcançando-os até à corte, onde alguns se notabilizaram como físicos² e cirurgiões, além de astrónomos do rei e da sua família. [...] Além do estudo e da prática da medicina e da astrologia-astronomia, tornaram-se célebres como calígrafos, iluminadores de manuscritos e impressores. Nada de semelhante sucedeu com a minoria moura portuguesa.

Maria José Pimenta Ferro - “Judeus e Mouros no Portugal dos Séculos XIV e XV”. *Revista de História Económica e Social*, dir. V. M. Godinho, Lisboa, Liv. Sá da Costa Edit., n.º 9, 1982

1 Medicina.

2 Médicos.

Questões pág. 77

Questões

- 1 Indique três significados que a existência de muralhas tinha na cidade medieval (DOCS. 21A, B, C).
- 2 O que distingue as Ruas Novas das demais ruas da cidade medieval (DOC. 22A)?
- 3 Compare a distribuição das judiarias com a das mourarias (DOC. 23C).
- 4 Identifique no DOC. 23D:
 - um privilégio concedido às minorias judaica e moura;
 - duas discriminações de que eram alvo;
 - atividades praticadas por judeus e mouros.
- 5 Em que consistia o arrabalde? Quem vivia nele (DOCS. 19A, 21A, D, 23B)? Porquê?

Um certo ar de **marginalidade** afetava, porém, o arrabalde. Não só as atividades menos limpas e as minorias étnico-religiosas eram remetidas para ele, como também mendigos e leprosos aí se confinavam, dificilmente entrando na cidade. Eis o motivo por que as ordens mendicantes se instalaram nos arrabaldes desde o século XIII. Atraídos pelo mundo da pobreza e da exclusão, franciscanos e dominicanos desempenharam com êxito a sua missão de assistência e proteção aos humildes e desenraizados (Doc. 21B).

O termo

Para além do arrabalde, cada cidade possuía o seu termo, território às vezes espalhado por dezenas de quilómetros. Sobre ele a cidade ou vila interior exerciam a jurisdição e impunham obrigações fiscais ou militares. Quanto mais vasto o termo, maior a riqueza da cidade em proventos agrícolas, disponibilidade de mão de obra, animação comercial e capacidade de defesa.

Tal eram o prestígio e a abastança oriundos da posse do termo que os monarcas o alargavam ou encurtavam se desejassem agraciar ou castigar as cidades. Foi o que aconteceu na Revolução de 1383-85, em que vilas como Santarém viram o seu termo reduzido, por seguirem o partido de D. Beatriz e do rei castelhano seu marido. Já o Porto e Lisboa, que apoiaram calorosamente a causa do Mestre de Avis, foram presenteados com o generoso acrescento do seu termo.

A – Legislativa



1. A Casa da Câmara, ou *Domus Municipalis*, de Bragança é um dos raros exemplos de arquitetura civil românica no nosso país e data, provavelmente, de inícios do século XIV. Nela reunia-se a **Assembleia de Vizinhos**. Noutras povoações, as reuniões efetuavam-se ao ar livre, nos adros ou claustros das igrejas, numa praça ou à sombra de uma árvore.



2. *Banhos públicos*, iluminura do século XII. Cabia à Assembleia de Vizinhos determinar os dias reservados aos banhos masculinos e aos femininos.



4. Selo do concelho de Trancoso.

3. Excerto das posturas municipais de Coimbra, 1145

Carniceiros deem dois arráteis¹ de carne de vaca por 1 dinheiro [...]; de carneiro grande um arrátel e meio por 1 dinheiro; [...] galinha por 3 dinheiros; coelho 1 dinheiro; oito ovos por 1 dinheiro; ansar [pato] 6 dinheiros; perdiz 1 dinheiro; dois pombos por 1 dinheiro [...].

Citação de Armando Castro, em *História de Portugal*, dir. de J. H. Saraiva, vol. 2, cit.

¹ Arrátel – antiga medida de peso equivalente a 459 gramas.

O selo concelhio expressa a autonomia administrativa da povoação, validando os seus documentos.

A presença das muralhas simboliza o carácter urbano do concelho e o seu papel na defesa do território.



5. Selo do concelho de Santarém, 1246.

2.3.3 O exercício comunitário de poderes concelhios; a afirmação política das elites urbanas

Já falámos de como a instituição de **concelhos**, através de **cartas de foral**, ajudou à urbanidade do território português (ver pp. 71-72) e, especificamente, referimos que os *concelhos perfeitos* ou *urbanos* foram dotados de avultados privilégios fiscais e judiciais e de uma grande autonomia administrativa. Estes concelhos compreendiam a cidade ou vila, sua sede, e as aldeias abrangidas pelo respetivo termo.

Todos os homens livres, maiores de idade, que habitavam a área concelhia há um certo tempo e nela trabalhavam ou possuíam bens, eram denominados **vizinhos**. Destes se excluía nobres e clérigos (a não ser que abdicassem dos seus privilégios e se submetessem às leis comuns), as mulheres (exceto as viúvas), os judeus, os mouros, os estrangeiros, os servos e os escravos.

Aos vizinhos competia a administração do concelho (Doc. 24A, B). Tratava-se de uma **administração comunitária**, distinta da do senhorio, que pertencia a um único titular. Para o efeito, os vizinhos integravam a **assembleia**, que era o grande órgão deliberativo do concelho. Conhecidas por **posturas municipais**, as decisões da Assembleia dos Vizinhos regulamentavam questões económicas relacionadas com a distribuição de terras, o aproveitamento dos pastos e dos bosques, o exercício dos mesteres, o abastecimento dos mercados e o tabelamento dos preços, não descurando, também, os preceitos de higiene e a manutenção da concórdia e dos bons costumes entre os habitantes.

Conceitos

Concelho – Território de extensão variável, rural e/ou urbano, cujos moradores (os vizinhos) gozavam de maior ou menor autonomia administrativa.

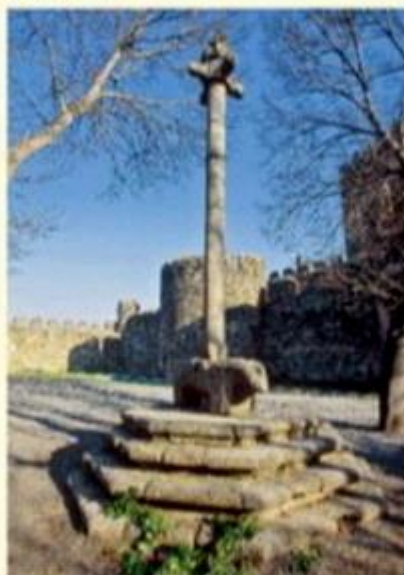
Nos concelhos do Centro e Sul, essa autonomia radicava nas liberdades concedidas pelos muçulmanos às comunidades cristã (moçárabe) e judaica.

Carta de foral – Diploma emanado do rei ou de um senhor laico ou eclesiástico, no qual se estabeleciam as regras e os direitos que regiam a vida das populações de uma certa localidade, denominada concelho.

Diziam respeito a:

- segurança, isenção ou redução tributária;
- exclusão da servidão e de perseguições da justiça;
- concessão ou reconhecimento de governo próprio.

B – Judicial



Pelourinho de Bragança. Data, provavelmente, do século XIII e o seu primitivo lugar de implantação deve ter sido junto à *Domus Municipalis*. O pelourinho é um dos principais símbolos da autonomia municipal, nomeadamente do poder concelhio de **administração de justiça**. Junto do pelourinho executavam-se as penas corporais da justiça medieval, como a fustigação, a amputação de membros e a execução capital.

Os cavaleiros-vilãos eram, em quase todos os concelhos urbanos, os maiores proprietários rurais, os detentores das maiores fortunas individuais, aqueles de quem, em grande parte, dependia a segurança da comunidade em caso de ataque militar e aqueles que monopolizavam e perpetuavam num grupo fechado as magistraturas da administração local.

[...] Se, em certos concelhos, o limiar mínimo para a ascensão à situação de cavaleiro era constituído por certas quantidades de bens móveis, entre os quais se contavam algumas cabeças de gado, para além da indispensável propriedade fundiária, nas cidades do litoral, ou que possuíam boas ligações viárias e comerciais com Castela, em breve se deve ter começado a converter tais bens em dinheiro – num valor que ia de 100 a 300 ma-

ravedis. [...] Temos, portanto, de contar com os mercadores entre os membros da elite local.

Na documentação do século XII, o estrato social inferior ao dos cavaleiros-vilãos é o dos peões. [...] gente que vivia do seu trabalho, que possuía algo de seu, que tinha o direito de participar nas assembleias de vizinhos – os *concilia* – dos primeiros séculos portugueses. Eram agricultores, almocreves, pequenos comerciantes, pescadores ou artífices. Com a evolução das instituições concelhias que acompanhou de perto o crescimento populacional das cidades, foram sendo, cada vez mais, afastados das reuniões em que se tomavam decisões sobre a sua terra e as suas pessoas.

Manuela Santos Silva – “As Cidades (séculos XII-XV)”, em *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. III, 1996

Questões pág. 79

Questões

- 1 Que funções cabiam à Casa da Câmara de um concelho (DOC. 24A.1)?
- 2 Qual a importância dos selos concelhios (DOC. 24A.4, 5)?
- 3 Identifique as preocupações reveladas pelos concelhos nos DOCS. 24A.2 e 24A.3.
- 4 Indique o nome dos magistrados responsáveis pelos selos concelhios e pelo cumprimento dos preceitos incluídos em 24A.2 e 24A.3.
- 5 Compare o estatuto económico, social e político dos cavaleiros-vilãos com o dos peões (DOC. 25).

À assembleia cabia, ainda, a **eleição dos magistrados**:

- os *alcaldes* ou *juizes*, supremos dirigentes responsáveis pela administração da justiça;
- os *almotacés*, encarregados da vigilância dos mercados, dos pesos, medidas e preços, da sanidade, higiene e obras públicas;
- o *procurador*, que exercia o cargo de tesoureiro e representava externamente o concelho;
- o *chanceler*, que guardava o selo e a bandeira do concelho.

Todos os magistrados pertenciam à **elite social** do concelho, sendo comumente chamados de **homens-bons**. Eram proprietários rurais e donos de razoáveis cabeças de gado nas terras do interior; já nas cidades do litoral, as suas fortunas provinham, maioritariamente, do comércio. Até ao século XIII, desempenharam um papel fundamental na reconquista e defesa do território a sul do Mondego. Por isso, a realza os promoveu a **cavaleiros-vilãos** (DOC. 25). Serviam na guerra a cavalo, com as suas armas de ferro e os seus séquitos de peões. Mereciam um tratamento judicial reservado aos infanções, não podendo receber açoites. Do ponto de vista fiscal, estavam isentos do pagamento de alguns impostos.

Para além do destaque social, os homens-bons gozavam de **preeminência política**, já que monopolizavam as magistraturas municipais, evitando que os mesterais as ocupassem. Até na composição da Assembleia dos Vizinhos o povo comum (peões) acabou por ter uma participação mais modesta do que a dos homens-bons.

B Forais

1. O primeiro foral do Porto (1123)

Eu Hugo, por graça de Deus indigno Bispo do Porto, por esta escritura quero que se faça público, tanto para os presentes como para os vindouros, que habitam ou venham a habitar o burgo portugalense, que dou e concedo, de acordo com os nossos clérigos e a assembleia dos homens-bons, tais e tão bons forais [...].

No dia da ceia do Senhor, cada morador de cada casa pague um soldo. Quem quiser fazer uma casa no burgo, o meirinho da vila dar-lhe-á um local e receberá desde então um soldo. Quem quiser vender a sua casa, venda-a a qualquer habitante do burgo que a queira, com o consentimento e autorização do Bispo ou do seu meirinho. [...] De modo algum o meirinho prenderá qualquer habitante do burgo em sua casa, enquanto o puder encontrar fora, nem entrará em casa de ninguém para prender sem dois ou três homens-bons da própria vila. Que eles vão com ele. [...] Todo aquele que traga pão para esta vila para ser vendido, não pague nenhuma portagem por isso. [...] Do vinho aceite-se portagem, logo que esteja na praça. Quem comprar ou vender com medida falsa, pagará cinco soldos. Que o sal seja vendido por uma só medida, assim como o vinho é comprado. [...] Quem vender um cavalo pague um soldo. Por uma égua seis dinheiros. Por um burro, quatro dinheiros. Por um boi, dois dinheiros. Por um porco, um dinheiro. [...] Por uma saia, um dinheiro. Por uma capa, dois dinheiros. Por um manto, dois dinheiros. Por uma faixa de pano, dois dinheiros. Por um xale com capuz, dois dinheiros. Quem fora de muros plantar uma vinha por aqueles lugares que

o meirinho lhe der, pague por isso a quarta parte do vinho, para o celeiro da Sé portugalense. [...] Quem arrotear por montes e vales, dê a quarta parte e possua-os para sempre. Quem se evadir ao pagamento da portagem incorra na inimizade do Bispo e pague-a em dobro. [...] Fazemos esta carta para que Deus onipotente conceda à nossa rainha D. Teresa¹ a remissão de todos os seus pecados, lhe dê a vida eterna, assim como aos seus parentes e amigos e de nós tenha misericórdia. Amen. [...] Era de 1161².

Eu Hugo, Bispo do Porto, corroboro e confirmo [...]

Tradução de Alexandre Herculano, em *Portugaliae Monumenta Historica, Leges* [adaptado]

1 Rainha por ser filha de Afonso VI, rei de Leão e Castela. Em rigor, D. Teresa era a condessa de Portucale.
2 Na era de César. Corresponde ao ano 1123 da era cristã.



Medidas-padrão de comprimento gravadas na torre sul da Sé do Porto, diante da qual se realizava o maior mercado do burgo.



Coca (embarcação medieval) gravada na torre norte da Sé do Porto.

2. O primeiro foral de Lisboa (1179)

Eu, Afonso, pela graça de Deus, rei dos portugueses, por trabalho do corpo e por vigília minha e dos meus homens a cidade de Lisboa aos Mouros conquistei e para serviço de Deus a entreguei a vós, meus homens e vassallos e criados, para morar por direito. Porém, [...] os reais direitos sejam sempre pagos, por vós e vossos sucessores, a mim e à minha geração.

Dou assim a vós, por foro, que quem, publicamente perante homens-bons, entrar em casa alheia violentamente e armado, pague quinhentos soldos [...]. De vinho de fora deem de cada carga um almude, e venda-se o outro vinho no relego [...]. E de cada jugo de bois [2 bois] deem um moio [60 alqueires] de milho ou trigo [...] e os moradores de Lisboa hajam livremente tendas, fornos de pão. [...] Cavador, se lavrar trigo, dê uma teiga [cerca de 2 alqueires], e, se lavrar milho, de igual maneira. [...] Moradores de Lisboa, que seu pão ou vinho ou azeite em Santarém comprarem e a Lisboa os tragam para seu sustento e não para revenda, fiquem isentos de portagem. [...].

Em *Documentos para a história da cidade de Lisboa*, Lisboa, 1947 [adaptado]



Selo do concelho de Lisboa, 1253, com a representação de um barco a evocar as atividades piscatórias e mercantis da cidade.

REC. C Edifícios do poder



1. A Sé Catedral do Porto.



2. A Casa da Câmara do Porto.



3. A Sé Catedral de Lisboa. Começada a construir no século XIII, ergue-se no local da antiga mesquita.



4. O Castelo de S. Jorge, em Lisboa, remonta ao período da dominação islâmica. Conquistado por Afonso Henriques em 1147, acolheu, no interior das suas muralhas, a residência dos monarcas portugueses, conhecida por **Paço da Alcáçova**.

REC. D Discriminação social

1. No Porto

Os antigos edificaram a sua povoação, nela [cidade do Porto], somente para viverem pelo tráfego das mercadorias e as ajuntarem; porquanto, de Lisboa até a Galiza, não acharam outro porto de mar mais seguro que esse. E não o fizeram para lavrar nem criar – porquanto a terra o não leva de si, nem é de tal género. E por razão de se melhor povoar e de a fazer mais nobrecida, [...] puseram por regulamento para sempre, confirmado pelos reis, que fidalgos nem pessoa poderosa tivessem nela herdamento nem casas de morada [...]. [E era graças a este privilégio que] acorriam as gentes à cidade, onde negociavam com as suas mercadorias para muitas partes do mundo [...].

“Capítulo do Porto nas Cortes de 1436 em Évora”, citado em *História de Portugal* (dir. de J. Mattoso), vol. 2 [adaptado]

2. Em Lisboa

Não seja nenhum mouro [...] tão ousado que daqui em diante vá a boda, nem a festa, nem a vigília, nem a Pentecostes, nem a nenhuma festa que os cristãos fizeram, assim na cidade como nos montes, a dançar, nem a tanger, nem a bailar, nem a fazer outros jogos, e qualquer que o contrário fizer que, pela primeira vez, pague quinhentas libras, pela segunda mil e pela terceira mil e pague as de cadeia e qualquer que os acusar haja um terço.

“Postura de Lisboa”, século XV, citada em Adalberto Alves, 2007 – *Em busca da Lisboa árabe*, Ed. Clube Colecionador dos Correios

Doc. E Ruas, casas, higiene e salubridade



1. Beco do Carneiro, em Alfama (Lisboa).



2. Casa do século XIII, no Barredo (Porto).

As cidades medievais portuguesas, como as demais cidades da Europa do Sul, apresentavam-se labirínticas, tortuosas, com ruas estreitas e íngremes, vielas, becos e pátios minúsculos. Balcões salientes prolongavam, por vezes, as fachadas e passadiços em madeira costumavam ligar os dois lados das acanhadas ruas. Dificultavam a circulação do ar e até a entrada de sol, mas faziam as delícias dos vizinhos que comunicavam e deambulavam de umas casas para as outras...

3. Alguns vizinhos da dita cidade [Porto] faziam dalas¹ e privadas² nos caminhos e ruas e vielas públicas, por onde se serviam os moradores da dita cidade, o que era grande dano e grande vergonha da dita cidade (1391).

Documentos e Memórias..., II [adaptado]

1 Locais de despejos; 2 Latrinas.



4. Cenas do quotidiano numa cidade medieval (iluminura do século XV).

A imagem mostra-nos uma latrina instalada num passadiço entre duas casas, para uso de uma delas. Um transeunte não se inibe, porém, de usar como latrina a viela sob o passadiço, perante o olhar curioso dos moradores.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

- Atente na planta do Porto e respetiva legenda [Doc. A1].
 - Como se comprova o crescimento da cidade entre os séculos XII e XIV?
 - A que se destinavam as portas e os postigos abertos nas muralhas?
 - Indique quatro profissões existentes no Porto medieval, tendo em consideração a toponímia.
 - Qual dessas profissões é confirmada pelo foral do Porto [Doc. B1, texto e imagens]?
 - A que se destinavam os hospitais, albergues e gafarias? Comente a localização da gafaria de S. Lázaro [Doc. A1].
- Identifique as expressões do Doc. B1 que nos provam ter sido o Porto:
 - um senhorio eclesiástico;
 - um concelho.
- Que edifícios simbolizavam os poderes do senhor eclesiástico e do concelho do Porto [Doc. C]?
- Identifique no doc. B1:
 - dois direitos dos moradores do Porto;
 - dois direitos do bispo do Porto;
 - uma preocupação do bispo relativamente à seriedade das transações comerciais;
 - a imagem (medidas-padrão ou coca) que confirma essa preocupação.
- Identifique elementos do urbanismo muçulmano presentes na planta de Lisboa [Doc. A2].
- Comente a localização do bairro mouro (Mouraria) após a conquista de Lisboa [Doc. A2].
- Caberia aos judeus um papel significativo em Lisboa e no Porto [Doc. A1 e 2]? Justifique.
- Identifique no Doc. B2:
 - o detentor do senhorio de Lisboa;
 - dois direitos que o senhor possuía;
 - dois direitos por ele concedidos aos moradores de Lisboa;
 - duas atividades económicas dos moradores de Lisboa.
- Que imagem do Doc. C simboliza o poder do detentor do senhorio de Lisboa? Justifique.
- Identifique os dois grupos-alvo de discriminação social no Porto e Lisboa, respetivamente [Doc. D1 e 2]. Que justificação encontra para essa discriminação?
- Que semelhanças apresentam as ruas medievais do Porto e Lisboa [Doc. E1 e 2]? Que especificidade apresentavam as Ruas Novas [Doc. A1 e 2] relativamente às anteriores?
- Identifique os problemas urbanos descritos no Doc. E3 e 4.

SÍNTESE

- Resuma as características do urbanismo do Porto e de Lisboa, reportando-se a:
 - organização do espaço urbano, edifícios preeminentes;
 - afinidades económicas e grupos sociais predominantes;
 - exercício do poder político;
 - minorias étnico-religiosas;
 - assistência social;
 - condições de higiene e salubridade.

A – O príncipe, os senhores e os concelhos

[O conde D. Henrique] antes que morresse chamou seu filho D. Afonso Henriques e disse-lhe:

– Filho, toda esta terra que te eu deixo de Astorga¹ até além de Coimbra não percas dela um palmo, pois eu a ganhei com grande pena e trabalho. E, filho, toma do meu coração algum tanto, com que sejas valente, e sê companheiro para os fidalgos, e dá-lhes sempre os seus soldos bem contados. E respeita os concelhos e faz que tenham os seus direitos, tanto os grandes como os pequenos. E nem por pedidos nem por cobiça deixes de fazer justiça, pois se um dia deixares de fazer justiça um palmo², logo ao outro dia se afastará de ti uma braça³. [...] E não consintas de modo algum que os teus homens sejam soberbos, nem se atrevam a fazer mal, nem injuriem alguém, pois por tais coisas perderias o teu bom nome se as não impedisses.

“Gesta de D. Afonso Henriques” (fins do século XII), em *História de Portugal* (direção de J. H. Saraiva), vol. 2

1 A referência a Astorga, situada em Leão, deve-se ao facto de D. Henrique ter dominado a cidade no contexto da luta com a cunhada D. Urraca, rainha de Leão e Castela. Quando faleceu, em 1112, D. Henrique encontrava-se em Astorga, a fazer a paz com D. Urraca.

2 Antiga medida de comprimento equivalente a 22 cm.

3 Antiga medida de comprimento equivalente a 2,2 m.

B



Um rei dita a sua decisão a um senhor que, perante ele, se ajoelha de cabeça descoberta (iluminura do *Livro das Castiças* de D. Sancho IV de Castela, século XIII).

C

O rei era o mais alto senhor do território português, ao qual estavam sujeitos todos quantos a esse território se encontrassem vinculados por senhorio, propriedade ou residência.

Há que acentuar estes laços pessoais que ligavam os portugueses ao monarca: os nobres como seus vassallos, os restantes como seus súbditos. Todos lhe deviam fidelidade, obediência e auxílio. Nestas relações pessoais de dependência está latente a ideia de pacto, corrente na época feudal: os súbditos acatam a autoridade do rei, com os deveres daí decorrentes, em troca da proteção que o monarca tem de lhes dispensar.

Marcelo Caetano – *Lições de História do Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1962

Questões pág. 87

2.4 O poder régio, fator estruturante da coesão interna do reino

2.4.1 Da monarquia feudal à centralização do poder

Tal como já vimos em 2.2 e 2.3, a realidade geopolítica de Portugal, na época medieval, era a de um reino composto de senhorios e concelhos, uns e outros dotados de imunidades, privilégios e autonomia administrativa. Ao rei e à monarquia cabia o difícil e importante papel de respeitar esses particularismos senhoriais e concelhios (Doc. 26A), mas também de os unificar, de forma que o espaço territorial possuísse coesão interna e as suas gentes ganhassem uma identidade nacional.

A monarquia portuguesa dos primeiros tempos da independência do reino é considerada uma **monarquia feudal**, à semelhança do que se passava na restante Europa. Isto é, o rei considerava-se um senhor, o mais alto senhor (Doc. 26C), o **proprietário do reino** que, juntamente com o **título**, transmitia em testamento ao filho primogénito, como bem pessoal (Doc. 27). E foi por considerarem o reino um bem pessoal e não público, como hoje se entende o território, que os nossos monarcas efetuaram **largas doações** ao

Conceitos

Monarquia feudal – Monarquia na qual o rei se assume como o maior e mais poderoso dos senhores feudais; em troca de doações e da concessão de proteção faz convergir para a sua figura os laços de dependência pessoal de vassallos e súbditos.



27 O testamento de D. Afonso II (1185-1223)

Em o nome de Deus. Eu rei D. Afonso, pela graça de Deus rei de Portugal, sendo são e salvo, temente o dia da minha morte [...] ordenei que, por minha morte, a minha mulher e meus filhos e meu reino e meus vassallos, e todas aquelas cousas que Deus me deu em poder, fiquem em paz e em folgança. Primeiramente, ordeno que meu filho, infante D. Sancho, que tive da rainha D. Urraca tenha meu reino inteiramente e em paz e, se este morrer sem descendentes, o filho mais velho que tiver da rainha D. Urraca tenha o reino [...] e, se filho varão não tivermos, que o tenha a filha mais velha. E, se no tempo da minha morte, meu filho ou minha filha que deva reinar ainda não tiver catorze anos, que o reino fique em poder da rainha sua mãe e de meus vassallos até que tenha aquela idade.

Testamento de D. Afonso II, 1214 (adaptado)



Representação do pranto do rei Afonso II e de seus filhos no túmulo da mulher, a rainha D. Urraca (século XIII, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça).

Questões pág. 87

28 A monarquia feudal (esquema simplificado das relações de vassalidade)

A – Em França



B – Em Portugal



→ Proteção, ajuda, boa justiça
→ Fidelidade, ajuda militar e económica, conselho

Questões pág. 87

clero e à nobreza, recompensando-os de serviços prestados. Deste modo, a realeza criou uma **corte de vassallos**, que lhe devia fidelidade e apoio nas tarefas da defesa, expansão e administração do reino.

Apesar da larga concessão de privilégios e imunidades aos senhores, a monarquia portuguesa não correu significativo perigo de enfraquecimento nem de desagregação, como aconteceu com outros reinos europeus. Dada a fraca capacidade da nossa nobreza para sustentar séquitos de vassallos, apenas o rei se considerou o **único e verdadeiro senhor feudal**, para quem convergiam diretamente todas as dependências vassálicas (Doc. 28A, B).

A centralização do poder: defesa, justiça, legislação e fiscalidade

Desde cedo, a monarquia portuguesa caminhou para a **centralização do poder**. Para começar, os nossos monarcas sempre basearam o seu poder na **doutrina do direito divino**, considerando-se os representantes de Deus na Terra. Na documentação assinada, intitulavam-se reis por "graça" ou "clemência" de Deus e assumiam o papel de **órgão máximo do poder público**. Como tal, concentravam na sua pessoa as mais altas funções militares, judiciais, legislativas e fiscais.

A – A guerra



Afonso IX, rei de Leão (1171-1230) (iluminura de um código da Catedral de Santiago de Compostela, século XIII). Como os demais monarcas ibéricos, chefes de reinos nascidos da guerra e nela fortalecidos, Afonso IX de Leão fundamentava a sua autoridade no exercício das armas.

Só ao rei competia a **chefia militar** na guerra externa contra os inimigos da Cristandade, quer para a defender quer para a dilatar (Doc. 29A). Esta vasta competência, que muito contribuiu para o fortalecimento do poder real, relacionou-se, sem dúvida, com as características da guerra contra os Mouros que condicionaram a génese e o crescimento do reino.

Com o poder recebido diretamente de Deus, o rei assumia-se como responsável máximo pela **manutenção da paz e da justiça internas**. Cabia-lhe o controlo de todas as formas de abuso e violência, o direito de julgar os nobres¹, a função de tribunal de apelação como **juiz supremo** e o exercício da **justiça maior**, que lhe permitia, em exclusivo, condenar à morte ou ao talhamento de membros (Doc. 29B).

Desde 1211, reinava Afonso II, a monarquia portuguesa assumiu o exclusivo da **legislação suprema** (Doc. 29C). Aplicadas em todo o reino e a todos os súbditos, as **Leis Gerais** evidenciaram um poder régio fortalecido, capaz de se sobrepor aos particularismos e poderes locais. Só com Leis Gerais o reino se assemelharia a um todo nacional.

Algumas dessas leis destinaram-se a combater os privilégios senhoriais, como o direito de *vindicta* dos nobres (Docs. 29B.1, C.1), e a recuperar o património e os poderes da Coroa, declarados inalienáveis e indivisíveis (Docs. 34, 35, 36 e 37). Outras regulamentaram questões monetárias (Doc. 29C.3), já que ao rei cabia o

¹ O clero regia-se pelo foro canónico, sendo julgado pelos respetivos tribunais e leis.

B – A justiça

1.

No primeiro ano que reinou o mui nobre rei de Portugal D. Afonso II [1211], em Coimbra fez Cortes¹, em as quais, com conselho de todos os bispos do reino e dos homens de religião e dos ricos-homens e dos seus vassalos, estabeleceu juízes: que o reino e todos os que nele morassem fossem sempre regidos e julgados por ele e que as suas leis fossem guardadas e os direitos da Santa Igreja de Roma.

Em *Livro das Leis e Posturas*, séculos XIII-XIV (adaptado)

¹ Os historiadores entendem que a assembleia então reunida não teve o carácter de Cortes, tratando-se antes de uma *Cória Régia* extraordinária.

2.



Documento de um processo judicial medieval.

O extenso rolo de pergaminho, com cerca de 22 metros de comprimento, redigido em 1301-1303, expõe com minúcia uma contenda entre o Cabido da Sé de Braga e o fidalgo João Durães, a propósito de uma honra. Na qualidade de juiz supremo do reino, o rei D. Dinis proferiu a sentença, que foi favorável ao Cabido.

C – As leis

1.



Página do *Livro das Leis e Posturas*, que contém a lei régia que proibia o direito de vingança entre os nobres, para desagravo das ofensas recebidas. Embora esta lei remontasse a D. Afonso II, só com D. Afonso IV foi possível acabar com aquele costume. Os nobres ficaram, então, obrigados a recorrer à justiça régia.

2.

Dom Dinis [...] estabelece e por lei ponho para sempre que todo o homem, daqui em diante, sendo casado ou recebido com uma mulher e não sendo antes dela partido¹ por juízo comprido da Igreja, se com outra casar ou se a receber por mulher, que morra, porém [...] E isto se entenda também aos fidalgos, como aos vilãos.

Em *Ordenações Afonsinas*, livro 5.º, título XIV

¹ Separado por determinação da Igreja.

3.

Se o nosso moedeiro, ou outro, moeda falsa fizerem e disto se souber, talhem-lhes os pés e as mãos e percam quanto houverem, e isto mesmo estabelecemos para os ourives que falseiam o ouro e a prata, misturando-lhes alguma outra coisa.

Lei de Afonso IV, em *Ordenações Afonsinas*, livro 5.º, título V (adaptado)

DOC. 30 A itinerância da corte régia



Número de visitas que D. Dinis efetuou durante o seu reinado (1279-1325) às diversas localidades do país. Lisboa, Coimbra, Santarém e Leiria foram os quatro núcleos urbanos mais contemplados com a presença régia.

Questões

- 1 Indique três recomendações do conde D. Henrique a seu filho (DOC. 26A).
- 2 Seria Afonso Henriques um bom governante se cumprisse as recomendações do pai? Justifique.
- 3 Qual a frase do DOC. 26A que se pode aplicar à situação presente em 26B?
- 4 Explique em que consistia o carácter hereditário e patrimonial do poder real (DOC. 27).
- 5 Compare as pirâmides feudais e diga, justificando, em qual dos dois reinos o monarca tinha um maior controlo sobre a vassalagem (DOC. 28A e B).
- 6 Identifique as funções que cabiam à realza (DOC. 29A, B, C).
- 7 Indique os assuntos sobre os quais os monarcas legislavam (DOC. 29C.2 e 3).
- 8 Explique a itinerância da corte régia (DOC. 30).

exclusivo da **cunhagem da moeda**, bem como a sua manipulação (desvalorizando-a, por exemplo). Outras ainda tabelaram os preços, como a **Lei da Almotaçaria** do reinado de D. Afonso III. E houve-as também preocupadas com a moral e os bons costumes (Doc. 29C.2).

A fiscalidade constituiu outro domínio de intervenção da realza, empenhada em pôr cobro a algumas isenções senhoriais.

Em finais do século XIV, a monarquia portuguesa evoluía, a passos largos, para uma monarquia centralizada, com o rei transformado em chefe dos exércitos, juiz supremo e legislador, ou seja, intérprete do poder público.

2.4.2 A reestruturação da administração central

Apesar de a capital ficar sediada em Lisboa desde o tempo de D. Afonso III, a corte régia portuguesa sempre se deslocou pelo reino durante a época medieval, para melhor se inteirar dos problemas e mais eficazmente exercer as tarefas governativas (Doc. 30).

Quer permanecessem em Lisboa, quer se instalassem numa cidade ou vila do reino, o rei e a corte faziam-se acompanhar de **funcionários e assembleias**, que compunham a **administração central**, ou seja, o governo do reino.

Quem eram esses funcionários e assembleias?

A



Documento da chancelaria em que se vê a figura do monarca D. Sancho I e o seu escudo régio como sinais de validação do documento (*Livro das Forais Velhas e Doações*). Os **diplomas régios**, elaborados na chancelaria, podem classificar-se em **solenes**, **semisolenes** e **simples**. Os primeiros, dirigidos a pessoas de estatuto social elevado, apresentam, geralmente, grandes dimensões, uma caligrafia e redação cuidadas. Contêm as assinaturas dos confirmantes – membros da Cúria ou do Conselho Régio – e são autenticados com o sinal real (caso da gravura) ou através do selo pendente, de cera ou chumbo, pendurado ao diploma.

B



Selo de D. Dinis contendo os elementos fundamentais das armas reais portuguesas – as quinas bordejadas por castelos.

A simbologia dos castelos relaciona-se com as conquistas de Afonso Henriques aos Mouros. Já as cinco quinas, dispostas em cruz, reportam-se, segundo o milagre de Ourique, às cinco chagas com que Cristo apareceu ao nosso primeiro monarca, na Batalha de Ourique (1139), prometendo-lhe a vitória.

Questões pág. 91

O funcionalismo

Desde o reinado de D. Afonso Henriques que os **altos funcionários** da corte eram o alferes-mor, o mordomo-mor e o chanceler.

O **alferes-mor** ocupava o mais alto posto da hierarquia militar. Nas batalhas transportava o pendão real e, na ausência do monarca, ele próprio chefiava o exército.

O **mordomo-mor** superintendia na administração civil do reino. Era coadjuvado por um vedor para assuntos privativos do monarca, chamado dapífero.

Ao **chanceler** competia a redação dos diplomas régios e a guarda do selo real. Distinguiu-se dos restantes funcionários pelos seus conhecimentos superiores e pela sua cultura jurídica.

A centralização do poder régio, alicerçada no direito romano e impulsionada por D. Afonso III, originou um notável acréscimo da produção documental e o **reforço dos poderes da chancelaria régia** (Doc. 31). O chanceler tornou-se, então, uma personalidade indispensável na administração do reino, superintendendo num número apreciável de funcionários. Entre eles contavam-se vários **notários** e **escrivães**.

A Cúria Régia

A **Cúria Régia** era um órgão que exercia um papel de grande proximidade dos monarcas, aconselhando-os em **questões militares** (declaração de guerra, feita de paz), **económicas** (lançamento de tributos, desvalorização

Conceitos

Cúria Régia – Conjunto de conselheiros que ajudavam o soberano no exercício das suas funções. De origem visigótica, a Cúria Régia vigorou na monarquia portuguesa até meados do século XIII, diversificando-se nas Cortes e no Conselho do Rei.

A – A Cúria Régia



Afonso I de Aragão ouvindo os conselhos e petições dos clérigos e nobres que compunham a sua Cúria Régia (Codex de la Poetia).

Afonso I de Aragão (c. 1073-1134) foi o segundo marido de D. Urraca, tia materna de Afonso Henriques e rainha de Leão e Castela, durante a menoridade de seu filho Afonso VIII.

B – As Cortes de Leiria de 1254

O grande valor das Cortes de Leiria resulta da ativa participação dos concelhos, que ganham então consciência da autonomia municipal face aos privilégios do clero e da nobreza. Também o poder aproveita a força política do Terceiro Estado para aumentar a sua autoridade, numa aliança tática que não mais deixou de funcionar até aos fins do século XV. «Onde só havia vassallos surgiu a ideia de uma comunidade, *populus*, que pode ser parte num pacto com o monarca», sendo verdade que as Cortes de 1254 ficaram como a primeira tentativa de um equilíbrio de poderes que trouxe ao de cima a voz dos concelhos. Foi a partir de então que os corpos regionais passaram a fazer-se ouvir com o assentimento da Coroa, que não desprezava o valor dessa aliança.

J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, Ed. Verbo

Questões pág. 91

da moeda) e **judiciais** (julgamento dos nobres, aplicação da pena capital e apelação para o rei) (Doc. 32A).

Composta por membros da corte régia, como sejam a rainha, irmãos, tios do rei, ricos-homens e prelados que o seguiam permanentemente, a Cúria Régia contava, ainda, com a presença dos altos funcionários atrás referidos (alferes-mor, mordomo-mor e chanceler), bem como do alcaide da cidade onde a corte se instalasse.

Quando os assuntos a tratar se revestiam de uma dimensão nacional, o monarca convocava uma *Cúria extraordinária* em que aos elementos da Cúria ordinária se acrescentavam os prelados das várias dioceses, os abades das principais comunidades monásticas, os alcaides das cidades, os membros da mais alta nobreza e os chefes das ordens religioso-militares.

Com tão vasta representação era natural que dos conselhos da Cúria Régia resultassem importantes resoluções. Assim aconteceu com a **primeira Cúria extraordinária realizada em Coimbra, em 1211**: nela se elaboraram as **primeiras Leis Gerais**, reveladoras da influência do direito romano no reino.

O Conselho Régio e as Cortes

No reinado de D. Afonso III verificaram-se alterações no funcionamento da Cúria Régia, cujas reuniões ordinárias e extraordinárias evoluíram, respetivamente, para um Conselho Régio e para uma outra assembleia designada por Cortes.

Aos membros do **Conselho Régio** exigia-se um grau mais elevado de proficiência do que o requerido para os conselheiros da Cúria Régia. Para

A – Queixas dos povos em Cortes

1 – Os ditos Bispos, e Clérigos, e Mestres e Priores, e Abades têm muitas herdades que costumavam ser lavradas a suas expensas, de que costumavam colher muito pão, quando eram lavradas; e agora não eram lavradas, nem aproveitadas. E que, igualmente, tem muitas vinhas que não são tratadas, nem colhem delas vinhos como era costume, pela qual razão as Comarcas onde se encontram são minguidas de pão e de vinho; o que não deviam ser.

"Cortes de Lisboa", 1352, citado por Luís de Oliveira Ramos, em *Para o Estudo da Peste Negra em Portugal*, separata da *Bracara Augusta*, vols. XIV-XV

2 – Que os prelados e fidalgos e outras pessoas honradas, nos lugares em que moram, continuamente e a redor delas quando vão de uma terra para outra, dizem às justiças¹ que lhes deem carneiros, galinhas e outras viandas² pela taxa que os dão ao rei [...]; que os ricos-homens e outros poderosos [...] pousam nas aldeias e fazem delas cavalaria, e nos celeiros de pão e dos outros haveres, pela qual se segue dano aos da nossa terra [...]; que os prelados, fidalgos e outros poderosos filham³ as azémolas⁴ dos homens-bons da nossa terra. [...]

"Cortes de Elvas", 1362, citado por Visconde de Santarém, 1924, em *Memórias... para a Teoria das Cortes Gerais*, Lisboa

1 Funcionários régios; 2 Carnes; 3 Tomam; 4 Bestas de carga.

legislar e administrar convenientemente o reino, os membros do Conselho Régio deviam apresentar uma preparação vastíssima em matéria jurídica, que só os novos letrados estavam em condições de oferecer.

Aos **legistas** foi a realza buscar os seus novos conselheiros privados (os *privati*), cuja opinião sábia e competência técnica não podia dispensar. Entre os notáveis conselheiros de D. Afonso III contaram-se Pedro Hispano, que viria a ser Papa em 1276, e o mestre João de Deus, antigo professor de Direito Canónico na Universidade de Bolonha e, depois, cônego da Sé de Lisboa.

De salientar que, aquando da instituição do Conselho Régio, as funções judiciais da antiga Cúria Régia transitaram para **tribunais superiores**.

Quanto às **Cortes** (Doc. 32B), cuja primeira assembleia teve lugar em Leiria, em 1254, apresentavam-se bem mais representativas do que as anteriores Cúrias Régias extraordinárias. Para além de elementos do clero secular e regular, das ordens religioso-militares, dos ricos-homens e outros fidalgos, as Cortes contavam com os procuradores dos concelhos das cidades e vilas. Os **três estados do reino** (clero, nobreza e povo) estavam, assim, **representados nas Cortes**, conferindo-lhes uma dimensão nacional.

Dos representantes dos três estados o rei ouvia queixas, pedidos e conselhos: acerca dos abusos dos senhores sobre os povos (Doc. 33A) ou da falta de consideração do rei para com os privilégios do clero; sobre os inconvenientes do lançamento de novos tributos ou da desvalorização monetária. E, com base nas queixas, pedidos e conselhos, as **deliberações régias** eram tomadas amiúde.

B



Uma assembleia presidida pelo rei de França, Luís XI (iluminura do século XV).

Do ponto de vista social, a participação nas Cortes era bem mais diversificada do que na Cúria Régia.

Questões pág. 91

Conceitos

Legista – Termo empregado durante a Idade Média, na Europa Ocidental, para designar os juristas instruídos no direito romano.

Cortes/Parlamentos – Assembleias solenes, convocadas pelo monarca, em que tomavam parte os representantes do clero, da nobreza e do povo. Nelas se discutiam problemas propostos pela realza e se faziam reclamações, formuladas especialmente pelo povo que apontava as soluções que entendia acertadas.

34 O controlo sobre o poder local

A – O regimento dos corregedores (c. 1332)

[...]

24. O corregedor deve ver os foros de cada lugar, para ver se nos tiram direitos que nos pertencem, ou se nós estamos a ir contra esses foros. Também deve saber o que nos tiram dos direitos que nós temos nas cidades, tal como das jurisdições, e corrigir o que se puder corrigir e o que não puder mande-no-lo dizer; e o mesmo faça se nós andarmos a tirar algo que não é nosso. [...]

30. E, para o corregedor fazer cumprir todas estas coisas e saber se os juízes e os outros da terra cumprem e guardam aquilo que lhes é mandado, primeiramente deve andar por cada lugar do seu julgado duas e três vezes no ano ou uma ao menos; e não deve fazer morada grande nas vilas boas nem morar aí [...].

Lei de Afonso IV, em Ordenações Afonsinas, livro 1.º, título XXIII (adaptado)

B



Arca tumular e estátua jacente de João Gordo, almoxarife de D. Dinis (1.º terço do século XIV, capela de S. João Evangelista, Sé do Porto).

Questões pág. 91

Questões

- 1 O que se entende por chancelaria régia? Como se assegurava que os documentos provinham da chancelaria régia (DOC. 31A, B)?
- 2 Distinga a Cúria Régia das Cortes (DOC. 32A, B).
- 3 Nas queixas dos povos em Cortes (DOC. 33A), identifique:
 - contra quem se queixam os povos;
 - o conteúdo de três dessas queixas.
- 4 Evidencie duas preocupações do rei Afonso IV relativamente ao poder local (DOC. 34A).
- 5 Porque não devia o corregedor morar nas “vilas boas” que visitasse (DOC. 34A)?

2.4.3 A reestruturação da administração local

Na qualidade de chefes supremos do reino, os monarcas prestaram especial atenção à **administração local do território português**: não só dos **reguengos**, sob a dependência direta da Coroa, mas também dos **concelhos** e **senhorios**, não devendo os privilégios e isenções destes dois últimos originar abusos e ameaças às prerrogativas régias.

Para o efeito, o rei D. Afonso III estabeleceu uma **nova organização administrativa**. Dividiu o reino em **comarcas**, subdivididas em **julgados** e estes em **almoxarifados**, onde um conjunto de funcionários nomeados pelo rei superintendia na cobrança das rendas fundiárias e dos direitos militares, judiciais e fiscais devidos à Coroa. Entre esses funcionários contavam-se os **meirinhos**, os **corregedores** (Doc. 34A), os **juízes**, os **almoxarifes** (Doc. 34B) e os **mordomos**. Nos concelhos, havia, ainda, um **alcaide-mor** e **vereadores**.

2.4.4 O combate à expansão senhorial e a promoção política das elites urbanas

O controlo exercido sobre o poder local levou a realza a combater os abusos do poder senhorial.

Desde D. Afonso II, rei de 1211 a 1223, os monarcas deixaram de poder tolerar o **crescimento desenfreado da propriedade nobre e eclesiástica**. Especialmente os clérigos acumularam na sua posse inúmeras propriedades

A – De D. Dinis (1284)

[...]

A todos os alcaides, meirinhos, corregedores, juizes, alvazis, justiças, almoxarifes e tabeliães [...].

Sabendo que os Reis, que antes de mim foram, defenderam que as Ordens [religiosas] e os Clérigos não comprassem nenhuns Herdamentos [bens fundiários] em Seu Reino e o mesmo defendo eu [...]. E, porém, mando que [...], aqueles Herdamentos que compraram ou fizeram comprar desde que sou Rei [...] os vendam desta Santa Maria de Agosto [15 de agosto] até um ano; e se os não venderem neste prazo, percam-nos [...].

Lei de D. Dinis, julho de 1284 (adaptado)

B – De D. Pedro I (1361)

[...] Estabelecemos que, daqui em diante, nenhuma Casa Religiosa compre possessão sem nosso consentimento [...] não permitimos a nenhum clérigo poder comprar possessões e fazer delas o que quiser. E, se alguém vier contra isto ou quiser fazer outra coisa, seja-lhe tirado tudo o que tiver [...].

Lei de D. Pedro, Cortes de Elvas, 1361 (adaptado)

territoriais que compravam, herdavam ou recebiam como oferta de particulares, preocupados em garantir a salvação da alma.

Também muitos nobres e eclesiásticos se serviam de estratégias fraudulentas para expandirem os seus bens, convertendo propriedades do rei (os *reguengos*) e de particulares (os *alódios*) em *honras e coutos*. Ora, em tempo de centralização do poder real, a ampliação da propriedade senhorial afigurava-se inadmissível tanto mais quanto os senhores se substituíam aos reis no exercício do poder público.

Neste contexto, não é de estranhar o **carácter antisenhorial de muitas leis dos séculos XIII e XIV**. Chamaram-se *Leis de Desamortização, Confirmações e Inquirições*.

As **Leis de Desamortização** proibiram os mosteiros e as igrejas de comprarem bens de raiz (Doc. 35A, B), de os herdarem dos seus professores ou de aceitarem doações de particulares. Evitava-se, desse modo, a fuga ao fisco de bens que, uma vez na posse do clero, eram considerados «mortos» para a fazenda porque dotados de imunidade.

Por sua vez, as **Confirmações Gerais** representaram o reconhecimento, pelo rei, dos títulos de posse de terras e direitos da nobreza e do alto clero, doados pelos predecessores (Doc. 36). Os senhores eram, assim, consciencializados de como muitos dos seus bens podiam regressar à Coroa.

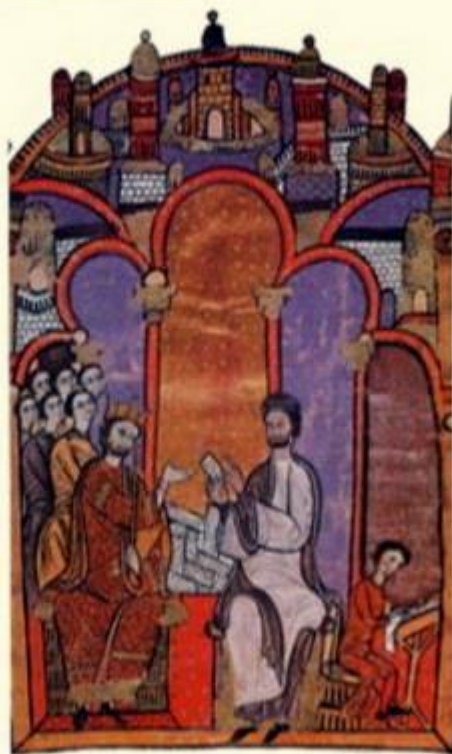
Quanto às **Inquirições**, averiguações feitas sobre a natureza das propriedades (*honras, coutos*) e os direitos e rendas devidos ao rei, permitiram

C – Reis e bispos



As relações entre os monarcas e os edesiásticos

— que nem sempre foram pacíficas — aparecem nos documentadas nestas iluminuras do *Fuero Juzgo*, tradução castelhana do século XIV de um código visigótico. Os litígios entre a Coroa portuguesa e a Santa Sé tiveram, como pano de fundo, o ambiente de **conflitualidade** vivido pela Cristandade ocidental, desde finais do século XI, **que opôs o poder temporal** do Imperador germânico e dos monarcas europeus **ao poder espiritual** do Papa e altos dignitários da Igreja. Uns e outros procuravam superiorizar-se entre si: o Imperador e os reis arrogavam-se o direito de controlar os bispos, abades e párocos, investindo-os nas suas funções. Contra estas pretensões insurgiu-se a Santa Sé, proclamando o seu ascendente em matéria espiritual e temporal sobre toda a Cristandade, que se assemelharia a uma monarquia universal dirigida pelo Papa.



Afonso II de Aragão (1152-1196) confirma as escrituras de feudos e doações régias (iluminura do *Liber Feudorum Maior*, Catalunha, século XII). As medidas do soberano aragonês terão, porventura, influenciado Afonso II de Portugal, em 1217-1221, quando promoveu as primeiras *Confirmações* no reino.

Questões pág. 95

A – Na paróquia de São Pedro de Balsemão (Lamego), 1288

Lourenço João de Balsemão, jurado e perguntado se, nesta freguesia, há casa de Cavaleiro ou de Dona que se designe de honra, disse que não, e disse que em toda a freguesia não há honra nenhuma e que, em todo o sítio, entra o mordomo [funcionário régio], exceto em metade de um casal do Hospital [Ordem dos Hospitalários].

B – Carta de 1310

[...] A quantos esta carta virem faço saber que, como fossem a mim feitos queixumes por muitas e várias pessoas, queixando-se dos fidalgos, e do Arcebispo e dos Bispos, e das Sés, e dos Abades e dos Priores e de muitos outros da minha terra, porque faziam honras de muitas maneiras e não deviam, de forma que muitos lavradores e homens-bons ficavam oprimidos [...] e roubando-me muitos dos meus direitos e dos meus reguengos, [...] todas as honras que forem feitas de novo ou acrescentadas nas velhas, que não valham [...].

Inquirições de D. Dinis da Beira e Além Douro, Livros IV e I (adaptado)

Questões pág. 95

Conceitos

Inquirições – Inquéritos promovidos pelo poder central, nos séculos XIII e XIV. Destinavam-se a averiguar o estado dos bens do rei e dos bens da Coroa, isto é, dos reguengos. As primeiras inquirições tiveram lugar no território do arcebispado de Braga (Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Norte da Beira).

descobrir que os fidalgos, as ordens militares, os bispos e os abades haviam cometido inúmeras usurpações. (Doc. 37A, B)

Não foi nada fácil aos monarcas implementarem a legislação antis senhorial. Encontraram poderosas resistências, tendo a luta adquirido contornos violentos.

Os senhores prestavam falsas declarações dizendo aos funcionários régios que as terras alvo de averiguações sempre haviam sido imunes. Caso eles não acreditassem e insistissem na cobrança dos direitos reais, expulsavam-nos e, inclusive, assassinavam-nos.

Com frequência, os prelados e bispos queixavam-se ao Papa de o rei de Portugal atentar contra a liberdade da Igreja, violando seus foros e imunidades. Faziam-lhe saber que os oficiais régios entravam nos seus domínios para a cobrança de direitos e que os clérigos eram, inclusivamente, ameaçados com o julgamento em tribunais civis e com a obrigação de prestarem serviço militar ao rei. Ora, o direito a ser julgado em tribunais canónicos e a isenção de serviço militar contavam-se entre os privilégios dos eclesiásticos.

Sobre os monarcas, de D. Afonso II a D. Dinis, penderam então as excomunhões e, sobre o reino, os interditos¹. Afonso II e Afonso III ainda se arrependeram à hora da morte. Já Sancho II não levou a melhor sobre o clero: em julho de 1245, o monarca foi deposto pelo Papa Inocêncio IV (Doc. 35C).

¹ A excomunhão expulsava o visado (naquele caso o rei) da comunidade de fiéis. Não podia entrar numa igreja, assistir aos ofícios divinos, receber os sacramentos. Quanto ao interdito, proibía a celebração da missa e a administração dos sacramentos no reino (na totalidade ou em algumas dioceses).



Estátua jacente de D. Dinis no Mosteiro de Odivelas.



Estátua jacente de D. Isabel de Aragão no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, em Coimbra.

D. Dinis e D. Isabel casaram-se em Trancoso, em 1282. Poucas foram as horas felizes do matrimónio, pelas muitas aventuras extraconjugais do monarca e pelos vários bastardos que parecia preferir ao seu único filho legítimo, o príncipe herdeiro D. Afonso.

Com imensa paciência e tato diplomático, D. Isabel mediava conflitos entre o voluntarioso marido e os ambiciosos filhos, bastardos incluídos. Ainda era viva e já tinha fama de santa em virtude da caridade e devoção demonstradas. Depois de viúva, D. Isabel vestiu o hábito das clarissas e recolheu ao seu mosteiro do Mondego. Foi canonizada em 1625.

No seu combate à expansão senhorial, os monarcas contaram com o precioso **apoio dos concelhos**. O Porto dos séculos XIII e XIV foi um exemplo. Sempre em luta contra as prepotências do bispo, senhor do burgo desde 1120, os vizinhos acolhiam de braços abertos o rei que, por eles, tomava partido. Para a realeza era chegada a oportunidade de cercear os privilégios do couto episcopal, que tanto depauperavam o erário régio.

Num dos frequentes conflitos entre os prelados e os populares, D. Dinis concedeu ao Porto, em 1316, o estatuto de *concelho perfeito*, que permitia à cidade, entre outros direitos, nomear os seus juizes de entre os homens-bons e usufruir de autonomia judicial. Estava-se perante a **promoção política das elites urbanas**, processo de os monarcas premiarem os concelhos que os sustentavam na recuperação do poder real.

2.4.5 A afirmação de Portugal no quadro político ibérico

Os progressos da centralização régia que temos vindo a analisar atingiram um ponto alto no longo reinado de D. Dinis (1279-1325).

A administração central do reino mostrou-se especialmente rigorosa na cobrança das rendas e foros da Coroa, bem como no exercício da justiça maior e da apelação que só ao rei competia.

O poder senhorial foi energeticamente combatido. Com a Igreja, as relações normalizaram-se. As fronteiras terrestres ficaram definitivamente fixadas. Fortificaram-se vilas, construíram-se ou repararam-se castelos, concederam-se forais, protegeram-se os concelhos.

Expandiu-se a superfície cultivada, incrementaram-se as feiras e o comércio externo, organizou-se a marinha de guerra. A firmeza da moeda atestava a prosperidade material e financeira do reino.

Não menor brilho granjeou a monarquia dionisina com a sua obra



Em agosto de 1385, os invasores castelhanos, representados à esquerda, são derrotados por um exército português bem mais reduzido, representado à direita, e que contou com o apoio de arqueiros ingleses.

Questões

- 1 Que determina D. Dinis na Lei de Desamortização de 1284 (DOC. 35A)? Foi essa determinação cumprida? Justifique (DOC. 35B).
- 2 Que se pretendia saber através da Inquirição levada a cabo em São Pedro de Balsemão (DOC. 37A)?
- 3 Explique as averiguações das Inquirições, tendo em conta situações como a relatada na Carta de 1310 (DOC. 37B).
- 4 Que significado teve a ligação matrimonial entre o rei de Portugal e uma princesa de Aragão (DOC. 38)?
- 5 Porque constitui a Batalha de Aljubarrota um símbolo da afirmação de Portugal no quadro político ibérico (DOC. 39)?

cultural. Dignificaram-se as letras ou não fosse o rei trovador, o português tornou-se língua oficial nos documentos da chancelaria régia, criou-se a primeira universidade portuguesa, fomentou-se a arte gótica.

O **prestígio da monarquia portuguesa** atravessou fronteiras. No **contexto político ibérico**, o rei de Portugal merecia o maior respeito. Entre 1282 e 1310, D. Dinis interveio nos conflitos internos do **Reino de Castela**. Uma dessas intervenções originou o *Tratado de Alcanises* e, com ele, a resolução do problema da fronteira terrestre entre os dois reinos.

Com a **Coroa de Aragão** estreitaram-se os laços. O monarca português casou com a princesa Isabel (DOC. 38). Era filha de Pedro III, o *Grande*, e irmã do futuro Jaime II. Aragão sobressaía então como grande potência económica na área do Mediterrâneo, exercendo papel de primeiro plano na diplomacia peninsular.

A importância de Portugal no quadro político evidencia-se mais uma vez no reinado de **Afonso IV**, cujo apoio militar é solicitado pelo seu genro, o poderoso rei de Castela, Afonso XI. Estava-se em 1339 e os *Merínidas* de Marrocos ameaçavam dilatar o domínio muçulmano na península.

Em outubro de 1340, as forças portuguesas e castelhanas travaram a *Batalha do Salado* com as hostes muçulmanas. A vitória cristã foi total. A valentia de Afonso IV merecer-lhe-ia o epíteto de *o Bravo*. Portugal afirmava-se **entre os grandes**, ombreando com os monarcas peninsulares.

Iam bem longe os tempos do pequeno reino rebelde que contestava vassalagem a Leão e Castela. Ao findar o século XIV, em plena **crise de 1383-85**, a glória do Reino de Portugal sobressaiu no campo de Aljubarrota (DOC. 39) e garantiu a independência nacional. Em 1387, o rei português D. João I casou-se com a inglesa D. Filipa, filha do duque de Lencastre (*abertura do Módulo 2*), selando a mais antiga aliança, ainda em vigor, entre dois Estados europeus.

O rei e as irmãs: um conflito familiar e político no século XIII

O rei **Sancho I** (1154-1211) revelou-se, em vida, pródigo em doações a nobres e eclesiásticos. E, no testamento, a sua magnanimidade reverteu a favor da família. Às filhas **Teresa**, **Sancha** e **Mafalda**, que apelidou de rainhas, destinou vários senhorios que incluíam terras, castelos e mosteiros. Teresa seria senhora de Montemor-o-Velho, Esgueira, Lervão; Sancha herdaria Alenquer; Mafalda receberia Bouças, Arouca e Seia.

Ao herdar o trono, porém, **Afonso II** recusou-se a cumprir aquelas vontades paternas, originando um arrastado conflito com as suas irmãs, que mobilizou o vizinho reino de Leão e o próprio papado.

IMAGENS: J. P. P. L. L.

Doc. A Os protagonistas

1.



D. Afonso II (1185-1223) recebeu o cognome de *o Gordo* ou *o Galo*, em virtude de sofrer de uma doença de pele semelhante à lepra. No seu breve reinado, foram publicadas as primeiras *Leis Gerais* do reino, que procuraram combater os abusos de nobres e eclesiásticos à custa do património da Coroa.

2.



D. Teresa (1176-1250) casou com o rei de Leão, Afonso IX [Doc. 29A], mas o matrimónio viria a ser dissolvido por serem primos. Fez-se monja cisterciense e recolheu ao Mosteiro de Lervão, onde ganhou fama de santa. Foi beatificada, com as suas irmãs, no século XVIII.

3.



D. Sancha (1180?-1229) recusou todas as propostas de casamento e fez-se monja cisterciense, como as suas irmãs. Em 1213, fundou o Mosteiro de Celas, onde faleceu. A irmã Teresa mandou transladar o seu corpo para Lervão.

4.



D. Mafalda (1195?-1256) desposou Henrique I de Castela mas o casamento também foi dissolvido. Regressada a Portugal, ingressou no Mosteiro de Arouca, que passou a seguir a regra cisterciense e do qual foi abadessa. É conhecida por Rainha Santa Mafalda.

Doc. B O reino a ferro e fogo

El-Rei Dom Afonso II, vendo a afronta que suas irmãs lhe faziam em pedir socorro contra ele a el-rei de Leão, foi-se a Montemor e requereu a suas irmãs que desistissem do levantamento que fizeram e entregassem os castelos a homens fidalgos, em quem elas tivessem confiança, que os guardassem e fossem fiéis, e para elas ficassem as rendas e direitos daquelas vilas inteiramente e que as homenagens fossem dele Rei¹. Mas elas não aceitaram. E, para se vingarem do irmão e o afrontarem, mandaram apelar muitas vezes Lião, Lião. E o mesmo mandou fazer a Infanta Dona Sancha no castelo de Alenquer. Indignado, El-Rei pôs cerco aos castelos de Montemor e Alenquer. E, vindo os Leoneses descercá-los por parte das Infantas, sucederam

muitas mortes e danos de uma parte e outra. Os Leoneses tomaram Valença do Minho, Melgaço, Folgoso, Freixo e outros lugares, que roubaram e queimaram.

Entretanto, vieram de Roma enviados do Papa, a pedido das Infantas. Os quais, por El-Rei não querer desistir do cerco, nem querer cumprir o testamento do pai, excomulgaram a sua pessoa e puseram interdito em todo o reino, tirando as Infantas, seus servidores e partidários.

Em *Crónica do Rei D. Afonso o segundo*

¹ Significa que o Rei D. Afonso II era o único senhor de tais vilas e castelos, em virtude de só ele receber as homenagens dos alcaides (homens fidalgos) que os administravam. A homenagem era um rito feudal-vassalico, segundo o qual um senhor se colocava na dependência de outro senhor, de categoria superior, neste caso do rei.

DOC. C



O Castelo de Montemor-o-Velho, um dos palcos do conflito que opôs o rei D. Afonso II às suas irmãs.

DOC. D



O infante **Pedro Sanches** (iluminura do século XIII).

Irmão do rei Afonso II e das infantas Teresa, Sancha e Mafalda, Pedro Sanches (1187-1258) tomou o partido destas últimas, tendo colaborado com o rei de Leão na invasão de Portugal. Exilado do reino, casou com uma condessa catalã e serviu a Coroa de Aragão, de quem recebeu o senhorio de Maiorca e Baleares.

DOC. E O desfecho

O conflito só foi resolvido em 1216, por sentença do Papa Inocêncio III. Determinou este que os castelos fossem entregues aos Templários, continuando as infantas a viver ali, de modo que o senhorio do rei fosse respeitado. Entendia o Papa, dando em parte razão a Afonso, que os legados de D. Sancho I a suas filhas só diziam respeito aos rendimentos das terras e não à jurisdição, que continuava a ser do monarca¹.

Angelo Ribeiro, *História de Portugal*, vol. 1, coordenação de José Hermano Saraiva, Quêdnovi, 2004

¹ O conflito só ficou encerrado definitivamente em 1223, quando o novo monarca, Sancho II, conseguiu que as tias abdicassem do título de rainhas.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

1. Localize, num mapa de Portugal, as doações de D. Sancho I às suas filhas.
2. Depois de ler, atentamente, o texto do Doc. B:
 - compare a perspectiva de D. Afonso II com a das infantas, suas irmãs, relativamente ao estipulado no testamento do pai;
 - explique os pedidos de ajuda ao rei de Leão e ao Papa.
3. Como reagiu o infante Pedro Sanches à política centralizadora de seu irmão, o rei Afonso II [Doc. D]?
4. A favor de quem reverteu a decisão final do Papa [Doc. E]?

SÍNTESE

5. Responda à questão:

• Porque se considera a questão entre o rei D. Afonso II e as suas irmãs um conflito político?

Tenha presentes os seguintes tópicos:

- motivo da questão familiar;
- enquadramento da questão no processo de centralização do poder real iniciado por D. Afonso II;
- solução do conflito.

2

Unidade

0 espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico

A fixação do território

- O Reino de Portugal nasceu, como unidade política autónoma, no século XII. Teve origem no Condado Portucalense, que Afonso Henriques libertou da sujeição a Leão e Castela (1143) e fez reconhecer pelo Papa (1179).
- A luta contra o vizinho Reino de Leão e Castela e as negociações com a Santa Sé em prol da independência do reino tiveram, como pano de fundo, as peripécias da **Reconquista** cristã da Península Ibérica. Foi, efetivamente, no contexto das lutas com os muçulmanos que o Reino de Portugal dilatou as suas fronteiras e os monarcas, de D. Afonso Henriques a D. Afonso III, reforçaram a sua autoridade e obtiveram o reconhecimento internacional.
- Se a conquista do Algarve terminou em 1249, com D. Afonso III, só no reinado do seu filho D. Dinis o reino fixou as suas fronteiras, através do Tratado de Alcanises (1297).

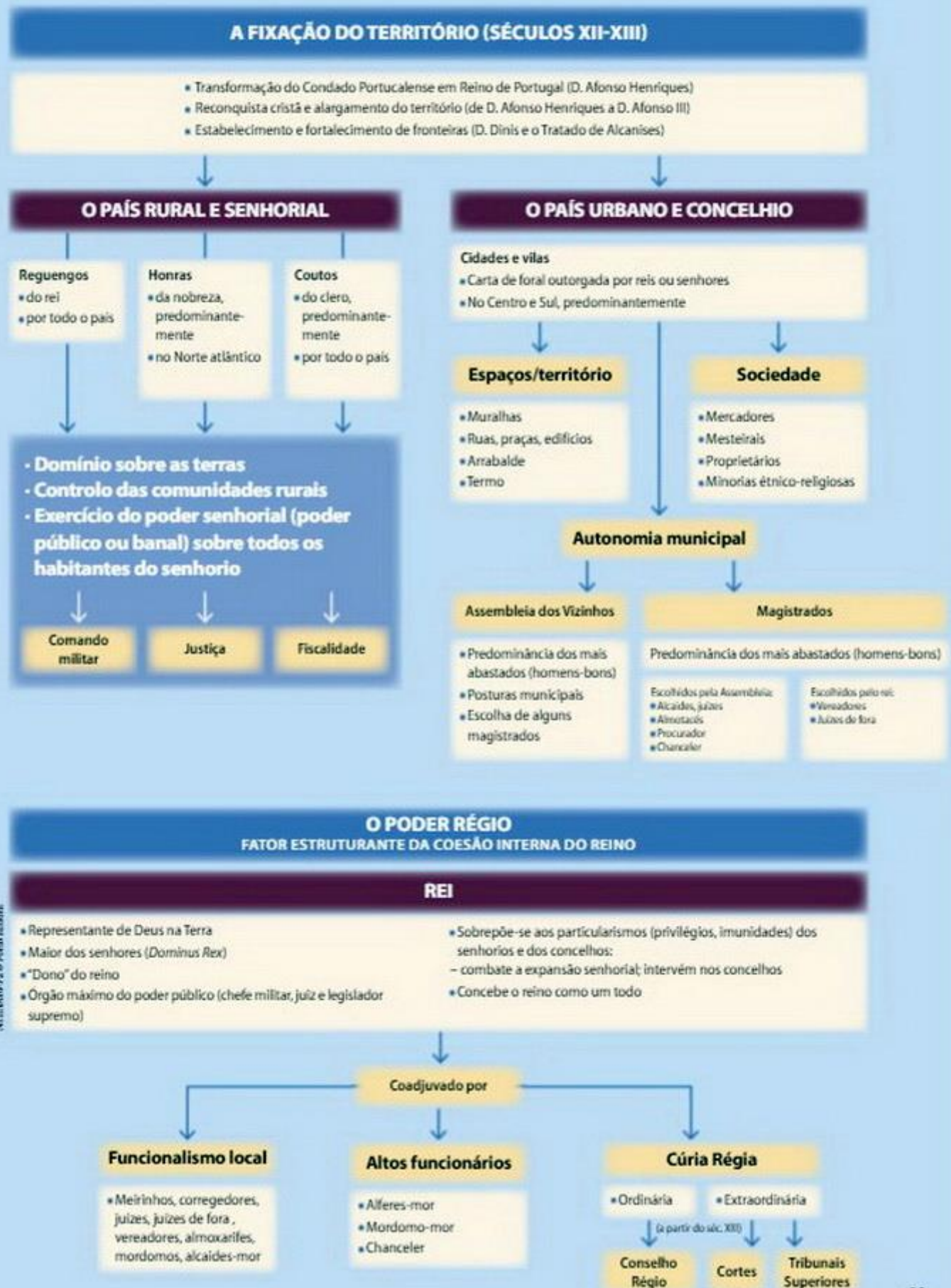
Senhorios e concelhos

- O território português apresentava-se, na época medieval, organizado em senhorios e concelhos.
- Os **senhorios** (reguengos, honras e coutos) tiveram como berço a região de Entre Douro e Minho, mas logo se estenderam ao Centro e Sul do país. Neles, os reis, os nobres e os eclesiásticos cobravam rendas sobre a exploração da terra, controlavam uma variedade de dependentes e exerciam o poder público (ou senhorial) de comando militar, fiscal e judicial.
- Os **concelhos** constituíam unidades territoriais dotadas de autonomia administrativa, particularmente os urbanos. Nas cidades e vilas afirmou-se um grupo de proprietários e mercadores, donos de razoáveis fortunas, que monopolizaram os cargos concelhios. Estas elites sociais eram conhecidas por *homens-bons*.

O poder régio

- O **rei** unificava os particularismos de senhorios e concelhos, como chefe de todos os portugueses, senhores e vilãos, mouros e judeus. A todos não deixava de lembrar, nem sempre pacificamente, que era o órgão máximo do poder público. Ao rei cabia a legislação, a imposição da justiça maior e suprema e a chefia na guerra. No século XIV, a monarquia feudal apresentava-se já razoavelmente centralizada.

Síntese esquemática





Uma comitiva prínepesca entra na cidade, ilustração do *Livro dos Torneios*, de René d'Anjou, século XV

O abade Suger
inicia obras em
Saint-Denis
(1137)

Guia do Peregrino
de Santiago de
Compostela
(c. 1140)

Edificação de
Notre-Dame
de Paris
(1163-89)

Nasce a
Universidade
de Oxford
(1167)

Primeira comuni-
dade franciscana
— 12 membros
(1209)

Ordem de
S. Domingos
(1216)

A Bula *Potensi
Scientiarum*
dá autonomia
à Universidade
de Paris
(1231)

Unidade

Valores, vivências e quotidiano

3

Conteúdos

- 3.1 A experiência urbana
- 3.2 A cultura leiga e profana nas cortes régias e senhoriais
- 3.3 A difusão do gosto e da prática das viagens

Aprendizagens

- Reconhecer os elementos característicos do estilo gótico.
- Ligar o estilo gótico à afirmação do mundo urbano.
- Justificar o nascimento, nas cidades, de novas formas de solidariedade.
- Sublinhar o papel das ordens mendicantes na renovação da religiosidade cristã.
- Enquadrar a expansão do ensino nas transformações económicas e políticas dos últimos séculos da Idade Média.
- Sublinhar o papel desempenhado pelas universidades na renovação cultural da Europa.
- Caracterizar o ideal cavaleiresco.
- Descrever a educação do jovem cavaleiro.
- Relacionar o código da cavalaria com as regras do amor cortês.
- Sublinhar a importância assumida pela literatura na difusão das novas formas de sociabilidade.
- Justificar o culto prestado pela nobreza aos seus antepassados.
- Explicar o renascimento do gosto e da prática das viagens.
- Reconhecer, nas romarias e peregrinações, uma forma típica da religiosidade medieval.
- Distinguir as expressões da cultura erudita das da cultura popular*.
- Caracterizar a época medieval.

* Aprendizagem estruturante



Consagração da igreja do Mosteiro de Alcobaça (1252)

Os irmãos Paio chegam a Pequim (1271)

Finalização da *Romança da Roca* (1280)

D. Dinis cria o Estado Geral de Lisboa (1290)

Livro de Linhagens do conde D. Pedro (c. 1340)

Eduardo III cria a Ordem da Jarreteira (1344/7)

Início da construção do Mosteiro da Batalha (1388)



Bruges, torre comunal e Bolsa dos Panos, construídas entre os séculos XIII e XV.



Veneza, a *Ca' d'Oro*, palácio de um rico mercador da primeira metade do século XV.

O estilo gótico está intimamente ligado às cidades e ao seu renascimento. Apostados em deixar para trás o estatuto de homens do povo, os burgueses mostram o seu sucesso e a sua riqueza nas casas, praças, edifícios públicos e edifícios religiosos. Por vezes, em especial nas cidades da Flandres e da Itália, elevam as suas torres acima de todas as outras, numa espécie de desafio ao poder da Igreja. Na altíssima torre de Bruges (83 m) guardaram-se outrora o tesouro e os arquivos municipais. A atestar a importância da indústria têxtil da cidade, a torre é rodeada pelo imponente centro de comércio dos mercadores de panos. (Reveja o Doc. 22A, p. 35.)

3.1 A experiência urbana

Nos últimos séculos da Idade Média, a cidade é um mundo à parte. Ao contrário do campo, onde os dias passam rotineiros e o tempo da História parece não avançar, a cidade é um cadinho de inovações, uma espécie de porta aberta para o futuro. O mundo de negócios e de negociantes que fervilha dentro das suas muralhas desencadeia mudanças profundas nos mais diversos setores: no ordenamento social, na vivência religiosa, na cultura, na arte (Doc. 1).

Alterando valores e vivências quotidianas, o mundo urbano contribuiu decisivamente para o declínio da **época medieval**.

3.1.1 Uma nova sensibilidade artística

O Gótico

O burguês é um homem orgulhoso de si próprio e da sua cidade. Não se poupa, por isso, a esforços para a embelezar e a engrandecer. Uma espécie de «patriotismo local» impele-o à comparação com as cidades vizinhas, das quais não quer ficar atrás. Generosamente (mas não desinteressadamente), contribui com quantias avultadas para as grandes construções urbanas: muralhas, portas monumentais, palácios, igrejas.

Conceitos

Época medieval – Uma das épocas em que tradicionalmente se divide a História. Tem uma duração de cerca de 1000 anos, sendo, normalmente, tomados como limites a destituição do último imperador romano do Ocidente, em 476, e a conquista de Constantinopla pelos Turcos, em 1453. Embora num período tão longo as mutações históricas tenham sido muitas, a Idade Média identifica-se, geralmente, com a sociedade senhorial e vassalica que se formou, no Ocidente, após o século IX e tem como principal símbolo o castelo.



B – As construções religiosas

Apesar de *Saint-Denis*¹ ser uma abadia, o futuro da arquitetura gótica estaria nas igrejas das cidades, mais que nas comunidades monásticas rurais. O vigoroso ressurgimento da vida urbana, desde os começos do século XI, prosseguia a um ritmo acelerado e a importância das cidades não se fez sentir apenas no campo económico ou político, mas também noutras esferas: os bispos e o clero urbano ganharam influência; as escolas catedrais e as universidades ocuparam o lugar dos mosteiros como centros do saber, enquanto os esforços artísticos da época culminavam nas grandes catedrais.

H. W. Janson – *História da Arte*, Lisboa, Ed. F. Calouste Gulbenkian, 1977

¹ Refere-se à abadia real de Saint-Denis, junto de Paris, de onde iradiou o estilo gótico.



Pormentor de A Virgem e o Menino, de Robert Campin, c. 1440. De uma janela aberta, entrevê-se a cidade, com as suas casas altas e a sua muralha. Entre todas as construções, destaca-se, imponente, a catedral.

Questões pág. 103

Conceitos

Arte gótica ou estilo gótico – Estilo artístico que dominou a arte europeia entre os séculos XII e XV. Irradiou do Norte de França e, embora se tenha desenvolvido nas várias artes (pintura, escultura, vitral, ourivesaria, etc.), permaneceu essencialmente ligado à arquitetura, recebendo, por vezes, o nome de ogival, em referência aos arcos cruzados das abóbadas.

Questões

- 1 Por que razão está o estilo gótico intimamente relacionado com o renascimento das cidades (DOC. 1)?
- 2 Que tipo de edifício melhor representa este estilo (DOC.1)?
- 3 Em que esferas se fez sentir o “vigoroso ressurgimento da vida urbana” (DOC. 1B)?

Coincidindo com esta atividade construtiva, um novo estilo artístico, o **Gótico**, dá expressão ao orgulho citadino. Uma combinação engenhosa de elementos arquitetónicos permite elevar as construções góticas a alturas até então desconhecidas. As torres dos palácios comunais e, sobretudo, das igrejas, podem ser vistas de muito longe, anunciando, deste modo, a importância do burgo e das suas gentes (DOC. 1).

Embora tenha dado corpo a numerosos edifícios civis e abarque todas as vertentes artísticas (arquitetura, escultura, pintura, artes decorativas...), a **arte gótica** permaneceu intimamente ligada à arquitetura religiosa e teve, na catedral, a sua melhor expressão (DOC. 1B).

A catedral, expoente do Gótico

O que imediatamente distingue as catedrais góticas é a sua **elevação e verticalidade** (DOC. 2). Impressionantes por um exterior imponente e profusamente decorado, as igrejas góticas impressionam também por um interior amplo, elevado e luminoso, de formas arquitetónicas graciosas e leves, quase sem peso, se as compararmos com a solidez maciça dos interiores românicos (DOC. 3).

Arcos trilobados

Arcaria com estátuas de reis

Pináculos

Grande rosácea

Janelões de duas luzes

Espécie de frontão – acentua o movimento ascendente dos arcos ogivais

Contraforte dissimulado pela decoração

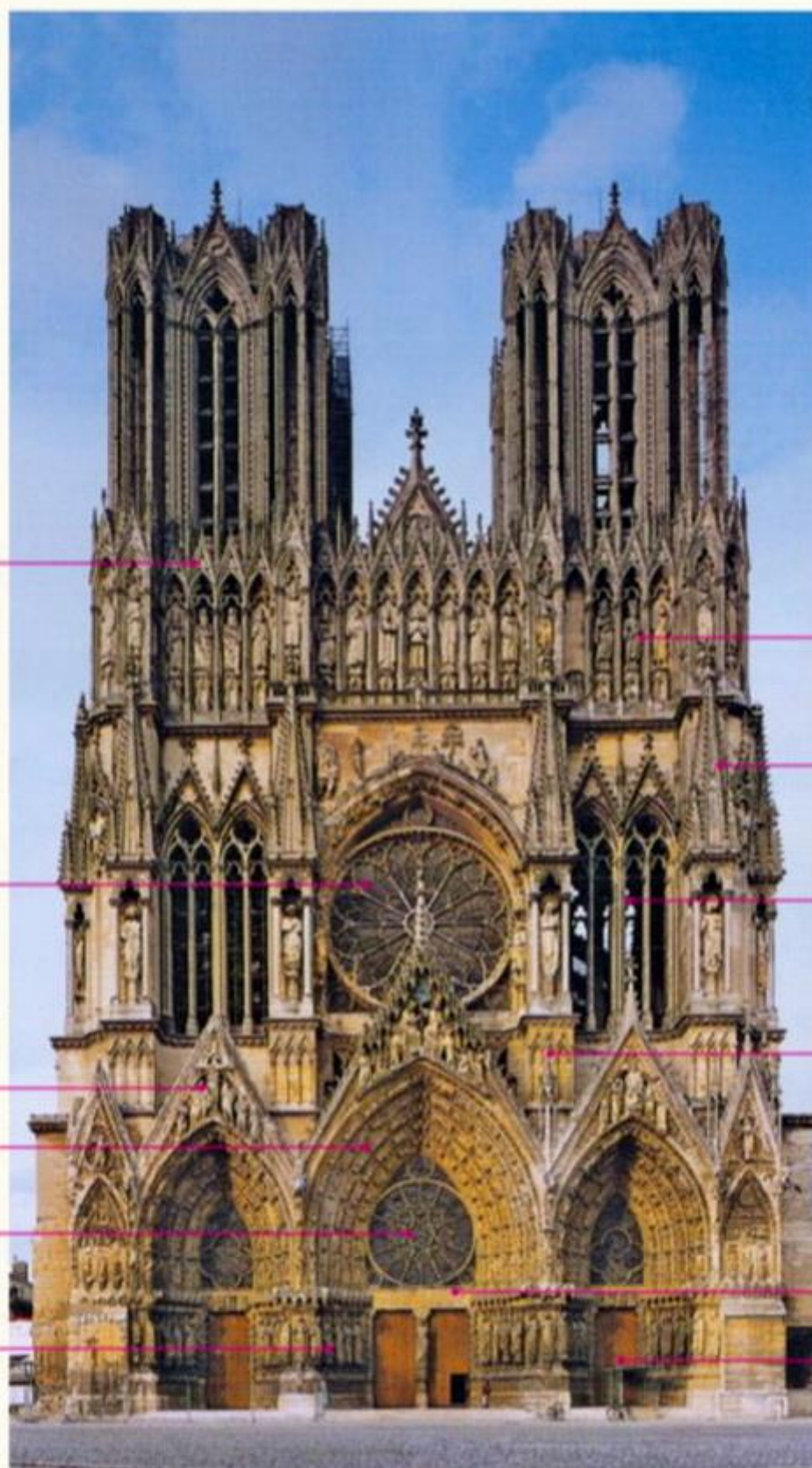
Arquivoltas do portal

Timpano revestido de vitrais

Portal principal – acesso direto à nave lateral

Estátuas – colunas suportam as arquivoltas

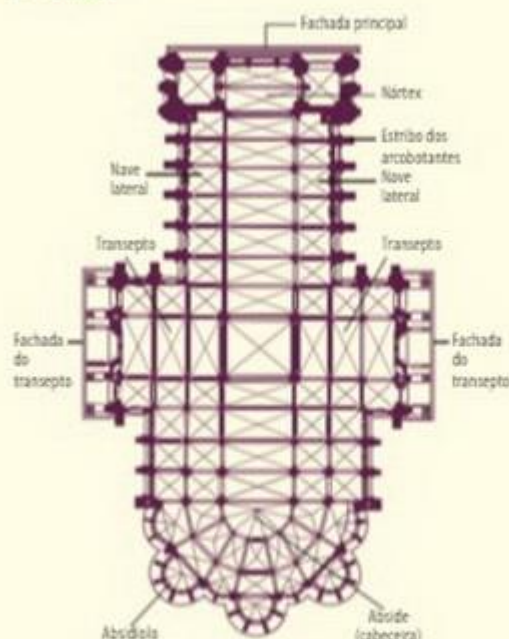
Portal lateral – acesso à nave lateral



Catedral de Nossa Senhora de Reims, fachada ocidental (1250-1285).

Tida como a mais perfeita do gótico francês, a fachada da Catedral de Reims impressiona pela decoração exuberante e pela multiplicidade de linhas ascensionais que a elevam em direção ao céu. A construção do edifício, iniciada em 1211, levou cerca de três séculos e, mesmo assim, ficou parcialmente inacabada, pois faltam as agulhas que deviam encimar as duas torres, acentuando-lhes a verticalidade. Exemplo máximo da fusão entre arquitetura e escultura, entre estátuas-colunas, figuras dos frontões, dos arcos, dos relevos, etc., a Catedral de Reims conta com mais de 2300 estátuas de pedra.

B – Planta



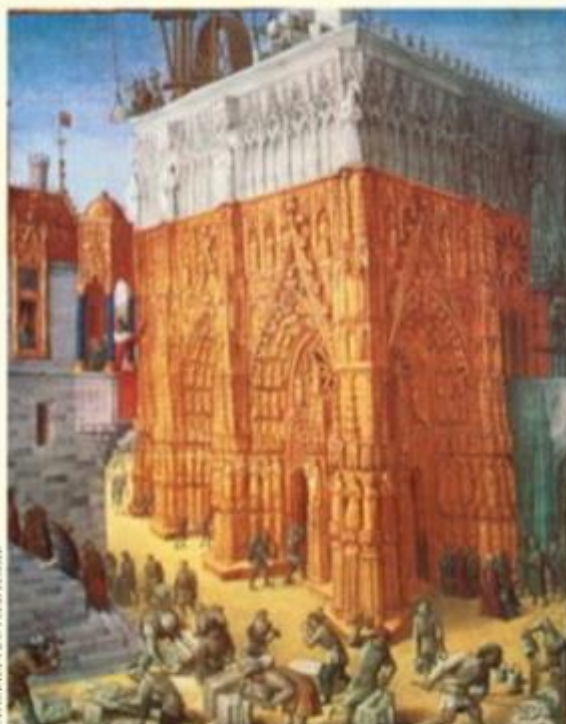
Catedral de Chartres, planta e vista aérea.



- 1 Agulha da torre sul (século XII);
- 2 Agulha da torre norte (colocada no século XVI);
- 3 Telhado da nave central;
- 4 Telhado da nave lateral, encimada por arcobotantes;
- 5 Braços do transepto;
- 6 Abside (cabeceira);
- 7 Absidiolo.

Questões pág. 107

C – A construção de uma catedral



Iluminura de Fouquet (séc. XV), que representa a construção de uma catedral gótica. O rei explica ao arquiteto como deseja algum pormenor da catedral. Os arquitetos beneficiavam de múltiplos privilégios, entre os quais a isenção de impostos. Competia-lhes o supervisionamento da obra, pelo que eram também chamados "mestres de obras". Abaixo, numa estrutura fortemente hierarquizada, ficava-lhes o contramestre e os corpos de ofícios especializados, que, formando equipas muito homogêneas, andavam de cidade em cidade e de construção em construção: pedreiros, carpinteiros, entalhadores de pedra, ferreiros, vidraceiros, escultores, etc. Para além desta multidão de operários, que era necessário alojar e alimentar, recorria-se a maquinaria variada, sem a qual não seria possível içar as grandes pedras para os seus lugares. A roda-guindaste (que se vê na iluminura, à esquerda e cujo desenho se reproduz) era uma novidade que as gravuras da época ilustram com bastante frequência.

Questões pág. 107

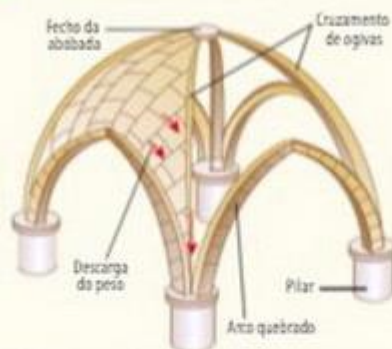


Os elementos construtivos

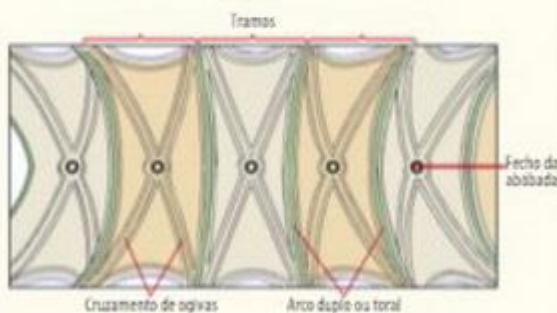
As características do estilo gótico estão, como é natural, intimamente ligadas aos seus elementos construtivos. Destes, devemos realçar o arco quebrado, a abóbada de cruzamento de ogivas e o arcobotante.

O arco quebrado (v. 3) vem substituir o arco de volta inteira, semicircular, utilizado na arte românica. Este tipo de arco, que se identifica com a arquitetura gótica (por isso também chamado arco gótico), pode ser «estirado» em altura, independentemente da largura da sua base, o que lhe confere um aspeto de verticalidade e elevação.

Doc. 3 Abóbadas e vitrais



1. Esquema do tramo de uma abóbada de cruzamento de ogivas.



2. Abóbada de cruzamento de ogivas.

Descarregando o peso da abóbada nos quatro pilares que sustentam cada tramo, a arquitectura gótica liberta as paredes do enorme peso que suportavam nas construções românicas, permitindo rasgá-las com magníficos vitrais.

Em 1144, na altura da consagração da nova abside, Suger escreve:

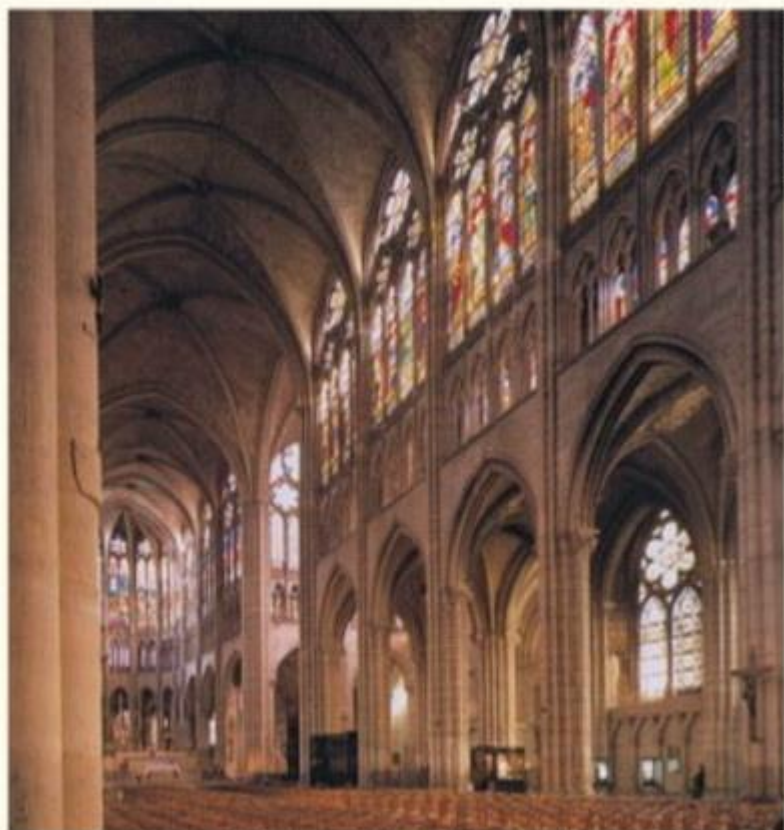
Quando a nova cabeceira se reuniu ao nártex¹, a igreja resplandeceu, iluminada a sua nave central. Porque é luminoso o que junta em claridade duas fontes de luz. A obra magnífica brilhou nessa claridade nova.

Abade Suger (1081-1151) - *A Gesta de Luís VI*

¹ Zona de entrada, oposta à cabeceira da igreja. Veja o Doc. 2B.



4. O patriarca Jacob, num vitral da Catedral de Friburgo, Alemanha (início do século XII). O vitral ilustra o sonho do patriarca: numa noite em que se deitou a dormir ao relento, Jacob sonhou com uma escada que ligava a terra e o céu. Por ela, subiam e desciam anjos; no topo, encontrava-se Deus.

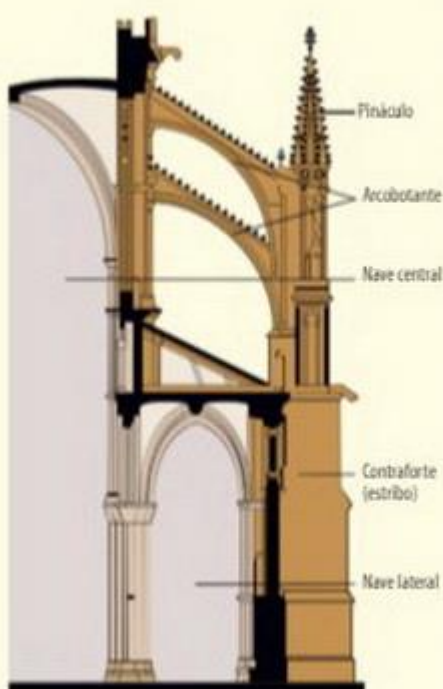


3. Interior da igreja abacial de Saint-Denis, perto de Paris. Foi pela mão de Suger, abade de Saint-Denis (1081-1151), que se construiu a igreja que impulsionou o estilo gótico. Ao justificar a opção estética que fez nas obras da igreja, Suger realça a luminosidade da nova construção, lembrando que "Deus é luz".

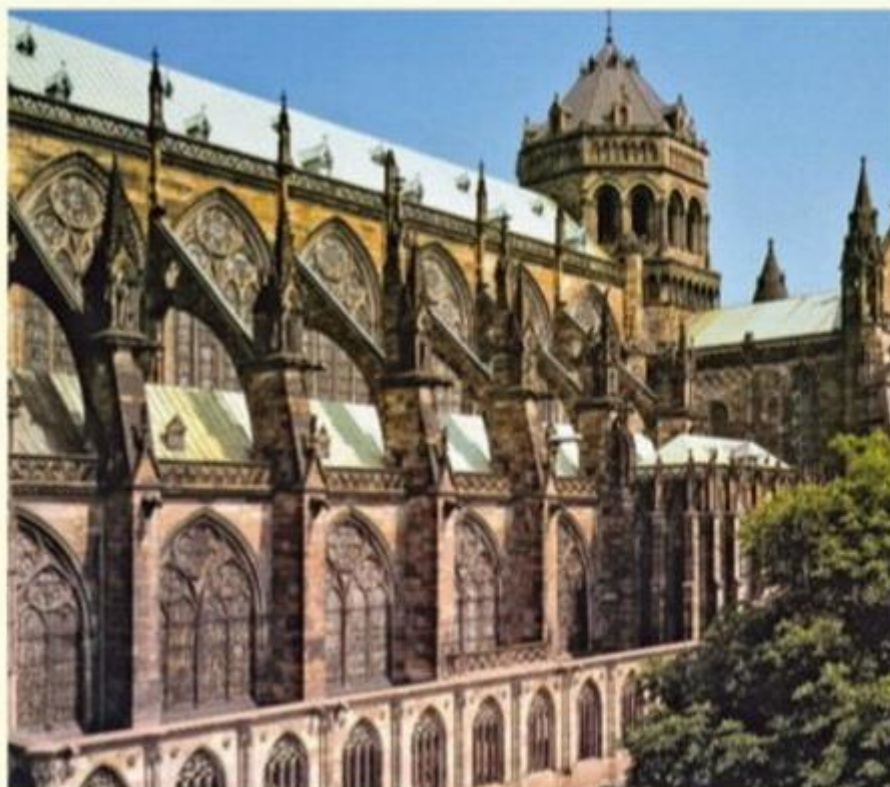


5. Interior da Sainte Chapelle (1242-1248). Obra de Pierre de Montreuil, a Sainte Chapelle foi encomendada pelo rei São Luís para acolher condignamente a coroa de espinhos de Cristo e um pedaço da Santa Cruz, relíquias que o monarca acabara de adquirir ao imperador de Constantinopla. Esta construção leva a arte do vitral ao seu expoente máximo: as paredes quase desaparecem, substituídas por amplas janelas multicoloridas.

Questões pág. 107



1. Corte esquemático.



2. Arcobotantes da Catedral de Estrasburgo, século XIII.

A descarga do peso da abóbada em pontos específicos permite fragilizar as paredes, abrindo belos painéis de vitrais, mas, em contrapartida, concentra uma pressão imensa sobre esses mesmos pontos. Para neutralizar essa pressão e evitar o desmoronamento da estrutura, os arquitectos góticos conceberam os arcobotantes que, partindo de um contraforte exterior, escoram as paredes da nave central, nos pontos de descarga. Dependendo da altura da catedral, os arcobotantes podem ser simples (como os de Estrasburgo) ou duplos (como os do desenho). Os pináculos que encimam o estribo não são meramente decorativos, já que ajudam a fixar o contraforte, aumentando-lhe o peso.

Questões pág. 107

Questões

- 1 Observe a fachada da Catedral de Reims. O que mais o impressiona? Porquê (DOC. 2A)?
- 2 Que forma tem a planta-tipo das catedrais góticas (DOC. 2B)?
- 3 O que é o transepto (DOC. 2B)?
- 4 Como se posiciona a fachada principal relativamente à cabeceira da igreja (DOC. 2B)?
- 5 Indique três semelhanças entre a catedral que se constrói na iluminura e a Catedral de Reims (DOC. 2B e C).
- 6 Qual a forma do "arco gótico" (DOCS. 1 a 5)?
- 7 Explícite: abóbada; tramo; arcobotante (DOCS. 3 e 4).
- 8 No que se refere à luz, como qualificaria as igrejas góticas (DOC. 3)?

A abóbada de cruzamento de ogivas (DOC. 3) deriva da abóbada de aresta, já utilizada na arquitetura românica, que lhe dava uma função essencialmente decorativa. Identifica-se facilmente pelos arcos diagonais de suporte (ogivas).

Ao contrário das abóbadas de berço do estilo românico, que descarregam o seu peso, de forma contínua, sobre as paredes, as abóbadas góticas são articuladas, isto é, compostas por secções independentes (tramos), simplesmente justapostas.

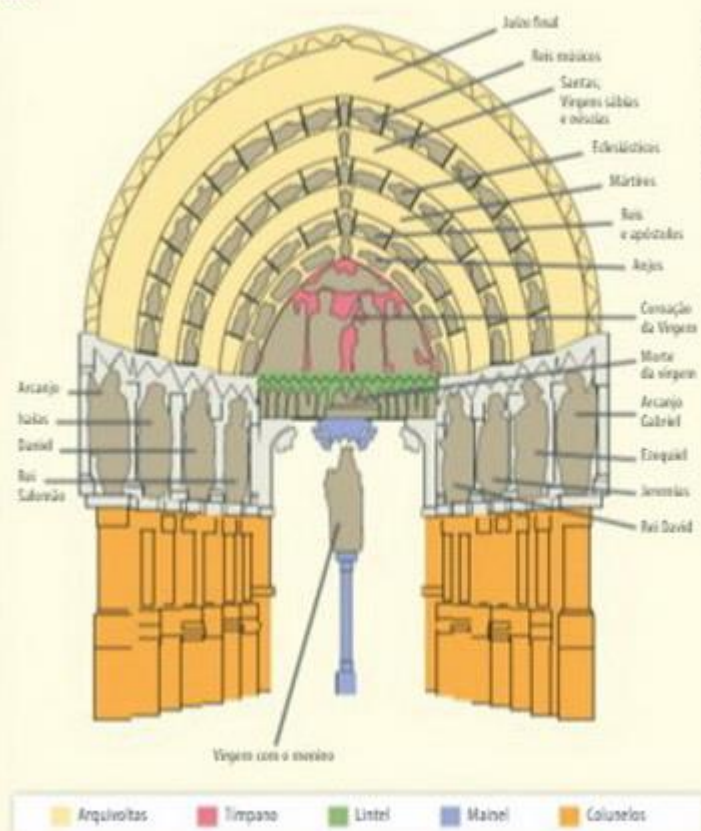
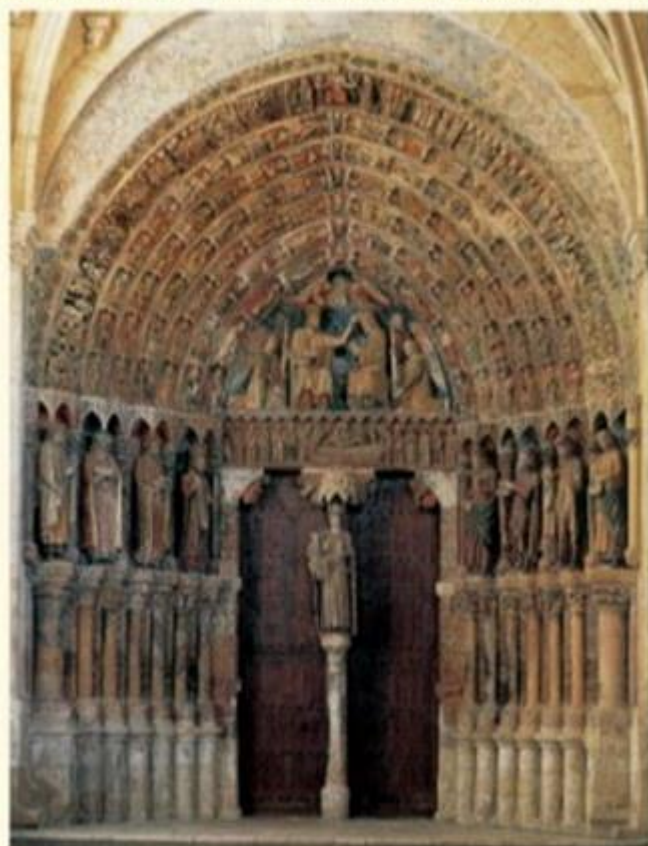
Os arcos de cada tramo desempenham o papel de uma armação, suportando o peso da abóbada e descarregando-o nos quatro ângulos onde se encontram os pilares. É esta concentração do peso em pontos específicos que permite fragilizar as paredes, introduzindo-lhes grandes aberturas preenchidas por vitrais (DOC. 3).

Com o fim de reforçar os pontos de pressão, surgem, no exterior, arcobotantes (DOC. 4). O arcobotante compõe-se de duas partes: uma massa sólida, espécie de contraforte, o estribo, e um ou mais arcos que, partindo do estribo, vêm apoiar as paredes da nave central. Para reforçar o estribo, este é, muitas vezes, encimado por um pináculo.

Arcobotantes, pináculos e elementos decorativos formam um autêntico emaranhado de formas, que confere à catedral gótica grande parte da sua imponência e identidade.

5 A escultura gótica

A – Portal de Santa Maria La Mayor, em Toro, Espanha, fim do século XIII



Os homens medievais apreciavam as cores fortes e intensas, como podemos comprovar pelas imagens que nos deixaram das cidades, dos interiores palacianos, do vestuário. Com cores realçavam também os elementos arquitetónicos e decorativos mas o tempo foi-as apagando, deixando apenas a pedra nua. Um dos raros casos em que a policromia exterior se preservou é o que reproduzimos. Um feliz acréscimo ao edifício protegeu o portal das intempéries permitindo-nos apreciar, ainda hoje, o colorido original.

B – Detalhe do tímpano de Notre-Dame de Paris, c. 1210



A maior parte da escultura gótica surge num contexto religioso e arquitetónico: as fachadas, os portais, os pilares dos templos enchem-se de imagens, numa espécie de "horror ao vazio". Este conjunto representa a pesagem das almas na altura do Juízo Final, mostrando, à direita, os condenados ao Inferno.



Os túmulos que D. Pedro mandou realizar para si e para D. Inês de Castro constituem o mais belo conjunto de escultura gótica portuguesa e, na opinião de muitos, de toda a Europa. Embora deteriorados pelo tempo e por atos de vandalismo, os dois túmulos não perderam a sua graciosidade. Inês repousa, dormindo, protegida por três anjos de cada lado. Nas paredes da arca desenrolam-se, num cenário arquitetónico, quadros da vida e da paixão de Cristo.

Os dois amantes descansam no Mosteiro de Alcobaça, na posição que D. Pedro determinou: de pés virados um para o outro, a fim de que, ao erguerem-se no dia da Ressurreição, possam olhar-se de imediato.

Questões pág. 109

D – Gárgula da Catedral de Colónia



As gárgulas são figuras grotescas por onde se escoam as águas que escorrem pelos telhados da catedral.

Questões

- 1 O que representa o tímpano do portal da Santa Maria de Toro (DOC. 5A)?
- 2 Explícite: arquivoltas; colonelos (DOC. 5A).
- 3 Que função tinha a policromia, nas esculturas góticas (DOC. 5A)?
- 4 A que condições sociais pertencem os condenados ao Inferno? Que mensagem se pretende transmitir com esta representação (DOC. 5B)?
- 5 Indique dois elementos arquitetónicos esculpidos no túmulo de Inês de Castro (DOC. 5D).
- 6 Explique por que razão a decoração gótica é considerada um verdadeiro "livro de imagens" destinado ao ensino da religião (DOCs. 2, 3 e 5).

O "livro de imagens" da Cristandade



Durante o século XIII, a **relação arquitetura-escultura** é particularmente **intensa**. Uma nuvem de imagens invade as fachadas, os portais, os espaços interiores. Geralmente, as esculturas góticas perfilam-se de forma ordenada e simétrica, destacando-se dos elementos arquitetónicos aos quais se encontram unidas. Elas valem por si próprias e revelam uma qualidade no tratamento dos rostos e das vestes que o Ocidente não conhecia desde o declínio da arte romana (Doc. 5).

Para além do seu valor artístico, a decoração escultórica das catedrais tem um **valor doutrinal**. Ela é o «livro de imagens» da Cristandade, relatando a vida e a lenda dos santos, os passos do Antigo e Novo Testamentos. Na Idade Média, a maioria dos crentes não sabe ler e assim aprende as verdades de fé.

A lição das esculturas completava-se com a do **vitral** que, num registo colorido e cheio de pormenor, nos elucida sobre as histórias sagradas ou até sobre as personagens ilustres que intervieram na edificação da catedral. O próprio abade Suger de Saint-Denis (Doc. 3), considerado o impulsor da arquitetura gótica, foi o primeiro a dar o exemplo, fazendo-se retratar nos vitrais da nova igreja que mandou construir.

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, joia do Gótico europeu

Pela graça de uma vitória na Batalha de Aljubarrota, prometeu o Mestre de Avis construir um mosteiro dedicado à Virgem. Vitorioso, o rei cumpriu o voto fazendo nascer um dos mais belos conjuntos góticos da Europa. O Mosteiro da Batalha – como sempre ficou conhecido – foi entregue à Ordem de São Domingos, tornando-se objeto de admiração de portugueses e estrangeiros, que sobre ele teceram lendas, compuseram tratados de arquitetura e deixaram relatos emotivos. Em 1983, quase seiscentos anos passados sobre a batalha que lhe deu origem, a construção foi reconhecida, pela UNESCO, como fazendo parte do Património Cultural da Humanidade.

NÚMERO 72 • Novembro 2014

ENC. A A importância da construção

1. Quis el-rei fazer um templo e um mosteiro que excedesse todos os famosos da Cristandade, não só em Espanha, e na verdade alcançou com efeito e realidade o que pretendeu com desejo e ânimo. Porque na sua idade, e em muitos anos depois, não foi edificada tão grande nem tão magnífica, nem tão perfeita e polida fábrica.

Frei Luís de Sousa (1555-1632), escritor e cronista-mor da Ordem de São Domingos, *História de São Domingos*

2. O Real Mosteiro da Batalha, objeto deste trabalho, é um edifício pouco conhecido, embora a sua excelência arquitetónica o deva, com justiça, equiparar aos mais célebres edifícios góticos da Europa. Tomei conhecimento desta venerável construção através de alguns desenhos [...]. Esses desenhos, que são reproduções muito corretas do original, deram-me uma ideia que provocou em mim a urgência de o visitar. [...] Parti de Dublin num navio mercante e cheguei ao Porto no mês de Janeiro de 1789. Parti depois de uma breve estadia e, em sete dias, alcancei a Batalha, onde fui gentilmente recebido pelo prior e por todos os monges.

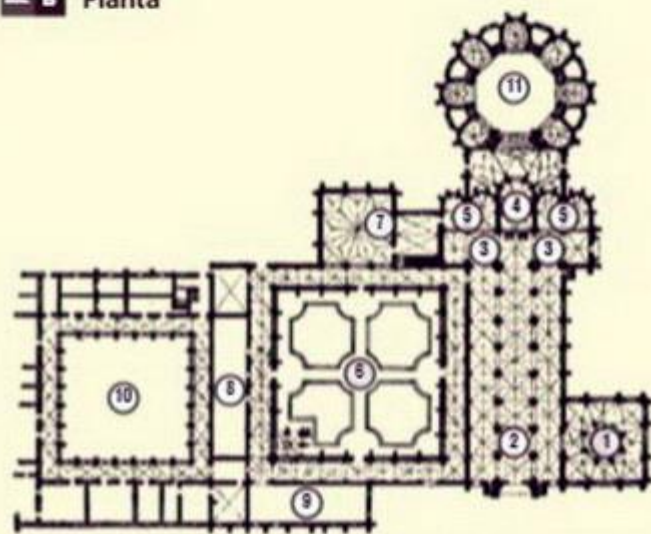
James Murphy (1760-1814), arquiteto irlandês que deixou uma vasta obra nos EUA, *Plans, Elevations, Sections and Views of the Church of Batalha...*

3. Batalha é para todos nós uma palavra com algo de mágico e, quando não acompanhada de qualquer outra designação, é imediata e invariavelmente associada a uma de duas realidades: o prélio de Aljubarrota e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória [...].

A construção da imponente Igreja e seus anexos moldaria a arte portuguesa durante muitas e muitas décadas. Na sua irrepreensível verticalidade, com as agulhas floridas a recortarem-se no azul do céu ou a surgirem como fantasmas dos bancos de nevoeiros matinais, o seu fascínio é ainda hoje absorvente e dominador.

Pedro Dias (n. 1950), historiador de arte e professor catedrático da Universidade de Coimbra, *História da Arte em Portugal, O Gótico*, Pub. Alfa

ENC. B Planta



- | | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|---|
| 1 - Capela do Fundador | 6 - Claustro Real | 11 - Panteão de D. Duarte - "Capelas Imperfeitas" |
| 2 - Igreja: nave Central | 7 - Sala do Capítulo ¹ | |
| 3 - Transepto | 8 - Dormitório | |
| 4 - Cabeceira: capela-mor | 9 - Refeitório | |
| 5 - Cabeceira: capelas laterais | 10 - Claustro de D. Afonso V | |

¹ Espécie de salão nobre onde se reuniam os monges com os seus superiores para tratar de assuntos relativos à vida do mosteiro. O nome provém destas reuniões se iniciarem sempre com a leitura de um capítulo da regra monástica, neste caso a Regra da Ordem de São Domingos.

ENC. C Arquitetos

Principais arquitetos	Período em que dirigem as obras
Afonso Domingues	1388-1402
David Huget	1402-1438
Martim Vasques	1438-1442 (?)
Fernão de Évora	1448-1477
Mateus Fernandes	1480-1490-1515
Mateus Fernandes (Filho)	1516-1528 (?)
João de Castilho	1528-1532
Miguel de Arruda	1533-1563



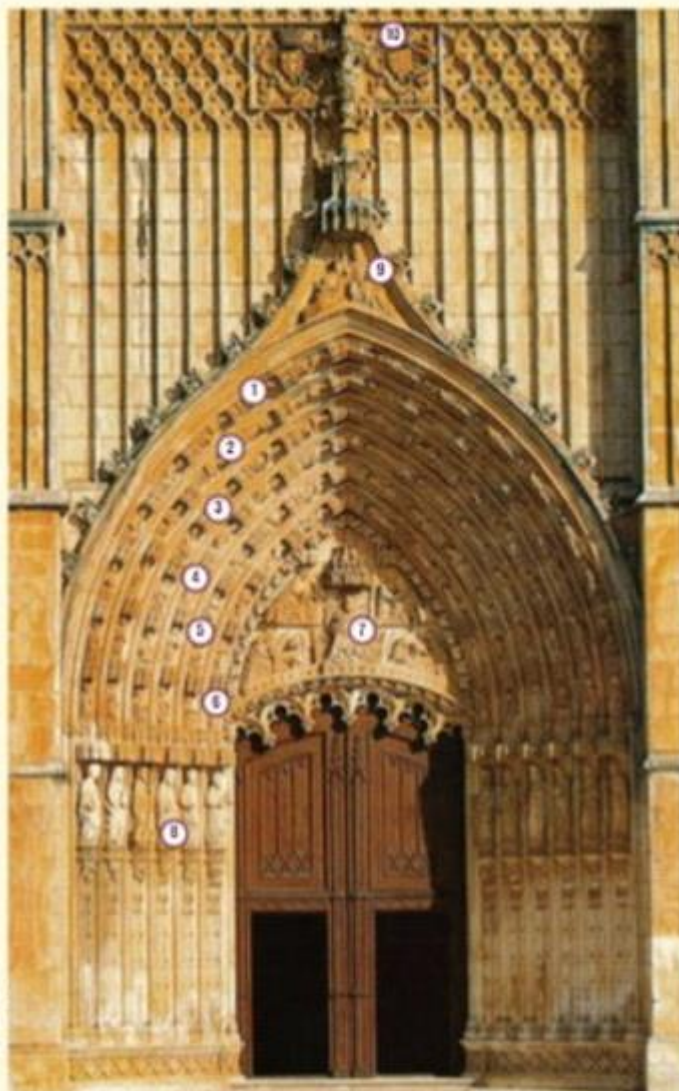
002 D O exterior



1. Fachada da igreja, obra do Mestre Huget.

2. O portal principal. Sem paralelo na arte portuguesa, a iconografia do portal da Batalha representa a Corte celeste, habitada por santos e mártires, figuras bíblicas, anjos e serafins. São 78 figuras, só nas arquivoitas, distribuídas segundo o seu estatuto hierárquico: quanto mais perto estão de Deus, que ocupa o lugar central, no tímpano, mais elevada é a sua condição. A sustentar esta corte celeste, perfilam-se os doze apóstolos, seis de cada lado da porta.

3. Vista lateral do mosteiro com a estátua equestre de D. Nuno Álvares Pereira, o estratega de Aljubarrota. Obra do escultor Leopoldo de Almeida, a estátua foi inaugurada com pompa e circunstância em Abril de 1968.



1. Santas e mártires; 2. Papas, bispos e mártires; 3. Reis de Judá; 4. Profetas; 5. Anjos músicos; 6. Serafins; 7. Deus rodeado dos quatro evangelistas; 8. Apóstolos; 9. Cristo coroando a Virgem; 10. Armas de D. João I e de D. Filipa de Lencastre.



1. E A igreja: naves



1. Vista da nave central.



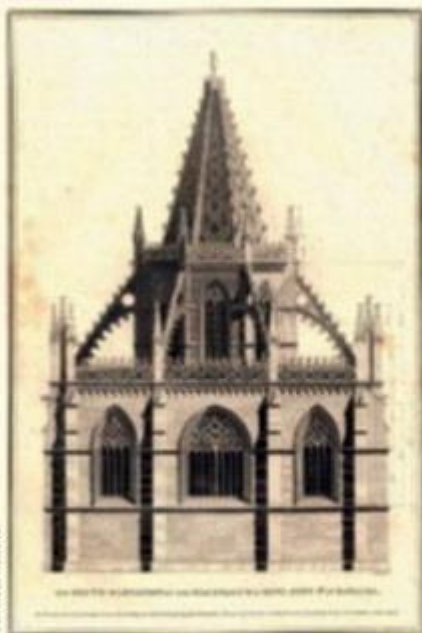
2. Ilustração do livro de James Murphy, *Plans, Elevations, Sections and Views of the Church of Batalha*.

Com dimensões invulgarmente grandes (80 m de comprimento e 32,5 m de altura), a igreja foi levantada por Afonso Domingues que começou também a abóbada de cruzaria. A nave central, mais elevada, necessitou do apoio, pelo exterior, dos característicos arcobotantes, que ajudam a suportar o seu enorme peso.

Assim que nos aproximámos, as duas folhas de uma enorme porta de carvalho foram abertas e entrámos na nave, que lembra a da Catedral de Winchester, pela configuração dos arcos e pelas formas, e a de Amiens, pela altura. Há uma maior simplicidade nestas paredes, menos ornamentação, e menos interseções na abóbada do teto. Porém [...] nenhuma tapeçaria, mesmo que sumptuosa, nenhuma pintura, mesmo que vívida, poderia igualar o brilho da cor, o esplendor da luz dourada e rubra que brotava da longa série de janelas coloridas.

William Beckford (1760-1844), novelista, crítico de arte e viajante inglês – *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha*

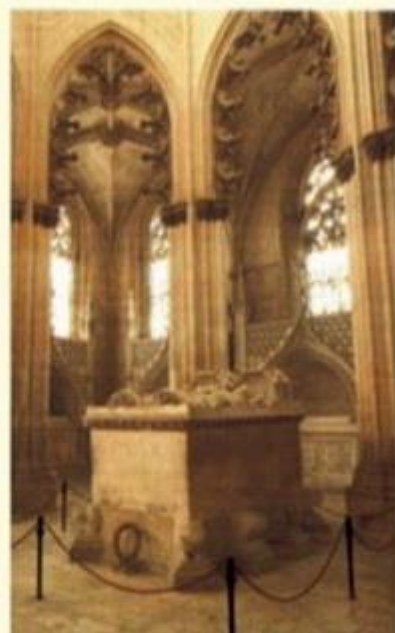
1. F A Capela do Fundador



1. Exterior. Desenho de James Murphy, *ob. cit.*



2. Interior. Perspetiva da abóbada e do túmulo de D. João I e de D. Filipa de Lencastre.



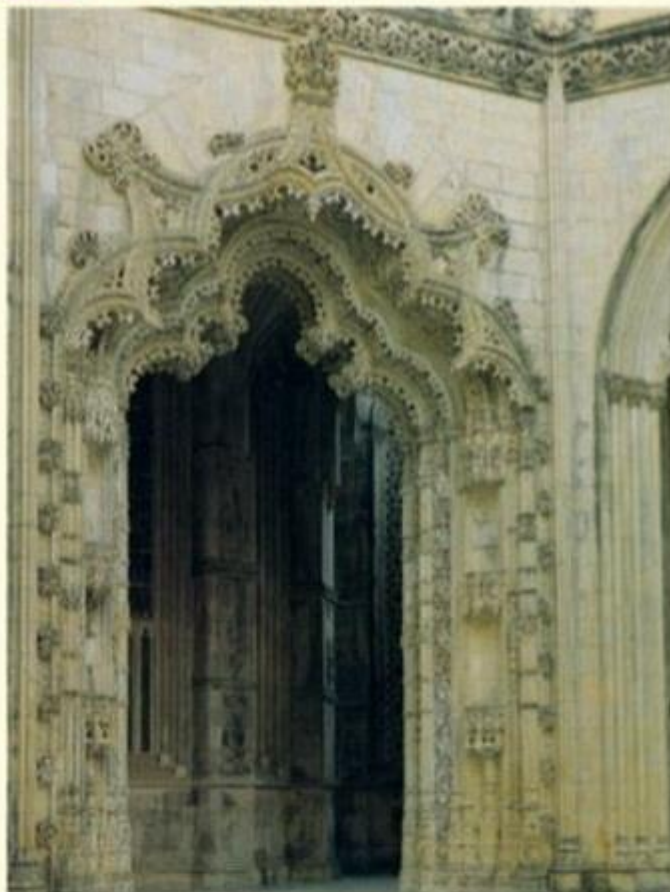
Não estando prevista no projeto inicial do mosteiro, a Capela do Fundador deve-se à decisão tomada por D. João I de construir um panteão para si e para a sua família. Foi realizada por Huguet e concluída cerca de 1434. Em torno do casal real, que repousa no centro da capela, encontram-se os túmulos dos seus filhos, os ilustres infantes que Camões apelidou de "inclita geração": D. Pedro, *o das Sete Partidas*, que foi regente do reino na menoridade de Afonso V; D. Henrique, *o Navegador*, figura maior da História europeia; D. João, *Condestável*, Mestre da Ordem de Santiago; e D. Fernando, *o Infante Santo*, que, feito prisioneiro na malograda conquista de Tânger, em 1437, morreu numa masmorra, em Fez.

DOC. G O claustro real



Considerado um dos mais belos do gótico europeu, o **claustro real da Batalha** foi projetado por Afonso Domingues, que morreu antes de ver a obra terminada. Os vãos, belíssimos, foram completados já na época manuelina, por Mateus Fernandes.

DOC. H As “Capelas Imperfeitas”



O **portal de Mateus Fernandes**. O Panteão de D. Duarte jamais foi concluído talvez por ter excedido, em muito, os recursos do seu curto reinado (1433-1438). Ficou, por isso *imperfecto*, embora seja considerado uma das mais belas alas do mosteiro. As “Capelas Imperfeitas” foram planeadas pelo gênio do mestre Huguet, com um corpo central e sete capelas radiantes, numa das quais repousa o rei, juntamente com sua mulher, D. Leonor de Aragão. A abóbada central nunca chegou a ser construída, embora no reinado de D. Manuel ainda continuassem os trabalhos, datando dessa época o célebre portal de Mateus Fernandes, verdadeira joia que inaugura a arte manuelina.

DOC. I O mosteiro e a lenda



Realizada por Mestre Huguet, a **abóbada estrelada da Sala do Capítulo** é uma das construções mais arrojadas da época, já que cobre um amplo espaço quadrangular (19 m de lado) sem recurso a qualquer pilar de apoio central.

Terá sido este arrojado que deu origem à célebre lenda relatada por Alexandre Herculano segundo a qual a abóbada construída por Huguet teria desabado, não soterrando, por pouco, toda a comitiva real. D. João I teria então chamado, de novo, mestre Afonso Domingues que, por estar velho e cego, desprezara em favor do arquiteto estrangeiro. Quando as escoras foram finalmente retiradas da abóbada por si construída, Afonso Domingues fez questão de permanecer debaixo dela, vindo a exalar, no local, o seu último suspiro, que acompanhou destas palavras: «A abóbada não caiu, a abóbada não cairá!». Embora a rivalidade entre os dois arquitetos não passe de uma invenção nacionalista de Herculano e a história tenha apenas como fundamento a tradição oral que dizia ter sido esta abóbada levantada por três vezes, a verdade é que o relato ficou para sempre associado ao mosteiro, acrescentando-lhe magia e emoção.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

1. Que opinião tem o cronista-mor da Ordem de São Domingos sobre o Mosteiro da Batalha [Doc. A]?
2. Compare esta opinião com as do arquiteto James Murphy e a do historiador Pedro Dias [Doc. A].
3. Sobre a planta do monumento [Doc. B], esclareça: quantas naves tem a igreja; o que é um “claustro”; a que se destina um “panteão”; quais os reis que deixaram o seu nome ligado às dependências do mosteiro.
4. Quanto tempo se prolongaram as obras no edifício [Doc. C]?
5. Identifique, nas imagens do Doc. D: os arcobotantes; os pináculos (ou agulhas); os contrafortes; as arquivoltas do portal; o timpano do portal.
6. Do interior da igreja, que aspetos realça W. Beckford [Doc. E]?
7. Detenha-se nas imagens dos Docs. F, G e H. Qual a sua opinião sobre a beleza das dependências reproduzidas? Fundamente.
8. Por que razão a lenda relatada por Alexandre Herculano tem um carácter nacionalista [Doc. I]?

SÍNTESE

9. Imagine-se no papel de um guia turístico prestes a iniciar uma visita ao Mosteiro da Batalha. Num texto de cerca de 25 linhas, realce a beleza do edifício e motive o seu público para a visita que se seguirá.

O progresso traduzia-se sobretudo pela urbanização, o renascer das cidades, que tinham ficado quase mortas na civilização puramente agrária, rural, da Alta Idade Média. E foi nestes arrabaldes das cidades em crescimento, no século XII, que apareceu a miséria. Bruscamente. Como uma coisa intolerável. Foi a consequência da migração dos camponeses para a cidade. Nos bairros a que chegavam estes migrantes desenraizados, as solidariedades primitivas estavam destruídas. E eles tinham deixado a família para irem procurar fortuna na cidade, já não tinham à sua volta os primos, a paróquia. Estavam sós, desamparados. E o espetáculo da sua miséria provocou o rápido desenvolvimento de instituições hospitaleiras e caridosas. Criaram-se hospícios para os albergar, como o de Paris. Formaram-se confrarias, associações de socorros mútuos, de maneira a reconstituir nos novos bairros um tecido de solidariedade.

É nesse momento, no fim do século XII, que surge Francisco de Assis, um homem que representa uma transformação radical do cristianismo. Francisco quis viver pobre com os pobres. [...]

Estes homens (os franciscanos) consideravam que, como Cristo, deviam viver com os mais desfavorecidos e tentar despertar o espírito dos abastados para que seguissem o seu exemplo e saíssem da sua confortável consciência tranquila. Os irmãos mendicantes, os dominicanos e os franciscanos, agiram pois animados pela vontade de seguir o exemplo de Cristo, pobres entre os pobres. Não viviam dos seus rendimentos, como os cônegos da catedral: iam mendigar o seu pão. Ou então trabalhavam para o ganhar. Nada possuíam e nada queriam possuir. De início, os franciscanos e os dominicanos eram também sem-abrigo. Quando os obrigaram a viver em conventos, eles construíram-nos em pleno arrabalde, bem perto da miséria. Descobrir a miséria, a verdadeira, deu portanto origem a novas formas de viver a religião.

Georges Duby – *Ano 1000, Ano 2000, no Rasto dos Nossos Medos*, Lisboa, Ed. Teorema, 1997

3.1.2 As mutações na expressão da religiosidade: ordens mendicantes e confrarias

Tal como hoje, na Idade Média a cidade era um lugar de múltiplos contrastes. À medida que as atividades económicas prosperaram, os ricos tornaram-se mais ricos rivalizando entre si no luxo das suas vestes e na opulência das suas casas.

Este cortejo de **riqueza** deixava mais em evidência a **miséria**, que também se alojava na cidade. A cidade atraía as gentes pobres do campo que nem sempre encontravam trabalho certo e bem remunerado. Viviam tão ou mais pobres do que tinham chegado, sem família nem amigos a quem pedir ajuda (Doc. 6).

Quebrando este isolamento, desenvolveram-se **organismos de solidariedade destinados à ajuda mútua e à prática da caridade**. Embora nascidos quase espontaneamente, muito do seu êxito ficou a dever-se à **renovação espiritual trazida pelas ordens mendicantes**, cujo exemplo e pregações deram origem a uma mentalidade mais fraterna e preocupada com o sofrimento alheio.



1. Um hospital, pormenor de uma ilustração do *Cánon da Medicina*, de Avicena, século XIV. Nesta altura, os hospitais funcionavam também como albergarias e hospícios e eram, em geral, fruto da generosidade de particulares ou de associações religiosas.



2. O franciscano Santo António dá esmola aos pobres, pormenor do Retábulo de Santo António, de Jaime de Serra, século XIV.

Entre os muitos que se juntaram a São Francisco no seu propósito de aliviar a miséria, conta-se o nosso Santo António de Lisboa (1195-1231). Aos 26 anos, Santo António aderiu à Ordem Franciscana, trocou o seu nome de baptismo de Fernando para António e partiu para Marrocos, como missionário. Pouco tempo depois, desembarcado em Itália, participou no capítulo geral que São Francisco reuniu em Assis para consolidar a organização da ordem. Senhor de uma vasta cultura, o franciscano António ensinou Teologia em várias universidades europeias (Bolonha, Montpellier, Toulouse, entre outras) e alcançou grande fama, quer como pregador, quer como obreiro de notáveis milagres. Foi canonizado apenas um ano após a sua morte e, em 1946, foi proclamado Doutor da Igreja.



Obras de Misericórdia, pintura atribuída a Pieter Brueghel, o Novo (1568-1625).

Na Idade Média, a assistência aos necessitados era inspirada pela mensagem fraterna do cristianismo e a certeza de que, como afirmou São Paulo, «Deus retribuirá a cada um segundo as suas obras». As mais meritórias de todas eram as 14 obras de misericórdia (7 espirituais e 7 corporais) definidas pela Igreja. Embora já não pertença à Idade Média, o quadro de Brueghel ilustra bem a importância que, durante séculos, tiveram as sete obras de misericórdia corporais, nele representadas: «dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; dar pouso aos peregrinos; assistir os enfermos; visitar os presos; enterrar os mortos.»

Questões pág. 115

Questões

- 1 Em que contexto se formaram os novos laços de solidariedade referidos no DOC. 6?
- 2 Justifique a designação de «mendicantes» atribuída às ordens franciscana e dominicana (DOC. 6).
- 3 Por que razão as ordens mendicantes representam uma nova forma de viver a religiosidade (DOC. 6)?
- 4 Identifique no quadro de Brueghel as sete obras de misericórdia referidas na legenda da imagem (DOC. 7).
- 5 Com o auxílio de uma pesquisa rápida, complete a lista das Obras de Misericórdia, enumerando as sete obras espirituais.

O papel das ordens mendicantes

A Igreja Católica, contrariando os seus ideais, identificava-se com o grupo dos ricos. O alto clero levava a vida faustosa dos grandes senhores laicos, pouco atento às situações de pobreza que se multiplicavam à sua volta. Esta atuação valeu-lhe o repúdio de muitos crentes, que se afastaram do catolicismo aderindo a heresias que a Igreja reprimiu severamente¹.

Outros movimentos de contestação ao luxo do clero e de **retorno à fraternidade e pobreza originais** do cristianismo nasceram dentro da própria Igreja. De todos, o que mais contribuiu para mudar comportamentos e mentalidades foi o das ordens mendicantes, criadas por S. Francisco e S. Domingos.

S. Francisco nasceu em 1182, na cidade italiana de Assis. Era filho de um dos mais ricos mercadores da cidade e, até aos 20 anos, levou uma vida de boémia e dissipação. Uma grave doença fê-lo cair em si, **renunciar aos bens terrenos** e dedicar a sua vida a **ajudar os outros** e a **pregar a palavra de Deus**.

¹ A heresia é um desvio religioso que contraria dogmas da Igreja e é, por isso, condenada por essa mesma Igreja.

1 – Esta é a regra e a vida dos Frades Menores, nomeadamente para observar o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, vivendo em obediência, pobreza e castidade. O irmão Francisco promete obediência e reverência ao Papa Honório e aos seus sucessores que forem canonicamente eleitos, e à Igreja Romana. Os outros irmãos comprometem-se a obedecer ao irmão Francisco e aos seus sucessores.

[...]

4 – Proíbo estritamente a todos os irmãos aceitar dinheiro ou propriedades, tanto em pessoa como através de outrem. [...]

5 – Aqueles irmãos a quem o Senhor concedeu a habilidade para trabalhar, trabalharão com fidelidade e devoção. [...]

Como preço do seu labor poderão receber coisas necessárias para si próprios e para os irmãos, mas não dinheiro ou propriedades. E receberão humildemente o que lhes é dado, como pertence aos servos de Deus e àqueles que praticam a mais santa pobreza.

6 – Os irmãos não terão nada de próprio, nem casa, nem terra, nem coisa nenhuma, mas como peregrinos e estrangeiros neste mundo, servindo o Senhor em pobreza e humildade, sigam pedindo esmolas confiadamente. Não se envergonhem por isto, porque o Senhor fez-se pobre por nós neste mundo.

Da Regra de S. Francisco, promulgada pelo Papa Honório III em 1223



O Reconhecimento da Regra Franciscana, fresco de Giotto, Igreja Superior de São Francisco, em Assis, c. 1296.

Vestidos com túnicas simples de pano grosseiro, São Francisco e os seus companheiros recebem do Papa a regra da ordem que pretendem fundar.

Questões pág. 118

O exemplo de São Francisco tocou profundamente o coração de muitos, que se tornaram seus seguidores. A ordem que fundou, a dos **Frades Menores (no sentido de humildes)**, vivia numa **pobreza absoluta**, trabalhando e esmolando para garantir o sustento diário (daí o termo mendicantes)¹. Dedicava-se à pregação e à ajuda dos mais infelizes e necessitados (Doc. 8).

Depois da morte do santo, em 1226, os franciscanos acabaram por se instalar em conventos, mas nunca levaram a vida recolhida dos monges: saíam sempre para pregar e fazer caridade, deste modo reconciliando os crentes com a Igreja.

Em Portugal, a ordem estabeleceu-se muito cedo, diz a tradição (não confirmada) que por mão do próprio S. Francisco. Os primeiros conventos fundaram-se em Alenquer e Guimarães e, logo a seguir, em Lisboa e Coimbra. Dos conventos portugueses, salientou-se o de Leiria, que servia de albergue a mendigos e a peregrinos.

A ordem fundada pelo espanhol Domingos de Gusmão (1170-1221) partilhava os mesmos ideais. Os **dominicanos**, porém, davam maior ênfase à **pregação** como forma de combate às heresias (Doc. 9), pelo que os seus membros se dedicaram afincadamente ao **estudo da Teologia**, atingindo alguns deles, como S. Tomás de Aquino, grande fama como professores universitários.

Confirmados solenemente por Inocêncio III, os dominicanos receberam do Papa a designação de "irmãos pregadores" e especiais privilégios, entre

¹ Fazem parte das ordens mendicantes os franciscanos, os dominicanos, os carmelitas e os agostinhos, todas criadas no século XIII.

Dos pregadores

1. Decidimos que ninguém seja feito pregador geral antes de ter estudado a Teologia durante três anos.

2. Podem, contudo, ser admitidos a exercer a pregação, depois de um ano de estudos, aqueles de quem não se receia que a sua pregação escandalize.

3. Aos que estão aptos, quando tiverem de sair para pregar, ser-lhes-ão dados, pelo prior, companheiros adaptados aos seus hábitos e à sua dignidade. Ao partirem para esta dita pregação, ou pondo-se a caminho por outro motivo qualquer, eles não receberão nem ouro, nem prata, nem dinheiro, nem dom, salvo alimento e vestuário, os objetos de uso pessoal indispensáveis e os livros. Todos os que se dedicam ao trabalho da pregação ou ao estudo sejam libertos de todo o cuidado ou responsabilidades das coisas temporais [...]

Os nossos irmãos não podem administrar bens ou dinheiro de outrem nem ser fiéis depositários de qualquer soma.

Da Regra da Ordem dos Frades Pregadores (Dominicanos), confirmada em 1216 pelo Papa Inocêncio III



São Domingos e os Albigenses, por Pedro Berruguete, c. 1495.

A mais difundida das heresias medievais foi a dos cátaros (puros), que teve grande expressão em Albi, no Sudoeste de França (dai também ser designada por heresia dos albigenses). São Domingos distinguiu-se na pregação contra este desvio religioso e a imagem mostra-o face a um grupo de cátaros (à direita), com quem debate verdades teológicas. Visto ser impossível alcançar um acordo, os livros onde estão registadas as duas opiniões contrárias são sujeitos à "prova do fogo": enquanto os escritos heréticos ardem, os de São Domingos superam a prova por três vezes, elevando-se miraculosamente das chamas.

Com o prestígio adquirido pelas suas pregações, São Domingos dirigiu-se a Roma, a fim de solicitar ao Papa o reconhecimento da comunidade que pretendia fundar: a Ordem dos Pregadores, "totalmente dedicados ao anúncio da palavra de Deus".

Questões pág. 118

Conceitos

Confraria – Associação de socorros mútuos de carácter religioso, organizada sob a invocação de um santo protetor. Dedicava-se também à caridade como meio de minorar a pobreza urbana.

Corporação – Associação de cariz socioprofissional que reunia, nas cidades, os trabalhadores de um mesmo ofício. Mais conhecidas, na Idade Média, por *artes*, *guildas* ou *casas*, as corporações possuíam estatutos próprios que regulamentavam os preços, os salários e a própria qualidade de produção. Geralmente, a cada corporação associava-se uma confraria religiosa que prestava assistência aos seus membros.

os quais o de pregarem e ouvirem em confissão em toda a parte, sem necessidade de autorização das entidades locais.

As ordens mendicantes contribuíram grandemente para a renovação da vida religiosa e das vivências comunitárias medievais, desenvolvendo os sentimentos de solidariedade e amor ao próximo que inspiraram a criação das confrarias e outras associações de socorros mútuos.

As confrarias

Entre as associações de solidariedade da época medieval destacam-se, pelo seu elevado número e grau de organização, as confrarias.

As **confrarias** eram **associações de entreajuda**, de cariz marcadamente religioso, que se organizavam sob a proteção de um santo (Boc. 10). Mesmo numa pequena cidade, contavam-se às dezenas, agrupando homens ligados pelo ofício, pelos laços de vizinhança ou apenas pela devoção ao mesmo santo e o desejo de praticar a caridade.

As confrarias ligadas aos ofícios eram muito vulgares já que, nas cidades medievais, os diversos grupos profissionais se organizavam em **corporações**.

Cada **corporação** agrupava os trabalhadores de um mesmo ramo (os carpinteiros, os sapateiros, os ourives...) e **regulamentava**, de forma bastante rígida, todos os aspetos que respeitavam ao **exercício da profissão**: quem tinha, ou não, o direito de a exercer, os salários, os preços, a qualidade

Em nome do Padre, do Filho, do Espírito Santo, Ámen. [...]

Assim que nós sobreditos, desejando cumprir estas cousas, instituímos das próprias fazendas em o ano uma vez um convite aos pobres por dia do Espírito Santo [...] louvando ao Senhor, e distribuindo aquelas esmolos naquele dia e com muito prazer e alegria, porque em verdade ao tal dador ama Deus.

Mais instituímos que se algum confrade adoecer, os confrades o visitarão por cada sua noite, procurando de o visitar e assim os mordomos com suas próprias pessoas de vigiar até serem certos de sua saúde.

E se morrer mui honradamente, com candeias acesas o corpo levem à igreja e o guardem até ser sepultado, e quando aquele corpo sepultarem todos os confrades com cada um sua candeia acesa na mão farão celebrar uma missa pela sua alma [...].

Se algum confrade sem sua culpa em alguma pobreza vier ou em algum cativo cair, ou todas as cousas lhe arderem, todos os confrades do débito de caridade seus dinheiros lhe contribuam.

Se alguma viúva ou pobre entre nós estiver ao qual lhe haja caído sua casa ou que a sua vinha não possa correger por pobreza, todos os confrades trabalhem nela e a sua casa lhe ergam. [...]

E se algum confrade com outro confrade algumas razões ou contenda tiver ou houver, venha diante dos nossos juízes e eles os consertem. [...]

Também instituímos, segundo Tobias, que de nosso celeiro demos aos pobres defuntos sepultura necessária, ministrando-lhe pano e dinheiros e todas as cousas necessárias e fazendo-lhes suas covas. [...] Determinamos mais que em aqueles tempos em que se costuma fazer prantos sobre os mortos, a saber, quando o corpo é levado à igreja e depois que é sepultado os confrades cantem e salmodiem per que por isto o pranto das mulheres seja minguido e também o pranto dos homens.

Do "Compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente" (séc. XIII), em *Materiais de Apoio aos Novos Programas*, DGEBS, Lisboa, 1991



Página do Compromisso da Confraria da Misericórdia, publicado em 1516. No texto, enquadrado por Cristo rodeado dos doze apóstolos, lê-se: «Pois o fundamento desta confraria e irmandade é cumprir as obras de misericórdia, é necessário saber as ditas obras. ...». As Misericórdias eram confrarias muito difundidas na Europa, criadas por leigos sob a invocação de Nossa Senhora. Em Portugal foram oficialmente criadas pela rainha D. Leonor, viúva de D. João II, em 1498.

Questões pág. 118

dos produtos, etc. Para além destas questões competia também à corporação promover a **solidariedade social** entre os seus membros, pelo que era vulgar associar a si uma confraria onde, sob a égide do respetivo santo¹, os colegas de profissão se entreadjudavam, em caso de dificuldades.

Cada confraria tinha os seus estatutos, que os confrades se obrigavam a observar. Em geral, definiam, com clareza, o tipo de ajuda e as ocasiões em que esta deveria ser prestada, bem como os atos de caridade pública a desenvolver: distribuição de esmolos, manutenção de hospitais, etc. (Doc. 10).

Os fundos para estas atividades provinham não só de uma pequena quotização anual, obrigatória para todos os «irmãos», como das generosas ofertas dos confrades mais ricos. Deste pecúlio retirava-se também o dinheiro necessário à realização de eventos religiosos, como, por exemplo, as missas pelos defuntos, as procissões e as festas do santo padroeiro, celebradas com toda a pompa possível. Estas atividades eram cuidadosamente planeadas e organizadas na casa da confraria onde, periodicamente, os confrades se reuniam, quer para se ocuparem das suas obrigações quer, simplesmente, para conviverem.

¹ Cada atividade tinha o seu santo protetor que se tornava o padroeiro da corporação (S. José para os carpinteiros, S. Marcos para os sapateiros, Sto. Elói para os ourives, etc.).

Questões

- 1 Refira os aspetos comuns entre a Ordem de S. Domingos e a de S. Francisco. Refira também a principal diferença (DOCS. 8 e 9).
- 2 Que objetivos presidiram à instituição das confrarias (DOC. 10)?
- 3 Indique (DOC. 10):
 - as ajudas dadas aos pobres;
 - as situações em que os confrades se entreadjudam.
- 4 Onde se angariavam os fundos para as boas obras da confraria (DOC. 10)?
- 5 Das sete obras de misericórdia ilustradas no DOC. 7, apresente as que se encontram referidas no excerto do *Compromisso da Confraria do Espírito Santo* (DOC. 10).

O que é um estudo, quantas formas dele existem e por mandado de quem deve ser feito.

Um estudo é uma associação de mestres e de escolares feito num determinado lugar com a vontade e a intenção de aprender os saberes. E dele existem duas modalidades: uma é a que chamam “estudo geral”, onde há mestres das artes, assim como de gramática, de lógica, de retórica, de aritmética, de geometria e de astrologia, e outrossim em que há mestres de decretos e senhores de leis (mestres de direito civil); este estudo deve ser estabelecido por mandado do Papa, do imperador ou do rei.

A segunda modalidade é a que chamam “estudo particular”, quer dizer quando um mestre ensina nalguma cidade, apartadamente, a poucos escolares.

E este, pode mandá-lo fazer o prelado ou conselho de qualquer lugar.

Alonso X, o Sábio (1221-1284) –
As Sete Partidas, II, 1256-1265



As universidades medievais. Nesta época, as escolas mais prestigiadas ou sob patrocínio do Papa recebiam o título de *Studium Generale*.

Questões pág. 122

3.1.3 A expansão do ensino elementar; a fundação de universidades

As primeiras escolas urbanas

Até ao século XI, a leitura e a escrita, aprendidas nas escolas, eram privilégio quase exclusivo de clérigos e monges. Os **mosteiros** mais conceituados eram verdadeiros centros de saber, com as suas **livrarias**¹ e as suas **escolas monacais**, destinadas à preparação de jovens candidatos a monges e ao aprofundamento dos conhecimentos dos religiosos mais velhos. A revitalização das cidades fez decair estas escolas, que, pela localização dos mosteiros, se inseriam em áreas predominantemente rurais.

No século XI, organizam-se as primeiras **escolas urbanas**. A tutela da Igreja mantém-se mas o local e os destinatários destas novas escolas – as **escolas-catedrais** – são bem outros: junto das sés, estão no centro da cidade e participam do seu dinamismo e do seu espírito. Dirigem-se a um público muito mais vasto, admitindo, além de clérigos, numerosos leigos (Dus. 11).

¹ O termo *livraria* designa, na Idade Média, uma biblioteca. Anexo à livraria conventual fica, normalmente, o *scriptorium*, centro de cópia, ilustração e produção de livros.

A – A autonomia universitária

Gregório, bispo, servo dos servidores de Deus, aos seus queridos filhos, todos os mestres e estudantes de Paris, saúde e bênção apostólica. Paris, mãe das ciências [...], cidade das letras, brilha com uma luz preciosa, grande sem dúvida, esperando-se dela grandes coisas, graças aos que aí ensinam e aprendem. [...]

Concedemo-vos o direito de estabelecer regulamentos sensatos sobre os métodos e horários dos cursos, dos debates, sobre o comportamento a observar, sobre as cerimónias fúnebres, sobre os bacharéis: quem deve dar-lhes aulas, a que horas e que autor escolher [...]; e também o poder de castigar exemplarmente os que não acatam estes regulamentos.

[...] Proibimos que os estudantes sejam presos por dívidas [...]. Aqueles que se dizem estudantes sem frequentarem as escolas nem terem mestres não devem gozar dos privilégios dados aos estudantes.

Bula *Parenis Scientiarum*, concedida pelo Papa Gregório IX à Universidade de Paris, 1231

A multiplicação das escolas urbanas corresponde às **novas necessidades da administração e da economia**. As cidades precisam de juristas para os seus tribunais, de notários e escrivães para as repartições públicas, isto é, de homens de letras que constituam o **novo funcionalismo**. A mesma necessidade sentem os príncipes, que reorganizam e ampliam, nesta época, as suas chancelarias.

O aumento do volume das trocas e a formação das grandes companhias comerciais obrigam também a registos minuciosos. Nas cidades mercantis, como Londres, Lubeque, Florença ou Veneza, fundaram-se **escolas**, por vezes **privadas**, que ministravam uma espécie de «ensino secundário», onde, além das tradicionais disciplinas de Lógica e Gramática, se insistia na Aritmética. A acreditar no testemunho do mercador italiano Giovanni Villani, só na cidade de Florença funcionavam, no início do século XIV, cerca de dez destas «escolas secundárias», com um total de 1200 alunos.

As universidades

No decurso do século XII, **algumas escolas catedralícias** obtiveram, pela qualidade dos seus mestres, **fama internacional**. Atraíam numerosos estudantes estrangeiros e especializaram-se em áreas como o Direito, a Teologia ou a Medicina.

À medida que a estrutura da escola se foi complicando, mestres e alunos sentiram necessidade de uma **organização mais rígida**, que definisse claramente as

B – As aulas



Uma aula, provavelmente na Universidade de Bolonha, segundo ilustração do *Liber Ethicorum* des Henricus de Alemannia, c. 1350.

Os planetas, numa página do *Tratado de Ciência Natural, Filosofia e Matemática*, datado de 1300 (autor desconhecido, British Library).

Este livro, que pertenceu à Universidade de Oxford, é um manual universitário típico, fácil de transportar, escrito com letra de pequenas dimensões e quase sem decoração.



Para vantagem comum dos escolares e do estudo, ordenamos aos livreiros que nunca vendam exemplares de livros de texto e de comentários, nem em caso algum os cedam aos estudos de outras cidades [...] sob pena de 100 libras bolonhesas [...]

Dos Estatutos da Cidade de Bolonha, c. 1274, em Maria Guadalupe Pedrero Sánchez, *ob. cit.*

Visto que no decorrer dos tempos o grande e importuno número de estudantes (na biblioteca) é de muitas maneiras prejudicial e visto que o são propósito daqueles que desejam aproveitar é prejudicado pela demasiada concorrência de pessoas barulhentas, a Universidade estabeleceu e decretou que ninguém, salvo os graduados e os religiosos depois de oito anos de estudo da filosofia, poderá estudar na biblioteca da Universidade [...]

Também para uma melhor proteção dos livros, a Universidade estabeleceu e decretou que todos os nela graduados e os outros que por concessão dos Estatutos possam entrar na Biblioteca [...] prestem um juramento perante os comissários delegados para esse fim pelo chanceler, [...] (jurarão) em como [...], pegarão nos livros que consultarem honestamente, não lhes infligindo qualquer dano ou prejuízo com rasuras e estragos nos cadernos ou fólhos [...]

Regulamento da Universidade de Oxford, em Fernanda Espinosa, *ob. cit.*



A estante de um intelectual, pormenor de um retrato de Santo Ambrósio, da autoria do Mestre de Mondsee, séc. XV.

Doc. 13 Toulouse faz propaganda à sua universidade

O nosso Senhor, cardeal Romain de Saint-Ange [...] concedeu a todos os que estudam em Toulouse, tanto mestres como estudantes, a indulgência plena de todos os seus pecados. [...]

Os teólogos formam já os seus discípulos do alto das suas cátedras, os lógicos desvendam aos noviços o aristotelismo, os gramáticos dão fluência aos atabalhoados no falar [...] os juristas descodificam Justiniano e, perto deles, os médicos valorizam Galeno.

Que pode faltar-vos?

A liberdade de ensino? Em caso algum, pois gozareis aqui de uma liberdade sem freio. Quanto ao abastecimento de víveres, podeis estar certos de que não existe já o risco da fome. Não deveis também esquecer a cortesia dos habitantes.

E, se quereis ver mais maravilhas do que as já referidas, deixai as vossas casas, ponde o saco ao ombro...

Carta enviada, em 1229, pelos fundadores da Universidade de Toulouse para atrair mestres e estudantes

Questões pág. 122

Questões pág. 122

Conceitos

Universidade – Do termo latino *universitas*, corporação de professores e/ou estudantes, com vista à organização de um estabelecimento de ensino superior (*studium*). A universidade medieval foi sempre dependente da Igreja e dedicou-se, sobretudo, à formação de clérigos. No século XIII, o número de estudantes laicos de origem burguesa aumentou significativamente, tornando-se a universidade o centro de formação dos quadros do funcionalismo público, necessários à centralização do poder pelos monarcas. Estudar numa universidade passou a ser, desde então, uma forma de adquirir prestígio e subir na escala social.

matérias a estudar e a forma de obtenção dos graus académicos, bem como defendesse os seus membros, docentes e discentes, de pressões externas. A esta organização chamou-se **universidade** (*universitas*).

Duas das escolas catedrais que primeiro se organizaram nestes moldes foram a de Notre-Dame, em Paris, e a de Bolonha.

Em Paris, o desejo de autonomia da *universitas* lançou professores e estudantes em acesas lutas com as autoridades, até que, em 1231, o Papa Gregório IX autorizou-a a estabelecer as suas leis e regras em tudo o que respeitasse aos cursos, estudos e graus¹, colocando a universidade sob jurisdição direta do Papa (Doc. 12A).

Enquanto a Universidade de Paris se notabilizou no ensino da Teologia, a de Bolonha especializou-se no estudo do Direito. A estas universidades, as mais importantes da Europa, acorriam todos os anos entre 3000 e 6000 estudantes.

Os estudos universitários organizavam-se em **faculdades**, termo que designa o grupo de professores e alunos de um mesmo ramo do saber. Tal como hoje, o seu número variava conforme as universidades, embora todas tivessem a de **Artes**², considerada a base dos estudos universitários. O curso de Artes durava seis anos. Iniciava-se entre os 14 e os 16 anos e conferia o grau de licenciado (*licencia docendi*).

¹ As universidades medievais conferiam os graus de bacharel, licenciado e doutor.

² As Artes Liberais, isto é, próprias de um homem livre, eram formadas por sete disciplinas, agrupadas no *trivium* (Gramática, Retórica e Lógica) e no *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música).

A – D. Dinis privilegia o Estudo Geral de Lisboa (1290)

[...] Ora, desejando Nós enriquecer nossos Reinos com este precioso tesouro, houvermos por bem ordenar, na Real cidade de Lisboa [...] um Estudo Geral, que não só munimos com cópia de doutores em todas as artes, mas também corroboramos com muitos privilégios. Mas, porque das informações de algumas pessoas entendemos que alguns virão de várias partes ao nosso dito Estudo, se gozarem de segurança de corpos e bens. Nós, querendo desenvolvê-lo em boas condições, prometemos, com a presente carta, plena segurança a todos os que nele estudam ou queiram de futuro estudar, e não permitiremos que lhes seja cometida ofensa por algum ou alguns de maior dignidade que sejam, antes, com a permissão de Deus, curaremos de os defender de injúrias e violências. Além disso, quantos a ele vierem nos acharão em suas necessidades de tal modo generosos que podem e devem fundamentalmente confiar nos múltiplos favores da Alteza Real [...]

Em Fernanda Espinosa - *Antologia de Textos Históricos Medievais*, cit.

B – Um académico prestigiado



Pedro Hispano, c. 1220-1277

Também conhecido como Pedro Julião, Pedro Hispano nasceu em Lisboa, tendo frequentado a escola catedral da cidade. Ávido de saber, procurou estudos universitários, primeiro em Paris, onde se graduou em Artes, e depois em Montpellier, onde estudou Medicina e Teologia. Notado pela sua inteligência, ensinou vários anos na Universidade de Siena, tendo depois regressado a Portugal. Foi então que tomou ordens sacras, juntando à sua carreira de académico de prestígio a de clérigo, que o levaria ao trono pontifício: Pedro Hispano foi, sob o nome de João XXI, o único Papa português, tendo ocupado o cargo entre 1276 e 1277, altura em que faleceu, vítima de acidente. Entre os mais importantes escritos deste português ilustre, conta-se o tratado de lógica *Summulae Logicales* que, durante mais de dois séculos, serviu de compêndio na maioria das universidades; o *Thesaurus Pauperum* (*Trésouro dos Pobres*), espécie de receitairo muito utilizado pelos médicos de toda a Europa; e o *De Oculo*, considerado o primeiro escrito médico de oftalmologia.

Questões pág. 122

Uma vez licenciado em Artes, o estudante podia **especializar-se** em **Medicina, Direito ou Teologia**. Enquanto os cursos de Direito e Medicina obrigavam a mais seis anos de estudos, o de Teologia chegava a exigir 15! O ensino baseava-se sobretudo na **leitura e comentário**, pelo mestre, dos **escritos das autoridades** no assunto versado (DOC. 12B).

A primeira universidade portuguesa

A partir do **século XIII**, as universidades tomaram uma **feição mais nacional**, isto é, mais ligada ao Estado. Entre os estudiosos de Direito, os legistas, recrutavam os reis os seus mais chegados colaboradores.

Fundar e privilegiar universidades, sobretudo onde as não havia, tornou-se uma tarefa régia, embora ainda dependente da supervisão da Igreja. É neste contexto que devemos enquadrar o nascimento da primeira universidade portuguesa, o **Estudo Geral de Lisboa**, criada pelo esforço conjunto de um grupo de prelados e do rei D. Dinis, em 1290.

O Estudo Geral de Lisboa funcionou com as faculdades de Artes, Direito Canónico, Leis e Medicina (DOC. 14). O ensino da Teologia não lhe foi concedido e continuou, como até aí, a ser ministrado nas escolas dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça.

Em 1308, após alguns incidentes entre os burgueses de Lisboa e os estudantes, o rei entendeu transferir o Estudo Geral para **Coimbra**, lugar que já ocupava uma posição de destaque no panorama cultural português, quer por via da escola episcopal que funcionava na Sé, quer pela ação, já referida, dos monges de Santa Cruz.

Embora posteriormente tenha sido, mais do que uma vez, transferida de novo para Lisboa, em 1537 a universidade portuguesa fixou-se definitivamente na cidade do Mondego, aí criando um mundo à parte que modelou a vida coimbrã até aos nossos dias.

Questões

- 1 Distinga os dois tipos de “estudo” referidos no DOC.11. Qual deles corresponde à “universidade”?
- 2 Com base do mapa (DOC.11), indique:
 - as quatro universidades mais antigas da Europa;
 - a região em que se concentra o maior número de universidades.
- 3 Partindo do DOC. 12A, evidencie o prestígio da Universidade de Paris.
- 4 Detenha-se no DOC. 12B: apresente as semelhanças e diferenças entre a aula reproduzida e as aulas atuais.
- 5 O que depreende do mesmo documento sobre a quantidade de livros disponível?
- 6 Que problemas criavam os utentes da biblioteca de Oxford (DOC. 12C)?
- 7 Reunindo os elementos fornecidos pelos DOCS. 12A, 13 e 14A, elabore uma lista dos privilégios de que usufruíam mestres e alunos.
- 8 Selecione uma expressão que comprove o apreço de D. Dinis pela universidade recém-criada (DOC. 14A).

Depois de terem comido, lavaram as mãos pela segunda vez, mas cada um ficou no seu lugar, e beberam vinho; é assim o uso. Depois retiraram as toalhas e trouxeram para diante de cada um belas almofadas [...] cada conviva [...] pode acomodar-se à vontade. Em seguida levantaram-se os jograis, todos à uma querendo fazer-se ouvir. Então teríeis ouvido vibrar as cordas dos instrumentos [...].

Aqueles que desejavam ouvir narrativas de reis, de marqueses ou de condes, puderam escutar quantas quisessem [...] Cada um disse o que tinha de melhor [...]. O rumor dos tocadores de viola, o ruído de tantos narradores, faziam um grande murmúrio na sala. O rei disse à assembleia: "Vós, senhores cavaleiros, quando os escudeiros tiverem comido, mandai arrear os vossos cavalos, e todos iremos justar. Mas, enquanto esperamos, quero que, sem tardar, a rainha comece uma dança [...]". Imediatamente se tomaram pelas mãos, damas, cavaleiros e donzelas, entre as quais algumas muito belas. Jamais na Bretanha ou em França se organizou tão esplêndido baile. Duzentos jograis [...] tocaram a dança sem uma nota falsa.

Anônimo, *Roman de Flamenca*, século XIII

1 Justa – combate amigável entre dois cavaleiros.



Les Très Riches Heures du Duc de Berry, iluminura correspondente ao mês de Janeiro. O duque de Berry (1340-1416) era filho do rei de França João II, o Bom e, por isso, um dos grandes senhores do reino. A gravura (retirada do célebre Livro de Horas que mandou ilustrar) mostra-o num banquete, ricamente vestido e rodeado de cortesãos. Como pano de fundo, um combate de cavaleiros. Tal como as cortes régias, as cortes dos grandes senhores foram centros de sociabilidade e focos de uma cultura cortesã, cada vez mais requintada e erudita.

Questões pág. 125

16 Linhagem e cavalaria

Se um homem pretendesse ser cavaleiro sem ser gentil-homem de linhagem, mesmo que o fosse pela sua mãe, não poderia sê-lo por direito; antes o poderiam tomar os reis ou os barões onde estivesse a castelania e mandar-lhe por direito cortar as esporas sobre uma estrumeira¹ [...]; porque não é costume a mulher nobilitar o homem, mas sim o homem nobilitar a mulher. Na verdade, se um homem de grande linhagem tomasse por mulher a filha de um vilão, o seu filho poderia bem ser um cavaleiro de direito, se o quisesse.

Les établissements de Saint Louis, 1270, em F. Espinosa, *ob. cit.*

1 Quando um cavaleiro perdia a sua condição, eram-lhe quebradas as armas e tiradas as esporas. Por vezes, este ritual tinha lugar num estrado armado sobre um monte de estrume, para marcar quão degradante era a cerimónia.

3.2 A cultura leiga e profana nas cortes régias e senhoriais

Nos últimos séculos da Idade Média, a cultura conheceu um desenvolvimento notável.

Ao mesmo tempo que, nos centros urbanos, proliferavam escolas e universidades, a vida na corte dos reis e grandes senhores tornava-se mais suave e requintada (Doc. 15). A nobreza, que outrora exibia as maneiras rudes e violentas próprias dos guerreiros, passou a cultivar a contenção e a delicadeza, aceitando pôr a sua espada ao serviço dos desprotegidos e das causas justas. Nesta mudança de atitude teve um papel relevante o ideal de cavalaria que, então, se difundiu pelas cortes da Europa.



3.2.1 O ideal de cavalaria

Cerca de 1300, os nobres tomavam já como modelo o **perfeito cavaleiro**, modelo ideal em que se fundia um conjunto alargado de virtudes.

A primeira condição exigida ao cavaleiro é o seu **bom nascimento**. Para aspirar à cavalaria é necessário ser nobre. Todos aqueles que o não são devem ser excluídos das suas fileiras (Doc. 16). Segue-se depois uma série de virtudes militares herdadas dos séculos anteriores: a **honra**, a **coragem**, a **lealdade** para com o seu senhor. A estas somam-se a **virtude** e o **amor a Deus**, pois a cavalaria é, também, um ideal religioso. O cavaleiro combate por Cristo e o arcanjo S. Miguel, chefe dos exércitos celestes que defendem o trono de Deus, é considerado o fundador da cavalaria. As suas proezas devem iluminar todos os cavaleiros, embora estes sigam também como modelo os grandes vultos da Antiguidade (Aníbal, César, Alexandre) ou o lendário rei da Bretanha, Artur, e os seus cavaleiros da Távola Redonda.

A educação

A ciência e a escola da Ordem da Cavalaria é que o cavaleiro mande ensinar o filho a montar a cavalo na sua mocidade, porque, se não aprender então, não o poderá aprender na maioridade.

Convém também que o filho do cavaleiro, quando escudeiro, saiba cuidar do cavalo; não convém menos que seja súbdito antes de ser senhor e saiba servir a um senhor; pois sem isto não conheceria, quando cavaleiro, a nobreza do seu senhorio. Por esta razão o cavaleiro deve submeter o seu filho a outro cavaleiro, para que aprenda a adereçar e guarnecer as demais coisas que pertencem à honra de cavaleiro.

[...] Correr em cavalo bem guarnecido, jogar a lança nas liças, andar com armas, participar em torneios, fazer távolas redondas, esgrimir, caçar cervos, ursos, javalis e leões e outros exercícios semelhantes pertence ao ofício de cavaleiro, pois com tudo isto se acostuma a feitos de armas e a manter a Ordem da Cavalaria.

Raimundo Lúlio, poeta e filósofo maiorquino (1235-1313) - *Libro de la Orden de Caballeria I*

Estas e outras figuras, coloridas com as tintas da fantasia, foram objeto de narrativas romaneadas que os reis e grandes senhores faziam ler ao serão, na presença de toda a sua corte. Diz-nos o historiador Georges Duby que, nesta época, a **narrativa de cavalaria** era «o agente de uma verdadeira intoxicação no conjunto da aristocracia». As **novelas arturianas** foram, indiscutivelmente, as mais difundidas de todas as sagas cavaleirescas, tendo inspirado muitos outros relatos do mesmo género. A sua ação desenrola-se a partir da corte de Bretanha, onde Artur reúne, como iguais, os seus cavaleiros, numa «távola redonda». Estes tomam sobre os ombros a mais nobre das tarefas: a procura do Santo Graal, cálice místico onde José de Arimateia teria recolhido o sangue de Cristo, na hora da Paixão (Doc. 18).

Na península, o interesse por estas narrativas desembocou, no século XIV, no romance *Amadis de Gaula*, que obteve extraordinário sucesso¹. Amadis, jovem virtuoso, destemido e profundamente apaixonado, tornou-se no **modelo do «cavaleiro andante»** que percorre o mundo em defesa das causas nobres e, no fim, é recompensado com o amor da sua dama, Oriana, a *Sem Par* (cuja beleza não tem par). (Dossiê)

Tão altos ideais exigiam uma educação rigorosa. Só depois de ter transposto todas as suas etapas e de ter dado provas da sua destreza e valentia, o jovem tinha a suprema honra de ser **armado cavaleiro**, passando então a integrar uma das muitas ordens de cavalaria que, nesta época, proliferavam pela Europa.

A educação cavaleiresca

Passados os primeiros anos de vida sob os cuidados de sua mãe, o rapaz era, geralmente, enviado para uma «casa grande», isto é, o paço de um senhor de maior estatuto, onde permanecia até à idade adulta. Aí servia, primeiro, como **pajem** (cerca de sete anos), iniciando-se na equitação e no manejo de



Simone Martini, *S. Martinho é Armado Cavaleiro*, fresco da Igreja de S. Francisco em Assis, 1322-1325. Aspirando à perfeição, a cavalaria tomou como modelo três santos dos últimos séculos do Império Romano: S. Martinho, S. Jorge e S. Sebastião, geralmente representados como cavaleiros medievais.

“Do modo como o escudeiro deve receber a cavalaria”

1. Primeiramente o escudeiro, antes de entrar na Ordem da Cavalaria, deve confessar-se das faltas que cometeu contra Deus. [...]

3. Deve o escudeiro jejuar na vigília da festa. [...] E na noite antecedente ao dia em que há de ser armado, deve ir à igreja velar, estar em oração. [...]

4. No dia da função convém que se cante missa solenemente. [...]

11. Deve o escudeiro ajoelhar-se ante o altar e levantar a Deus os seus olhos corporais e espirituais e as suas mãos. E então o cavaleiro lhe cingirá a espada, no que se significa a castidade e a justiça. Deve dar-lhe um beijo em significação da caridade e dar-lhe uma bofetada para que se lembre do que promete, do grande cargo a que se obriga e da grande honra que recebe pela Ordem da Cavalaria. [...]

13. Naquele dia se deve fazer grande festim, com convites, torneios e as demais coisas correspondentes ao festim da Cavalaria. [...]

Raimundo Lúlio (1235-1313) - *Libro de la Orden de Caballeria*

¹ Segundo alguns estudiosos, o autor do romance teria sido o português Vasco Lobeira, enquanto outros o atribuem ao espanhol Montalvo.

A aparição do Santo Graal

Foi na véspera do Pentecostes que todos os cavaleiros da Távola Redonda se reuniram em Camelot e que um grande banquete foi preparado em sua honra. E enquanto comiam ouviram grande barulho, como o ribombar de um trovão, de tal modo que parecia que o teto iria desabar sobre eles. [...] E enquanto estavam aturdidos, sem conseguirem pronunciar uma palavra, flu-



A aparição do Graal, numa iluminura francesa do século XIV.

tuou na sala o Santo Graal, coberto com um véu precioso de seda branca, de forma que ninguém o podia ver nem via quem o segurava. [...] E quando o Santo Vaso subitamente desapareceu, [...] Sir Gawaine¹ levantou-se e jurou partir na manhã seguinte em busca do Santo Graal, e não voltar até o ter visto. [...] E muitos dos cavaleiros que aí se encontravam fizeram o mesmo voto. Mas o rei Artur, quando tal ouviu, ficou muito inquieto. "Ai de mim!", gritou, dirigindo-se a Sir Gawaine, "dila- ceraste-me com o teu voto. Graças a ti está destruída a mais justa e leal associação de cavaleiros que o mundo já conheceu, pois uma vez tendo partido, não mais se reunirão na Távola Redonda, já que muitos morrerão nessa demanda."

King Arthur – Tales of the Round Table, edited by Andrew Lang, Londres, Longmans, 1902

¹ Sobrinho do rei Artur, Gawaine (Gauvin, na versão francesa) é o mesmo cavaleiro a que se refere o doc. da página 33.

Questões pág. 125

Questões

- 1 Enumere os divertimentos que animaram a festa dada pelo rei de França (DOC. 15).
- 2 Atente na moda masculina do início do século XV (DOC. 15). Como a qualificaria? Que preocupações revela?
- 3 A que grupo social se reservavam as honras da cavalaria (DOC. 16)?
- 4 Que qualidades deve ter o cavaleiro (DOC. 17)?
- 5 Identifique, na imagem do DOC. 17, dois símbolos da condição de cavaleiro.
- 6 A quem é confiada a educação do futuro cavaleiro (DOC. 17)?
- 7 Que tipo de desportos são recomendados (DOC. 17)?
- 8 Recorrendo aos Docs. 17 e 18, mostre que a cavalaria é também um ideal religioso.

armas (Doc. 17). Já adolescente, tornava-se **escudeiro**. Nesta qualidade servia, durante outros sete anos, um cavaleiro, a quem tratava do cavalo e das armas, acompanhando-o nas suas expedições e assistindo-o em tudo o que respeitasse às lides da cavalaria.

Durante este período, o jovem desenvolvia um treino intenso, de forma a adquirir a destreza técnica necessária à sua futura condição de cavaleiro.

Boa parte do tempo era ocupado em desportos mais ou menos violentos, que contribuíam para manter o vigor físico. Entre estes desportos, cuja prática se considerava essencial, tinham destaque a **caça**, os **torneios** e as **justas**. A caça, sobretudo a **montaria**¹, obrigava a grandes cavalgadas pelos bosques, mas nada era mais apreciado do que um bom torneio, espécie de combate simulado de natureza amigável, no qual se defrontavam dois grupos de cavaleiros (Bossi).

Sobre as normas a seguir nestas atividades e tudo o que dissesse respeito aos conhecimentos da cavalaria, escreveu o nosso rei **D. Duarte** (1391-1438) o *Livro da Ensinança da Arte de Bem Cavalgar em Toda a Sela*, considerado o **primeiro tratado de equitação da Europa**, que deve ter servido de manual a várias gerações de cavaleiros portugueses.

Finalmente, depois de cerca de 14 anos de dura aprendizagem, o jovem escudeiro proferia os **votos da cavalaria**. Eram votos sagrados, de grande significado espiritual. Por isso, eram enquadrados por um ritual solene que incluía, geralmente, uma noite de vigília na igreja, a assistência à missa e a comunhão. Muitas vezes, para além de purificar a alma, o cavaleiro purificava também o corpo através de um banho simbólico. Por fim, era investido numa ordem de cavalaria, recebendo as esporas de cavaleiro e a tão desejada espada, «emblemática do direito e do dever de combater»² (Doc. 17).

¹ Forma de caçar que consiste na perseguição violenta a grandes animais. No nosso país, perseguiam-se, sobretudo, o javali. Um outro tipo de caça, também muito apreciado, era a cetraria, em que se utilizavam aves de rapina domesticadas (falcões, açores, garças) para a captura de outras aves ou pequenos animais.

² G. Duby, 1986, *Guilherme, o Marechal, o Melhor Cavaleiro do Mundo*, Lisboa, Ed. Gradiva.



Damas e cavaleiros dançam num ambiente palaciano (miniatura do século XV). Foram as cortesias do amor que fizeram nascer as danças de pares. Até ao século XIII dançava-se em grupos, com separação de sexos.

Quero e ordeno-te que [diz o deus do amor, dirigindo-se a um jovem enamorado] faças desparecer das tuas maneiras toda a vilania. A vilania faz os vilãos; e os vilãos, que detesto, são [...] incapazes de sentimentos delicados [...] Sê social, justo e moderado no que dizes [...]. Evita pronunciar palavras grosseiras e populares [...].

Serve e honra todas as mulheres; põe nisso todo o teu empenho. E se ouvires alguém falar mal de uma delas, desaprova, a fim de que ele se cale. [...]

Para te tornares amável, é preciso que sejas elegante [...]. Cuida [...] do teu vestuário e calçado [...]. Depois, lembra-te de te maneres de bom humor: entrega-te à alegria e ao prazer. Ninguém ama um homem sombrio [...]. E sobretudo foge da avareza. É importante saber dar.

Guilherme de Lorris - *O Romance da Rosa*, c. 1237

20 Um cavaleiro apaixonado

Questões pág. 127

Senhora, quando vos vi pela primeira vez o meu coração tremeu de tal forma que ficou convosco, na hora de partir. Permaneceu, assim, cativo e sem resgate, na doce prisão cujas paredes são feitas de Desejo, as portas de Encantamento e as correntes de Esperança. Dessa prisão, é o Amor que tem a chave e também colocou três porteiros: o primeiro chama-se Belo Semblante; o segundo dá pelo nome de Beleza; barra a porta Recusa, um traidor vil e sem nobreza.

Thibaut, Conde de Champagne (1201-1253), *Poemas*

Questões pág. 127

3.2.2 O amor cortês

Capaz das maiores proezas guerreiras, o cavaleiro deve mostrar-se delicado e tímido em frente da sua amada. O **código de cavalaria integra, também, um código de amor**, um conjunto de regras que dizem a quem e como se deve amar. Definem o lugar que o amor ocupa na vida do cavaleiro ideal e esse lugar é deveras importante: o cavaleiro é o herói que serve por amor.

O florescimento das cortes régias e senhoriais proporcionou um convívio mais mundano entre os dois sexos que, a partir do século XII, revestiu uma forma específica, conhecida por **amor cortês**.

Sem quebrar os laços com a sensualidade e o amor físico, o amor cortês é **essencialmente espiritual**, um campo aberto a todas as perfeições morais. O amante cortês é abnegado e virtuoso. A contenção dos gestos e das palavras, a paciente espera, o esforço para, pela bravura das suas ações, "ganhar" a sua dama, elevam-no perante Deus e perante os homens. Ele torna-se, em suma, um exemplo de **educação e refinamento**, o contraponto da simplicidade rústica, da violência primária das emoções (Doc. 19).

Por sua vez, espera-se que a **dama** corresponda ao **tipo idealizado de mulher**: bela, serena, bem-falante mas simultaneamente recatada, capaz de alimentar a tensão amorosa com um sorriso, a dádiva de um lenço, de um anel, mais tarde de um beijo.

Conceitos

Cultura erudita* – Cultura própria dos grupos mais elevados da sociedade, intimamente ligada à leitura e ao estudo (de erudir – instruir). É uma cultura intelectualizada, não acessível à maior parte da população. Na Idade Média, são focos de cultura erudita os mosteiros, com as suas livrarias, as universidades e as cortes régias e senhoriais.

* Conceito estruturante

Quer'eu en maneira de proença¹
Fazer agora un cantar d'amor
E quere² mui³ i loar⁴ mia senhor⁴,
A que prez⁵ nen fremusura non fal⁶
Nen bondade, e mais vos direi en:
Tanto a fez Deus comprida de ben⁷
Que mais que todas las do mundo val.

[...]

Ca en mia senhor nunca Deus pôs mal,
mais pôs i prez e beldad'e loor
e falar mui ben e riir melhor
que outra mulher; dê⁸ i é leal

[...]

D. Dinís (1261-1325)

1 provençal; 2 quere; 3 louvar; 4 minha senhora;
5 honra, boas qualidades; 6 faltam; 7 comprida de ben: perfeita.



1. Páginas de um livro de canções de amor (França, c. 1475).

2. Uma cítara (Inglaterra, século XIV).

O tempo do amor cortês foi igualmente o tempo dos trovadores, músicos itinerantes que animavam as cortes da Europa com os seus poemas cantados, que acompanhavam, geralmente, com um instrumento de cordas. Desta época data também o gosto pela conjugação de diversos tipos de instrumentos que está na origem das orquestras modernas.



Questões pág. 127

Questões

- 1 Como deve comportar-se o jovem enamorado (DOC. 19)?
- 2 Que atitude deverá ter relativamente às damas (DOC. 19)?
- 3 O que simboliza o porteiro Recusa, na prisão amorosa descrita por Thibaut de Champagne (DOC. 20)?
- 4 Enumere as qualidades atribuídas à dama na poesia de D. Dinís (DOC. 21).
- 5 Faça uma breve apreciação sobre a qualidade estética dos objetos reproduzidos no DOC. 21.

Na propagação do ideal de amor cortês tiveram importância decisiva os poetas que fizeram dele o tema central das suas composições. Este tipo de poesia amorosa – conhecida como **poesia trovadoresca** – nasceu no Sul de França, em particular na região da Provença. Trovadores e jograis rapidamente a espalharam por todas as cortes da Europa, animando os serões com os seus versos, cantados com acompanhamento musical (Doc. 21).

Na Península Ibérica, a **poesia trovadoresca desenvolveu-se cedo**, acarinhada por Afonso X, o Sábio (1221-1284), rei de Castela e avô do nosso D. Dinís, que foi também um poeta de mérito (Doc. 21).

Outros escritos versando a temática amorosa adquiriram também grande projeção. É o caso do **Romance da Rosa**¹, cuja popularidade perdurou por dois séculos (Doc. 19).

O amor foi, pois, uma componente essencial da sociabilidade cortesã e da **cultura erudita** da Idade Média. Sobre ele, a sua essência e a sua valia travaram-se longos debates e escreveram-se algumas das obras mais belas deste período.

Ele foi, para muitos, um código de vida, senão mesmo um ideal de vida.

¹ O *Romance da Rosa* foi iniciado antes de 1240 por Guillaume de Lorris e completado, cerca de 40 anos mais tarde, por Jean de Meung.

Damas e cavaleiros

No imaginário europeu, a Idade Média é um tempo de cavaleiros nobres e corajosos e de belas damas indefesas, quantas vezes prisioneiras numa alta torre. Porque nos ficou esta imagem idílica? Como se relaciona a violência do ofício de armas com a delicadeza feminina?

NATALIA PEREIRA ALMEIDA

■ A São Jorge salva a princesa



São Jorge salva a Princesa, obra de Sano Di Pietro, século XV. Principal padroeiro dos cavaleiros, São Jorge foi imortalizado pela lenda que relata a coragem com que salvou a filha do rei de Silene, cidade da Líbia. A princesa fora dada em sacrifício a um terrível dragão que ameaçava destruir toda a cidade.

■ B “Os Doze de Inglaterra”

No Canto VI dos *Lusíadas*, Camões narra um lendário feito cavaleiresco do século XIV: doze damas inglesas foram difamadas por doze poderosos cavaleiros. Por mais que rogassem, nem amigos nem parentes se atreveram a limpar a sua honra, tal era o medo que os doze difamadores infundiam. O duque de Lencastre (pai de D. Filipa, esposa do nosso rei D. João I) aconselha-as a dirigirem-se aos cavaleiros portugueses, conhecidos pela sua valentia. Rapidamente se reúnem doze jovens destemidos, que partem para Inglaterra, dispostos a arriscar a vida pela honra das damas. À chegada, trava-se o torneio, e...

[...]

Cos nossos fica a palma da vitória
E as damas vencedoras e com glória.

Recolhe o Duque os doze vencedores
Nos seus paços, com festas e alegria;
Cozinheiros ocupa e caçadores,

Das damas e fermosa companhia
Que querem dar aos seus libertadores
Banquetes mil, cada hora e cada dia,
Enquanto se detêm em Inglaterra,
Até tornar à doce e cara terra.”

Luis de Camões (c.1524-1580) — *Os Lusíadas*, Canto VI

■ C Um torneio na corte francesa

Em 1389, Carlos VI deu uma festa memorável, por ocasião da investidura dos príncipes Luís e Carlos de Anjou.

O rei mandara preparar também, fora dos muros da abadia, um lugar para as justas e torneios; nivelou-se um espaço de cento e vinte e cinco passos e fecharam-no com fitas em forma de barreiras; a um dos lados, ergueram galerias de madeira onde as damas convidadas para a festa deviam tomar lugar para presidirem às justas e concederem, como juízes do campo, o prémio de valor aos cavaleiros. [...]

Os cavaleiros que tomaram parte no torneio combateram com um ardor marcial até ao pôr do sol, fustigando-se com as lanças a golpes redobrados e procurando distinguir-se com as suas proezas. Depois do jantar, as damas e meninas, na sua qualidade de juízes de campo, designaram entre os estrangeiros e os senhores da corte dois cavaleiros a quem concederam o prémio de valor. O rei aceitou de bom grado a decisão das nobres damas. Depois, passou-se o resto da noite em danças e mascaradas.

“Chronique du Religieux de Saint-Denis”, em Françoise Autrand e outros — *O Tempo dos Cavaleiros*, Cascais, Ed. Pergaminho, 2001



Damas presidem a um torneio, iluminura de um manuscrito da História de Tristão, século XV.

Doc. D "Vós ou a Morte"



Escudo de cerimônia que traz escrito o lema "Vós ou a Morte", Borgonha, século XV.

Doc. E Amadis, o perfeito cavaleiro

Fruto dos amores secretos entre o rei D. Perion de Gaula e a infanta D. Elisena da Bretanha, Amadis é lançado ao mar, numa barca. Recolhido pelo cavaleiro Gandales, recebe a proteção da feiticeira Urganda, que, sobre ele, profetiza:

Digo-te daquele que achaste no mar que será a flor dos cavaleiros do seu tempo; ele fará estremecer os fortes; ele começará todas as cousas e acabará com honra todas aquelas em que os outros fraquejaram; ele terá crueza de coração contra aqueles que a merecerem; e ainda mais te digo: ele será o cavaleiro que no mundo mais lealmente manterá o amor, e amará em tal lugar qual convém à sua alta proeza; e sabe que de ambas as partes vem de reis.

Amadis de Gaula, romance de cavalaria. Tradução de Graça Videira Lopes, a partir da versão de Montalvo, 1501

Doc. F O cavaleiro recompensado



Iluminura do *Grande Cancioneiro de Heidelberg*, a mais importante coletânea de canções de amor em língua alemã, século XV.

Doc. G Uma dama ensina a arte da cavalaria



Christine de Pisan conversa, no seu estúdio, com a deusa da estratégia, Minerva. Iluminura do *Livro dos Feitos das Armas e da Cavalaria*.

Famosa escritora de língua francesa, Christine de Pisan (1364-1430) foi a primeira mulher a viver da literatura, que cultivou nos mais variados gêneros: poesia, história, política, moral, religião e, o que é verdadeiramente notável para uma mulher, estratégia militar.

Encorajada pelos meus escritos anteriores, sinto-me capaz de discursar, neste livro, sobre o muito honorável ofício das armas e da cavalaria, apresentando com detalhe não só o que a ele pertence fazer, mas também as honras que lhe cabem, tal como é prescrito em diferentes usos e por diversos autores [...]

Christine de Pisan - *Livro dos Feitos das Armas e da Cavalaria*, edição de 1410

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

1. Compare os episódios a que aludem os Docs. A e B. Que semelhanças encontra?
2. Nas competições cavaleirescas, que papel desempenhavam as damas [Doc. C]?
3. Retire do texto do Doc. C as duas frases que melhor ilustram a imagem reproduzida no mesmo documento.
4. Interprete o lema inscrito no escudo borgonhês [Doc. D].
5. Com base no Doc. E, elabore uma lista das qualidades requeridas ao cavaleiro.
6. Observe a imagem do *Cancioneiro de Heidelberg* e explique o título dado ao Doc. F.
7. Como qualifica Christine de Pisan o ofício de cavalaria? Sobre que aspetos desse ofício se propõe discursar [Doc. G]?

SÍNTESE

8. Num texto breve, exponha o papel assumido pelas damas no ideal de cavalaria.

A – A importância da linhagem

O dever de prestar cuidados aos antepassados constituía uma compensação do que cada um dos seus descendentes tinha recebido, isto é, em primeiro lugar, a vida, mas ainda um património, virtude, glória, todas as vantagens de que podia dispor na Terra.

Os mortos estavam vivos. Servi-los não consistia portanto em fazê-los reviver, mas em manter a sua presença invisível no seio do lar. Começavam por estar presentes graças ao nome que usavam, nome que o pai de família necessariamente tomara para o dar a um outro dos seus filhos, que surgia então como substituto, como reencarnação do defunto, crendo-se obrigado a imitar este avô, este bisavô, este trisavô, a mostrar-se igualmente valente, igualmente virtuoso, a cumprir, se lhe fosse possível, a função que aquele outrora tivera. Um tal dever forçava-o evidentemente a manter-se informado dos altos feitos do antepassado epónimo, a preservar atentamente a sua imagem na memória.

Georges Duby - *As Damas do Século XII - Lembrança das Antepassadas*, Lisboa, Ed. Teorema, 1996

B – Um epitáfio

Aqui jaz Sir Thomas Green, filho e herdeiro de Sir Thomas Green e de Filipa, filha de Robert, senhor de Chaterly, e de sua mulher Elisabeth, filha de Sir Thomas Dispenser. Este Sir Thomas era o filho e herdeiro de Thomas Lord Green e de sua mulher Mary, filha de Richard Lord Talbot e de sua mulher Ankarette, filha e herdeira de John Lord Strange de Blackmere.

Epitáfio gravado no túmulo de Sir Thomas Green, em Northamptonshire, 1462



1. Folha da genealogia do Infante D. Fernando de Portugal (1530-1534), que mostra a árvore genealógica dos reis de Aragão, dos quais o infante descendia por parte de sua mãe, D. Maria, segunda esposa de D. Manuel I. O gosto pela literatura genealógica, tão intenso nos finais da Idade Média, perdurou nos séculos seguintes. A representação em árvore é também um contributo medieval, muito ligado à "árvore de Jesse" que, desde o século XI, se utiliza para ilustrar a família de Jesus Cristo.

3.2.3 O culto da memória dos antepassados

Naquele tempo «os mortos estão vivos», diz-nos Georges Duby. Estão vivos nas recordações dos seus descendentes, que frequentemente os evocam, os relembram (Doc. 22A).

Esta memória dos antepassados é característica das famílias nobres que assim trazem ao presente os feitos valorosos da sua ascendência. Pois não é a herança de um nome ilustre que distingue a nobreza?

Aos serões, quando os membros da família se reúnem no salão do castelo, na presença dos seus cavaleiros, muitas vezes se recitam as **genealogias**, se relembra quem é filho de quem, que bravuras foram praticadas e que honras, por via delas, foram atribuídas à **linhagem**.

Estas lembranças familiares eram passadas de boca em boca, de geração em geração. Mas, mesmo assim, corriam o risco de se perder. Por isso, tornou-se necessário registá-las para a posteridade. Os túmulos e os seus **longos epitáfios** cumpriam essa função (Doc. 22B). Mas não bastava. No século XII, quando o nível cultural da nobreza se elevou e os paços se encheram de gente letrada, **os senhores fizeram escrever estas memórias familiares**.

[...] Porque não pode o homem fazer nada melhor do que amar [a Deus] com todo o seu ser e ao seu próximo como a si mesmo, [...] eu, conde Don Pedro, filho do mui nobre rei D. Dinis, procurei por muitas terras os escritos que falavam das linhagens. E pondo grande trabalho no estudo destes escritos e vendo como falavam de outros grandes feitos, compus este livro para ganhar o Seu¹ amor e para promover o amor e a amizade entre os nobres fidalgos de Espanha. [...] porque nenhuma amizade pode ser mais pura do que a daqueles que descendem do mesmo sangue [...]. E o que me moveu a fazer isto foram sete coisas: a primeira, para cumprir o preceito de que acabei de falar; a segunda, para que os fidalgos saibam de quem descendem, tanto de pai para filho como das linhas travessas; [...] a quarta, para saberem os nomes dos seus antepassados e as qualidades que tiveram; a quinta, para que os reis retribuam, com mercês, aos vivos, as fadigas e trabalhos que receberam de seus avós na reconquista da terra de Espanha; a sexta, para saberem com quem podem casar sem pecado, segundo os sacramentos da Santa Igreja. A sétima, para saberem de que mosteiros são naturais e benfeitores.



Miniatura do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, representando a Batalha do Salado, na qual o próprio conde participou, ao lado de seu irmão, o rei Afonso IV.

D. Pedro herdou de seu pai o gosto pelas letras. Além da poesia, dedicou-se também à História, sendo autor da *Crónica Geral de Espanha* (1344) e do 3.º *Livro de Linhagens*, que foi, na península, uma das obras mais lidas e consultadas do final da Idade Média.

Prólogo do *Livro de Linhagens (Nobiliário)* do Conde D. Pedro, primeira metade do século XIV (adaptado)

1. Refere-se ao amor de Deus.

Questões

- 1 O que impele a nobreza a relembrar os seus antepassados (DOC. 22A)?
- 2 Por que motivo afirma Georges Duby que na Idade Média “os mortos estão vivos”?
- 3 Que preocupação evidencia o epitáfio transcrito (DOC. 22B)?
- 4 Que trabalho preliminar envolveu a elaboração do *Livro de Linhagens* (DOC. 22C)?
- 5 Refira três das razões que motivaram o conde D. Pedro a registar as linhagens dos nobres da Península Ibérica (DOC. 22C).
- 6 Informe-se: entre quem se travou a Batalha do Salado (DOC. 22C)?

Nasceu, assim, uma **literatura genealógica** que se difundiu largamente entre a nobreza europeia dos séculos XIII e XIV.

Em Portugal, este género literário foi cultivado com esmero, dando origem aos *livros de linhagens* (ou *nobiliários*). Tal como na restante Europa, procurava-se acautelar os direitos das famílias fidalgas, pondo em evidência o papel relevante que tinham desempenhado na reconquista do país aos mouros.

A mais interessante das obras deste género é o 3.º *Livro de Linhagens*, da autoria de D. Pedro, conde de Barcelos, filho bastardo do rei D. Dinis (1285-1354) (DOC. 22C). O *Nobiliário do Conde D. Pedro* é uma espécie de História Universal escrita numa perspetiva genealógica, pois começa nos filhos de Adão e, passando pelos reis de Troia, de Roma, dos Godos, entre outros, chega às nobres linhagens da reconquista peninsular, onde entroncam as famílias portuguesas. Mistura de lendas e narrativas fantásticas com personagens reais, esta obra foi fortemente influenciada pelo espírito de cavalaria, que marcou tão profundamente os últimos séculos da História medieval.

Voltei a Paris, mas pouco depois saí para seguir o rei [Carlos VI, rei de França], que tinha partido para Avinhão e Toulouse; [...] depois do Natal viemo-nos embora [...]. Sem parar em Paris, fui para a Holanda, onde ganhei outra grande soma. Depois de um breve retorno a Paris, saí de novo para Inglaterra em companhia do conde de Saint-Pol e de um número de cavaleiros que para aí iam, a fim de tomar parte em algumas justas e torneios.

Não investi em Inglaterra, mas em vez disto dei 500 francos de ouro a Mariotto Ferrantini e a Giovanni Di Guerrieri de Rossi para comprarem lã e ma enviarem para Florença. Voltei então para Paris, onde passei o inverno. Possuía então 10 000 francos de ouro em lã, casa, mobília, cavalos, utensílios e dinheiro em caixa, sem contar várias somas consideráveis de dinheiro que me eram devidas pelo conde de Saboia, entre outros, as quais montavam a mais de 5000 francos. [...]

Ao chegar a Florença resolvi casar [...]. A lã que eu tinha comprado em Inglaterra chegou em dois barcos, antes do meu casamento.

Diário de Buonaccorso Pitti, mercador florentino, em Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez, ob. cit.

Questões pág. 132



1. Isabel da Baviera, futura esposa de Carlos VI, chega a Paris, ilustração das Crônicas, de J. Froissard, século XV.

“Por montes e vales”, quase sem caminhos, o transporte de passageiros mais eficiente era, sem dúvida, o cavalo. As damas utilizavam-no também mas, por vezes, preferiam o luxo de uma liteira, como a que se vê na gravura. Dependendo do terreno, percorriam-se em média cerca de 30 km por dia.

3.3 A difusão do gosto e da prática das viagens

Nos séculos XIII e XIV, os Europeus adquirem uma nova visão do mundo. Sob o impulso do comércio, as velhas barreiras geográficas, que tinham fechado a Europa sobre si mesma e isolado as suas regiões, começam a ceder.

Um bom número de viajantes percorre agora os caminhos e alguns ousam mesmo ir mais além, até à longínqua Ásia. São mercadores mas também peregrinos, missionários, diplomatas, cavaleiros que partem para a cruzada. O gosto pelos relatos de viagens difunde-se e os geógrafos revelam um mundo mais vasto que se torna possível explorar e conhecer. Lentamente, a Europa prepara-se para a grande aventura dos Descobrimentos.

3.3.1 Viagens de negócios e missões político-diplomáticas

Os mercadores são, naturalmente, grandes viajantes. Partir em viagem de negócios passou a ser, nesta altura, coisa comum, embora não isenta de riscos e incómodos (Docs. 23 e 25).

Práticos e expeditos, os mercadores cedo se muniram dos conhecimentos essenciais a estas deslocções, aprendendo línguas e elaborando dicionários e guias de viagem, como o que escreveu o florentino Giovanni Frescobaldi, em que explicava aos seus colegas «o que é preciso saber quando se vai a Inglaterra».

Até meados do século XIII, nenhum viajante europeu se aventurara ainda até ao longínquo Oriente. O pioneirismo destas expedições ficou a pertencer aos italianos, em especial aos membros da família Polo, os primeiros mercadores a chegarem à China, onde foram recebidos pelo próprio imperador.



2. Lápide da albergaria fundada por D. Teresa, mãe do nosso primeiro rei, em Albergaria-a-Velha.

Quando chegava a noite, a preocupação do viajante era encontrar um local para dormir. Muitas vezes fazia-o em casas particulares ou em mosteiros, já que a hospitalidade era vista como um dever cristão. As hospedarias eram dispendiosas e, fora das cidades, difíceis de encontrar. Por isso, alguns beneméritos, como a rainha D. Teresa, custeavam do seu bolso o acolhimento de peregrinos, viajantes pobres e doentes, bem como de outros “passageiros”.

Questões pág. 133

A cidade de Quinsai (China) tem cem milhas de perímetro ou cerca disso, porque as suas ruas e os seus canais são muito longos e muito largos. Tem praças quadradas onde se realizam os mercados e que dada a multidão que aí se reúne são necessariamente vastas e espaçosas.

Em cada uma dessas grandes praças reúnem-se, três vezes por semana, quarenta a cinquenta mil pessoas que vendem tudo quanto se pode desejar em matéria de virtualhas [...].

Todas essas praças quadrangulares são rodeadas de casas altas, que têm em baixo as oficinas onde trabalham toda a espécie de artesãos e onde se vendem toda a espécie de mercadorias, especiarias, joias, pérolas [...].

E nesta cidade fica o palácio do rei; é o mais belo e o mais imponente que existe no mundo.

Marco Polo – *O Livro das Maravilhas*, c. 1298



Dois viajantes chegam a uma cidade, iluminura de *O Livro das Maravilhas*, de Marco Polo.

Em 1271, acompanhado pelo pai e pelo tio, Marco Polo (1254-1324) partiu de Veneza em direção ao Oriente. Chegou a Pequim com apenas 20 anos e, graças à sua facilidade para aprender línguas e aos seus dotes diplomáticos, mereceu o apreço do imperador Kubilai Khan, que o nomeou governador de uma das suas províncias. Em 1295, mais de 20 anos passados sobre a data da partida, Marco Polo regressa a Veneza, onde escreve o seu famoso livro.



As viagens de Marco Polo.

Questões pág. 133

Questões

- 1 Trace o percurso seguido pelo mercador Buonaccorso Pitti (DOC. 23).
- 2 Mostre a ligação entre o mundo dos negócios e o poder político (DOC. 23).
- 3 O que motivou a viagem do conde de Saint-Pol a Inglaterra (DOC. 23)?
- 4 Descreva a liteira onde se faz transportar Isabel da Baviera (DOC. 24).
- 5 Transcreva, para português moderno, a inscrição da lápide da albergaria de D. Teresa (DOC. 24).
- 6 Que imagem do Oriente nos transmite o livro de Marco Polo (DOC. 25)?

No regresso, Marco Polo escreveu o relato desta extraordinária aventura, dando origem ao mais famoso **livro de viagens** de todos os tempos (Doc. 25). O *Livro de Marco Polo*, também conhecido como *O Milhão* e *O Livro das Maravilhas*, descreve o longínquo Oriente, as suas gentes e as suas fabulosas riquezas. Num estilo direto e simples, mistura o real e o imaginário, inventa prodígios e exagera os acontecimentos. Durante dois séculos, até os Portugueses desvendarem a Índia e os seus caminhos, foi o livro de Marco Polo que alimentou a imaginação dos Europeus, sedentos de magia e de novos horizontes.

O desenvolvimento do grande comércio criou laços entre os mercadores e os governantes, que àqueles recorriam frequentemente para o financiamento das suas empresas militares. Assim, não admira que muitas viagens aliassem ao negócio **missões político-diplomáticas** e que afamados comerciantes tivessem desempenhado a função de **embaixadores** nas cortes da Europa. Lembremos, a este propósito, o papel do mercador português Afonso Martins Alho, que negociou, junto do rei de Inglaterra, um vantajoso Tratado de Comércio em 1353¹.

Note-se que, nesta altura, as relações diplomáticas não se estabeleciam apenas entre soberanos, devendo-se também à iniciativa dos grandes senhores e até, por vezes, das próprias cidades, o que implicava uma constante troca de emissários. Estes **emissários pertenciam a estratos sociais muito diversos** – nobres, clérigos, comerciantes, funcionários... –, embora, com o tempo, a diplomacia tenda a especializar-se. No século XV estruturam-se as primeiras missões permanentes, precursoras das atuais embaixadas.

¹ O mercador português conduziu, em nome do nosso rei Afonso IV, as negociações com a corte de Eduardo III de Inglaterra. Este tratado, que estabelecia condições vantajosas para os Portugueses, é o mais antigo do seu género, sendo, por isso, pioneiro na Europa.



Danças populares, iluminura de um missal francês da segunda metade do século XV. Cantar e bailar, ao som de instrumentos de sopro e “de tanger”, era uma das distrações mais apreciadas na Idade Média, que as romarias também proporcionavam. Tal como acontece ainda hoje nas muitas romarias que se realizam no nosso país, as cerimónias religiosas complementavam-se com música e danças, dando ocasião a encontros e namoros entre os mais jovens. Embora enquadradas na poesia trovadoresca de índole cortesã, as “cantigas de romaria”, como a que se transcreve, ilustram bem o ambiente que se vivia nestas festas populares.

Pois nossas madres vam a San Simon de Val de Prados¹ candeas queimar², nós, as meninas, punhemos d'andar con nossas madres, e elas enton queimen candeas por nós e por si e nós, meninas, bailaremos i³.

Nossos amigos todos lá iran por nos veer, e andaremos nós bailand' ant' eles, fremosas (en) cós⁴, e nossas madres, pois que alá van, queimen candeas por nós e por si e nós, meninas, bailaremos i.
[...]

Cantiga de romaria de Pero de Viviães, século XIII (CV 336, CBN 690)

1 Refere-se a uma ermida dedicada a São Simão; 2 Queimar candeas: pagar promessas; 3 i: ai; 4 Em cós: sem manto.

Questões pág. 134

3.3.2 Romarias e peregrinações

O fervor religioso ajudou também a vencer as dificuldades dos caminhos.

Na Idade Média, a religião assumia contornos muito concretos exprimindo-se pela **prática dos atos rituais**: a oração nas horas canónicas, a assistência aos ofícios religiosos, a confissão, a penitência, os jejuns e as peregrinações eram obrigações de todos os que aspiravam à vida eterna.

Em toda a Cristandade abundavam igrejas, capelas e ermidas que eram objeto de uma devoção especial, quer pelas relíquias que guardavam, quer pelo poder miraculoso das suas imagens ou do seu santo patrono. A elas acorria grande número de pessoas em busca de alívio para as suas doenças, em pagamento de promessas feitas, como penitência pelos seus pecados ou, simplesmente, para satisfação da sua fé.

Estas deslocações tanto podiam fazer-se localmente, obrigando a uma jornada curta, como implicavam uma longa viagem, que podia durar meses ou mesmo anos.

No primeiro caso incluem-se as **romarias**, celebrações organizadas em honra de um santo, numa data fixa do ano. Atraiam numerosos fiéis, geralmente gente simples das zonas circundantes, que vinham em grupos, a maior parte das vezes a pé, levando o percurso entre um e vários dias. Esta jornada, relativamente curta, assumia muitas vezes um carácter lúdico e folgazão.

Chegados ao santuário, os romeiros pagavam as suas promessas e participavam das cerimónias religiosas, que incluíam sempre uma missa e, geralmente, também uma procissão. Depois, aproveitava-se a ocasião para realizar negócios (não raro as romarias coincidiam com feiras), trocar notícias, cantar e bailar ao som dos instrumentos tradicionais (Doc. 26).

Conceitos

Cultura popular* — Conjunto de práticas e formas de expressão das classes mais desfavorecidas. Tem carácter espontâneo, local e transmite-se por via oral, de geração em geração. Opõe-se à cultura erudita, própria das classes elevadas, mais livresca e intelectualizada e, por isso, mais uniforme.

* Conceito estruturante

Questões

- 1 Na imagem do DOC. 26, o que nos leva a crer que se encontram representadas pessoas do povo?
- 2 De todas as pessoas representadas, qual a que tem um ar mais aristocrático? Porquê (DOC. 26)?
- 3 O que projetam as «meninas» para a sua ida à romaria de São Simão? E o que farão as mães (DOC. 26)?
- 4 O que é uma relíquia? E um relicário?
- 5 De acordo com Raul Glauber, que relíquia extraordinária encontrou o arcebispo de Lierrí? Que fenómeno desencadeou esta descoberta? Porquê (DOC. 28)?

Quando o mundo inteiro se revestiu de um manto branco [...], renovando-se as basílicas [...] encontraram-se relíquias santas desde há muito escondidas dos olhos de todos. [...] O arcebispo de Liéri fez descobertas de antiguidades sagradas verdadeiramente admiráveis; entre vários objetos que tinham permanecido ignorados parece que encontrou um fragmento do varão de Moisés. A esta notícia, todos os fiéis acorreram, não só das províncias da Gália, mas de toda a Itália e das regiões de além-mar. Um grande número de doentes foram curados por intervenção dos santos e voltaram desta peregrinação cheios de saúde. [...]

Raul Glaber, cronista beneditino (c. 1000-1050) – “Histórias”, em *História – Revolução e Civilização Urbanas*, Ed. Ministério da Educação e Investigação Científica, 1977

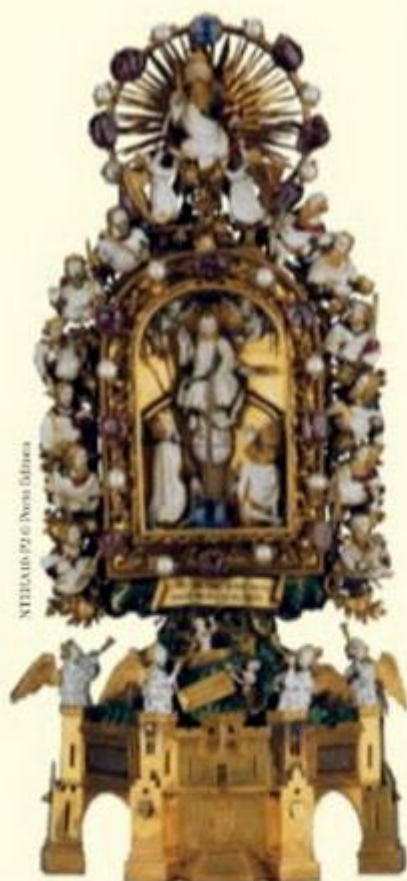


1. O rei de França São Luís carrega a Coroa de Espinhos para a Sainte Chapelle. Iluminação do Livro das Horas de Joana de Navarra, c. 1330.

As mais veneradas de todas as relíquias eram, naturalmente, as que se relacionavam com a Vida e a Paixão de Cristo.

Quando soube que o imperador de Constantinopla, Balduino, empenhara a Coroa de Espinhos aos Venezianos, São Luís enviou, de imediato, dois padres dominicanos para pagarem a dívida do imperador. Esta iniciativa funcionou como um “sinal” para

a aquisição da Coroa, que, juntamente com um pedaço da Santa Cruz, o rei comprou em 1239, por uma soma imensa, ao imperador bizantino. A posse da Coroa de Espinhos deu a São Luís o direito de reclamar o estatuto de principal rei da Cristandade. Nos séculos seguintes, os reis de França distribuíram alguns dos espinhos da Coroa, que foram guardados em relicários preciosos, como o que se encontra reproduzido na imagem 2.



2. O Relicário de Santo Espinho, obra francesa do final do século XIV, hoje no Museu Britânico.

Questões pág. 134

Pela sua constante repetição e pela estreita aliança entre a componente religiosa e profana, as romarias foram uma das expressões mais notáveis da **cultura popular medieval**. Fortemente enraizadas nos hábitos das populações, persistiram até hoje, continuando a animar os meses de verão.

Componente maior da tradição judaico-cristã, o hábito das **grandes peregrinações** reavivou-se a partir do século XI (Docs. 27 a 29).

Para as grandes peregrinações partia-se individualmente ou em grupo, geralmente por um caminho determinado. Percorriam-no homens, mulheres e crianças, velhos e novos, doentes e sãos. Grandes senhores viajavam a cavalo e com comitiva, enquanto outros senhores, igualmente grandes, em sinal de penitência, se despojavam de honrarias e se juntavam à multidão de humildes, de mendigos e de estropiados que, penosamente, venciam as longas etapas do percurso.

Entre os muitos locais de peregrinação da Cristandade ocidental, havia três que ocupavam um lugar cimeiro: **Jerusalém**, cenário da paixão e da morte de Jesus; **Roma**, sede do papado e local de martírio de S. Pedro, que aí repousava; e **Santiago de Compostela** onde, em meados do século IX, se encontrou um túmulo identificado como sendo o do apóstolo São Tiago¹.

Destes três locais, a peregrinação mais redentora, mas também a mais longa e perigosa, era a que levava a Jerusalém (Doc. 28A). Redimia todos os pecados pessoais e foi para garantir a continuidade da sua realização que, em 1095, partiu a Primeira Cruzada.

1 Segundo a lenda, São Tiago, um dos 12 discípulos de Cristo, foi condenado à morte quando regressou a Jerusalém, depois de ter evangelizado a Espanha. Milagrosamente, o seu corpo voltou a esta numa barca, sendo encontrado no NW da Galiza, no século IX, num sítio denominado “campus stella”. A construção da basílica, no século XI, fez deste local um dos mais célebres centros de peregrinação da Cristandade.

A – A peregrinação à Terra Santa

Nesse tempo (século XI), Guilherme, conde de Angoulême, foi, passando pela Baviera, ao túmulo de Cristo. Acompanhavam-no Eudes de Bourges, senhor de Déols, Ricardo, abade de Verdun [...] e um grande grupo de nobres [...]. Pôs-se a caminho no primeiro dia de outubro, chegou à Cidade Santa na primeira semana de março e regressou a casa na terceira semana do mês de julho [...]. Quando a notícia da sua chegada se espalhou por Angoulême, todos os senhores de L'Angoumois e mesmo os de Poitou e de La Saintonge, pessoas de todas as idades, homens e mulheres, acorreram a ele, na esperança de o poder contemplar.

Adémar de Chabannes – *Chronique*, Liv. III



Peregrinos visitam o túmulo de Cristo, em Jerusalém (manuscrito francês). A peregrinação à Terra Santa era longa e perigosa mas apagava todos os pecados.

B – A peregrinação a Santiago

Desde o dia em que começou a ser edificada, até hoje, esta igreja não deixou ainda de resplandecer através da luz dos milagres do apóstolo Tiago. Na verdade, no seu interior é concedida a saúde aos doentes, dada vista aos cegos, solta a língua aos mudos, são abertos os ouvidos aos surdos, restituída a agilidade aos coxos, obtida a libertação dos possessos, e, mais ainda, aí se acolhem as orações dos fiéis, se atendem os seus pedidos; aí os fiéis são libertados dos seus pecados e os céus abrem-se àqueles que invocam o santo, aí se oferece consolação aos aflitos e todos os povos estrangeiros provenientes de todos os climas do mundo para lá se precipitam em multidão, a fim de dar glória ao Senhor [...].

Aimery Picaud – *Guia do Peregrino de Santiago de Compostela*, «Codex Calistinus», 1140

Questões pág. 136

O Ocidente da Europa afluía, em geral, a Santiago de Compostela, confiante nas curas milagrosas do apóstolo e na força sobrenatural que emanava do seu túmulo (Doc. 28B). Ao longo dos trilhos seguidos pelos peregrinos multiplicaram-se os mosteiros, as albergarias e os hospitais que ofereciam aos caminantes exaustos uma cama (por vezes apenas um fardo de palha), bom fogo, água límpida e uma refeição frugal. Multiplicaram-se também os santuários, de visita obrigatória, cujas relíquias iam alimentando o fervor religioso dos viajantes.

Estas peregrinações preparavam-se cuidadosamente, tendo, também, dado origem a guias especializados. O *Guia de Santiago*, por exemplo, descrevia com rigor os itinerários, as distâncias entre as diversas escalas, a melhor forma de vencer os acidentes naturais, os santuários a visitar pelo caminho e muitos outros pormenores de interesse. Fazia também severas advertências contra o comércio de relíquias falsas e as excessivas portagens cobradas na travessia de alguns rios, amaldiçoando todos os que se aproveitavam da fé e da ingenuidade dos crentes para, ilicitamente, encherem os seus bolsos (Doc. 29).

Chegados por fim ao seu destino, os peregrinos recebiam a bênção e as indulgências próprias do local¹ e ouviam uma missa votiva *pro peregrinantibus*.

Passavam, em seguida, muito tempo na igreja, o mais próximo possível das relíquias ou do túmulo do santo, para melhor receberem a sua força sobrenatural. Depois, cumpridas as promessas e as penitências, os devotos encetavam o caminho de regresso, com o corpo cansado mas com a alma renovada, sentindo-se agradecidos e contentes por tudo quanto tinham visto e pelo muito que tinham para contar.

¹ Para reforçar a valia das peregrinações, a Igreja concedia indulgências especiais a cada um dos locais reconhecidamente santos. Todos os que aí peregrinavam ficavam abrangidos por essas indulgências.

Questões

- 1 Observe a imagem do DOC. 28A. Por que motivo pagam os peregrinos a sua entrada em Jerusalém? (Se necessário, consulte a página 25.)
- 2 Quanto tempo levou ao conde de Angoulême a sua peregrinação à Terra Santa (DOC. 28A)?
- 3 O que motivaria homens e mulheres de todas as idades e condição a acorrerem para contemplar o conde à sua chegada (DOC. 28A)?
- 4 Que efeitos miraculosos são atribuídos a Santiago (DOC. 28B)?
- 5 Segundo o guia, de onde provêm os peregrinos (DOC. 28B)?
- 6 Relativamente aos peregrinos de Santiago, que obrigação religiosa relembra Aimery Picaud (DOC. 29)? Nota: Se necessário, relembre o DOC. 7, p. 115).
- 7 Segundo o Conselho da Europa, por que razão as peregrinações a Santiago contribuíram para unir os Europeus (DOC. 29)?
- 8 Que valores orientam o Conselho da Europa (DOC. 29)?



1. **Santiago, num vitral do Castelo de Rouen, 1260.** Embora nem todos os cumprissem, os preceitos medievais instavam o peregrino a fazer a viagem a pé e descalço, em sinal de penitência pelos seus pecados. Assim nos aparece Santiago, aqui representado como o peregrino típico, coberto com a esclavina, manto comprido que protegia do frio, o chapéu e o bordão, para ajudar na caminhada. O surrão, saca para os mantimentos posta a tiracolo, a cabaça para a água e uma bolsa com dinheiro colocada à cintura completavam a indumentária de quem empreendia uma peregrinação. Ao lado do santo, veem-se as conchas de vieira, símbolo que, ainda hoje, serve de identificação a tudo quanto se relaciona com este apóstolo.



2. **Principais vias de peregrinação a Santiago na Idade Média.** Ao longo dos Caminhos, surgiram múltiplas igrejas e mosteiros, bem como hospitais, albergarias e mercados, o que tornou estas vias num poderoso fator de povoamento.

Dar pousada aos peregrinos

Toda a gente deve receber, com caridade e respeito, os peregrinos, ricos ou pobres, que regressam ou se dirigem ao santuário de Santiago, pois todo aquele que os receba e os hospede com esmero, terá como hóspede não só Santiago mas também Nosso Senhor. Em tempos idos, muitos houve que incorreram na ira de Deus por se terem negado a acolher os pobres e os peregrinos de Santiago.

Aimery Picaut – *Guia do Peregrino de Santiago de Compostela*, 1140

A importância dos Caminhos

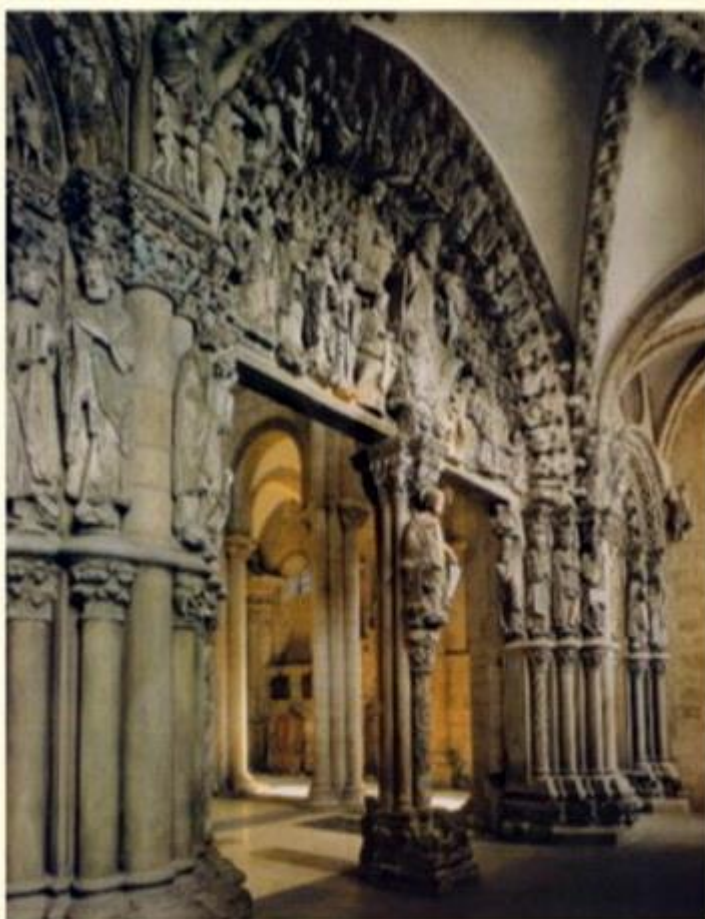
Em Outubro de 1987, O Conselho da Europa faz dos Caminhos de Santiago o primeiro “Itinerário Cultural Europeu”. Alguns anos depois, em 1999, é a vez da UNESCO os classificar como Património Cultural da Humanidade.

Esta identidade cultural (da Europa) é possível e foi-o em virtude da existência de um espaço europeu carregado de memória coletiva, atravessado por caminhos capazes de ultrapassar as distâncias, as fronteiras e as línguas.

O Conselho da Europa propõe agora a revitalização de um desses caminhos, o que conduzia a Santiago de Compostela [...] tendo em conta o seu significado fortemente simbólico no processo da construção da Europa. [...]

Que a fé que, ao longo da História, animou os peregrinos e os uniu numa aspiração comum capaz de superar diferenças e interesses nacionais, nos motive também hoje, em particular aos mais jovens, a continuar a percorrer estes caminhos, a fim de construirmos uma sociedade baseada na tolerância, no respeito pelo outro, na liberdade e na solidariedade.

Excerto da Declaração do Conselho da Europa sobre Santiago de Compostela, 23 de outubro de 1987



3. **O Pórtico da Glória da Catedral de Santiago, admirável conjunto da escultura românica, obra de Mestre Mateus, século XIII.** No tímpano, agiganta-se a figura de Cristo em majestade, no acto do Julgamento Final. Por baixo, no mainel que divide o grande arco, encontra-se Santiago segurando numa mão o seu bastão de peregrino e, na outra, um pergaminho com a frase “Enviou-me Deus”, numa clara referência à sua condição de apóstolo. Este pórtico imponente representava, para o peregrino, o fim da viagem, tantas vezes longa e difícil.

Questões pág. 136

Horas de pausa: outros lazeres

Muitas vezes olhada como um tempo duro e triste, a Idade Média teve também uma faceta lúdica, muitas vezes exuberante, deixando que o entretenimento e a festa invadissem a vida quotidiana. Para além das caçadas, dos torneios e das delicadezas do amor cortês, que outros divertimentos enchiam as horas vagas da nobreza? E o povo? Como manifestava o seu espírito folgazão, para além das cantigas e bailes no terreiro?

NATALIA FZ e NINA SÁBIO

REC. A Um jogo de estratégia



1. Jogadores de xadrez, vitral de origem francesa, c. 1450. Originário do Oriente, o xadrez terá entrado na Europa por influência dos muçulmanos, cerca do século IX. Entre 1150 e 1250, a destreza neste jogo tornou-se uma das qualidades dos heróis das novelas de cavalaria. Por influência dessa literatura, o xadrez entrou nos rituais do amor cortês.



Num tabuleiro de xadrez, os homens estão ordenados por categorias e movem-se ou ficam parados de acordo com regras e restrições bem claras. [...] Uns comandam, outros ajudam e ninguém pode ultrapassar as regras definidas. [...] Num tabuleiro de xadrez, a batalha trava-se entre dois reis [...].

Richard FitzNeal, clérigo e tesoureiro do rei Henrique II de Inglaterra, *Diálogo sobre o Ofício de Tesoureiro*, 1177

2. Um rei de um dos mais antigos jogos de xadrez que chegaram aos nossos dias (século XII, Museu Britânico). O rei é, no xadrez, o comandante do "exército". A expressão "xeque-mate", que ainda hoje se utiliza para pôr fim ao jogo, provém do árabe *shah mat* e significa "o rei morreu".

REC. B Jogos de azar



Nobres jogam aos dados, iluminura do *Livro dos Jogos de Afonso X, o Sábio*, 1282.

[...] Nós Dom Afonso¹ considerando como [...] muitos são os homens induzidos pelo jogo dos dados, assinadamente nos lugares onde se usam as tavolagens² nas praças; e que sobrevêm grandes danos e desgraças entre aqueles que destes jogos usam, e a outros muitos [...] ordenamos e estabelecemos por Lei, que nós, nem outrem de nosso Senhorio, de qualquer condição que seja, não tenha tavolagem em praça, nem em escondido. [...] e todos aqueles que achados forem no jogo, percam os dinheiros que em este jogo forem achados [...] e se forem pessoas que hajam algo de seu, pague cada um cinco libras [...]; e se as pagar não quiserem, jazam na cadeia até que as paguem; e se forem homens vis, que de seu algo não hajam, pague cada um vinte soldos [...]; e se os pagar não quiserem [...] levem-nos até à cadeia, e tenham-nos aí dez dias; e se até esse tempo não pagarem os vinte soldos, deem-lhes dez açoutes a cada um em concelho publicamente [...]

Ordenações Afonsinas, Livro V (adaptado)

1 Trata-se D. Afonso IV que reinou entre 1325 e 1357; 2 Mesa de jogo.

III C Momos no palácio

O momo era um disfarce destinado a fazer rir ou a impressionar o público. Em 28 de janeiro de 1393, um espetáculo de momos na corte de França acaba em tragédia, quando, por acidente, uma tocha incendeia as máscaras. A imagem, que recria este episódio, pertence às *Crônicas* de Jean Froissart (1470-75).

III D Artistas itinerantes

1. Exibição de um urso bailarino, num vitral de c. 1350.

Em 1490, por ocasião do casamento do príncipe D. Afonso, a corte portuguesa assistiu a uma encenação grandiosa.

E à terça-feira logo seguinte houve na sala de madeira excelentes e mui ricos momos. Veio o primeiro momo, invencionado Cavaleiro do Cisne (Cisne), com muita riqueza, graça e gentileza, porque entrou pelas portas da sala com uma grande frota de grandes naus, metidas em panos pintadas de bravas e naturais ondas do mar, com grande estrondo de artilharias que jogavam, e trombetas e citabales e menistres que tangiam, com desvairadas gritas e alvoroços de apitos de fingidos mestres, pilotos e mareantes, vestidos de brocados e sedas, e verdadeiros e ricos trajes de alemães. [...]; vinha diante da frota, sobre água, um grande e formoso cisne (cisne) com as penas brancas e douradas, e após ele, na proa da primeira nau, vinha o seu cavaleiro guiado dele, que em nome d'el-rei, armado, saiu com sua fala, e deu à Princesa um breve conforme a sua tenção de a querer servir nas festas de seu casamento.

Rui de Pina (1440-1522) - *Crônica de El-rei D. João II*, em Oliveira Marques, "A Sociedade Medieval Portuguesa", Lisboa, Esfera dos Livros, 2010



2. Músicos e acrobatas, numa iluminura flamenga de c. 1340. Jograis, bailarinos, acrobatas, equilibristas e outras atrações deslocavam-se de cidade em cidade e de castelo em castelo, animando as ruas cheias de gente e os serões da nobreza.

III E Cortejos carnavalescos

O Charivari, num manuscrito francês do século XIV.

Mas também as próprias plebes citadinas eram protagonistas da paródia grotesca nos carnavais e em outras manifestações de tipo carnavalesco, como a Festa do Burro e os charivari, procissões por ocasião de um novo casamento de um viúvo, caracterizadas por gritos, gestos obscenos e travestimentos, em que se fazia grande barulho usando sobretudo caldeirões, caçarolas e outros utensílios de cozinha. No Carnaval predominavam as representações grotescas do corpo (entre as quais, as máscaras), as paródias das coisas sagradas e uma completa licença de linguagem, chegando a ser blasfema. Triunfo de tudo o que, no resto do ano, era considerado feio ou interdito, estas festas representavam, todavia, um parêntese concedido ou tolerado somente em determinadas ocasiões específicas. [...]. Havia uma vingança alegre contra o poder feudal e eclesiástico, e, mediante paródias dos diabos e do mundo infernal, procurava-se reagir ao medo da morte e do além-túmulo, ao terror das pestes e das desgraças que tinham dominado durante o ano.

Umberto Eco (direção de) - *História do Feio*, Difel, 2007

Doc. F A atração pela taberna



Cena de taberna, numa iluminura de *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, o Sábio, século XIII.

Doc. G A taberna, um local de excessos

Quando estamos na taberna
não falamos da morte,
mas entregamo-nos ao jogo
que sempre nos excita!
O que acontece na taberna
quando o dinheiro faz jorrar o vinho,
vale a pena ser contado.
Escutem isto:

Uns jogam, outros bebem,
outros entregam-se à devassidão;
mas dos que se entregam ao jogo
alguns perdem as suas roupas,
outros ganham fatos novos
e alguns tapam-se com sacos!
Mas nenhum tem medo de morrer
pois que é por Baco que atiram os dados!
[...]

Bebe a patroa, bebe o patrão,
bebe o cavaleiro, bebe o padre,
bebe este, bebe aquele,
bebe o criado, bebe a criada,
bebe o apressado, bebe o preguiçoso,
bebe o loiro, bebe o moreno,
bebe o sedentário, bebe o viajante,
bebe o louco, bebe o sábio.

Carmina Burana, "In taberna quando sumus",
manuscrito anónimo (séc. XIII)

As *Carmina Burana* são poesias profanas, atribuídas aos goliardos, estudantes pobres, vagabundos e rebeldes que viviam de pequenos trabalhos e se deslocavam de cidade em cidade.

Bebe-se muito na Idade Média, durante as festas mas também fora das refeições [...]. A taberna [...] faz parte da paisagem urbana e rural. Segundo Guilbert de Metz, no fim da Idade Média existem em Paris mais de quatro mil tabernas de vinho. [...] Estas tabernas reconhecem-se pelo ramo de verdura (à porta) mas sobretudo pela tabuleta de madeira. São muito numerosas, enquanto as hospedarias são raras. E para além dos taberneiros, há muitos que vendem o vinho da sua própria colheita. [...]

A tentação exercida pela taberna compreende-se muito bem. [...] Os domingos são muito aborrecidos. [...] Não é permitido trabalhar, os meios de comunicação não existem, a cultura intelectual também não. Para passar o tempo, resta a taberna onde se pode, em companhia, beber vinho e cerveja.

Jean Verdon - *S'amusier au Moyen Âge*, E. Tallandier, 2003

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

1. Descreva a cena representada no vitral do Doc. A. Detenha-se no cenário, no traje e na atitude dos personagens representados.
2. Que atributos distinguem o rei do jogo de xadrez (Doc. A)?
3. Recorrendo ao texto do mesmo documento, indique duas razões que possam justificar a preferência da nobreza por este jogo de tabuleiro.
4. O que ordena D. Afonso IV relativamente ao jogo de dados (Doc. B)?
5. Tendo em conta o texto e a imagem do Doc. B, identifique os grupos sociais que apreciavam este jogo de azar.
6. Que tipo de espetáculos animavam os serões palacianos (Docs. C e D)?
7. Explique em que medida a imagem do Doc. E ilustra o texto do mesmo documento.
8. Que papel assumia a taberna no quotidiano medieval (Doc. F)?
9. Confronte a imagem do Doc. F com o texto do Doc. G. Em que aspetos coincidem (Docs. F e G)?
10. Encontre no poema do Doc. G um dos «grandes danos» que justificam a lei de Afonso IV, transcrita no Doc. B.

SÍNTESE

11. Como conclusão deste trabalho, elabore uma pequena súmula sobre os divertimentos da Idade Média. Distinga:
 - os divertimentos típicos da nobreza;
 - aqueles que têm um carácter marcadamente popular;
 - os que agradavam aos dois grupos sociais.

Valores, vivências e quotidiano

3

A experiência urbana

- O **dinamismo da cidade** medieval não se limita ao mundo dos negócios. No seu espaço amuralhado, a arte, a religiosidade e o mundo do saber adquirem também uma nova feição.
- Num **novo estilo artístico, o Gótico**, constroem-se catedrais imponentes. Abóbadas de cruzamento de ogivas amparadas por arcobotantes permitem elevar a catedral a alturas até aí inatingíveis. Símbolo da elevação a Deus, a catedral tornou-se também o símbolo da importância da cidade e dos seus habitantes.
- **Novas ordens religiosas** – franciscanos e dominicanos, sobretudo – rejeitam a riqueza da Igreja e pregam a humildade, o despojamento e o amor ao próximo. Reconhecidas pelo Papa, dedicam-se a aliviar o sofrimento dos mais pobres, renovando, com o seu exemplo, o fervor religioso.
- Dentro do mesmo espírito, **proliferam as confrarias**, associações de socorros mútuos organizadas sob proteção de um santo. Muitas vezes ligadas aos ofícios citadinos, as confrarias têm por fim praticar a caridade e ajudar os seus membros em horas de aflição.
- É também na cidade medieval que nasce um **novo tipo de escola – a universidade**. A nova administração pública e um mundo de negócios cada vez mais complexo necessitam de gente escolarizada, trazendo alunos às universidades que nascem na Europa. Em Portugal, a primeira escola deste género – O Estudo Geral de Lisboa – foi fundada em 1290, sob o patrocínio do rei D. Dinis.

A cultura leiga e profana nas cortes régias e senhoriais

- No fim da Idade Média, também a **nobreza adota novos ideais**. O violento ofício de guerreiro enche-se de regras, devendo agora respeitar um código de honra – o código da cavalaria.
- Consciente da sua **nobreza, herdada dos antepassados, que venera**, o cavaleiro deve defender o bem, a justiça e os mais desprotegidos. Deve aliar às suas capacidades militares a gentileza e as boas maneiras, necessárias à vida da corte. Na sua **convivência com as damas**, cultiva um amor intenso mas delicado, em nome do qual deverá ser capaz dos maiores feitos.
- Alimentados pela literatura, estes **ideais de cavalaria propagam-se pelas cortes da Europa**, marcando profundamente a cultura erudita do final da Idade Média.

A difusão do gosto e da prática de viagens

- Nesta época, abrem-se também novos horizontes geográficos. O **gosto pelas viagens**, adormecido desde o fim do Império Romano, desperta nos Europeus: o comércio rompe fronteiras, enchendo novamente os caminhos da Europa de mercadorias e negociantes; uma fé renovada e intensa motiva peregrinações a terras longínquas, em busca das memórias da vida de Cristo ou de relíquias muito veneradas; as necessidades da **diplomacia** obrigam à deslocação frequente de mensageiros e embaixadores.
- No século XIV, mercadores venezianos chegam à China, de cujas maravilhas Marco Polo deixou uma descrição entusiástica. A vastidão do mundo começa, então, a antever-se. Aos portugueses caberá, mais tarde, precisar os seus contornos.

Síntese Esquemática



- AUTRAN, Françoise e outros, 2001 – *O Tempo dos Cavaleiros*, Cascais, Ed. Pergaminho
- BARTLETT, Robert, 2002 – *Panorama Medieval*, Barcelona, Blum
- CARPENTIER, J. e LEBRUN, F., 1993 – *História da Europa*, Lisboa, Ed. Estampa
- CARNEIRO, Roberto e MATOS, Teodoro de (coord.), 2001 – *Memória de Portugal, o Milénio Português*, Lisboa, Círculo de Leitores
- CIPOLLA, Carlo M., 1991 – *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Ed. 70
- COELHO, António Borges, 2010 – *História de Portugal*, vol. II – *Portugal Medieval*, Alfragide, Ed. Caminho
- COELHO, M. H. C. e HOMEM, A. L. C. (coord.), 1996 – *Portugal em Definição de Fronteira (1096-1325): do Condado Portucale à Crise do Século XIV*, "Nova História de Portugal", Lisboa, Editorial Presença, vol. III
- CORTAZAR, Angel e MUÑOZ, José, 1999 – *História de la Edad Media, Una Síntesis Interpretativa*, Madrid, Alianza Editorial
- DELUMEAU, Jean, 1997 – *Des Religions et des Hommes*, Paris, Desclée de Brouwer
- DIAS, Pedro, 1986 – *História da Arte em Portugal*, vol. 4 – *O Gótico*, Lisboa, Publicações Alfa
- DUBY, Georges, 1993 – *O Tempo das Catedrais – a Arte e a Sociedade 980-1420*, Lisboa, Ed. Estampa
- 1986 – *Guilherme, o Marechal – O Melhor Cavaleiro do Mundo*, Lisboa, Gradiva
- 1996 – *As Damas do Século XII – Lembrança das Antepassadas*, Lisboa, Ed. Teorema
- 1997 – *Ano 1000 Ano 2000 – no Rasto das Nossas Medas*, Lisboa, Ed. Teorema
- ESPINOSA, Fernanda, 1981 – *Antologia de Textos Históricos Medievais*, Lisboa, Liv. Sá da Costa
- FREITAS, Gustavo, 1975 – *900 Textos e Documentos de História*, Lisboa, Plátano Editora, vol. I
- FOURQUIN, Guy, 1991 – *História Económica do Ocidente Medieval*, Lisboa, Ed. 70
- 1987 – *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*, Lisboa, Ed. 70
- GANSHOFF, F. L., 1976 – *Que é o Feudalismo?*, Lisboa, Publicações Europa-América
- GONÇALVES, Iria, 1996 – *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Património Histórico
- HEERS, Jacques, 1976 – *O Mundo Medieval*, Lisboa, Edições Ática
- 1976 – *Occidente Durante los Siglos XIV e XV*, Barcelona, Ed. Labor
- LE GOFF, Jacques, 1995 – *A Civilização do Ocidente Medieval*, Lisboa, Ed. Estampa, vols. I e II
- 1982 – *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*, Lisboa, Pub. Gradiva
- 1987 – *Os intelectuais na Idade Média*, Lisboa, Ed. Gradiva
- 1999 – *Por Amor das Cidades*, Lisboa, Teorema
- LIVET, G. e MOUSNIER, R. (dir.), 1996 – *História Geral da Europa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, vol. II
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1997 – *História de Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, vol. I
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 2010 – *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Esfera dos Livros
- 1988 – *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença
- MATTOSO, José, 1994 – *A Nobreza Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ed. Estampa

- 1995 – *Identificação de um País*, Lisboa, Ed. Estampa, vols. I e II
- 2005 – *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Editores
- 1993 – *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Ed. Estampa
- MATTOSO, José (dir.), 1993 – *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2.º vol.
- MEDINA, João (dir.), 1996 – *História de Portugal*, Amadora, Clube Internacional do Livro, vol. III
- PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe, 1999 – *História da Idade Média, Textos e Testemunhas*, São Paulo, UNESP
- PIRENNE, Henri, 2009 – *As Cidades na Idade Média*, Lisboa, Pub. Europa-América
- PRADA, Valentín Vázquez de, 1988 – *História Económica Mundial*, Lisboa, Liv. Civilização, vol. I
- RAMOS, Luís de Oliveira (dir.), 2000 – *História do Porto*, Porto, Porto Editora
- RAU, Virginia, 1985 – *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Ed. Presença
- RIBEIRO, Orlando, 1998 – *Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa Editora
- SARAIVA, J. Hermano (dir.), 1993 – *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, vols. 2 e 3
- 1985 – *História Universal*, Lisboa, Publicações Alfa, vols. 3 e 4
- SERRÃO, Joel (dir.), 2006 – *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Iniciativas Editoriais/Liv. Figueirinhas
- TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, 1998 – *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores
- VERDON, Jean, 2003 – *S'Amuser au Moyen Âge*, Paris, Ed. Tallandier
- 2007 – *S'Amuser au Moyen Âge*, Paris, Ed. Tallandier
- VERGER, Jacques, 2007 – *Les Universités au Moyen Âge*, Paris, Quadrigue – P.U.F.
- VIDAL-NAQUET, P. e BERTIN, J., 2008 – *Atlas Histórica – Da Pré-História aos Nossos Dias*, Amadora, Lexicultural

Muita da documentação apresentada resulta de traduções feitas pelas autoras a partir de obras estrangeiras e de sites da Internet.